

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ROBERTO ANDERSON DORNELLES

ACONTECIMENTO E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA
Uma análise das reportagens sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar
argentina (1976 – 1981)

PORTO ALEGRE
MAIO DE 2012

ROBERTO ANDERSON DORNELLES

ACONTECIMENTO E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA
Uma análise das reportagens sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar
argentina (1976 – 1981)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Virginia Pradelina da
Silveira Fonseca

PORTO ALEGRE
MAIO DE 2012

CIP - Catalogação na Publicação

Dornelles, Roberto Anderson

ACONTECIMENTO E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA: Uma análise das reportagens sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina (1976 - 1981) / Roberto Anderson Dornelles. -- 2012. 197 f. + Anexos.

Orientadora: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca.

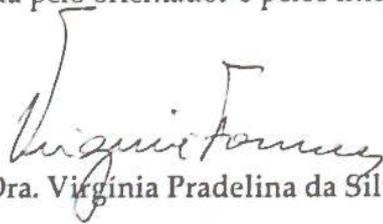
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

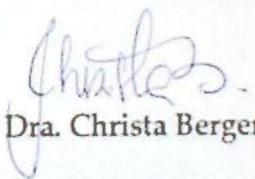
1. Jornalismo . 2. Acontecimento. 3. Historia. 4. Ditadura civil-militar argentina. 5. Revista Veja. I. da Silveira Fonseca, Virginia Pradelina , orient. II. Título.

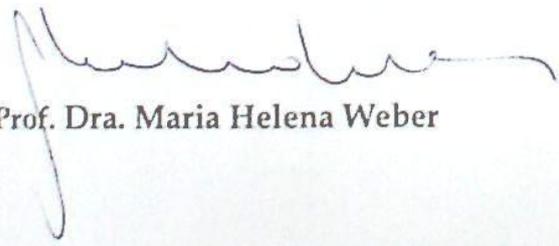
ATA Nº 19/2012

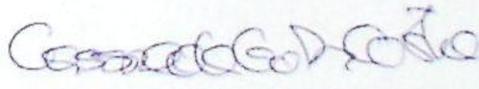
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 312 da FABICO, ocorreu em sessão pública a defesa da Dissertação de ROBERTO ANDERSON DORNELES, intitulada "ACONTECIMENTO E HISTÓRIA NAS PÁGINAS DA REVISTA VEJA: uma análise das reportagens sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina (1976-1981)", como um dos requisitos ao grau de Mestre em Comunicação e Informação. A sessão foi presidida pela orientadora, Prof. Dra. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca. A Banca Examinadora foi integrada pelas professoras Dra. Christa Berger (UNISINOS), Dra. Maria Helena Weber (PPGCOM/PUCRS) e Dra. Cassilda Golin Costa (PPGCOM/UFRGS), tendo a Dra. Ana Cláudia Gruszynski como suplente. Após a arguição, os examinadores se reuniram para avaliar a Dissertação, considerando-a APROVADA com conceito final A, resultado dos conceitos atribuídos pelos examinadores, especificamente: Dra. Christa Berger (conceito A), Dra. Maria Helena Weber (conceito A), Dra. Cassilda Golin Costa (conceito A). A concessão do título de mestre só estará em plena validade após terem sido preenchidos todos os demais requisitos para a concessão do título, no prazo de noventa dias, conforme previsto no regimento do curso e na legislação superior pertinente, e a homologação da presente dissertação pela Comissão de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada às dezoito horas, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelo orientador e pelos integrantes da Banca Examinadora.


Prof. Dra. Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca


Prof. Dra. Christa Berger


Prof. Dra. Maria Helena Weber


Prof. Dra. Cassilda Golin Costa

AGRADECIMENTOS

À Bianca Elisa por estar ao meu lado diante deste mundo ainda cinza;

À Jurema Vesolonviski e Valter Borges por terem, mesmo que não intencionalmente, me mostrado as contradições e a luta de classes que existem no mundo do trabalho;

À Luciane Dornelles, por te me ajudado em alguns momentos complicados;

Ao Luciano Dornelles, por demonstrar diariamente, mesmo que de forma inconsciente, que o trabalho constitui a categoria fundante do ser humano-social;

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da UFRGS que possibilitou a realização desta pesquisa;

Agradeço à professora Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, orientadora desta pesquisa, primeiramente por ter acreditado nesta proposta, e em seguida por estar sempre muito cuidadosa e solícita nas orientações e sugestões para o encaminhamento do trabalho;

Aos professores da banca de qualificação, Professora Cida Golin e Professora Nísia Martins do Rosário pela leitura atenta do projeto e pelas importantes sugestões que propiciaram a realização deste trabalho; Também agradeço novamente a Professora Cida Golin e as Professoras Crhista Berger e Maria Helena Weber por terem aceito participarem da banca de defesa desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho procura analisar as relações entre jornalismo impresso e política numa perspectiva histórica. Especificamente, o tema da pesquisa é a cobertura jornalística de uma revista brasileira de periodicidade semanal e de circulação nacional, a revista *Veja*, sobre os acontecimentos sociais, políticos e militares, ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina entre os anos de 1976 e 1981. Este tema surge da constatação da importância do jornalismo impresso no processo de divulgação de informações ligadas à política, principalmente no período contemporâneo da história. Em termos gerais, esta pesquisa pode ser compreendida em duas dimensões: a primeira relacionada diretamente ao objeto empírico. Neste caso optamos por trabalhar com o conteúdo publicado pela revista *Veja* sobre os acontecimentos sociais ocorridos na Argentina entre os anos de 1976 e 1981, que corresponde ao período do primeiro governo ditatorial comandado pelo general Jorge Rafael Videla, por ter sido o governo que instaurou o regime e esteve a maior parte do período ditatorial no poder. A segunda dimensão está relacionada ao objeto teórico – que se circunscreve, num primeiro momento, à discussão da possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento social, e, num segundo momento, na relação do acontecimento social com o acontecimento jornalístico no âmbito de um registro de uma história imediata. O método que fundamenta esta dissertação é o Materialismo Histórico-Dialético, tendo nas categorias de totalidade, historicidade e contradição o suporte para a condução da pesquisa. A metodologia articuladora da pesquisa foi Análise de Conteúdo que auxiliada pela Pesquisa Teórica Bibliográfica possibilitaram a análise das reportagens da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. Como principais resultados, averiguamos que a cobertura de *Veja* se constituiu por meio da ênfase em quatro grandes temáticas: (a) Militares no poder; (b) Violência; (c) Disputa interna e (d) Relações internacionais; também constatamos que a abordagem da revista os acontecimentos relacionais à Argentina foi mediada por uma forma de concepção da realidade fundamentada na tradição liberal de pensamento.

Palavras-chave: Jornalismo. Acontecimento. História. Ditadura civil-militar argentina. Revista *Veja*.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between print journalism and politics in historical perspective. Specifically, the research theme is the coverage of a Brazilian weekly magazine and national circulation, *Veja* magazine, about the social, political and military, which occurred during the first administration of civil-military dictatorship in Argentina between the years 1976 and 1981. This issue arises from the realization of the importance of print journalism in the process of dissemination of information related to politics, especially in the contemporary period of history. In general, this research can be understood in two dimensions: the first directly related to the empirical object. In this case we chose to work with content published by *Veja* magazine about the social events that occurred in Argentina between 1976 and 1981, which corresponds to the first period of dictatorial government led by General Jorge Rafael Videla, because it was the government that initiated the and the system has been most of the period dictatorial power. The second dimension is related to the theoretical object – which is limited at first, to discuss the possibility of journalism constitute itself as a form of social knowledge, and, secondly, in respect of the social event with the event in journalism part of a record of an immediate history. The method underlying this dissertation is the Historical and Dialectical Materialism, and the categories of totality, contradiction and historical support for the conduct of research. The methodology of articulating research was aided Analysis of Contents that allowed by the Bibliographical Research Theoretical analysis of *Veja* magazine reports on the events during the first administration of civil-military dictatorship in Argentina. The main results, we observed that the coverage See constituted by an emphasis on four major themes: (a) Military in power, (b) Violence, (c) Internal dispute and (d) International relationships; also found that the approach to review the relational events in Argentina was mediated by a form of conception of reality grounded in the liberal tradition of thought.

Keywords: Journalism. Event. History. Civil-military dictatorship in Argentina. *Veja* magazine.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Reportagens de <i>Veja</i> sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina	104
Tabela 2: Número das Ocorrências sobre a Argentina no período 1976-1981	108
Tabela 3: Destaque dado as Ocorrências sobre a Argentina no período 1976-1981.....	108
Tabela 4: Ocorrência das categorias entre 1976-1981.....	109
Tabela 5: Ocorrências por categoria entre os anos de 1976 e 1981	111
Tabela 6: Descrição das temáticas	111
Tabela 7: Temas relacionados à categoria “Militares no poder” entre os anos 1976-1981	113
Tabela 8: Temas relacionados à categoria “Violência” entre os anos 1976-1981.....	114
Tabela 9: Temas relacionados à categoria “Disputa interna” entre os anos 1976-1981	114
Tabela 10: Temas relacionados à categoria “Relações internacionais” entre os anos 1976-1981	115
Tabela 11: Ocorrências por temática entre 1976-1981	116
Tabela 12: Reportagens analisadas da categoria “Militares no poder” entre os anos 1976-1981	117
Tabela 13: Reportagens analisadas da categoria “Violência” entre os anos 1976-1981	138
Tabela 14: Reportagens analisadas da categoria “Disputa interna” entre os anos 1976-1981.....	160
Tabela 15: Reportagens analisadas da categoria “Relações internacionais” entre os anos 1976-1981 ...	169
Tabela 16: Categorias e temas das reportagens.....	186

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO	11
2 DEBATE TEÓRCIO: CONHECIMENTO E ACONTECIMENTO COMO MEDIADORES ENTRE OS CAMPOS DO JORNALISMO E DA HISTÓRIA.....	20
2.1 Prolegômenos: Jornalismo, conhecimento e poder simbólico.....	20
2.2 Jornalismo e acontecimento	33
2.2.1 A constituição do acontecimento: tentativa de definição	34
2.2.2 O Acontecimento jornalístico	41
2.3 O jornalismo como história imediata.....	46
2.4 Síntese do Capítulo	54
3 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA ARGENTINA E A REVISTA <i>VEJA</i> EM TEMPOS DE DITATURAS CIVIL-MILITARES.....	56
3.1 Ditaduras civil-militares na América Latina	56
3.1.1 Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).....	64
3.1.2 Ditadura civil-militar no Chile (1973-1989)	71
3.2 Ditadura civil-militar na Argentina (1976-1983).....	76
3.2.1 Antecedentes: o ensaio autoritário de 1966 e a volta de Perón	76
3.2.2 O golpe de 1976 e a instauração do Estado autoritário, terrorista e neoliberal ..	79
3.2.3 Epílogo: a derrocada da ditadura civil-militar argentina	83
3.3 A revista <i>Veja</i>	85
3.4 Síntese do Capítulo	87
4 A QUESTÃO DO MÉTODO E DA METODOLOGIA	89
4.1 O método Materialista histórico-dialético	89
4.2 A metodologia de pesquisa: a Análise de Conteúdo	95
4.2.1 Os procedimentos da pesquisa	98
4.2.2 O corpus da pesquisa.....	103
4.3 Síntese do Capítulo	105
5 A COBERTURA DE <i>VEJA</i> SOBRE OS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS À ARGENTINA DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO DA DITADURA CIVIL-MLITAR	107
5.1 Os números da cobertura da <i>Veja</i>	107
5.1.1 Ocorrência das categorias.....	109
5.1.2 Ocorrência das temáticas.....	111
5.2 Militares no poder	117
5.2.1 O Golpe	117
5.2.2 Medidas do governo militar	120
5.2.3 O Caso Isabelita Perón	127
5.2.4 Redemocratização.....	130
5.2.5 Crise econômica/social.....	133
5.2.6 Sucessão presidencial.....	136

5.3	Violência.....	138
5.3.1	Violência em geral.....	139
5.3.2	Terrorismo de direita.....	140
5.3.3	Terrorismo de esquerda.....	143
5.3.4	Repressão.....	149
5.4	Disputa interna.....	159
5.4.1	Disputa: “moderados” x “linha dura”.....	160
5.4.2	Disputa: “moderados” x “linha dura” / Disputa: Videla x Massera.....	164
5.4.3	Disputa: Videla x Massera.....	165
5.5	Relações internacionais.....	169
5.5.1	Argentina e Chile.....	170
5.5.2	Argentina e Brasil.....	177
5.5.3	Argentina e EUA / URSS.....	178
6	BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
	REFERÊNCIAS.....	192
	ANEXOS.....	197

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado, orientada pela professora Dr^a. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na linha de pesquisa Jornalismo e Processos Editoriais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação. Esta introdução geral tem dois objetivos centrais: o primeiro é fazer uma exposição de nossos interesses e do que pretendemos pesquisar; o segundo, apresentar a estrutura e a subdivisão em capítulos desta pesquisa.

Cabe ressaltar que, embora esteja concluído, este trabalho não deve ser compreendido como algo acabado. Nesse sentido, algumas das concepções, pensamentos e ideias aqui apresentados podem demonstrar um grau prematuro de elaboração ou entendimento teórico de nossa parte, o que reflete o processo de constante aprendizagem e reformulação na busca pelo conhecimento.

Inicialmente, acreditamos ser relevante ressaltar alguns pontos interessantes sobre o trabalho de pesquisa. No texto *Introdução a uma ciência reflexiva* (1989), Pierre Bourdieu aborda de forma crítica o ato de pesquisar. Nesse ensaio, enfatiza que a pesquisa é algo em aberto e que um objeto de pesquisa não se constrói de uma forma rápida, “de uma assentada, por uma espécie de ato inaugural” (BOURDIEU, 1989, p.31). Antes disso, é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, como afirma o autor. Consideramos importante destacar também a crítica do autor diretamente àqueles que, seguindo uma ideia positivista, asseguram que a busca da precisão científica se dá no ato de estudar a fundo um objeto extremamente circunscrito. Contra esse argumento, Bourdieu destaca:

Na prática veremos que se porá a questão dos limites do campo, questão com aparência positivista a que se pode dar uma resposta teórica (o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz), resposta esta que poderá orientar as estratégias de pesquisa que têm em vista estabelecer respostas de fato (BOURDIEU, 1989, p.31).

Ao mesmo tempo, Bourdieu considera que a construção de um objeto

científico necessita de um rompimento com o senso comum. A relevância desse texto está na crítica que o autor propõe, seja pela estrutura do campo, enquanto local de batalha pelo prestígio intelectual, seja na forma de construção e condução de uma pesquisa. Acreditamos que o ato de não ceder à pressa da busca pelo resultado imediato e aparente pode ser um indicador interessante para a pesquisa em comunicação e, mais especificamente, do jornalismo no que tange ao processo de constituição de seu próprio campo de estudo.

Ainda com relação ao ato de pesquisa, Marx (2008), no posfácio à segunda edição de *O Capital*, afirma que o método de exposição distingue-se formalmente do método de investigação. A investigação precisa apreender no detalhe a matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e desvendar suas conexões internas. Apenas após esse trabalho, pode o pesquisador expor adequadamente o movimento real. Ao fazê-lo, caso consiga refletir idealmente na exposição à vida da matéria, existe sempre uma possibilidade de que se tenha a impressão de estar ante uma construção *a priori* porque se trata da expressão de uma realidade material, transposta e traduzida por nossas cabeças, por nosso pensamento.

Partindo das reflexões de Bourdieu (1989) e Marx (2008), podemos afirmar que este trabalho visa expor a relação de dois campos de pesquisa, jornalismo e história, sendo essa relação interligada teoricamente por três pontos: a) pela possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento social; b) pela relação do jornalismo com os acontecimentos sociais; c) pela possibilidade de o jornalismo constituir-se uma forma de produção histórica.

Seguindo a forma de trabalho proposta por Marx (2008) em suas duas etapas – investigação e exposição –, consideramos que esta dissertação procura ser uma tentativa de exposição da pesquisa realizada ao longo dos dois anos do curso de mestrado.

Com isso, o presente trabalho se propõe a analisar as relações entre jornalismo impresso e política numa perspectiva histórica. Mais especificamente, o tema da pesquisa é a cobertura jornalística de uma revista brasileira de periodicidade semanal e de circulação nacional, a revista *Veja*, sobre os acontecimentos sociais – mas também políticos e militares – ocorridos na Argentina entre os anos de 1976 e 1983, quando este país foi governado por uma das mais

duras ditaduras civil-militares que tiveram lugar neste período no continente Latino-americano. Este tema surge da constatação da importância do jornalismo impresso no processo de divulgação de informações ligadas à política, principalmente no período contemporâneo da história.

Em termos gerais, este tema de pesquisa pode ser compreendido em duas dimensões: a primeira relacionada diretamente ao objeto empírico. Neste caso optamos por trabalhar com o conteúdo publicado pela revista *Veja* sobre os acontecimentos sociais ocorridos na Argentina entre os anos de 1976 e 1981, que corresponde ao período do primeiro governo ditatorial comandado pelo general Jorge Rafael Videla, por ter sido o governo que instaurou o regime e esteve a maior parte do período ditatorial no poder. A segunda dimensão está relacionada ao objeto teórico – que se circunscreve, num primeiro momento, à discussão da possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento social, e, num segundo momento, na relação do acontecimento social com o acontecimento jornalístico no âmbito de um registro de uma história imediata. Acreditamos que a partir da dimensão empírica reservada à revista *Veja*, a dimensão teórica circunscrita à relação entre jornalismo e história, possa evidenciar a potencialidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento da história – também fonte de pesquisa histórica – sobre muitos acontecimentos que ocorreram durante o processo ditatorial naquele país. Destacamos ainda, que o corpus analisado neste trabalho foi composto por todas as reportagens publicadas pela revista *Veja* sobre a Argentina durante o período de análise, sendo este o único critério de seleção.

Consideramos que esta pesquisa pode ser relevante no sentido de que se propõe a analisar a cobertura jornalística de um grande veículo de comunicação do Brasil sobre um acontecimento social do passado recente – o advento de um governo ditatorial comandado pelas Forças Armadas. Torna-se ainda mais importante a análise da cobertura de *Veja* deste acontecimento – a ditadura civil-militar argentina – por este constituir-se como uma particularidade diretamente ligada à totalidade de um acontecimento mais amplo que teve efeito em toda a América Latina: o advento das ditaduras civil-militares. Acreditamos e defendemos que os acontecimentos provocados pela ditadura civil-militar argentina (1976-1983), referem-se ao passado, mas a um passado ainda presente, pois esses regimes autoritários na América Latina foram derrotados, mas ainda não superados

completamente. Citamos três exemplos, um brasileiro e dois argentinos, que ilustram essa afirmação: em 2009, no Brasil, durante os debates sobre o PNDH-3 (Plano Nacional de Direitos Humanos – versão 3), podemos encontrar o seguinte trecho em uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*:

“Se querem por coronel e general no banco dos réus, então também vamos botar a Dilma e o Franklin Martins”, disse um general da ativa ao *Estado*, referindo-se à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao ministro de Comunicação Social, que participaram da luta armada. “Não me venham falar em processo para militar, pois a maioria nem está mais nos quartéis de hoje”, acrescentou o general. [...] Os militares também consideram “picuinha” e “provocação” a proposta de Vannuchi de uma lei “proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade”. “Estamos engolindo sapo atrás de sapo”, resumiu o general, que pediu anonimato por não poder se manifestar¹.

Não foram somente os militares que se colocaram ferozmente contra essa proposta: setores conservadores do país, representados, por exemplo, pelo comentarista Alexandre Garcia, da Rede Globo, também se voltaram contra o projeto. Em seu comentário no telejornal *Bom Dia Brasil*, o jornalista chegou a dizer que o PNDH-3 estava “eivado de propostas totalitárias”². Consideramos que essa é uma das expressões do passado ainda presente na sociedade brasileira. As opiniões, tanto do general não identificado na matéria de o *Estado de S. Paulo*, quanto do comentarista da Rede Globo refletem o pensamento conservador e autoritário que fez o Brasil mergulhar em 21 anos de uma ditadura em que os direitos humanos e sociais foram, em sua grande maioria, completamente ignorados.

No caso argentino, temos mais dois exemplos: em 2001 quando a presidente do movimento *Mães da Praça de Maio*, Hebe de Bonafini, estava em visita ao Brasil, desconhecidos invadiram a sua casa em La Plata e amarraram, agrediram e queimaram com cigarros sua filha, Maria Alejandra Bonafini, então com 35 anos. Reviraram a casa, mas não levaram nada. De acordo com Coggiola:

Queimaram o seu braço com cigarros, amarraram-lhe as mãos, enfiaram sua cabeça em uma sacola de *nylon*, e continuaram batendo “*muy duro*” em várias partes do corpo até que ela desmaiou. Não houve roubo. Maria

¹ Conforme: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091230/not_imp488515,0.php. Acesso em 08 de maio de 2011.

² Vide comentário na íntegra em: <http://www.defesadademocracia.com.br/2010/09/30/decreto-do-presidente-lula-ameaca-a-democracia/> ou http://www.il-rs.org.br/site/biblioteca/videos/det_videos.php?recordID=395. Acesso em 08 de maio de 2011.

Alejandra denunciou que os únicos que trabalham assim são “a polícia, o Exército, os que torturaram e ficaram livres... não tenho dúvidas que foi para me amedrontar... para que eu me separe da minha velha” [...] “escutei um walkie-talkie, um dos desconhecidos disse: ‘Já vamos’. Passaram ao meu lado, me chutaram e me disseram ‘Conta até cem ou morre’”, então se foram. Ainda está fértil – e prenhe – o ventre que pariu a besta imunda (COGGIOLA, 2001, p.110).

Aquilo que Coggiola (2001) chama de “bestas imundas” foram as ditaduras civil-militares que devastaram o que restava de liberdade e democracia na América Latina entre os anos de 1960 e 1990. Na Argentina, ainda hoje, esse passado presente ameaça como ficou claro na descrição do episódio com Maria Alejandra Bonafini, mas, esse passado também é enfrentado. Em dezembro de 2010, o principal comandante, considerado o ideólogo do sistema repressivo que levou à prisão e morte milhares de pessoas durante a ditadura civil-militar argentina, Jorge Rafael Videla, foi julgado, juntamente com outros 30 acusados de repressão, e condenado à prisão perpétua, devendo cumprir a pena em uma prisão comum³.

É nesse sentido que o presente traz consigo rastros muito densos de um passado ainda obscuro. No caso brasileiro, esse passado se mostra ainda presente e é representado pela ação dos militares e pelos comentários de personalidades públicas como Alexandre Garcia, que reagem contra qualquer perspectiva de investigação dos atos de lesa-humanidade cometidos durante a ditadura civil-militar brasileira. Na Argentina, o passado-presente fica evidenciado na violência do ataque à filha de Hebe de Bonafini, marca registrada do regime autoritário; porém, diferentemente do Brasil, esse passado é resgatado, evidenciado e enfrentado no julgamento de Videla.

A importância de evidenciar que esse passado ainda está presente reside no fato de que buscamos, com esta pesquisa, contribuir minimamente para esse debate. A partir da análise da cobertura jornalística de *Veja* sobre o primeiro governo a ditadura civil-militar argentina, um acontecimento que modificou drasticamente a história daquele país, poderemos problematizar esse acontecimento e a forma como foi tratado pelo jornalismo brasileiro, em especial pela revista *Veja*. Pretendemos também apontar indícios para refletir não apenas sobre este acontecimento específico, mas também sobre a totalidade que compreenderam as ditaduras civil-

³ É possível ver a sentença na íntegra em: http://www.clarin.com/politica/Condenan-represores-Videla-Menendez-perpetua_0_394760741.html. Acesso em 08 de maio de 2011.

militares que sequestraram e mataram muitos civis que se colocavam na luta de classes com a proposta de construção de uma sociedade justa e igualitária, onde não houvesse espaço para exploradores e explorados e onde a classe trabalhadora não fosse mais espoliada pelo roubo da mais-valia que produz.

Em relação à especificidade da ditadura civil-militar argentina, consideramos esse um acontecimento-problema, ou acontecimento problemático, nas palavras de Babo-Lança (2008). De acordo com a autora, esse tipo de acontecimento entra em desacordo com as práticas instituídas, com as expectativas morais, e provocam rupturas nos quadros da experiência. Com isso, o acontecimento problemático possibilita situações que constituem problema ou liga-se a problemas já instituídos.

A construção de um acontecimento em problema público requer um procedimento de publicitação, o qual reclama e mobiliza atenção pública e faz uso das arenas públicas, nas quais os *media* tem um papel importante. O acontecimento problemático pode adquirir o estatuto de problema público à escala local, nacional ou internacional, tornando-se um assunto de discussão, de atenção e de reação por parte do público e dos poderes instituídos, ou pode inscrever-se num campo problemático constituído e em constituição (BABO-LANÇA, 2008).

Partimos da ideia de que a ditadura civil-militar argentina enquanto acontecimento problemático tornou-se um problema público em escala internacional com a mediação e o interesse direto dos EUA. Por isso, achamos pertinente estudar e apreender a forma como esse acontecimento foi descrito pela revista *Veja*.

Portanto, consideramos esta pesquisa relevante por dois motivos: primeiro, num âmbito geral, por tratar de um acontecimento que não esteve restrito à Argentina, mas foi disseminado por diversos países da América Latina e, sobretudo da América do Sul; segundo, do ponto de vista da singularidade do jornalismo, por abordar como a revista *Veja* publicizou – abordou e reportou – esse acontecimento problemático, que causou significativas mudanças na forma de organização social e política da sociedade argentina. Com isso, acreditamos que a pesquisa poderá contribuir para: (a) possibilitar a compreensão de como o jornalismo realizado pela revista *Veja* apresentou um acontecimento de grande relevância como a ditadura civil-militar argentina, sobretudo o primeiro governo da ditadura, comandado pelo general Jorge Rafael Videla; (b) a constituição de mais uma fonte de consulta nos campos da história e da comunicação em relação ao estudo do jornalismo político internacional realizado no Brasil nas décadas de 1970 e 1980; (c) a realização de

novos estudos que tratem de questões que envolvam a relação da imprensa com os acontecimentos históricos, com regimes políticos em geral e com regimes autoritários em particular; (d) servir de fonte de pesquisa, no âmbito da relação da comunicação com a história, sobre um período que necessita ser conhecido em toda a sua amplitude.

Afirmamos anteriormente que este trabalho tem duas dimensões, uma empírica, representada pela revista *Veja*, e uma teórica, centrada na relação do jornalismo com a história e na intersecção e ligação que a possível produção de conhecimento pelo jornalismo e as questões relacionadas ao acontecimento realizam entre esses dois campos. Essa dimensão teórica é permeada pela emergência de um acontecimento, mais especificamente com a possibilidade de o acontecimento jornalístico se constituir numa forma de produção de conhecimento de uma história imediata. Temos, portanto, o que poderia ser compreendido como uma relação quadrupla – entre produção de conhecimento, história, acontecimento e acontecimento jornalístico.

Nesse sentido, consideramos que o nosso problema de pesquisa pode ser definido da seguinte forma: ***como os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina (1976-1981), foram apreendidos como acontecimentos jornalísticos pela revista Veja, fazendo com que o relato desses acontecimentos para seu público se configurasse numa forma de produção de conhecimento de uma história imediata?***

Como *objetivo geral*, pretendemos analisar como a revista *Veja* apreendeu esses acontecimentos históricos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, comandado pelo general Jorge Rafael Videla, tornando-os acontecimentos jornalísticos, de forma que suas reportagens constituem a produção de conhecimento de uma história imediata.

Como *objetivos específicos* elencamos: (a) realizar um debate no campo teórico sobre a possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento; (b) distinguir e analisar os conceitos de acontecimento social, acontecimento jornalístico e história imediata; (c) historicizar o acontecimento ditadura civil-militar argentina e analisar o seu primeiro governo à luz do método Materialista Histórico-Dialético; (d) identificar as temáticas centrais das reportagens de *Veja* sobre o acontecimento analisado; (e) averiguar, por meio do método

dialético de matriz marxiana, a relação entre essência e aparência na abordagem realizada pela revista *Veja* sobre os acontecimentos ligados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina.

Em relação à estrutura interna, dividimos esta dissertação em cinco partes. Após esta introdução, o *segundo capítulo* apresenta o debate teórico que subsidia este trabalho. Iniciamos o debate com uma breve discussão sobre a natureza do jornalismo e da possibilidade de constituir-se enquanto uma forma de conhecimento. Em seguida, centramos a discussão na teoria do acontecimento que, tratado num plano social, produz efeitos diretos no jornalismo, podendo tornar-se este um potencial novo acontecimento, um *acontecimento jornalístico* que, por sua vez, também produzirá efeitos diretos no plano social. Por fim, debatemos a relação do jornalismo com a história, observando que existem diferenças, mas também semelhanças entre os dois campos do conhecimento. Defendemos que o jornalismo não é a-histórico e, sobretudo, pode ser considerado uma forma de produção de conhecimento histórico, por meio da realização de uma história imediata.

No *capítulo três*, procuramos realizar uma contextualização dos acontecimentos, substancialmente no plano social e político, ocorridos na Argentina no período que este país foi governado pelas Forças Armadas. Partimos de uma exposição inicial deste período em que América Latina e, sobretudo, a América do Sul esteve submetida a regimes de exceção, comandados por ditaduras civil-militares. A proposta é historicizar o acontecimento, partindo da categoria *historicidade* do método Materialista Histórico-Dialético, enfatizando o contexto anterior ao advento da ditadura e os desdobramentos que ela suscitou na organização social e política da Argentina, após ter sido derrotada. Neste capítulo também procuramos descrever a constituição da revista *Veja* no período em que realizou a cobertura sobre este acontecimento.

No *capítulo quatro* apresentamos o método ao qual essa pesquisa se filia. Nesse ponto, defendemos que o método é algo mais amplo que as metodologias, pois é derivado das teorias do conhecimento e que, por isso, reflete o ponto de partida do pesquisador, a sua concepção de mundo. Com isso, expomos de forma sintética a nossa filiação ao método Materialista Histórico-Dialético. Ainda neste capítulo, apresentamos a metodologia de Análise de Conteúdo e em menor escala a de Pesquisa Teórica Bibliográfica, utilizadas como recursos para a consecução dos

objetivos desta pesquisa.

No capítulo *cinco*, realizamos a análise do conteúdo publicado pela revista sobre os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, buscando evidenciar de que forma estes acontecimentos foram apreendidos como acontecimentos jornalísticos e como *Veja* fez com que o relato desses acontecimentos para seu público se configurasse numa forma de produção de conhecimento de uma história imediata.

Por fim, nas *Considerações Finais* fazemos alguns apontamentos sobre o processo da pesquisa e os resultados que obtivemos. No próximo capítulo, portanto, iniciamos o debate teórico que subsidia essa pesquisa.

2 DEBATE TEÓRICO: CONHECIMENTO E ACONTECIMENTO COMO MEDIADORES ENTRE OS CAMPOS DO JORNALISMO E DA HISTÓRIA

Neste capítulo tratamos da relação do jornalismo com a história. Para tanto, delimitamos a possibilidade de produção de conhecimento por parte do jornalismo e a teoria do acontecimento como mediadores que podem atribuir ao jornalismo a realização de uma forma de história imediata. Acreditamos que a possibilidade de conceber o jornalismo como uma forma de conhecimento e a teoria do acontecimento podem nos dar a ligação entre jornalismo e história, sobretudo, se pensarmos o jornalismo como uma prática que invariavelmente conta uma história simultânea à ocorrência de um fato, ou narra a história de um fato que ocorreu no campo social em um curto espaço de tempo em relação ao seu registro pelo jornalismo. Nosso objetivo com este capítulo, portanto, é, por um lado debater a possibilidade de o jornalismo produzir uma forma de conhecimento e, por outro, descrever e discutir a ideia do acontecimento como elementos de ligação entre a prática jornalística e a história que está sendo contada no mesmo momento da ocorrência do fato.

Iniciamos este capítulo, portanto, com o debate, mesmo que sucinto, da própria constituição do jornalismo, defendendo a hipótese de que a atividade jornalística é produtora de uma forma de conhecimento fundamentada nas categorias de singularidade e de poder simbólico. Em seguida descrevemos e analisamos os conceitos de acontecimento e acontecimento jornalístico. Por fim, procuramos descrever o conceito de história imediata e a relação dessa forma de produção de conhecimento histórico com o jornalismo.

2.1 Prolegômenos: jornalismo, conhecimento e poder simbólico

Ao abordar a relação entre o jornalismo e a história, acreditamos ser necessária uma breve digressão sobre a possibilidade de o jornalismo por meio da singularidade imanente à sua práxis constituir-se como uma forma de conhecimento e, a partir disso, do poder simbólico que pode exercer na relação com a sociedade. Consideramos que essa abordagem é um ponto inicial do debate teórico, que subsidiará a discussão sobre a relação do jornalismo com o acontecimento e com a

história imediata.

Uma das primeiras abordagens sobre a possibilidade da atividade jornalística se constituir em uma forma de conhecimento foi exposta por Robert Park (2008) no ensaio *A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento*⁴. Neste ensaio o autor utiliza as categorias “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”⁵, formuladas originalmente por William James⁶, para distinguir as formas de conhecimento. Park (2008) define a primeira forma de conhecimento da seguinte maneira:

Acquaintance with [conhecimento de] é um tipo de conhecimento que alguém inevitavelmente adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao seu redor. É o conhecimento que vem do uso e costume mais do que qualquer tipo de investigação formal ou sistemática (PARK, 2008, p.52).

O “conhecimento de” seria, de acordo com Park (2008), uma forma de conhecimento incorporada pelo hábito, pelo costume, resumindo-se em um conhecimento intuitivo e instintivo, portanto, um conhecimento do senso comum.

Diferente deste, o “conhecimento acerca de” seria um conhecimento analítico e formal. De acordo com o autor:

Em contraste, temos o tipo de conhecimento que James descreve como “conhecimento das coisas”. Tal conhecimento é formal e sistemático. É baseado na observação e no fato que foi verificado, rotulado, regimentado e finalmente classificado dentro desta ou daquela perspectiva, de acordo com o objetivo e o ponto de vista do investigador. “Knowledge about” [conhecimento acerca de] é conhecimento formal; significa conhecimento que alcançou algum grau de exatidão e precisão pela substituição de ideias pela realidade concreta, e de palavras por coisas (PARK, 2008, p.55).

Park (2008) sustenta que essa segunda forma de conhecimento que ele chama de “conhecimento científico” ou “conhecimento das coisas” não se constitui apenas em forma de experiência acumulada. Para ele, “knowledge about” é um conhecimento que resulta da investigação sistemática da natureza e é buscado metodicamente com o aparato formal e lógico disponibilizado pela pesquisa científica.

⁴ Ensaio publicado originalmente em 1940 no periódico *American Journal of Sociology*.

⁵ No original *Acquaintance with e Knowledge about*.

⁶ Filósofo e psicólogo estadunidense ligado a corrente filosófica do pragmatismo.

Quanto à possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento, o autor destaca que a notícia não pode ser considerada como uma forma de conhecimento sistemática como o das ciências, pois trata de eventos e não de coisas. No entanto, este autor observa que a notícia pode ter para o público a mesma função que tem a percepção para o indivíduo. Segundo Park (2008, p.60), “na sua forma mais elementar o conhecimento chega ao público não na forma de uma percepção, como ele chega ao indivíduo, mas na forma de uma comunicação”. Com isso, destaca que, diferentemente de outros campos da ciência como a história, a notícia centra-se no presente:

A notícia, como forma de conhecimento, primeiramente não está interessada no passado ou no futuro, mas no presente. Pode-se dizer que a notícia existe somente no presente. [...] A notícia continua notícia até chegar as pessoas as quais ela possui “interesse de notícia”. Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia vira história (PARK, 2008, p.59).

Dessa forma, Park (2008) sustenta que a notícia:

[...] desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo; isto é, não apenas informa, mas orienta o público, dando a todos a notícia do que está acontecendo. Ela faz isso sem qualquer esforço do repórter para interpretar os eventos que relata, exceto à medida que os torna compreensíveis e interessantes (PARK, 2008, p.60, grifo nosso).

Adelmo Genro Filho (1987) debate criticamente as posições de Robert Park. O autor resume a proposição de Park em relação à primeira forma de conhecimento – “o conhecimento de” – como aquele que, posicionado diante de um saber complexo e abstrato, não ultrapassaria o aspecto fenomênico, que emana do convívio familiar, da imediaticidade da experiência e do hábito que lhe corresponde. Já o “conhecimento acerca de” seria, na leitura de Genro Filho (1987), um conhecimento formal, que resultaria de uma abstração controlada e criteriosa, isto é, lógico e teórico. No entanto, Genro Filho adverte que:

O “conhecimento de” – indicado por Park como ponto inicial do contínuo onde se localiza a notícia – não é um “gênero” de conhecimento que possa ser concebido a-historicamente, fora das relações concretas de dominação e alienação. [...] Trata-se daquela esfera da vida cotidiana na qual a “práxis utilitária” configura os fenômenos da vida social como se fossem dados

naturais e eternos, o mundo da *pseudoconcreticidade*⁷. Por isso, a divisão sugerida por James, e assumida por Park é redutora, pois supõe uma espécie de “senso comum” isento de contradições internas, cuja função seria somente reproduzir e reforçar as relações sociais vigentes, integrar os indivíduos na sociedade (GENRO FILHO, 1987, p. 57-58).

O autor também contesta a ideia de que o jornalismo poderia corresponder para o público às “mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo”:

Se é verdade que o gênero de conhecimento produzido pelo jornalismo corresponde, em certo sentido, às “mesmas funções que realiza a percepção para o indivíduo”, essa comparação não pode ser levada às últimas consequências. Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma *correspondência* de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência (GENRO FILHO, 1987, p. 58-59).

Segundo ele, é a partir dessa “simulação” que surge propriamente o *gênero de conhecimento*. Não houvesse essa “simulação”, o autor enfatiza que, a relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que existem no cotidiano seria uma relação de experiência individual sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, resultando, com isso, em um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar.

Outro ponto em que Genro Filho (1987) contesta a formulação de Robert Park (2008) reside no fato de que para Genro Filho as duas formas de conhecimento expostas por Park se limitam a um sentido vulgar de “reflexo” subjetivo de uma relação meramente operacional com o mundo, e essa forma de compreender torna-se ainda mais complicada quando é transportada para o jornalismo. Com isso, Genro Filho destaca:

A partir de elementos potencialmente explosivos que atravessam todas as dimensões da produção simbólica de uma práxis socialmente dilacerada é que surge, de um lado, o reconhecimento da ideologia espontânea das classes dominantes e, de outro, a possibilidade de expansão da ideologia revolucionária a partir daquela. Ao não compreender essa questão, Robert Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no “status quo”, situá-lo e adaptá-lo na organicidade

⁷ Ao tratarmos da questão do método no capítulo 4 desta dissertação, abordaremos o conceito de *pseudoconcreticidade* trabalhado pelo filósofo marxista Karel Kosik.

social vigente. O jornalismo teria, assim, uma função estritamente “positiva” em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal. [...] Ele supõe que o jornalismo é uma forma de conhecimento que realiza socialmente as mesmas funções (GENRO FILHO, 1987, p. 59-60).

Genro Filho (1987) defende, ao contrário de Park, que se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, podemos conceber o jornalismo como um das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições.

Marx já indicou de forma inequívoca que a atividade prático-crítica dos homens está no coração do próprio conhecimento e, por isso mesmo, não se pode estabelecer uma contraposição absoluta entre sujeito e objeto, entre a percepção e a coisa ou, se preferimos, entre a atividade social que produz o mundo humano e os conceitos que desvendem o universo (GENRO FILHO, 1987, p.60).

Na mesma linha de Genro Filho, Meditsch (1997) também concebe o jornalismo como uma das formas que compõem a totalidade dos processos de construção do conhecimento. Para isso, este autor faz uma síntese de três abordagens que tratam da questão da possibilidade de o jornalismo ser uma forma de conhecimento. Na primeira abordagem, representada pelo teórico austríaco Karl Kraus, a ciência é tida como “o método de conhecimento”. Com isso, estaria descartada qualquer possibilidade de o jornalismo ser concebido como produtor de conhecimentos. Para esta vertente, o jornalismo não teria condições de produzir qualquer conhecimento válido e, mais do que disso, a atividade jornalística contribuiria apenas para a degradação do saber.

A segunda abordagem analisada por Meditsch (1997) seria aquela representada por Robert Park, que discutimos acima. De acordo com o autor, essa segunda forma situa o jornalismo como conhecimento, mas como uma ciência menor, que, no entanto, não seria de todo inútil. E a terceira abordagem, segundo Meditsch (1997), enfatiza não o que o jornalismo tem de semelhante em relação às outras formas de produção de conhecimento, mas o que ele tem de único e original.

Para esta terceira abordagem, o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar. [...] O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que

ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 1997, p.3).

Ao descrever a forma de conhecimento produzido pelo jornalismo, Meditsch (1997) destaca que, enquanto método analítico e demonstrativo, o jornalismo é muito frágil, pois trabalha com noções pré-teóricas para representar a realidade. Por outro lado, o jornalismo se fortalece na medida em que as mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público. Dessa forma, o autor avalia que o conhecimento produzido pelo jornalismo será sempre menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas em compensação, para o seu público será também menos artificial, deslocado ou até mesmo esotérico. Em outras palavras, para o público em geral o conhecimento produzido pelo jornalismo tem a potencialidade de ser mais facilmente assimilado do que o conhecimento produzido por uma determinada ciência que, em muitos casos, fica restrito ao seu próprio campo de pesquisa. Ainda traçando a comparação entre o jornalismo e as ciências formais, Meditsch assinala que:

A revelação da novidade é um dado estrutural da retórica do Jornalismo - a conclusão a que conduz a sua argumentação. A forma com que chega a esta novidade também é diferente daquela utilizada pela ciência. Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, *o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências* (MEDITSCH, 1997, p.8, grifo nosso).

Com isso, o autor destaca que o jornalismo não pode ser considerado uma “ciência mal feita”, pois não é uma ciência e nem pode aspirar a ser. Meditsch (1997) avalia que o jornalismo, como forma de conhecimento, tem a possibilidade de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências, mas, ao mesmo tempo, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. Ao postular que o jornalismo produz e reproduz um conhecimento válido e útil para as sociedades e seus indivíduos, o autor avalia que é preciso enfatizar que esse conhecimento produzido pela atividade jornalística tem os seus próprios limites lógicos e apresenta também uma série de problemas estruturais. Com isso, o autor destaca:

Como toda outra forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida. [...] Um dos principais problemas do Jornalismo como modo de conhecimento é a falta de transparência destes condicionantes. A notícia é apresentada ao público como sendo a realidade e, mesmo que o público perceba que se trata apenas de uma versão da realidade, dificilmente terá acesso aos critérios de decisão que orientaram a equipe de jornalistas para construí-la, e muito menos ao que foi relegado e omitido por estes critérios, profissionais ou não (MEDITSCH, 1997, p.9-10).

Ao defender que o jornalismo constitui uma forma de conhecimento, Meditsch (1997) aponta para a problemática da forma como esse conhecimento é produzido. Defendemos na linha deste mesmo autor e, sobretudo, na linha de Genro Filho (1987) que o jornalismo se constitui como uma forma de conhecimento social historicamente constituído. Nesse sentido, Genro Filho (1987) trata da construção social dos fatos jornalísticos. Ele afirma que a notícia é a unidade básica de informação do jornalismo, sendo os *fatos jornalísticos*, o objeto das notícias, a menor unidade de significação. Para o autor, assim como outras disciplinas científicas constroem os fatos com os quais trabalham, o jornalismo também constrói os seus, tendo uma maneira própria de perceber e produzir esses “seus fatos”.

Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada objetivamente. A objetividade oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis para serem selecionadas. Além disso, a significação dos fenômenos é algo que, constantemente, vai se produzindo pela dialética dos objetos em si mesmos quanto da relação sujeito-objeto. O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independentemente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p.186-187).

Dessa forma, o autor destaca que a pretensa “objetividade jornalística” carrega consigo uma ideologia que é a ideologia burguesa, tendo a função de contribuir para reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Conforme Genro Filho, essa “objetividade” de fundo positivista implica em negar a dialética do processo histórico que constrói os fatos, resultando em uma compreensão do mundo como um agregado de “fatos” prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou

concepção de mundo. Nessa lógica, afirma Adelmo Genro Filho, caberia ao jornalista a simples função de recolher os fatos da realidade como se fossem “pedrinhas coloridas”.

Em um processo dialético, é possível dizer que o jornalismo cria os fatos que o sustentam, mas ao mesmo tempo é criado pelos fatos, pois não pode arbitrariamente negar a realidade objetiva. Nesse sentido, é possível dizer, seguindo o raciocínio de Meditsch (2010), que o jornalismo não constrói a realidade social, mas pode se constituir como uma forma de socialização desta realidade. Baseando-se em Berger e Luckmann (1966), o autor afirma que, no processo de construção social da realidade o jornalismo pode ser incluído entre os atores que contribuem significativamente para essa construção, mas não pode ser compreendido como o ator único e nem mesmo como o principal.

Para sustentar essa ideia, explica que, para Berger e Luckmann (1966), a construção da realidade passa por duas formas principais de socialização: socialização primária e socialização secundária. A *socialização primária* seria aquela que definiria fundamentalmente o princípio de realidade a partir do qual o indivíduo vai identificar natural e espontaneamente o que é real e conhecido, sendo que é a partir dessa primeira forma de socialização que a pessoa poderá conhecer a realidade que estará inserida na vida cotidiana; a *socialização secundária* surgiria no momento em que os seres humanos passam por um segundo estágio de “treinamento especializado”, que Meditsch exemplifica pela divisão do trabalho na sociedade, e o conseqüente ingresso dos indivíduos nos “papéis institucionais” definidos por essa sociedade. Essa segunda forma de socialização ocorreria principalmente através dos sistemas pedagógicos especializados. É “secundária”, de acordo com Meditsch (2010, p.27), porque agrega um submundo à realidade dominante internalizada pela “socialização primária”, mas não a substitui totalmente. Neste esquema, para o autor em referência, o jornalismo poderia ser considerado uma forma de socialização se fosse confrontado com as duas anteriores, constituindo-se como uma terceira forma de socialização:

Em termos de interiorização da realidade, em coerência com a teoria de Berger e Luckmann, o jornalismo só poderia ser visto como uma forma de socialização ainda mais tênue em termos de construção da realidade, talvez denominada adequadamente de “terciária” se confrontada com os níveis anteriores. Teria o papel de “conservação” e de “atualização” das realidades

internalizadas nas socializações primária e secundária, no mesmo sentido em que os autores falam da função da conversa na vida cotidiana (MEDITSCH, 2010, p.28).

Levando em consideração a hipótese de Meditsch (2010) de que o jornalismo constitui – certamente ao lado dos demais atores sociais – uma forma de conhecimento que contribui para a socialização dos seres humanos, perguntamos: *de que forma o jornalismo produz essa socialização?* Acreditamos que, para constituir-se enquanto forma de conhecimento que participa da socialização dos seres humanos, o jornalismo se fundamenta em duas categorias que consideramos essências para a sua análise: a categoria de *singular* e a categoria de *poder simbólico*.

Genro Filho (1987) acredita que as categorias filosóficas de *universal*, *particular* e *singular* – desenvolvidas, sobretudo, ainda que de forma idealista, pelo filósofo alemão G. W. Hegel, e sistematizadas a partir de uma concepção materialista e histórica por Karl Marx – podem oferecer o axioma teórico que subsidiaria uma teoria do jornalismo.

Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de *modalidades históricas do conhecimento* segundo mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização (GENRO FILHO, 1987, p.160).

Do ponto de vista da constituição do jornalismo enquanto práxis, este autor postula que o *singular* é categoria central da atividade jornalística.

As informações que circulam entre os indivíduos na comunicação cotidiana apresentam, normalmente, uma cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade. A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatividade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. [...] Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (GENRO FILHO, 1987, p.160).

Portanto, com base em Genro Filho (1987), pode-se dizer que o singular constitui a matéria prima do jornalismo, sendo a forma na qual se materializam as informações e para onde convergem as determinações particulares e universais.

Assim, o critério jornalístico de uma informação está indissolúvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineadas ou insinuadas pela subjetividade do jornalista. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram *superados*. O particular e o universal são *negados* em sua preponderância ou autonomia e mantidos no horizonte do conteúdo (GENRO FILHO, 1987, p.163, grifos no original).

Para Genro Filho (1987), o jornalismo não tem a função e nem propriedade para produzir um tipo de conhecimento como o da ciência, que privilegia as categorias lógico-universais incorporando e, em última instância, dissolvendo a feição singular do mundo. No entanto, o fato de a centralidade do jornalismo se localizar no singular não quer dizer que este singular seja elaborado de forma arbitrária e, por consequência, projetado fundamentalmente pela subjetividade do autor-jornalista. Genro Filho explica que o processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se no encadeamento de duas variáveis muito importantes: a) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; b) as relações e significações que são constituídas no *ato* de sua produção e comunicação.

No entanto, Genro Filho (1987) ressalva que a singularidade – que do ponto de vista filosófico constitui o objetivo da abordagem jornalística – não pode ser confundida com a forma vulgarizada que é tomada comumente pelo que o autor chamou de “jornalismo ‘objetivo’”. Segundo ele, neste “jornalismo objetivo” a preocupação com a singularidade dos fatos ou com a especificidade não é tratada do ponto de vista teórico, uma vez que a singularidade é tomada com base no senso comum, constituindo um amontoado de coisas ou eventos singulares.

O resultado é que a singularidade é reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediaticidade e reproduzidas pela ideologia dominante. Assim, a busca da “especificidade” na atividade jornalística limita-se a uma receita técnica de fundo meramente empírico, uma regra operativa que os jornalistas devem seguir sem motivo, tornando-se presa fácil da ideologia burguesa e da fragmentação que ela proporciona. A realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades (GENRO FILHO, 1987, p.155-156).

Se a categoria *singular* pode ser considerada como uma categoria imanente à atividade jornalística, consideramos a categoria de *poder simbólico* como aquela que pode dar ao jornalismo a condição de influenciar na forma de organização social. Em relação à categoria de *poder simbólico*, Bourdieu (1998) afirma que este é um poder tem a capacidade de “construir realidades” e que as produções simbólicas da realidade são instrumentos que potencializam a dominação de uma classe que já detêm poder político e social.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “dominação dos dominados” (BOURDIEU, 1998, p.11).

Além da função de legitimar a dominação da classe dominante, o poder simbólico, para Bourdieu (1989), é um poder que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica. Nesse sentido, todas as formas de poder – poder econômico, poder coercitivo – podem transforma-se em poder simbólico, obtendo a vantagem do poder simbólico de despotencializar os conflitos ou insatisfações quando estiver sendo utilizado.

O poder simbólico é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que eles encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, 1998, p.15).

Dessa forma, Bourdieu deixa ainda mais evidenciada a tese de que o poder simbólico está posto para exercer e legitimar a dominação das classes dominantes sobre as classes historicamente dominadas. A desarticulação e conseqüente destruição ou anulação dessa forma de poder que está baseado na alienação e no desconhecimento daqueles sobre quem exerce influência, poderá se dar somente com a “tomada de consciência” sobre esse poder arbitrário. Nesse caso, o poder

simbólico de desmobilização seria substituído por um poder simbólico de mobilização e de subversão, o que levaria a potencializar o poder das classes dominadas de reagirem a essa dominação.

Ao tratar dessa questão, Thompson (2002, p.231) sustenta que o poder simbólico é a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outras pessoas e de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Com isso, explica que aqueles que exercem o poder simbólico utilizam diversos recursos que ele denomina como “meios de informação e comunicação”. O autor observa ainda que o exercício do poder simbólico é uma das principais formas de aquisição do poder político.

Consideramos que o poder simbólico é utilizado pelos meios de comunicação para realizarem o que Rebelo (2006), no texto *Prolegômenos à narrativa mediática do acontecimento*, chamou de “processo de naturalização”. Ao se referir, por exemplo, à questão de um “problema” que deve ser entendido como um “problema” por toda a sociedade e, a partir disso, debatido pelo conjunto da sociedade em busca de uma solução, Rebelo (2006) destaca inicialmente que a instituição deste “problema” enquanto “problema” é, em grande medida, exterior a cada uma das pessoas que se pretende que façam parte deste “problema”. O autor ressalta que, na maioria das vezes, os “problemas” que aparecem como problemas da sociedade e, por consequência, de cada pessoa que dela faz parte, são exteriores às pessoas. E ainda mais, as estratégias que conduzem à assunção coletiva e à colocação destes problemas no centro dos debates, assim como as ações que propõem resolvê-los são também exteriores as pessoas.

O cotidiano é feito de um eterno trilhar, em ziguezague, por entre problemas. Desemprego. Insegurança. Falta de habitação. Problemas que são nossos problemas. São “nossos problemas” na medida em que nos afetam diretamente, em que, deles, somos vítimas. Não são “nossos problemas”, na medida em que a sua gênese nos é exterior. Trata-se de problemas que conhecem um processo de naturalização. E é justamente nesse processo de naturalização que nos faz perder a ideia de exterioridade. Que faz com que não tenhamos consciência plena da construção de um itinerário que, se não nos é imposto, nos é insinuado (REBELO, 2006, p.20).

Fundamentando-se em Bourdieu, Rebelo (2006) afirma ainda que esse processo de naturalização faz com que se estabeleça uma espécie de cumplicidade entre dominante e dominado, por meio do qual o dominado reconhece e,

reconhecendo, acaba por legitimar e fundamentar a lógica estabelecida pelo dominante.

Mas o que a comunicação e especificamente o jornalismo tem a ver com esse processo? Para o autor, o jornalismo constitui um mecanismo fundamental para a sedimentação desse processo de naturalização que, afirmamos, contribui substancialmente para a garantia e para a manutenção de uma sociedade dividida em classes.

Os grandes meios de comunicação social – jornais, estações de rádio, canais televisivos – constituíram desde sempre dispositivos centrais para o desencadear desses processos de naturalização. Para fabricar adesões. Para forjar consensos, não os “consensos comuns” de inspiração kantiana mas os que ocultam estratégias que Gramsci designava como “hegemônicas”. Para converter, como por magia, uma história fragmentada, em função de interesses e de oportunidades, por vezes inconfessáveis, numa continuidade feita de mutações tão dissimuladas quanto incessantes (REBELO, 2006, p.20).

Segundo este autor, os meios de comunicação contribuem, com isso, para criar uma “unidade indivisível” que se manifesta sem interrupções, sem hiatos. A nosso ver, contribuem para a tentativa histórica da burguesia – enquanto classe dominante – de travestir o seu pensamento e as suas necessidades particulares de uma universalidade sem base material, precisando, portanto, ser sustentada justamente no campo das ideias, da ideologia. De fato, a comunicação e, particularmente, a atividade jornalística ao trabalharem e utilizarem o poder simbólico para naturalizarem e pretenderem universalizar o pensamento da classe dominante carrega consigo uma carga alienante muito intensa.

No entanto, se pensarmos a partir da categoria do singular – que constitui a práxis jornalística – poderemos recorrer novamente a Genro Filho (1987) para afirmarmos que, se o jornalismo tomar a história como um processo de autoprodução do gênero humano e a política como a dinâmica dos conflitos em torno da qualificação da práxis social, poderá manifestar o seu potencial desalienante e humanizador. Dessa forma, produzirá um conhecimento que poderá potencializar – ao contrário de uma naturalização das relações sociais hegemônicas sob o domínio da burguesia e do modo de produção capitalista – uma forma de organização social que possibilite a emancipação dos seres humanos.

Defendermos, portanto, que o jornalismo como uma forma de conhecimento

tem na singularidade o potencial de desvelamento das contradições e implicações da particularidade e da universalidade de um determinado fenômeno histórico. Ao mesmo tempo, tem a capacidade de naturalização de acontecimentos que foram histórica e contraditoriamente constituídos, por meio da utilização do poder simbólico. A partir disso, podemos pensar: de que forma o conteúdo da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos no governo de Jorge Rafael Videla durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina podem, por meio da singularidade desta abordagem, desvelar o particular e o universal que estão por trás desses acontecimentos? De outro lado, podemos pensar: de que forma o conteúdo das reportagens de *Veja* sobre os acontecimentos relacionados ao governo de Jorge Rafael Videla durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina podem naturalizar, através do poder simbólico, uma forma de organização social que diz respeito à dominação de classe sustentada por meio da força?

São questões que podem ser pertinentes ao longo de nossa análise. Em seguida passamos a abordar a relação entre jornalismo e acontecimento.

2.2 Jornalismo na perspectiva do acontecimento

Acreditamos que, além de discutirmos o jornalismo como forma de conhecimento, o objeto de estudo desta pesquisa implica a abordagem da perspectiva teórica que trata do acontecimento e do acontecimento jornalístico. Consideramos que esta dissertação trata de acontecimentos sociais, ou seja, aqueles que têm lugar no cotidiano e na forma como se organiza determinada sociedade. Nesse sentido, acreditamos que a ditadura civil-militar argentina – enquanto acontecimento social, político e militar – pode ser compreendida como uma das múltiplas dimensões de um grande acontecimento social e político ocorrido em praticamente toda América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980: a ascensão das ditaduras civil-militares, que tem seu início marcante com o golpe de 1964 no Brasil, mas que acabam por se estender por todos os países do Cone-Sul. Procuramos, portanto, nesta seção, compreender e descrever o que se define por “acontecimento” tanto no que se refere ao acontecimento propriamente dito ou acontecimento social, estudado em geral pelo campo da história, como no que diz respeito à especificidade do acontecimento jornalístico.

2.2.1 A constituição do acontecimento: tentativa de definição

No âmbito do acontecimento estudado pelo campo da história, Peter Burke (1992) lembra a polêmica levantada, sobretudo, pela escola dos *Annales*⁸ contra a história positivista que privilegiava os grandes acontecimentos como o centro da construção histórica. No século XX, passou a ocorrer, principalmente na França, uma forte rejeição ao que foi pejorativamente chamado de *historie événementielle*⁹. Os historiadores dos *Annales*, principalmente um de seus fundadores, Lucien Febvre, seguido por Fernand Braudel, passaram a privilegiar a história das estruturas, pois compreendiam os acontecimentos como “a superfície do oceano da história, significativos apenas por aquilo que podiam revelar das correntes mais profundas” (BURKE, 1992, p.328).

Segundo Barbosa (2002), os historiadores estruturalistas procuravam demonstrar que a narrativa desconsiderava muitos aspectos importantes do passado, sendo impossível conciliar a estrutura econômica e social com a experiência e modos de pensar das pessoas comuns. Nesse cenário, a tônica passou a ser uma espécie de disputa entre aqueles que, como Braudel, defendiam que os historiadores deveriam considerar as estruturas mais seriamente do que os acontecimentos e outros que acreditavam que a função do historiador é apenas contar uma história.

De um lado os historiadores estruturais mostram que a narrativa tradicional passa por cima de aspectos importantes do passado, que ela simplesmente é incapaz de conciliar, desde a estrutura econômica e social até à experiência e os modos de pensar das pessoas comuns. [...] Por outro lado, os defensores da narrativa observaram que a análise das estruturas é estática e, assim, em certo sentido, não-histórica (BURKE, 1992, p.330-331).

Durante um longo período a pesquisa no campo da história focada nas

⁸ O que se convencionou pelos historiadores chamar de *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico que se constituiu em torno do periódico acadêmico francês *Annales d'histoire économique et sociale*. Foi fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, tendo como principal proposta contrapor-se a chamada história tradicional que se fundamentava em uma visão positivista da história enfatizando a crônica de acontecimentos e dos grandes personagens históricos. Os *Annales* substituíram o tempo breve da história dos acontecimentos pelos processos de longa duração e focalizaram a produção história na análise das estruturas. Para melhor esclarecimento sobre a Escola dos *Annales* vide: BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

⁹ História dos acontecimentos.

estruturas prevaleceu em relação a qualquer outro tipo de pesquisa histórica que pretendesse tratar de temas como o cotidiano, ou como a história de um pequeno vilarejo. No entanto, o autor destaca que esse tipo de abordagem, embora tenha trazido ganhos para a prática historiográfica, passou a ser fortemente contestada:

A escrita da história foi imensamente enriquecida pela extensão do seu tema, e também pelo ideal da “história total”. Entretanto, muitos estudiosos atualmente consideram que a escrita da história também tem sido empobrecida pelo abandono da narrativa, estando em andamento uma busca por novas formas de narrativa que serão adequadas às novas histórias que os historiadores gostariam de contar (BURKE, 1992, p.347).

A volta da narrativa na história implica a reabilitação do acontecimento como objeto, mas, como assinalou Pierre Nora (1977) “*um outro tipo de acontecimento*”, que não é aquele acontecimento efêmero que remetia ao passado sem dar conta do presente. Esse novo acontecimento permitiria uma história propriamente contemporânea, pois diretamente ligada ao presente.

A história contemporânea viu morrer o acontecimento “natural” onde se podia idealmente mudar uma informação contra um fato da realidade; entramos no reino da inflação da tessitura das nossas existências quotidianas (NORA, 1977, p.254).

Voltaremos a trabalhar com este texto de Nora, quando tratarmos do acontecimento jornalístico. Consideramos importante neste momento buscarmos uma definição de “acontecimento”. Neste sentido, Rebelo (2006) define o acontecimento como uma ocorrência que possui atualidade e ao mesmo tempo traz consigo um potencial de relevância e pregnância. Para este autor, uma ocorrência tem grandes probabilidades de ser considerada um acontecimento quando: a) se produz no nosso espaço e no nosso tempo, manifestando o seu potencial de atualidade; b) provoca uma ruptura no nosso quadro de vida; c) nos incita a reconstruir nosso quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada. Neste terceiro caso, demonstra o seu potencial de pregnância. Fundamentando-se em Paul Ricoeur, Rebelo (2006, p.18) propõe a demarcação de três fases na gênese e no desenvolvimento do acontecimento: a primeira fase corresponderia à emergência da ocorrência propriamente dita; a segunda, à procura de sentido; e a terceira, à diluição do acontecimento na narrativa construída a seu propósito.

Em relação à definição do que constitui um acontecimento, Charaudeau (2007) sugere, a nosso ver, que o processo de definição do acontecimento está permeado por certa confusão, pois de acordo com o autor:

O acontecimento é definido ora como todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva como todo fato que está fora da ordem habitual. Ora o acontecimento é confundido com a novidade, ora ele se diferencia dela, sem que se defina a diferença. Ora defende-se a ideia de que o acontecimento é um dado da natureza, ora sustenta-se que ele é provocado (CHARAUDEAU, 2007, p.95).

Este autor destaca que no mundo dos fenômenos existe, independentemente do olhar do homem, uma natureza que vive segundo princípios energéticos que obedecem a leis que dependem de sistemas. Dessa forma, postula que existem dois tipos de fenômenos que produzem, por consequência, dois tipos distintos de acontecimento. De um lado, fenômenos que são *autogerados*, que se desenvolvem segundo uma lógica interna, na qual os acontecimentos tornam-se previsíveis. Nestes casos, instaura-se uma relativa estabilidade que se inclui na ordem dos estados de coisas (a sucessão das estações, a aparição de um ciclone). De outro lado, fenômenos que são *heterogerados*, que necessitam de incitações externas eventuais/acidentais para se desenvolver, produzidos seja pelo encontro inesperado (coincidência, acaso) de elementos pertencentes a sistemas diferentes, seja pela aparição de um elemento externo ao sistema considerado, que funciona então com um acontecimento perturbador.

Dessa forma, o autor defende que o acontecimento não é somente a “desordem”, mas que em um determinado momento o acontecimento pode caracterizar-se pela constituição da “ordem” (a necessidade), em outro momento pela “desordem” (o acaso, a contingência). Para Charaudeau, o acontecimento surge, desenvolve-se e extingue-se na dialética permanente da ordem e da desordem, dialética que pode estar na natureza, mas cuja percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo. A forma como o acontecimento é visto e interpretado, de acordo com o autor, “depende do olhar que o sujeito humano lança sobre esse fato, ou seja, as redes que ele estabelece, através de sua própria experiência, entre diversos sistemas de pensamento e de crenças” (CHARAUDEAU, 2007, p.99).

Para que o acontecimento possa ser apreendido é necessário, segundo

este autor, que ocorram três processos diretamente ligados: *modificação*, *percepção* e *significação*. Para que ocorra o *processo evenemencial* do acontecimento, ou seja, o processo de construção do acontecimento, é necessário que num primeiro momento ocorra uma *modificação* no estado do mundo dos fenômenos, gerando um estado de desequilíbrio; em um segundo momento, essa modificação precisa ser *percebida* por sujeitos (ou que estes julguem que houve modificação) num efeito de “saliência”; por fim, que essa percepção se inscreva numa rede coerente de *significações* sociais por um efeito de “pregnância”. Consideramos importante, para melhor esclarecer esta questão, fazermos uma longa citação em que o autor define de forma consistente o processo em que surge o acontecimento. O processo evenemencial consiste, portanto, em:

Modificação de um estado do mundo que faz com que os seres (humanos ou não humanos) sofram uma mudança, passem de um estado (E1) a um estado (E2) provocando uma mudança na ordem das coisas, uma desestabilização de organização do mundo, como determinismo absoluto do ser. Primeira condição para isso: *é preciso que aconteça alguma coisa, isto é, que de um modo ou de outro alguma coisa cause uma ruptura na ordem estabelecida e provoque um desequilíbrio nos sistemas que fundam essa ordem. Percepção* dessa modificação, dessa ruptura, por um sujeito que tem a capacidade de ver descontinuidade no contínuo estado do mundo, desordem num estado de ordem (ou o inverso), movimento no repouso (ou o inverso), em resumo, que possa perceber tudo o que faz diferença. Segunda condição para que o acontecimento seja percebido enquanto tal: *é preciso que alguém perceba o que, nele, provoca o efeito de “saliência” na uniformidade do mundo [...]. Significação* dessa modificação do mundo, pois esta deve ser digna de interesse, deve ser notável para o sujeito como ser social. Nesse sentido, essa modificação, e sua percepção cognitiva, deve inscrever-se numa problematização, isto é, numa cadeia de causalidades que lhe conferirá uma razão de ser [...] (CHARAUDEAU, 2007, p.100, grifos nossos).

Dessa forma, Charaudeau explica que a modificação não é vista apenas como “saliência”, ela se torna “pregnância” para o sujeito. É pela pregnância que a saliência adquire sentido, diversifica-se e se torna de algum modo uma nova saliência.

Isso supõe que o próprio sujeito se inscreve num processo de expectativas cuja perturbação por algo inesperado, que provoque afastamento ou desvio, provoque ao mesmo tempo espanto e tentativa de racionalização, para estabelecer ou modificar os sistemas já existentes de inelegibilidade do mundo (CHARAUDEAU, 2007, p.100-101).

Berger e Tavares (2010) também destacam, retomando os conceitos de atualidade e pregnância trabalhados por Rebelo (2006), que não são todas as

ocorrências ou ações que se constituem como acontecimentos.

[...] A atualidade relaciona-se à “produção” do acontecimento no nosso espaço e no nosso tempo. Já a pregnância, à capacidade de certa ocorrência provocar uma ruptura no nosso quadro de vida. [...] A perturbação em nosso quadro de vida a que faz referência o autor aponta para uma característica compartilhada em reflexões sociológicas e filosóficas sobre o acontecimento: sua ação de romper com a normalidade, com a ordem das coisas. “Impor” a um contexto temporal, mesmo que por um instante, uma ruptura (BERGER e TAVARES, 2010, p.123).

Com base na formulação de acontecimento apresentada até este momento, observamos que as ocorrências que tiveram lugar na conjuntura argentina durante a ditadura civil-militar podem ser classificadas como acontecimentos sociais. É possível afirmar que esses acontecimentos estavam carregados, durante a sua ocorrência, da atualidade e da pregnância a que se referem os autores. Ao mesmo tempo em que era atual, ou seja, aquele país era governado por uma Junta Militar naquele momento histórico, ele também potencializou “perturbações” nas vidas cotidianas dos habitantes daquele país, instituindo um novo contexto para aquela sociedade. Mas, se quisermos pensar as categorias próprias de Charaudeau, podemos dizer que o advento da ditadura civil-militar na argentina proporcionou uma *modificação* da forma de organização daquela sociedade fazendo com que os sujeitos envolvidos sofressem uma forte mudança, passando de um estado (E1) a outro estado (E2) provocando uma mudança na ordem das coisas. Ao mesmo tempo houve a *percepção* dessa modificação, dessa ruptura, por um sujeito ou por muitos sujeitos que tiveram a capacidade de ver a descontinuidade provocada por aquele acontecimento no contínuo estado de organização daquela sociedade. Portanto, vendo uma desordem num suposto estado de ordem. Por fim, ocorreu sem dúvida uma *significação* dessa modificação da organização social, pois a modificação proporcionada pela ascensão dos militares ao poder foi absolutamente notável para o sujeito enquanto ser social.

Em sua definição de acontecimento, Quéré (2005) trabalha, na mesma linha de Charaudeau e de Rebelo quando afirma que “o acontecimento apresenta, pois, um caráter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é apenas o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra” (QUÉRÉ, 2005, p.60). Subsidiado pela reflexão de G. H. Mead, o autor avalia que o acontecimento nunca é inteiramente condicionado por aquilo que provocou ou

tornou possível.

Ele [o acontecimento] introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou de inédito. Quando um acontecimento se produziu qualquer que tenha sido a sua importância, o mundo já não é o mesmo: as coisas mudaram. O acontecimento introduz uma descontinuidade só perceptível num fundo de continuidade. No entanto, apesar de a ocorrência de um acontecimento mudar qualquer coisa ao estado anterior do mundo, nem tudo o que acontece é descontínuo. Certos acontecimentos são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. A sua ocorrência faz, apesar disso, emergir algo de novo (QUÉRÉ, 2005, p.61).

No entanto, este autor ressalta que, por mais descontínuo que seja o acontecimento, ele foi, em dada medida, condicionado. Condicionado, enfatiza Quéré, mas não determinado, pois as condições que levam ao surgimento do acontecimento são, de fato, necessárias, mas não o determinam completamente o acontecimento que daí emergiu. Ele enfatiza que:

Mesmo o acontecimento mais determinado pode ser considerado como comportando uma parte de indeterminação, logo de novidade. Tal como o presente não é nunca completamente determinado pelo passado, mesmo se condicionado por ele. O conhecimento do que condicionou a produção do acontecimento é decisivo para a organização da conduta. Aliás, é para controlar o reaparecimento do passado no futuro, enquanto condicionante deste, que nos referimos ao passado na conduta (QUÉRÉ, 2005, p.63).

O acontecimento na formulação de Quéré caracteriza-se por ser algo descontínuo, com isso ele tem a capacidade de exceder suas condicionantes, ultrapassando as possibilidades que estavam estabelecidas de forma prévia. Esse é um fato que, de certa forma, explica que o acontecimento ao emergir não possa ser imediatamente identificado ou compreendido:

Não se sabe o que se passa porque a serialidade do decorrer das coisas, que configura localmente uma parte do possível, é rompida, e não se compreende o acontecimento porque não podemos ainda inseri-lo num contexto nem considerá-lo como resultado de um encadeamento serial. Há coisas que acontecem, e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido do possível. Ao acontecerem, somos obrigados a reconhecer que havia possibilidades, potencialidades ou eventualidades [...] Enfim, o acontecimento pode afetar profundamente o horizonte dos possíveis que serve de pano de fundo ao traçar dos nossos objetos (QUÉRÉ, 2005, p.63).

Louis Quéré destaca ainda que o acontecimento pode se constituir tanto em um ponto final de um determinado processo, como o ponto inaugural de outro

processo. Segundo o autor, quando um acontecimento se produz, primeiramente é tratado como um fato no mundo, situável no tempo e no espaço. Em seguida busca-se identificá-lo através de uma descrição, procurando especificar as suas circunstâncias. Por fim, busca-se explicá-lo pela trama causal que o provocou, dando-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe “valores de normalidade”. Nessa perspectiva o acontecimento torna-se um ponto final, descrito pelo autor da seguinte forma:

Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidas pelo contexto. Além disso, aparece fechado quando concluído. Está inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Não o extravasa. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois (QUÉRÉ, 2005, p. 66-67).

De outro lado, o autor destaca que, em outra perspectiva, o acontecimento pode ser considerado como um começo. Nesses casos, os acontecimentos deixam de ser apreendidos na sua origem com um passado ou uma trama causal, sendo que a sua significação já não é derivada de um contexto predefinido: constituem o seu próprio contexto de sentido. Na perspectiva do acontecimento enquanto ponto inaugural de um determinado processo, o autor afirma que:

É uma inversão de perspectivas que se produz. Ou uma conversão do olhar: em vez de ser o contexto no qual o acontecimento produziu a esclarecê-lo, passa a ser o acontecimento a esclarecer o seu contexto, a modificar a inteligência de acontecimentos ou de experiências anteriores, a revelar uma situação com o seus horizontes, a descobrir “uma paisagem inesperada de ações e de paixões”, a fazer surgir possibilidades e eventualidades insuspeitas, a projetar a sua luz sobre o que o terá precedido e sobre o que lhe poderá seguir. Em síntese: o acontecimento passará a projetar um sentido novo sobre o mundo. Sentido do qual ele será a origem (QUÉRÉ, 2005, p.67).

Portanto, a especificidade do acontecimento estaria no fato de conseguir provocar efeitos no tempo e no espaço e projetar-se tanto para o passado como para o futuro:

Espacialmente, porque os seus efeitos podem estender-se a lugares muito distantes daquele em que ocorreu. Temporalmente, porque se alonga para o futuro e para o passado. Para o futuro, porque é só posteriormente, com um certo atraso, via os efeitos produzidos, as consequências, as situações criadas e reveladas, as respostas suscitadas que ele pode ser verdadeiramente compreendido. Para o passado, porque, para além de que só emerge graças ao acontecimento, este permite descobri-lo sob um novo dia, devido ao ponto de vista inédito que fornece e aos recursos interpretativos que transporta. Por isso, o acontecimento não se produz somente no tempo: ele dá também “o tempo a ver-se” (QUÉRÉ, 2005, p. 69).

Após apresentarmos as definições do acontecimento, de sua gênese a seu desenvolvimento, bem como a relação com nossa pesquisa, passamos a discuti-lo como acontecimento jornalístico.

2.2.2 O acontecimento jornalístico

Ao tratar das tipologias do acontecimento jornalístico, Berger e Tavares (2010) destacam que há pelo menos dois tipos de acontecimentos que se desdobram em muitos outros. O acontecimento vivido no cotidiano (acontecimento social) e o acontecimento jornalístico. O primeiro diz respeito à emergência e às afetações do acontecimento na realidade tangível e em suas consequências cognitivas – como enfatizamos na descrição do acontecimento na seção anterior. O segundo tipo – que será objeto desta seção – tem lugar nas reflexões dos estudos de jornalismo e diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento.

De acordo com Berger e Tavares (2010), é impossível separar rigorosamente a reflexão sobre os dois acontecimentos. Concordamos com essa afirmação, e é nesse sentido que pretendemos evidenciar o papel da comunicação e especificamente do jornalismo na exposição dos acontecimentos sociais. Para tanto, consideramos importante retomarmos as reflexões de Nora (1977) quando este autor avalia que a volta da narrativa e, por consequência deste “outro tipo de acontecimento”, pressupõe que o presente seja o lugar temporal por excelência deste “outro tipo de acontecimento”. Neste caso, o historiador francês observa que a história passaria a ser realizada por outros atores reunidos sob a assinatura dos *mass media*:

Era aos *mass media* que começava a pertencer o monopólio da história. A partir de agora, pertence-lhes. Nas nossas sociedades contemporâneas é através deles, e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos (NORA, 1977, p.245).

Nora (1977) destaca que acontecimentos muito importantes podem vir a existir sem que deles se fale, fazendo com que o fato de que tenham existido não seja suficiente para torná-los históricos. Segundo o autor, para que realmente haja o “acontecimento” é preciso que ele seja conhecido e, é nesse ponto que a comunicação de massa demarca a sua importância, ao revelar e ao tornar conhecido um determinado acontecimento. Para esse autor, a relevância dos veículos de comunicação de massa pode ser compreendida pelo fato de que estes veículos podem conferir a um discurso, a uma conferência, em síntese, a um determinado fato, o caráter de *irreversibilidade*. Portanto, sugere-nos que os veículos de comunicação de massa conferem a materialidade necessária para que o acontecimento possa estar definitivamente gravado na história, para que se torne um acontecimento histórico.

O autor reafirma essa ideia quando diz que independentemente do acontecimento ser político ou social, literário ou científico, local ou nacional, o seu lugar estará sempre inscrito nas páginas dos jornais. Para Nora, portanto, o acontecimento, descortinado pelos meios de comunicação de massa, é a ruptura que põe em dúvida o equilíbrio sobre qual a organização social se fundamenta.

Essa ideia parece ser compartilhada por Adriano Rodrigues (1993) quando, ao tratar do acontecimento jornalístico, destaca que o acontecimento é tudo o que *irrompe na superfície lisa da história* e, mais do que isso, constitui no discurso jornalístico, o referente do que se fala. É por isso que, segundo Rodrigues, uma das mais tradicionais regras da prática jornalística é afirmar que a opinião deve ser livre, mas que os fatos são soberanos, que dão a certeza de verdade.

É acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de fatos virtuais. Pela sua natureza, o acontecimento situa-se, portanto, algures na escala das possibilidades de ocorrência, sendo tanto mais imprevisível quanto menos provável for a sua realização (RODRIGUES, 1993, p.27).

Rodrigues (1993) distingue os fatos normais – que ocorrem por causas de fácil determinação – dos acontecimentos de natureza especial, que se tornarão

acontecimentos jornalísticos. Estes, de acordo como o autor, irrompem sem nexos e nem causa aparente de fácil conhecimento, adquirindo com isso a característica de serem *notáveis* e, por consequência, dignos de serem registrados na memória. Com isso, Rodrigues destaca que:

O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. Neste sentido, faz parte de um conjunto relativamente restrito que pertence a um universo muito vasto (RODRIGUES, 1993, p.27).

Nesse ponto, podemos observar que as formulações de Nora (1977) e de Rodrigues (1993) em relação à ligação direta do acontecimento com os meios de comunicação podem sugerir que, no caso do objeto desta pesquisa, a revista *Veja* publicizou para o seu público leitor os acontecimentos sociais, que também são acontecimentos políticos e militares, relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. É possível dizer, portanto, que *Veja* contribuiu para a existência desses acontecimentos e para torná-los históricos diante de seu público leitor.

Entretanto, *Veja* não narrou esses acontecimentos na sua forma bruta, como realmente aconteceu, mas construiu novos acontecimentos ao relatar os acontecimentos sociais. Essa afirmação tem respaldo em Charaudeau (2007), para quem:

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade (CHARAUDEAU, 2007, p.13).

O autor em referência destaca que o acontecimento para tornar-se acontecimento midiático passa por uma operação de construção em que o acontecimento deverá ser selecionado e construído de acordo com o seu potencial de “atualidade”, de “socialidade” e de “imprevisibilidade”. Para ele, o potencial de *atualidade* é avaliado segundo a distância que separa o momento de aparição do acontecimento do momento da informação. Como consequência disso, o autor destaca que:

Esse potencial se transformará em tendência, por parte das mídias, de tratar o acontecimento em seu imediatismo, como se ele existisse num estado definitivo e logo fosse afastado por um outro acontecimento sem relação com o anterior. Também se acha ligado à atualidade um potencial de “proximidade” especial, que se traduz na qualidade do acontecimento em surgir num ambiente próximo ao sujeito informado (CHARAUDEAU, 2007, p.102).

Já o potencial de *socialidade* seria avaliado segundo a aptidão do acontecimento em representar o que acontece num mundo em que o que está organizado coletivamente e o que diz respeito ao destino dos seres humanos é compartilhado pelos indivíduos que neste mundo se inserem e que, por conseguinte, estão nele implicados como seres humano-sociais. Em relação ao potencial de *socialidade*, Charaudeau descreve:

Trata-se, para as mídias, de responder à condição de pregnância, o que as leva a construir os universos de discurso do espaço público, configurando-os sob a forma de rubricas: política, economia, esportes, cultura, ciências, religião, etc (CHARAUDEAU, 2007, p.102).

Por fim, o potencial de *imprevisibilidade* diz respeito à finalidade de captação do contrato de informação e corresponde a função de apresentar a característica de saliência do acontecimento.

A saliência será, aqui, produzida pelo fato de que o acontecimento escolhido veio perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor da informação, o que levará a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou o particularmente notável. O acontecimento midiático será então reinterpretado em função do potencial de pregnância do receptor, isto é, de sua aptidão em recategorizar seu sistema de inteligibilidade e em redramatizar seu sistema emocional (CHARAUDEAU, 2007, p.102-103).

A linha de pensamento destes autores, até o momento trabalhados nesta seção, evidencia que o acontecimento jornalístico tem, em princípio, como categorias estruturantes a *notoriedade/excepcionalidade*. Em outras palavras, a notoriedade dos acontecimentos sociais seria a base para a produção noticiosa, caracterizando-os, portanto, como acontecimentos jornalísticos:

Da cadeia de sentidos que um “acontecimento legítimo¹⁰” faz emergir – seja por sua dimensão temporal, seja por sua dimensão cognitiva – é possível pensar uma certa “hermenêutica jornalística” tecida pela necessidade de falar sobre o que acontece no mundo [...] e pelo tensionamento provocado pelo acontecimento frente às próprias (e relativamente autônomas) lógicas

¹⁰ Acontecimento “legítimo” seria aquele acontecimento social vivido no cotidiano.

jornalísticas existentes e formalizadas no cotidiano em suas práticas profissionais. *Nessa tensão, o jornalismo dedica-se a reconhecer e recolher acontecimentos do mundo e, ao fazer isso, produz “acontecimentos jornalísticos”*. Entrecruzam-se aí, numa espécie de triangulação, a ideia de realidade, associada a questões que envolvem o sujeito e a linguagem (BERGER e TAVARES, 2009, p.4, grifo nosso).

Benetti (2010), ao tratar do “jornalismo como acontecimento”, aponta indícios para a problematização da ideia de que o acontecimento deva ser algo que necessariamente contenha uma carga intensa de *notoriedade* ou de *excepcionalidade*. Tratando especificamente do acontecimento jornalístico, a autora avalia que:

A perversidade dessa lógica, que contra qualquer argumento plausível mantém-se como estruturante do discurso jornalístico, é que grandes fenômenos sociais, cujo interesse público não poderia ser questionado sem constrangimento, geralmente não têm lugar no jornalismo porque se estabeleceram, historicamente, como invariantes. São os casos da fome, das desigualdades e das injustiças sociais, que contemporaneamente costumam ser percebidas como “parte do sistema”. Dito de forma crua são fatos clinicamente percebidos como ordinários ou comuns, não alcançando os requisitos que lhes permitiriam ocupar o estatuto de acontecimento jornalístico (BENETTI, 2010, p.146).

Antunes (2008), a nosso ver, também problematiza a ideia de que o acontecimento deva ser sempre constituído por uma notoriedade/excepcionalidade. Ao se contrapor à concepção de que o acontecimento seria sempre percebido como uma ruptura, e conseqüente surgimento de algo novo, o autor destaca que o acontecimento jornalístico pode trabalhar com uma concepção oposta a da ruptura.

Ocorre, assim, que o jornalismo também opera exatamente em direção oposta a essa ideia de ruptura, promovendo a integração do “novo” às categorias do já existente, como construído pelo sistema de informação e pela própria experiência social. Há, pois, uma figuração dos acontecimentos com base em uma estrutura arquetípica, há um padrão que retém alguns acontecimentos e despreza outros, os fatos visam os acontecimentos procurando de certa maneira estabilizá-los (ANTUNES, 2008, p.4).

O que o jornalismo faz seria expor um acontecimento num processo que, recordando Charaudeau, Antunes chama de *processo evenemencial*. Nesse ponto, a provável desordem causada pelo acontecimento e sua imprevisibilidade são contextualizadas, pelo jornalismo, em uma espécie de “mundo significado”.

À percepção de algo que perturba uma ordem opõe-se, pelo relato jornalístico, um enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes. O acontecimento funciona, pois, como uma ocorrência inicial que demanda a

construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em acontecimentos jornalísticos (ANTUNES, 2008, p.4).

Com isso, o acontecimento jornalístico, ao contrário de ser caracterizado apenas pela ruptura, pode ser considerado como a “a produção de um ponto rítmico na temporalidade cotidiana”, como afirma Antunes.

Acreditamos que as perspectivas aqui expostas sobre o acontecimento e sobre o acontecimento jornalístico nos mostram o quanto pode ser complexa uma única definição desses fenômenos. Consideramos que para nosso trabalho é importante pensarmos o acontecimento social diretamente ligado ao acontecimento jornalístico, pois não podemos dissociar os acontecimentos sociais (políticos e militares) ocorridos na Argentina no período do primeiro governo da ditadura civil-militar, entre 1976 e 1981, dos acontecimentos jornalísticos selecionados e relatados nas páginas da revista *Veja* sobre este país naquele período. Mas como esses acontecimentos de natureza social, política e militar foram retratados por *Veja*? Como esses acontecimentos de natureza social foram vistos enquanto potenciais acontecimentos jornalísticos por *Veja*? Como eles foram apresentados ao seu público leitor?

Essas questões – assim como aquelas elencadas ao final da seção anterior que debate o jornalismo como forma de conhecimento – aqui apenas anunciadas possibilitam-nos um vasto campo de pesquisa, ainda mais se buscarmos saber como esses acontecimentos se tornaram também acontecimentos históricos por meio das páginas de *Veja*. Nesse sentido, necessitamos buscar a historicidade da atividade jornalística. É o que procuramos fazer na próxima seção.

2.3 O jornalismo como história imediata

Como afirmamos anteriormente, nosso objeto de estudo se constitui na convergência entre os campos do jornalismo e da história. A ideia principal é que, por meio da construção do acontecimento, o jornalismo apresenta ou formula uma

produção de conhecimento histórico por meio de sua forma de observar, entender e relatar determinado acontecimento. É nesse sentido que procuramos, nesta seção, apresentar o conceito de história imediata a partir de Lacouture (1998), Chauveau e Tétarart (1999) e Vicente (2009) e debater a historicidade do jornalismo com base em Antunes (2007; 2008), asseverando a possibilidade de a história imediata ser a forma de historicidade do jornalismo.

Em relação ao conceito de história imediata, de acordo com Lacouture (1998), essa forma de fazer história não pode ser colocada em um determinado enquadramento específico. Ela se caracteriza substancialmente por ser construída num cenário em que há uma proximidade muito grande entre a redação da obra e o tema tratado, além de uma proximidade material do autor com aquilo que está sendo narrado ou estudado.

Observemos de saída que a imagem da “história imediata” tal como a percebemos não para de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória. Do jornalismo bem pouco rigoroso, praticado por homens imersos no acontecimento a ponto de serem, ao mesmo tempo, participantes e reflexos dele, à pesquisa propriamente histórica que tem por objeto um período bastante recente e recorre aos métodos da enquete-entrevista. [...] Passa-se aquém e além de certa linha específica que seria a da história imediata, cujos componentes irreduzíveis são, a um só tempo, proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada (LACOUTURE, 1998, p.216).

Portanto, as características principais desse tipo de história são: ser próxima, participante e ao mesmo tempo rápida na sua execução. Ela também deve ser produzida por um ator ou uma testemunha muito próxima do fato, da decisão que está sendo analisada. Com isso, o autor salienta que os lugares privilegiados da realização da história imediata seriam os meios de comunicação de massa.

Se a mediação em tal domínio [o da história] é quase inacessível, isso vem do fato de que a operação histórica é verificação, delimitação, exclusão, coleção, e supõe a intervenção de um mínimo de meios técnicos de mediação, caneta, papel, cola, pastas, documentos. Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da “história imediata” assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa (LACOUTURE, 1998, p.216).

É importante ressaltar que neste trabalho não estamos tratando de história enquanto conhecimento produzido pela ciência historiográfica, mas como registro de acontecimentos ainda em andamento. A principal contribuição da história imediata, a

nosso ver, está no fato de possibilitar que os atores ou observadores muito próximos do acontecimento possam relatar a própria história.

Também é preciso lembrar que essa fórmula de “história imediata” não tende apenas a encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação, mas também dar a palavra aos que foram atores dessa história. Ela não apenas aspira à rapidez dos reflexos. Ela quer se elaborar a partir desses arquivos vivos que são os homens (LACOUTURE, 1998, p.217).

Lacouture traz alguns exemplos que podem ser considerados emblemáticos da realização dessa forma de história. O primeiro se refere ao livro clássico *História da Revolução Russa* de Leon Trotsky, em que o autor foi um dos principais protagonistas do acontecimento, vivendo e contribuindo para a criação dos fatos.

A imediação de certa história que se elabora hoje [...] baseia-se tanto em sua instantaneidade quanto na relação afetiva entre o autor e o objeto da sua pesquisa. Nesse sentido, pode-se ver um modelo desse tipo de história na “História da Revolução Russa”, de Leon Trotsky, que, por ter sido escrita vários anos depois da sequência dos fatos estudados, apresenta o extraordinário interesse da coisa não apenas viva, mas vivida, criada (LACOUTURE, 1998, p.217).

O segundo exemplo é o de Prosper Olivier Lissagaray, jornalista e militante socialista francês, que participou ativamente do levante popular que ficou conhecido como a Comuna de Paris¹¹, tornando-se o seu principal historiador ao publicar a *História da Comuna*, que reúne depoimentos dos sobreviventes exilados em Londres e na Suíça. Lissagaray consultou também todos os documentos disponíveis no momento em que produzia o livro. Referindo-se a Lissagaray, Lacouture (1998, p.222) avalia que este autor propõe o tipo de trabalho que o “imediatista” aspira: o primeiro esboço, a primeira apresentação, a incomparável coleção de documentos precívalis – os gestos dos vivos, a voz humana, as cores e os odores de uma multidão e de um povo no trabalho e no combate – a partir da qual as outras operações históricas se desenvolvem em profundidade.

¹¹ A Comuna de Paris – primeiro governo operário da história – foi o resultado do levante popular de operários de Paris que resistiram à invasão alemã durante a guerra franco-prussiana (ocorrida entre 19 de julho de 1870 - 10 de maio de 1871). Fundada em 18 de março de 1871 na capital francesa, a Comuna de Paris foi brutalmente combatida pelos invasores alemães, com a ajuda do governo conservador da França que se encontrava concentrado em Versalhes, que só conseguiram derrotar os Communards em 27 de maio de 1871. Os trabalhadores resistiram rua por rua, barricada por barricada, incendiaram a cidade, mas não se entregaram. O resultado desse processo foi cerca de 30 mil trabalhadores franceses mortos e 45 mil prisioneiros.

O terceiro exemplo dado por Lacouture (1998) é o famoso caso de Watergate nos Estados Unidos. Segundo ele, o caso dos jornalistas do *Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, autores da reportagem histórica “Os homens do presidente” que relatava minuciosamente o caso Watergate, que culminou com a renúncia do presidente estadunidense Richard Nixon, pode ser considerado como a produção de uma história imediata.

[...] É claro que, tanto para esses dois repórteres, como para o redator-chefe que os ajudou a realizar a enquete antes que ela assumisse as proporções de um livro, Benjamin Bradlee, não se trata apenas de descrever a ferida: trata-se de incisá-la para curá-la. O historiador-repórter entra, aqui, em seu tema não só para dele fazer um acontecimento – o que é, em primeiro grau, seu ofício –, mas para fazer desse acontecimento o fim de certa história (LACOUTURE, 1998, p.223-224).

Como um quarto exemplo de produção de uma forma de história imediata, podemos pensar, assim como apontou Lacouture, nas obras de Karl Marx, sobretudo, *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* (2008a), *O 18 brumário de Luís Bonaparte* (2008b) e *A guerra civil na França* (2008c). Na primeira destas obras, o pensador alemão, apresenta uma criteriosa análise das lutas entre 1848 e 1849, tratando, do ponto de vista da classe trabalhadora, das expectativas que essas lutas trouxeram e das causas da derrota proletária. O diferencial da obra de Marx é que, para além de um relato histórico, esse autor realizou uma análise profunda dos acontecimentos, o que o levou, neste caso, a vislumbrar que a luta central que os trabalhadores deveriam levar a frente era a disputa pelo Estado. Em *O 18 brumário de Luís Bonaparte* – que pode ser considerado uma forma de continuidade do texto anterior – Marx descreve e analisa o golpe, dado em 1851 por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte. Por fim, em *A guerra civil na França*, Marx trata da mais importante luta proletária do seu tempo, a Comuna de Paris.

De Trotsky a Marx, passando por Lissagaray e pelos jornalistas do caso Watergate é possível dizer, concordando com Lacouture, que esses casos traziam consigo “um espírito vigoroso, colocado ou se colocando diante do inimaginável, aplica-se a fazer funcionar lucidamente seu espírito analítico e seu equipamento cultural para compreender e dar a compreender, medir, prever, sugerir” (LACOUTURE, 1998, p.236).

Duas outras características dessa forma de produção histórica descrita por

Lacouture são: que os “imediatistas” trabalham em um estágio dos acontecimentos que os impede de saber a conclusão do que está estudando; que os “imediatistas” tendem a trabalhar com os pontos altos dos acontecimentos e tendo como base, em muitos casos, aquilo que é o “sensacional”.

No primeiro caso, o autor avalia que o historiador do imediato convive com a incapacidade de prever ou impossibilidade de saber o resultado do acontecimento que estuda. No entanto, essa “ignorância” em que costuma se encontrar o historiador do imediato quanto à conclusão do período que estuda pode ser, segundo Lacouture, uma força ou uma virtude.

Conhecer o desfecho de um combate talvez leve a subestimar o vigor, o dinamismo do vencido. Busca e aferição das mudanças, a história talvez o seja melhor quando considera o curso dessas transformações, independentemente do desenlace. E como isolar melhor esse curso de seu fim, especificá-lo, restituir-lhe sua “abertura”, do que mantendo-se aberto a todas as hipóteses? (LACOUTURE, 1998, p.224-225).

No segundo, Lacouture (1998) destaca que a característica de o “imediatista” trabalhar com os “picos” se deve ao fato de que é no ponto alto dos acontecimentos que surgem as maiores “tempestades”, ou seja, os pontos mais interessantes dos acontecimentos. No entanto, para que a pesquisa do imediato seja bem sucedida, o autor faz uma ressalva:

Claro, a atividade do pesquisador do imediato, com frequência um jornalista, é comandada por uma concepção da atualidade baseada no sensacional [...]. Será necessário inverter, ou burlar essa regra. Será preciso que, melhor equipado intelectualmente do que há algum tempo e muito melhor tecnicamente, o pesquisador do presente possa enfim ser admitido a caminhar nas encostas moderadas dos países cuja história se escreve no singular, das províncias e dos bairros cuja vida é, a princípio, uma sequência de dias (LACOUTURE, 1998, p.235).

Lacouture enfatiza, por fim, que a história imediata é marcada por ser uma forma de produção de conhecimento histórico impulsionado pelos meios de comunicação. Para o autor:

A história imediata não é uma futilidade de nosso século [XX]. É uma secreção e uma projeção. O que caracteriza o mundo convulsionado e comunicante em que vivemos não é apenas o fato de que toda a crise nos deixa em palpos de aranha, seja ela provada pela criação de um “mochar” israelense em Golan, pelo desastre de automóvel de um Emir na costa dos Piratas ou por uma greve na Cracóvia, e de que essa crise pode, a qualquer momento, subverter nossa vida, deter o processo de produção ou condenar

ao frio nações inteiras, mas sim que esses acontecimentos sejam logo levados a conhecimento da opinião pública afligindo-a, projetando-a na angústia. É essa imediação da comunicação que impõe o desenvolvimento da história imediata, sinais de bruma de uma sociedade alucinada por informações e no direito de exigir inteligibilidade histórica próxima (LACOUTURE, 1998, p.238).

Vicente (2009), retomando alguns conceitos de Lacouture, afirma que a história imediata parte da constatação de que frequentemente temos um número maior de acontecimentos que são presenciados instantaneamente por milhões de pessoas:

Na história imediata, os fatos estão ocorrendo, não tiveram um desfecho final. Em função dessa situação, a história imediata se alimenta com a proximidade temporal e material do autor em relação ao seu objeto de estudo. Além disso, a história imediata é próxima, participativa e rápida na sua execução, pois acaba sendo elaborada por alguém que presenciou e analisou o caso estudado. Essa peculiaridade tornou os *mass media* o veículo privilegiado para divulgar a história imediata, iniciando-se uma relação que passou da forma para o conteúdo, ou seja, os *mass media* acabariam divulgando resultados de historiadores identificados com a história imediata (VICENTE, 2009, p.78).

Essa constatação de que a história imediata trabalha com fatos ainda em processo faz com que Vicente (2009) destaque que um dos pontos mais emblemáticos com os quais se defronta essa forma de história diz respeito ao fato de o pesquisador ou narrador não conhecer o desfecho dos acontecimentos. Assim como Lacouture, este autor afirma que o historiador-repórter aborda uma determinada situação, tendo a necessidade de chegar a um desenlace final. Entretanto, esse desenlace é sempre provisório, pois com o fato inacabado podem acontecer desfechos muito diferenciados, até mesmo inusitados e inimagináveis no momento em que o fato está sendo relatado. A história imediata é um ramo que destaca a simultaneidade dos processos.

Desse ponto de vista, os meios de comunicação podem ser caracterizados como locais onde se manifestam os cenários dos acontecimentos daquele instante, fazendo assim uma história imediata. É possível dizer, na linha de Chauveau e Tétarart (1999) que o jornalismo é o grande potencializador da história imediata:

De certa maneira, ela [a história imediata] é filha da imprensa. De fato, foram a pressão jornalística e a demanda social conjugadas que impuseram o princípio da história imediata a partir dos anos 1950. [...] O procedimento da história imediata é mais parecido com as técnicas jornalísticas do que com as da ciência histórica. Os fatores conjugados que lhe deram

nascimento não resultam, em primeiro lugar, do princípio inicial da história: o recuo, o desprendimento com relação ao fato (CHARAUDEAU e TÉTART, 1999, p.22).

No entanto, consideramos importante destacar que a posição de que o jornalismo possui essa capacidade de produzir uma forma de história não é consensual. Para Charaudeau (2007), a característica das mídias é essencialmente a-histórica. Este autor sustenta a a-historicidade da notícia ao assegurar que a contemporaneidade do jornalismo não tem qualquer proximidade com a de outros domínios, sobretudo, da história. O argumento de Charaudeau é que na produção do conhecimento histórico a contemporaneidade é mais extensa, inscreve-se no campo do perene, do tempo da longa duração.

As mídias têm como tarefa dar conta de acontecimentos que se situam numa co-temporalidade enunciativa. [...] Entretanto, esse caráter de co-temporalidade que define a atualidade midiática não deve ser confundido com o de outros domínios. Na história, por exemplo, o espaço de tempo coberto pela contemporaneidade é muito mais extenso, porque se define a partir da permanência das organizações sociais e dos comportamentos dos povos e das nações, através de seu imaginário social e dos valores simbólicos que o sustentam. [...] a contemporaneidade midiática está no fato de a aparição do acontecimento ser o mais consubstancial possível ao ato da transmissão da notícia e a seu consumo. Eis porque é preferível falar aqui de co-temporalidade em vez de contemporaneidade. A noção de atualidade é de importância central no contrato midiático, tanto que se pode dizer que é ela que guia as escolhas. Isso implica duas características essenciais do discurso de informação midiático: sua *efemeridade* e sua *a-historicidade* (CHARAUDEAU, 2007, p.133-134, grifos do autor).

A notícia, portanto, traria consigo uma superficialidade, uma efemeridade ao retratar o mundo. O caráter de atualidade focado em responder a questão “*o que se passa nesse momento?*” não permitiria que a notícia tivesse uma perspectiva quanto ao passado, ou pudesse fazer uma projeção para o futuro. Segundo Charaudeau:

As mídias nunca podem garantir que o que é relatado traga alguma marca de perenidade. O discurso das mídias se fundamenta no presente de atualidade, e é a partir desse ponto de referência absoluto que elas olham timidamente para ontem e para amanhã, sem poder dizer muita coisa a respeito. Não raro fazem o que o meio profissional chama de *perspectivação*, que não pode trazer, no entanto, explicações históricas. Assim sendo, pode-se dizer que o discurso de informação midiático tem um caráter fundamentalmente *a-histórico* (CHARAUDEAU, 2007, p.133-134).

Neste ponto, Antunes (2007) posiciona-se contrariamente a Charaudeau, argumentando que distinguir a notícia da história não implica negar-lhe historicidade.

Como diz Tétu (2003), a interpretação da ação relatada na notícia supõe o acionamento de formas culturais “tomadas de empréstimo” à história. A questão seria pensar qual a relação da notícia com a historicidade. Se condenamos a notícia pela sua falta de duração, por se constituir em um evento que existe para substituir outro evento noticioso numa deriva sem fim, talvez fosse importante lembrar que o transitório e o descontínuo compõem toda duração histórica (ANTUNES, 2007, p.34).

O autor ressalta que a notícia não trata, de fato, de uma retrospectiva de acontecimentos históricos, mas “orienta sua co-temporalidade entre acontecimento e circulação do acontecimento, não os privando e sim os orientando por linhas de fuga que figuram representações de passado e futuro” (ANTUNES, 2007, p.35).

Consideramos importante a referência de Charaudeau (2007) em relação à dinâmica da atividade jornalística, calcada, sobretudo, na atualidade. No entanto, concordamos com Antunes (2007) quanto à questão de que a atualidade do jornalismo não o afasta de uma produção de conhecimento histórico. Acreditamos, com base em Nora (1977), Lacouture (1998), Vicente (2009) e Chauveau e Tétart (1999) que a duração histórica que está contida na notícia é o imediato e, é nesse sentido, que defendemos a relação da história com o jornalismo e mais do que isso, a historicidade da prática jornalística.

Isso possibilita, na relação do campo da comunicação com o da história, asseverar a possibilidade de que o jornalismo, ao descrever uma determinada realidade possa vir a realizar a produção de um conhecimento histórico e, sobretudo, a se tornar uma fonte privilegiada para pesquisadores produzirem conhecimento do ponto de vista da ciência historiográfica. Portanto, antes de ser antagônica ou completamente distinta, a produção jornalística pode ser considerada complementar à produção da ciência historiográfica.

Acreditamos ser relevante evidenciarmos essa relação entre jornalismo e história em nosso trabalho, pois, do ponto de vista do referencial que viemos trabalhando até este momento, podemos afirmar que os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar Argentina (1976 e 1981), contados pelas reportagens de *Veja* como acontecimentos jornalísticos, constituem, concomitantemente, a produção de conhecimento histórico do imediato. Portanto, por meio do conteúdo de suas reportagens, a revista *Veja* produziu uma história imediata sobre esses acontecimentos. Cabe destacar, no entanto, que essa história imediata produzida por *Veja* é uma versão dos acontecimentos sociais ocorridos

naquele período do ponto de vista da revista. Em síntese, a história imediata surge da apropriação do acontecimento social como acontecimento jornalístico e não de uma pesquisa profunda e elaborada metodologicamente que cabe ao campo da ciência historiográfica realizar. Por fim, destacamos que, no nosso entendimento, essa relação entre acontecimento social, acontecimento jornalístico e produção de uma história imediata tem direta ligação com a proposta de pesquisa construída nesta dissertação.

2.4 Síntese do Capítulo

Neste capítulo abordamos o referencial teórico que subsidia esta pesquisa. Em um primeiro momento buscamos evidenciar por meio das teorias, sobretudo, de Adelmo Genro Filho (1987) e de Eduardo Meditsch (1997; 2010) que o jornalismo pode constituir-se como uma forma de produção de conhecimento, mas um conhecimento que se diferencia daquele produzido pela ciência. Essa diferença se dá em dois pontos principais: o primeiro pelo fato de que o jornalismo tem como cerne de sua produção a abordagem dos fenômenos e acontecimentos sociais a partir da categoria filosófica do singular; o segundo, porque o conhecimento produzido pelo jornalismo é carregado de uma espécie de poder simbólico – teorizado por Pierre Bourdieu (1989), poder que permite ao jornalismo ser capaz de influenciar nos acontecimentos e, em última instância, contribuir para a forma com que se organiza a sociedade.

No segundo ponto, procuramos discutir a ideia do jornalismo na perspectiva do acontecimento. Com isso, buscamos a partir de Charaudeau (2007), Quéré (2005), Nora (1977) e Rodrigues (1993) definir o acontecimento social e o acontecimento jornalístico. A nossa preocupação foi demonstrar que há uma diferença entre essas formas de acontecimento, sendo o acontecimento jornalístico constituído pelo recorte que o jornalista ou o veículo de comunicação faz do acontecimento social. Neste ponto, também tivemos a preocupação de relacionar o nosso objeto de pesquisa com esse referencial teórico. Salientamos, de um lado, que a ditadura civil-militar argentina constitui-se como um dos acontecimentos sociais de grande relevância no cenário político e militar da América Latina nos anos 1970 e 1980; de outro lado, destacamos que a forma como a revista *Veja* abordou esses

acontecimentos sociais relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, constitui a elaboração, por parte da revista, de acontecimentos jornalísticos.

Finalmente, na terceira parte deste capítulo, tratamos do conceito de história imediata e procuramos fazer a relação deste tipo de produção histórica com a comunicação e o jornalismo. A ideia desenvolvida neste ponto foi a de que o jornalismo pode produzir uma forma de conhecimento histórico a partir da abordagem que realiza dos acontecimentos sociais. Defendemos, portanto, que as reportagens da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, podem ser tratadas como produção de conhecimento histórico, realizado praticamente no mesmo instante da ocorrência do acontecimento.

No próximo capítulo, buscamos, por meio de uma revisão bibliográfica, historicizar os acontecimentos sociais, políticos e militares que tiveram lugar no período em que a Argentina e parte significativa da América Latina estiveram sob o comando de ditaduras civil-militares.

3 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA ARGENTINA E A REVISTA VEJA EM TEMPOS DE DITATURAS CIVIL-MILITARES

Este capítulo pode ser compreendido em três momentos: no primeiro realizamos uma breve descrição do advento dos golpes civil-militares ocorridos na América Latina entre as décadas de 1960 e 1980, que instalaram ditaduras de Segurança Nacional em praticamente todos os países sul-americanos. Priorizamos, ainda neste ponto, a descrição de duas das mais importantes ditaduras surgidas neste período, a do Brasil (1964-1985) e a do Chile (1973-1989), enfatizando os acontecimentos políticos e sociais decorrentes desses regimes. No segundo momento, descrevemos a ditadura civil-militar Argentina (1976-1983), foco central deste trabalho. A intenção é historicizar a conjuntura da Argentina, país que foi submetido à época por uma severa ditadura civil-militar. Acreditamos que a exposição da conjuntura sociopolítica que esse país viveu naquele período possibilitará, na própria análise, melhor delimitação do acontecimento objeto desta pesquisa. Por fim, no terceiro momento, situamos a revista *Veja* dentro desta conjuntura.

3.1 Ditaduras civil-militares na América Latina

Entre as décadas de 1960 e 1980 a América Latina, em especial a América do Sul, viveu um período histórico em que diversos países passaram sucessivamente a sofrer golpes militares e ser dominados pelo que foi denominado de regimes militares, ou, mais precisamente regimes civil-militares. No Brasil em 1964, na Argentina em 1966, no Chile em 1973, no Uruguai em 1973 e, novamente na Argentina em 1976, as Forças Armadas impuseram uma forma de dominação baseada na coerção e na tentativa de implantar uma política econômica de matriz neoliberal baseada no “livre mercado”. As características comuns a todos os regimes foram: dissolução das instituições representativas; falência ou crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais; militarização da vida política e social de cada país.

Em relação à forma de governo, uma característica fundamental deste novo tipo de ditadura é que, é o Exército enquanto instituição que está no poder e não a

figura de um indivíduo. Conforme Rojas Mix (2004) neste Estado ditatorial, o Presidente é o comandante-em-chefe do exército. Com isso, a pessoa do ditador pode mudar – como ocorreu no Brasil e na Argentina – mas a ditadura continua, porque o ditador não é o indivíduo é sim a instituição. Trata-se, nas palavras deste autor, de uma ditadura institucional.

Ainda de acordo com Rojas Mix (2004), esse Estado ditatorial nasce fundado numa doutrina, que ficou conhecida como Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Historicamente, esta doutrina surge após a Segunda Guerra Mundial, tendo sido consequência da emergência do poder nuclear, fato que deixou os exércitos nacionais incapazes de assegurar a defesa externa de seus países no caso de um ataque de um país que possuísse armas nucleares. Com isso, a segurança externa das nações passou a estar condicionada a uma aliança com uma grande potência. No caso da América Latina, a aliança foi realizada com os Estados Unidos que ficou “responsável” pela segurança externa da região enquanto que aos demais países restou a função de assegurar a “ordem interna”.

Uma das principais premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi a rejeição a ideia de uma sociedade dividida em classes, o que se chocava com a noção de unidade política, um dos elementos basilares dessa doutrina. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza em função do seu pertencimento a uma determinada classe social, mas era a identidade e a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa o que o potencializava e viabilizava a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitassem interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes era percebida como nociva aos interesses da “nação”, sendo combatida como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupunha o fim do pluralismo político, condição essencial para a superação dos conflitos e de seus elementos centrífugos (PADRÓS, 2004, p.45-46).

Rojas Mix (2004) destaca que a concepção fundamental da DSN, é que seus seguidores entendem a política como continuação da guerra. A principal consequência disso é que o poder passa a ser exercido pelo Exército, militarizando ideologicamente a sociedade civil, pois a faz funcionar por meio da repressão.

A concepção de guerra da DSN implica uma violação permanente dos direitos humanos. Inspira-se essencialmente na guerra contrarrevolucionária e suas fontes são as teorias da OAS francesa na Argélia e a *counterinsurgency* dos EUA, que é a luta contra a revolução. [...] A maioria dos oficiais da América Latina tiveram períodos de formação nos EUA, aonde aprenderam que na guerra interna é preciso vencer o inimigo pelo terrorismo de Estado, que não é uma guerra convencional porque não há uma frente de guerra, mas que o inimigo está em “la foule”, na multidão.

Portanto, é preciso contar com o apoio que a população civil pode dar, gerando terror mediante a repressão generalizada; que é necessário recorrer a todos os métodos para descobrir o inimigo e aterrorizar a população: a delação, a tortura, a extorsão, o desaparecimento de pessoas; que há que extirpar o inimigo do povo como um câncer perigoso¹² (ROJAS MIX, 2004, p.14-15).

O elemento fundamental da instauração e da condução das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional foi o terror de Estado. Antes de tudo, conforme Coggiola (2001) essas ditaduras foram *regimes terroristas*. Esse terror de Estado tinha como função inibir a existência de contradições nos sistemas buscando alcançar uma completa despolitização e desmobilização da sociedade. O terror de Estado também objetivou reordenar o sistema social, atingindo e coibindo os setores da população considerados “inimigos”, segundo as diretrizes da DSN e, imobilizando, disciplinando e anestesiando o conjunto da população em geral. De acordo com Padrós (2004), as Ditaduras de Segurança Nacional disseminavam o seguinte pensamento:

A Nação era anunciada como homogênea, como uma única vontade, com um único projeto. Ela constituía um Estado, um território e uma comunidade que compartilhava e defendia sua concepção de mundo e seus valores ocidentais e cristãos. Aquele que discordava dessa perspectiva era encarado como “inimigo”, devia ser combatido pelo Estado e excluído do corpo social (PADRÓS, 2004, p.46).

Ainda conforme Padrós (2004), ao descrever e refletir sobre o surgimento dessa forma Estado que apelou para o terrorismo como mecanismo de reordenamento da sociedade, é preciso articular a emergência da DSN com os interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados na região.

Cabe realçar que interesses econômicos, estratégicos e políticos dos Estados Unidos estiveram presentes em todas as experiências concretas de Segurança Nacional da região. Sua responsabilidade na promoção, sustentação ou apoio direto a tais regimes não pode ser esquecida. E foi através dos seguintes mecanismos que contribuiu sensivelmente na consolidação da nova ordem: 1) Patrocínio e intervenções diretas ou indiretas que protegeram seus aliados internos. Isto ocorreu sob variadas modalidades: desestabilização de governos refratários; manipulação de informações, desinformação e uso de propaganda massiva; solapamento e boicote das atividades econômicas; pressão diplomática; estímulo e apoios aos golpes de Estado. 2) Instrumentalização da subversão de direita contra governos inimigos ou pouco confiáveis através de financiamento, armamento, doutrinação e treinamento das forças golpistas, dos aparelhos repressivos e dos órgãos de inteligência. 3) Treinamento e abastecimento

¹² Tradução nossa.

de armas às forças de segurança dos regime de SN justificando como defesa de interesses comuns, sedimentando uma relação simultânea de aliado, “amigo” e cliente (PADRÓS, 2004, p.53).

A intensa dedicação dos Estados Unidos na implantação e condução das ditaduras civil-militares que tomaram conta da América Latina correspondia, em época de Guerra Fria, à defesa dos interesses dos EUA na região. Isso fez com que o imperialismo estadunidense passasse a considerar a política interna de cada país latino-americano como extensão da sua própria política externa. Dessa forma, conforme destaca Padrós (2004), os assuntos de segurança interna dos países da região passaram a ser entendidos como de segurança dos Estados Unidos. A estratégia adotada pelos estadunidenses nesse caso foi disseminar o pensamento de que havia nos países latino-americanos uma “guerra interna” a ser enfrentada e passou a apoiar os setores da classe dominante que sabia que poderia confiar na tarefa de eliminar o “inimigo”.

A DSN acabou sendo o corpo doutrinário que materializou as justificativas à aplicação e à escalada da política de contra-insurgência na América Latina. [...] A contra-insurgência ao enfrentar o “inimigo interno”, desencadeou uma “guerra interna”, assumindo como meios a força e a violência com o intuito de aniquilar as diferenças em detrimento do uso do Direito e da negociação política. Deste modo, configurando um aparente paradoxo de defesa da democracia contra a subversão, a DSN nos países latino-americanos assumiu contornos de terror de Estado. [...] O terror de Estado identificado com a aplicação da DSN na forma de guerra contra-insurgente, na América Latina das décadas de 1960 a 1980, consistiu num sistema repressivo aplicado em grande escala pelos setores dominantes e de o Estado, *dentro* ou *fora* das próprias fronteiras (PADRÓS, 2004, p.48-49).

Cabe ressaltar que essas ditaduras por mais que evocassem um discurso patriótico, e se arrogassem a prerrogativa de defensoras dos interesses democráticos e das liberdades individuais, portanto, estruturadas com base numa neutralidade de classe, era justamente o oposto que ocorreria. As ditaduras civil-militares de Segurança Nacional tinham uma posição de classe plenamente definida. Dessa forma, de acordo com o autor acima referido, o aparato repressivo cumpria as seguintes funções: 1) destruição dos movimentos sociais e das instituições populares; 2) consolidação do terror de Estado e recomposição dos setores dominantes que controlam a direção do processo de acumulação; 3) implementação de um novo processo de acumulação, promoção e canalização de empréstimos para os setores que sustentam o regime e emprego da violência para destruir tensões

sociais e políticas produzidas pelas contradições do sistema; 4) acirramento das contradições econômicas entre as orientações local e internacional, abrindo um cenário de novas possibilidades para acumulação do capital.

Mas, quais foram as motivações para o desencadeamento desses golpes na América Latina e, sobretudo, na América do Sul? Augustín Cueva (1976), Eder Sader (1982), Guillermo O'Donnell (1986) e Padrós (2004), concordam, em dada medida, que os dois fatores principais que motivaram os golpes civil-militares foram: 1) a pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais para a imposição de um novo modelo de acumulação que visava o aprofundamento do sistema capitalista nos países mais industrializados da América Latina; 2) a radicalização das contradições da luta de classes e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente, a partir da vitória da Revolução Cubana, o que impôs a necessidade à classe dominante de conter a efervescência política e social dos anos 1960 e 1970.

Esses episódios [os golpes] estavam estreitamente vinculados com um alto grau de ativação política do setor popular, que emergia como o portador de uma grande ameaça para a preservação da ordem social vigente. [...] Em todos os golpes, o pessoal governamental que resultou deles estabeleceu suas tarefas em dois eixos principais: a implementação da “ordem” e a “normalização” da economia. O primeiro significava liquidar, pela aplicação de todo o tipo de coação “necessária”, a ameaça que tal ativação [política do setor popular] parecia apresentar para a sobrevivência da ordem social. O segundo era estabelecer mecanismos mais ou menos “normais” de funcionamento e acumulação dentro de uma economia capitalista [...] (O'DONNELL, 1986, p.46).

O autor também descreve o papel que esses regimes civil-militares cumpriram diante da burguesia local e das empresas multinacionais radicadas na América Latina:

Os novos governos vinham dar-lhes garantias para seus interesses mais fundamentais: a conservação da propriedade em que seu capital se corporizava e o direito de organizar o trabalho nas empresas e decidir o destino de sua acumulação. Quanto aos setores médios, apesar de não poucos terem apoiado as primeiras medidas da gestão da Unidade Popular no Chile e o ressurgimento do peronismo na Argentina, a crescente presença dos setores populares na arena política, a contínua agitação nas ruas, a deterioração de certos serviços públicos e as incertezas derivadas de uma inflação tão alta como errática, os levaram a uma cerrada oposição contra os regimes que os golpes haveriam de cancelar (O'DONNELL, 1986, p.46-47).

Guillermo O'Donnell chama a atenção para a participação dos civis, mais especificamente de uma simbiose de uma direita "tradicional" com uma direita "tecnocrática", na condução desses regimes. Isso ocorreu, de acordo com o autor, porque essa parcela da sociedade surgiu, após os golpes, como a única que não estava contaminada com o passado recente, de "crise" e "desordem". Com os golpes, esses grupos emergiram com grande força para ascender ao poder, fato que não havia acontecido anteriormente, pois nunca tiveram a margem de votos suficientes para assumir o governo.

Após tantos anos da defensiva e de estarem clamando aos céus (e às Forças Armadas, com quem foram estabelecendo vínculos por meio desta e de outras vias), esses civis economicamente liberais deixaram claro que, com o duro autoritarismo implementado por esses golpes, finalmente tinha chegado a sua vez. O que esses civis oferecem aos governantes militares? Sob a aparência de uma política econômica, nada menos do que uma ideologia política, uma matriz organizadora da percepção da realidade e dos projetos desse governo (O'DONNELL, 1986, p.50).

Ao lado da ideologia da Segurança Nacional, a ideologia liberal-tecnocrática disseminada pela direita "tecnocrática" – representante do capital financeiro multinacional – converteu-se na ideologia dominante no interior do pacto de dominação estabelecido por esses estados autoritários. O'Donnell (1986) destaca que as profundas transformações produzidas na economia e na sociedade derivaram fundamentalmente das orientações e decisões desta direita "tecnocrática", baseada no liberalismo econômico de matriz "neoliberal", tendo nas teses de Frederick August Von Hayek e Milton Friedman a sua fundamentação teórica.

As teses econômicas aplicadas pela direita "tecnocrática", com o valioso auxílio da repressão militar, foram substancialmente um modelo de industrialização por meio de substituição das importações, políticas de privatizações, desnacionalizações, abertura das economias nacionais aos grandes monopólios internacionais e crescimento da dívida externa dos países latino-americanos. No entanto, conforme O'Donnell (1986), essas medidas não alcançaram êxito em "normalizar" a economia, reduzindo a inflação a uma velocidade satisfatória. Além disso, a "liberação" de preços prejudicou muito os salários, que eram controlados pelo governo através de aumentos que estavam sempre defasados em relação à inflação. O único êxito desta política foi a diminuição do déficit da administração central e das empresas públicas (e/ou privatização de muitas delas) que foi obtido à

custa da acentuação das tendências recessivas e afastamento de parte da população do acesso a serviços básicos.

O balanço econômico dos regimes militares, em especial, a partir da década de 1970, é de retrocesso quando não de desastre. Em nome da “liberdade de empresa” foi promovido o sucateamento do parque industrial estatal – e uma política econômica que foi destruindo toda a indústria nacional – sem que surgisse um novo setor industrial “de ponta”, competitivo no mercado mundial. O resultado geral foi um empobrecimento inédito das populações, submetidas a taxas de desemprego que oscilaram entre 25% e 50% em países como Chile, Argentina e Bolívia, e a destruição progressiva dos serviços públicos. Em nome da “segurança nacional” promoveu-se a insegurança geral das nações e suas populações (COGGIOLA, 2001, p.97).

Fazer um balanço do que representaram esses golpes civil-militares na América Latina é ainda uma tarefa bastante complicada. Conforme O’Donnell (1986), a forma de um Estado autoritário implantado pelas Forças Armadas não foi a supressão de uma “desordem”. Esse Estado autoritário significou a liquidação de um processo que deixou claras as intenções de alguns setores da sociedade e os temores de muitos outros de romperem com os limites capitalistas e com as filiações internacionais desses países. Os golpes da década de 1970 – Chile e Argentina, sobretudo – surgiram como a salvação para essas sociedades manterem sua condição de sociedades capitalistas e ligadas ao “mundo ocidental”.

Por causa da magnitude das mudanças que estão sendo produzidas sob as vozes silenciadas dos perdedores e dos queixumes de muitos que se imaginavam ganhadores com o golpe, a longo prazo os fracassos da política não são tão óbvios. Ainda à custa de reduzir muito menos a inflação do que o esperado e de não cumprir as promessas de crescimento global da economia, o sucesso real dessas políticas é o de consolidar as novas frações dominantes de uma burguesia que, durante a crise precedente aos golpes, já estava se autotransformando, tomando a direção, em primeiro lugar, de seus componentes financeiros, depois dos comerciais (principalmente no que diz respeito às exportações e às importações que a “abertura” da economia fomenta) e só em terceiro lugar, os produtivos (O’DONNELL, 1986, p.64-65).

Nesse cenário, a direita tecnocrática liberal se materializa, no conceito cunhado por Antonio Gramsci, como os intelectuais orgânicos dessas frações burguesas. Às Forças Armadas coube seu verdadeiro papel de respaldar coercitivamente esse processo, aparecendo como dominante apenas de maneira formal. A grande função das Forças Armadas nesse processo pode ser descrita da seguinte forma:

Assim, ao obedecer à lógica da imposição da “ordem” contra o que só viram como um caos; ao começar por pedir benevolência à “comunidade internacional de negócios”; ao colocar-se, com isto, desde o início dentro das premissas de uma visão – e prática – econômica ortodoxamente liberal; ao entregar a gestão da economia às encarnações locais dessa visão; ao grudar-se à mais reacionária condenação do passado recente; ao impor uma dura acusação de inimigo a tudo que lhes pareça evocar esse passado; ao fechar-se em sua cúpula inclusive diante daqueles que foram entusiásticos sustentadores do golpe – ao fazer tudo isto, essas Forças Armadas, indo muito além de suas intenções e convicções, não podem senão converterem-se em agentes históricos (encarregados de tarefas que nem mesmo receberão gratidão) da dominação das frações burguesas (O’DONNELL, 1986, p.66).

Essa descrição permite dizer que, mais do que os militares, o poder esteve durante todo período das ditaduras nas mãos de uma elite burguesa intrinsecamente ligada ao capital transnacional e financeiro, comandado pelo imperialismo estadunidense. Esse fato teve direta implicação nas passagens dos regimes civil-militares para regimes democratizantes, processos que ficaram conhecidos como “transições democráticas”. Esses processos resultaram, de acordo com Coggiola (2001), da virada política dos Estados Unidos que foi combinada com a crise de dominação das próprias ditaduras. Com isso, os EUA e a elite empresarial local favoreceram os regimes democratizantes como um recurso de emergência perante a falência dos regimes civil-militares. No entanto, a mudança de um regime civil-militar para um regime apenas civil não significou, ainda de acordo com Coggiola (2001), verdadeiramente a implantação de uma democracia política, mas apenas uma fachada constitucional para um conjunto de instituições que tinham origem na ditadura militar.

Os compromissos internacionais estabelecidos no período ditatorial foram respeitados pelos governos emergentes dos processos democráticos, em especial a dívida externa. A continuidade institucional dos regimes democratizantes com os regimes militares foi clara: no Brasil, os militares garantiram sua participação orgânica direta no governo, nos ministérios militares (só extintos em 1999); no Chile, a oposição (incluindo o Partido Comunista e o Partido Socialista) aceitou governar com base na constituição pinochetista de 1980 e garantir 8 anos de mando de tropa para comandantes designados por Pinochet; [...] no Uruguai, o governo civil se baseou no “Pacto de Clube Naval”, que garantiu a impunidade militar, reforçada em plebiscito; na Argentina, as crises militares foram aproveitadas pelos governantes civis para inocentar os genocidas militares [...] (COGGIOLA, 2001, p.94-95).

De acordo com este autor, as consequências desse período são sentidas até hoje, pois esses acontecimentos ainda não foram superados. A principal delas foi,

conforme o historiador argentino, a eliminação por meio de forte repressão da maioria das lideranças políticas de esquerda – ou simplesmente progressistas, sindicais, estudantis e intelectuais. Coggiola (2001, p.9) afirma que “algumas perdas foram definitivas: a América Latina nunca voltará a ser a mesma depois da ‘era das ditaduras’, dos seus quase cem mil desaparecidos e das dezenas de milhares de assassinatos políticos”.

Após descrevermos a emergência e estrutura das ditaduras civil-militares de Segurança Nacional de um ponto de vista geral, passamos a abordar de forma detalhada, ainda que breve, as ditaduras brasileira e chilena para, em seguida, tratarmos da ditadura civil-militar argentina.

3.1.1 Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)

O golpe civil-militar desencadeado no Brasil em 1º de abril de 1964 é considerado, pela importância econômica e demográfica deste país na América do Sul, o golpe civil-militar decisivo da década de 1960 e que possibilitou a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional para os países vizinhos. De acordo com Wassermann (2004), o golpe militar no Brasil foi um acontecimento que inaugurou uma nova etapa na história política nacional e trouxe profundas modificações nos aspectos socioeconômicos, culturais e humanos do país.

A despeito de ter sido desfechado em nome da Segurança Nacional e da promessa de defesa e respeito às normas democráticas, o golpe militar de 1964 inaugurou um período de insegurança e arbítrio. A partir do golpe se implantou um regime autoritário destinado a conter o avanço das forças sociais que ameaçavam a reprodução do sistema econômico vigente, e a promover condições para uma nova e prolongada expansão capitalista. O regime político implantado no Brasil a partir de abril de 1964 também serviu de exemplo e modelo para a onda de golpes militares que se seguiram na América Latina e que visavam conter os movimentos populares e a efervescência cultural presentes em todos os países, desde o final dos anos 1950 (WASSERMANN, 2004, p.27).

Coggiola (2001) também observa que o suposto “objetivo” traçado pelos militares, foi cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar urgentes medidas destinadas a conter o avanço comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo de João Goulart, assim como na sua administração. De fato, o golpe civil-militar brasileiro tinha como preocupação o

suposto avanço do comunismo, que estaria se enraizando na estrutura social interna do país. Essa ideia era justificada pelo histórico do período recente em que as lutas sociais eram intensas e as reivindicações dos sindicatos operários, assim como dos movimentos camponeses, ameaçava escapar do controle do governo João Goulart. No entanto, esse quadro ganhou materialidade pela influência que a Guerra Fria teve na formulação deste pensamento. De acordo com Wasserman (2004), as possibilidades de guerra total entre as duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética (URSS) – e de confronto direto entre elas cederam lugar à possibilidade de enfrentamento indireto, guerras com limitações e conflitos de baixa intensidade.

Nesse ponto, cabe salientar a influência da política externa estadunidense também neste golpe, pois o controle da situação interna de cada país da América Latina era central para os EUA. Segundo Coggiola (2001), durante os períodos de preparação e imediatamente posterior à efetivação do golpe foi intensa a atuação da embaixada norte-americana no combate político ao governo constitucional.

Documentos do Departamento de Estado norte-americano, recentemente revelados à opinião pública, evidenciam o grau de envolvimento dos Estados Unidos na preparação e execução do golpe de abril de 1964. [...] No dia 31 de março daquele ano aprovou-se numa reunião do Departamento de Estado, um plano militar norte-americano que consistia no envio às costas brasileiras de um porta-aviões de ataque pesado (o Forrestal), destroieres de apoio, petroleiros bélicos, navios de munição e navios de mantimentos; aviões transportando armas e munições (110 toneladas), aviões de caça, aviões tanques e um posto de comando-transportado deveriam deslocar para o Rio de Janeiro. O objetivo de toda essa aparatosa operação era fornecer apoio logístico, material e militar aos golpistas (COGGIOLA, 2001, p.14-15).

Entretanto, todo esse aparato não foi necessário, pois os prognósticos da CIA¹³ que previam uma guerra civil prolongada não foram confirmados. Os golpistas de abril de 1964 precisaram disparar apenas alguns tiros para derrubar o governo de João Goulart. Conforme Wasserman (2004), a particularidade do golpe militar de 1964 em relação a todos os outros episódios da história brasileira em que as Forças Armadas estiveram envolvidas é que o acontecimento daquele ano fez parte de um longo processo de ideologização dos militares brasileiros e latino-americanos que visavam impedir o avanço do comunismo. Nesse caso, o Exército não atuava como em outras ocasiões em que exerceu o papel de árbitro entre as classes sociais, mas

¹³ Agência Central de Inteligência dos EUA.

se colocava, de acordo com a autora, como um protagonista com objetivos determinados, estratégias bem definidas e fundamentado em uma ideologia, a Doutrina de Segurança Nacional.

A DSN, cabe ressaltar, estava comprometida com a expansão do capitalismo, atrelado ao capital internacional e, sobretudo, aos interesses estadunidenses. Com isso, o seu principal objetivo era a retirada dos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento, o que implicava a necessidade de conter o avanço das forças sociais que representavam “inimigos” em uma guerra. Neste cenário, é evidente que as forças sociais – operários, camponeses, estudantes e até mesmo militares de baixa patente como os soldados –, juntamente com pequenos partidos e parlamentares nacionalistas e esquerdistas eram consideradas perigosas e subversivas ao sistema.

O Estado militar se credenciaria como principal guardião do capital internacional e defensor da “restauração da economia” – cambaleante e anarquizada pelas constantes greves – por meio de um “programa de desenvolvimento” baseado na “livre iniciativa” e, como o principal inimigo era externo (mas encontrava-se infiltrado no país), no duro combate conta a “ofensiva do comunismo internacional” (COGGIOLA, 2001, p.15-16).

No entanto, as Forças Armadas não estiveram sozinhas nesta tarefa. Setores dos mais reacionários dos partidos políticos e das instituições brasileiras se aglutinaram em 1964 com o fim de deter o processo de mobilização política e popular. O curioso deste processo é que essa parcela reacionária da população brasileira se apresentava como defensora da “paz social”, da “moral” e da “ordem”.

É importante chamar a atenção para o fato da participação de civis no golpe civil-militar brasileiro, contribuindo, sobretudo, ideologicamente, para a instauração e condução do regime. De acordo com Wassermann (2004), os militares tiveram apoio decisivo de importantes segmentos da sociedade brasileira, preocupados com a possibilidade de que o governo Goulart cedesse à esquerda e ao comunismo internacional. Estes segmentos reuniam-se, sobretudo, no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), e faziam parte do Movimento Anticomunista (MAC), e da Frente da Juventude Democrática. Esses representantes da direita organizada, juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG), principal instituição de formação e aglutinação dos militares, disseminavam um pensamento que se materializava em apelos de caráter

patriótico, conclamação anticomunista e pela defesa da democracia.

De acordo com a autora em referência, enquanto na ESG se pensava e agia de acordo com algumas fórmulas articuladas nos Estados Unidos sobre a segurança coletiva do ocidente, os civis, sobretudo, empresários brasileiros e representantes de empresas transacionais, reuniam-se desde 1961 no IPES. Essa “intelectualidade” discutia, diante do colapso do populismo, um novo tipo de Estado para o Brasil que ligasse o país de forma racional às grandes empresas e ao capital internacional.

Característico do período de ditadura, especialmente na década de 1970, foi a repressão, a censura e a tentativa de implementar um novo sistema de acumulação capitalista. Em relação à repressão e à censura, cabe destacar que em 1968 o governo, então chefiado pelo marechal Arthur da Costa e Silva, enfrentou, atacou e reprimiu fortes movimentos grevistas em Contagem, Minas Gerais, e em Osasco, São Paulo. Também em junho daquele ano, o governo se confrontou com importantes manifestações estudantis contra a ditadura civil-militar, reprimindo-as violentamente. Com isso, vários agrupamentos de oposição ao regime, que atuavam na clandestinidade, empreenderam ações armadas em diferentes cidades do país. O resultado disso foi a promulgação do Ato Institucional número 5 em 13 de dezembro de 1968. Simultaneamente, o presidente marechal Costa e Silva impôs o Ato Complementar número 38, determinado ao Congresso um recesso por tempo indeterminado. De acordo com Coggiola (2001) o Legislativo somente retomaria os trabalhos em outubro de 1969 para referendar a indicação do novo presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). No governo Médici a repressão ao “inimigo interno” se intensificou, foi o período em que os agrupamentos identificados com a “luta armada” – no campo e na cidade – foram perseguidos e eliminados com enorme mobilização de tropas e do aparelho repressivo do Estado.

A junta militar que assumiu o comando do poder Executivo no Brasil em 1964 [...] jurava estar defendendo a democracia. Pretendia “restaurar a legalidade”, reforçar as “instituições democráticas ameaçadas”, restabelecer a “composição federativa da nação” e, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo”. Os Atos Institucionais que se seguiram à tomada de poder determinavam o fim das eleições diretas para presidência da República, governadores de estados e prefeitos, o aumento dos poderes do presidente da República, a possibilidade de decretação de estado de sítio, o poder de suspensão de direitos políticos dos considerados inimigos do regime, a suspensão de partidos políticos e da garantia de *habeas corpus*, no caso de crimes políticos e crimes contra a Segurança Nacional (WASSERMANN, 2004, p.41).

A censura, que era uma prática já institucionalizada em relação ao Congresso, estendeu-se aos meios de comunicação, principalmente durante o governo Médici. De acordo com Gaspari (2002) o controle da imprensa tinha como função primordial a construção de uma idealização do Brasil como um país repleto de riquezas – inclusive naturais –, que chegaria a um curto espaço de tempo a se equiparar com as grandes potências mundiais. A censura também teve um papel determinante na supressão dos conflitos e das contradições que o regime abrigava.

A historiadora Maria Aparecida de Aquino no livro *Censura, Imprensa, Estado Autoritário*, destaca que a censura entre 1968 e 1975 assumiu um caráter amplo, agindo indistintamente sobre todos os periódicos. A autora classifica esse período em duas fases:

De 1968 a 1972 tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, e em que o procedimento se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações. Na segunda fase (de 1972 a 1975) há uma radicalização da atuação censória, com a institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que oferecem resistência. Observa-se que em parte desse período o regime político recrudesce em termos repressivos, momento em que o controle do Executivo pertence aos militares de “linha dura” (AQUINO, 1999, p.212).

A autora relata que o processo de distensão política, iniciado no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), atingiu a censura que vinha sendo imposta à imprensa escrita a partir de 1975. O que marca o arrefecimento, segundo Aquino, é a retirada dos censores da redação de *O Estado de São Paulo*, em 4 de janeiro de 1979. Eles haviam permanecido por mais de dois anos ininterruptos na redação do jornal.

Portanto, a ditadura civil-militar brasileira, sobretudo na década de 1970, tem como marcas a censura e a repressão aos grupos opositores ao regime. Essa repressão pode ser exemplificada por dois acontecimentos emblemáticos: a morte do comunista Carlos Marighella em novembro de 1969 e o assassinato nas dependências do DOI-CODI do jornalista Vladimir Herzog, detido sem nenhum tipo de acusação em outubro de 1975. Concordamos com Wasserman (2004), quando esta autora avalia que a fachada de manutenção das instituições e a criação de mecanismos de controle dos atos subversivos não puderam esconder a verdadeira face repressiva e violenta do Estado implementado no Brasil após o golpe de 1964.

No entanto, além da censura e da repressão, o período comandado por Garrastazu Médici (1969-1974) ficou caracterizado por ser um período de intenso crescimento econômico, que ficou conhecido como o “milagre econômico”. Esse “milagre” caracterizou-se por um período de rápido crescimento da economia brasileira, entre 1968 e 1973, beneficiando-se da ampliação do comércio mundial e do capital financeiro internacional. Boris Fausto (1994), afirma que esse foi um período de crescimento econômico extraordinário com taxas relativamente baixas de inflação. Segundo o autor, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu na média anual 11,2%, e teve seu mais alto índice quando atingiu a variação de 13%. O autor destaca, entretanto, que o “milagre” continha alguns pontos fracos, como por exemplo:

Uma desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo (FAUSTO, 1994, 487).

O que nos aponta Fausto (1994) é apenas uma crítica quase benevolente deste processo. A falácia do “milagre econômico” é desvelada quando compreendemos que os golpes latino-americanos, inclusive o golpe brasileiro, visavam o aprofundamento do sistema capitalista nos países mais industrializados da América Latina. O golpe que derrubou Goulart teve, portanto, como principais objetivos: num primeiro momento conter o avanço de forças sociais que, por meio de suas reivindicações, poderiam dificultar o processo ampliado de acumulação capitalista; em seguida, o golpe teve como objetivo criar condições para a expansão da acumulação capitalista através de medidas de contenção salarial, corte de créditos e de gastos públicos, associados a uma política de progressiva liberalização da economia e regulação pelas “leis do mercado”.

A implementação do regime autoritário exigiu uma ação lenta, sistemática e progressiva de estabelecimento de um novo sistema de acumulação capitalista, que envolveu a eliminação e o desmantelamento das forças adversas, tratando de destruir todas as tentativas de reconstituição de um poder político popular (Atos Institucionais, Decretos-leis, terrorismo de Estado) e também a marginalização ou destruição de setores do capital nacional que pudessem se opor ao processo de monopolização industrial e financeira. Dessa forma, os objetivos da expansão ampliada do capitalismo foram tornados possíveis através de uma estratégia, o golpe militar e a implantação do autoritarismo, com a eliminação – inclusive física – dos

opositores do projeto e iluminados por uma ideologia, a Segurança Nacional, que justificava as práticas repressivas e a violação dos direitos humanos (WASSERMANN, 2004, p.39).

O resultado dessa intensificação do modo de produção capitalista no Brasil e em todos os países da América Latina que foram afetados por golpes civil-militares foi, de acordo com Wassermann (2004), de um lado a progressiva desnacionalização da economia, o desmantelamento do setor capitalista (não monopólico) de estado, a centralização de capitais e a transformação pró-monopólica da agricultura; de outro, a pauperização absoluta da classe trabalhadora e o cancelamento ou precarização extrema dos serviços sociais prestados pelo Estado, como saúde e educação.

A partir de 1973-1974, o regime civil-militar brasileiro entrou em crise. Em 1974, os resultados das eleições legislativas constituíram uma vitória do partido de oposição, o MDB. A maior conquista deste partido deu-se no Senado, quando recebeu quatro milhões de votos a mais do que a Arena – partido ligado aos militares. No ano seguinte, 1975, o sindicato metalúrgico de São Bernardo do Campo convocou o 1º Congresso Metalúrgico que foi o marco inicial que desencadeou os grandes movimentos grevistas no ABC paulista em 1978-1979. Em 1977, organizaram-se diversos movimentos contra a ditadura, como as campanhas pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” e por uma “Constituinte Livre e Soberana”. Esses movimentos acabaram aglutinando diferentes setores de oposição e ampliando as conquistas democráticas. Em 1978, estouraram as grandes greves operárias, que em seguida foram duramente reprimidas pelo governo.

Em 1978 multiplicam-se as greves e as manifestações públicas, em todo o país, com destaque para o ABCD paulista, contra o regime e sua política econômica. O governo tentou levar a política de “Abertura” também para o movimento operário e popular e, não conseguindo êxitos, passou à outra peça de sua política: a repressão aberta. Interveio nos sindicatos, cassou líderes e dirigentes, tentou destroçar a organização então existente, que fora construída paciente e silenciosamente durante os longos anos de arbítrio. Os resultados foram sérios prejuízos para o movimento sindical: buscava-se a sua completa desarticulação (COGGIOLA, 2001, p.88).

Em 1984 surgiu com força a campanha pelas “Diretas Já”, que fora precedida por ampla luta social e política. No entanto, a principal reivindicação desta campanha – a escolha do presidente da República por meio de eleições diretas – foi rejeitada quando o Congresso Nacional não obteve a maioria necessária

para aprovar o projeto de emenda constitucional (PEC nº5/1983) que propunha a restauração das eleições diretas. O regime civil-militar resistiu o quanto pode, mas já sem forças, e com parte do seu papel cumprido – revitalizar a acumulação capitalista no país – teve seu fim em 15 de janeiro de 1985, quando Tancredo Neves, candidato da oposição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), venceu as eleições indiretas no Colégio Eleitoral.

3.1.2 Ditadura civil-militar no Chile (1973-1989)

A conjuntura histórica chilena em que emerge a ditadura civil-militar comandada pelo general Augusto Pinochet no Chile, nos anos 1970, é um pouco distinta dos demais países, mas não menos dramática. O Chile tinha uma tradição democrática consolidada que em 1970 possibilitou a vitória eleitoral de um candidato socialista, Salvador Allende. Segundo Guazzelli (2004), essa vitória ocorreu em um cenário muito específico em que os grupos dominantes apresentavam-se divididos no enfrentamento com as forças de esquerda. Esta, como raras vezes em sua história, encontrava-se unida no Chile em torno da Unidade Popular (UP), que compreendia diversas vertentes do movimento esquerdista chileno, tendo como grupo majoritário o proletariado, representado pelos partidos comunista e socialista. O cenário chileno foi assim descrito pelo sociólogo Eder Sader:

O fracasso do projeto democrata-cristão arrastou consigo o conjunto do sistema de dominação democrática arquitetado longamente pela burguesia chilena. As reformas não haviam logrado diluir a ameaça revolucionária. A partir do momento em que mostraram seus limites à medida que cresceu a organização própria dos trabalhadores, as reformas cindiram o bloco dominante e estimularam a luta dos dominados. A vitória eleitoral de Salvador Allende em 1970 constituiu não apenas expressão culminante da crise, como ainda fato de sua exacerbação final. A democracia burguesa chilena havia esgotado seus últimos artifícios (SADER, 1982, p.82-83).

Mesmo com essa debilidade e aparente desorganização das forças de direita, a vitória de Allende ocorreu por uma escassa margem de votos, superando o segundo colocado do Partido Nacional (ultraconservador) por apenas 1,4%. Isso fez com que logo após a proclamação do resultado das eleições já surgissem campanhas golpistas para que o presidente eleito fosse impedido de tomar posse. Um ator preponderante nessa conjuntura de acirramento entre apoiadores e

opositores do novo governo foram os Estados Unidos, por meio de empresas que tinham muitos interesses em jogo no Chile.

Além dos grupos dominantes chilenos, o imperialismo norte-americano envolveu-se firmemente numa intensa propaganda sobre os perigos de um governo de orientação marxista no Chile, preparando a população para uma eventual intervenção militar que contava com o apoio de alguns dos altos comandos do Exército chileno. Entre as multinacionais que visavam uma solução de força, estava a poderosa International Telephone & Telegraph (ITT), e tais fatos eram do conhecimento do presidente que saía, o democrata cristão Eduardo Frei (GUAZZELLI, 2004, p.84).

No entanto, ainda que as pressões da oposição fossem fortes, o Congresso Nacional ratificou em 24 de outubro a posse de Allende, e, a partir daí, o governo da UP, procurou desde o Executivo criar as condições necessárias para a transição para o socialismo. Entretanto, o governo de Allende não pretendia a construção do socialismo, mas tão somente implementar medidas que facilitariam a transição.

Neste sentido, a “via chilena” para o socialismo contava com a possibilidade de que o governo Allende criasse as condições para a transição ao socialismo, aplicando uma política econômica voltada para o atendimento das demandas populares antes mesmo de mudar a própria lógica do modo de produção capitalista, seu modelo de acumulação e as relações de dependência com o capital monopolista internacional (GUAZZELLI, 2004, p.87).

Portanto, o governo de Allende tinha um propósito bem delineado, o de enfrentar o grande capital e a burguesia nacional no intuito de buscar uma organização da sociedade que priorizasse a classe trabalhadora. Com isso, ainda em 1971, o governo expropriou as grandes empresas estadunidenses que exploravam o cobre sem direito a qualquer indenização. Na questão agrária, o presidente também propôs uma reforma visando à eliminação do latifúndio e à criação de assentamentos com base na propriedade coletiva da terra. De acordo com Guazzeli (2004), a economia chilena, no primeiro ano do governo da UP, teve um bom desempenho, chegando a ter um crescimento de 8,5%. No entanto, no final daquele ano, o governo voltou a sofrer com fortes ataques da direita oriunda das classes abastadas de Santiago, que se uniam em atos públicos de protesto. De outro lado, a ultraesquerda passou a pressionar o governo para que aprofundasse o processo rumo ao socialismo.

O ano de 1972 foi de constante enfrentamento com a burguesia fazendo

com que a UP perdesse gradualmente o seu poder político. Isso teve graves efeitos na economia, fazendo com que a inflação que em 1971 não havia superado os 20%, no ano seguinte saltasse para 65%, o que levou a economia chilena a entrar num processo de recessão. Essa situação se refletiu diretamente nas camadas mais pobres e a população passou a responsabilizar o governo pela crise, fazendo com que os apoiadores de Allende, em sua maioria os proletários, ficassem isolados. A direita oposicionista aproveitou o momento para se mobilizar em torno da derrubada do governo, porém, as mobilizações operárias ainda eram suficientemente fortes para conter os golpistas. Por isso, segundo Guazzelli, a burguesia chilena mudou de estratégia. Os empresários passaram a literalmente boicotar a economia do país ao promoverem as “greves patronais”.

Ao tentar paralisar os mecanismos vigentes no país, a burguesia justificava a adoção de medidas revolucionárias, e a radicalização política crescente provocava temores de uma situação de guerra civil. A direita passou, então, a apelar, de forma cada vez mais insistente, para a presença dos militares, seja estimulando ações de terrorismo que provocassem sua intervenção, seja tratando de afastar os comandantes que defendiam a postura constitucionalista das Forças Armadas (GUAZZELLI, 2004, p.95).

O boicote e as greves patronais não tiveram o efeito esperado, pois nas eleições de março de 1973, a UP obteve 44% dos votos, aumentando em oito pontos a votação que Allende havia tido em 1970. De acordo com Coggiola (2001), isso era reflexo da resistência e manutenção da combatividade das organizações de trabalhadores, mesmo com as fortes investidas da burguesia. Nesse cenário, conforme Guazzelli (2004, p.96), os setores conservadores deram-se conta de que os meios “democráticos” que tinham sido utilizados até então não poderiam interromper o processo de transição proposto por Allende. Os meses que sucederam as eleições de março foram dedicados à preparação do golpe de Estado que se deu em 11 de setembro, comando pelo general Augusto Pinochet, então ministro da Guerra do próprio governo Allende. A ironia desse golpe de Estado foi, segundo Guazzelli, o seu caráter de “salvação” das instituições democráticas que nunca haviam sido ameaçadas pelo governo Allende:

O governo de Salvador Allende foi abatido em 11 de setembro de 1973 pelas instituições do Estado burguês capitalista – Congresso Nacional, poder judiciário, Procuradoria, partidos de oposição e corpos oficiais das Forças Armadas – que ele respeitou permanentemente, conforme o seu propósito de executar seu programa dentro da constituição e da lei

(ELQUETE e CHELÉN *apud* GUAZZELLI, 2004, p.98).

Allende morreu lutando, quando o *Palacio de la Moneda* foi submetido a um dos mais cruéis e covardes ataques da história latino-americana. Sob o comando de Augusto Pinochet, o processo democrático chileno sofreu um fortíssimo golpe. Segundo Guazzelli, os primeiros meses da ditadura foram dedicados à implementação do terror de Estado, com uma grande perseguição aos operários e a lideranças políticas da UP. Ao mesmo tempo, intelectuais, estudantes e operários que haviam emigrado de países latino-americanos, já submetidos aos governos militares, também foram severamente perseguidos e reprimidos.

Nas primeiras semanas depois do golpe de Pinochet, a tristemente célebre “caravana da morte” – detenção sistemática de ativistas políticos destinados aos campos de concentração e ao assassinato – impôs torturas indescritíveis e covardes a inúmeros opositores. Sob o regime de Pinochet surgiria a figura do desaparecido político, o preso não reconhecido submetido a torturas piores que as da Inquisição, e posteriormente assassinado clandestinamente (COGGIOLA, 2001, p.52).

O Chile sob o comando de Pinochet e da direita cristã reacionária tornou-se o principal laboratório para a implementação da política de “livre mercado” e o conseqüente desmonte da estrutura estatal. De acordo com Coggiola, esse foi o segundo “auxílio” que os Estados Unidos prestaram à ditadura chilena. A política econômica posta em prática pelo ditador foi inspirada e supervisionada pela equipe do economista (neo)liberal Milton Friedman e teve um generoso apoio e encorajamento dos organismos financeiros internacionais comandados pelos Estados Unidos. O historiador britânico Perry Anderson descreve o regime de Pinochet como o primeiro a colocar em prática as políticas neoliberais. Segundo ele, o Chile,

tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos (ANDERSON, 1995 p.19).

Esse programa deveria ser colocado em prática a qualquer custo, mesmo que, para o “livre mercado” prosperar, fosse preciso abolir a democracia.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse (ANDERSON, 1995, p.19).

Os resultados dessa “terapia de choque”, no entanto, não foram os esperados, nem por Pinochet nem por seus *Chicago Boys* – como ficaram conhecidos os economistas chilenos instruídos na Universidade de Chicago e que foram os principais artífices da política econômica chilena sob a égide do neoliberalismo. O PIB chileno, de acordo com Coggiola, cresceu anualmente 1,5% em média entre 1974 e 1980 e a indústria chilena entrou em grave crise, eliminando por consequência, milhares de postos de trabalho.

A política monetarista de Pinochet também fez com que o mercado interno produzisse mais bens de exportação do que para o consumo interno. Isso teve como resultado o aumento da concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, impedindo, com isso, o crescimento do país.

A meta, como havia declarado o ditador, era fazer do Chile “uma nação de capitalistas”, porém, o país acabou por fundamentar a sua posição na divisão internacional do trabalho entre as nações, a saber: a de um país caracterizado pelo que os teóricos da dependência, como Florestam Fernandes, chamaram de países de capitalismo dependente¹⁴.

Nesse cenário, mesmo em meio a grande e forte repressão, tortura e assassinatos, a partir de 1983 reapareceram protestos de massa nas ruas de Santiago, protagonizando grandes passeatas, que uniram associações operárias, camponeses, estudantes, defensores de direitos humanos e familiares de presos políticos. O resultado dessa pressão foi à realização de um plebiscito nacional em 1988 que impôs uma forte derrota à Junta Militar, condicionando a retirada dos militares do poder. No entanto, os militares não saíram sem antes imporem uma

¹⁴ Fernandes (2009) descreve o capitalismo latino-americano como capitalismo dependente, porque a maturação desse modo de produção na América Latina gera um subdesenvolvimento socioeconômico, cultural e político. Essa dependência é atribuída a um movimento que acontece a partir de dois dinamismos, “um que se impõe de fora para dentro, outro que se projeta de dentro para fora”, em que o fortalecimento dos centros hegemônicos depende dos países periféricos, e vice-versa (FERNANDES, 2009, p. 58).

série de garantias, como um absurdo cargo vitalício de senador para Pinochet.

O resumo da ditadura chilena é uma incrível barbárie e pilhagem promovida pelo Estado, uma verdadeira espoliação da sociedade chilena. Nesse período o país foi levado à bancarrota enquanto o alardeado “salto para o desenvolvimento”, previsto pelos *Chicago Boys* nunca se cumpriu.

3.2 A Ditadura civil-militar na Argentina (1976-1983)

No período que antecede o golpe civil-militar de 1976 e durante os acontecimentos que resultaram da instauração da ditadura civil-militar, pode-se dizer que a Argentina passou por uma convulsão política com graves efeitos na organização social e econômica daquela sociedade. Preferimos, então, nessa resumida descrição histórica, relatar esses fatos de forma quase cronológica, respeitando o período de sua ocorrência, pois acreditamos que, dessa forma, poderemos fazer com que a compreensão se torne mais simples, mesmo se tratando de acontecimentos muito complexos.

Iniciamos, portanto, com a descrição do período que antecede o golpe de 1976, em seguida descrevemos o período em que a ditadura civil-militar governou (1976-1983). Finalmente, descrevemos o período de democratização imediatamente posterior à queda da ditadura.

3.2.1 Antecedentes: o ensaio autoritário de 1966 e a volta de Perón

No ano de 1966, precisamente em 28 de julho, os comandantes-chefes das Forças Armadas depuseram o presidente civil Arturo Umberto Illia e colocaram em seu lugar o general Juan Carlos Onganía, decretando o fim de um curto período democrático em que viveu a Argentina desde a derrubada de Juan Domingo Perón em 1955. De acordo com o historiador argentino Luis Alberto Romero, este golpe pode ser considerado um ensaio autoritário para o que viria a viver o país dez anos mais tarde.

A primeira fase do novo governo se caracterizou por um “choque autoritário”. [...] O parlamento foi dissolvido – o presidente concentrou em suas mãos os dois poderes – e também os partidos políticos, cujos bens foram confiscados e vendidos, o que confirmou o fechamento irreversível da vida política. [...] Unificadas as decisões, teve início o processo de se restringir e amarrar a sociedade (ROMERO, 2006, p.161).

Nesse período, o principal alvo da repressão foram os comunistas, tendo sido a universidade, tida como “berço do comunismo”, o local privilegiado onde ocorreram as perseguições. Outro ponto marcante dessa fase foi a censura imposta pelo governo militar a diversos setores da sociedade, atingindo até mesmo costumes emergentes na época, como o uso de minissaias pelas mulheres e de cabelo comprido pelos homens.

No campo econômico, as medidas adotadas pelo governo, como o livre-câmbio, os seguidos empréstimos retirados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para saldar dívidas do Estado e o investimento maciço em obras de infraestrutura, resultaram em benefício de uma pequena parcela da população. Com o crescente autoritarismo e o fracasso na economia, o governo militar liderado pelo general Onganía passou a sofrer diversas contestações, sendo estudantes e operários os principais agentes desse enfrentamento.

A política econômica prejudicava sem compensação quase todas as classes sociais situadas abaixo da grande burguesia. Sob a calma aparente, o país virava um caldeirão. No interior, onde a crise social era mais grave, começaram as explosões em 1969, com mobilizações de estudantes de Corrientes, Rosário, Tucumã, resultando em vários estudantes mortos pela repressão (COGGIOLA, 2001, p.27).

Em maio de 1969 estourou um levante na cidade de Córdoba que, unindo estudantes e operários, ficou conhecido como *Cordobazo*. De acordo com Romero (2006), esse levante foi determinante para a o início de um processo que levaria à queda do governo civil-militar em 1973. Esse autor salienta que as milhares de pessoas que saíram às ruas naquele ato, que foi seguido por muitos outros, sabiam exatamente quem era o seu inimigo: o poder autoritário, que por trás de si era nitidamente perceptível na presença do capital. Nesse período, o projeto de uma revolução social estava presente no imaginário e na prática das organizações, em geral de operários e estudantes que, de certa forma, tentavam se colocar à frente daquele movimento. Segundo Romero, nesse período a alternativa democrática não era vista como saída para a crise e para o desenvolvimento do país.

A revolução era possível. Isso era o que mostrava Cuba, o *Cordobazo* e a mobilização social, tão intensa quanto carente de direção e programa. Encontrar-se na própria ação era a intensão do novo ativismo. A alternativa democrática – desprestigiada pelos velhos militantes e sem sentido para os mais jovens – esteve totalmente ausente nas discussões. A esquerda ofereceu uma leitura clássica da mobilização e de suas potencialidades, por meio do “classismo sindical”, forte principalmente em Córdoba (ROMERO, 2006, p.173).

Esses movimentos de classe e populares passaram, a partir de 1971, a se identificar com o movimento peronista, o que possibilitou a Juan Domingo Perón – então exilado na Espanha – retornar ao país e se tornar, novamente, um ator de extrema importância no jogo político e social. Em 1973, sob a intermediação de Perón, os militares deixaram o governo e abriram a possibilidade de realização de novas eleições. No pleito ocorrido em 11 de março daquele ano, o candidato peronista à presidência, Héctor José Cámpora, saiu vencedor.

Após a posse de Cámpora, Perón voltou definitivamente do exílio. Em 13 de julho, Cámpora, com a intenção de possibilitar à ascensão de Perón ao governo, renunciou e foram convocadas novas eleições. Em setembro de 1973 Perón retornou à presidência junto de sua segunda esposa, Isabel (Maria Estela Martínez), eleita vice-presidente. A chapa Perón-Perón obteve 62% dos votos. No entanto, em 1º de julho de 1974, o presidente morreu e foi substituído por Isabelita, como era conhecida sua mulher.

Segundo Coggiola (2001), esse terceiro governo peronista foi de crise permanente. Após a morte de Perón, o movimento de ultradireita tomou conta do governo ao mesmo tempo em que movimentos de ultraesquerda como os Montoneros e o ERP (Exército Revolucionário do Povo), promoveram sequestros e ações violentas espetaculares para fazer o enfrentamento com o governo. Nesse contexto, de acordo com Coggiola, Isabelita deu ordem para que se aniquilasse a subversão, o que nos anos seguintes viria a legitimar o massacre popular promovido pelos militares. Em 1976, o governo de Isabel Perón foi consumido pelo próprio movimento peronista, sendo deposta pelos militares por meio do golpe de Estado de 24 de março de 1976.

3.2.2 O golpe de 1976: instauração do Estado autoritário, terrorista e neoliberal

Após deposição de Isabelita Perón, o país passou a ser governado por uma Junta de Comandantes integrada pelo general Jorge Rafael Videla, pelo almirante Emilio Massera e pelo brigadeiro Orlando Agosti. Mascarada pelo que os militares chamaram de “Processo de Reorganização Nacional” – *O processo*, como ficou conhecido – essa foi, sem dúvida, uma das mais sangrentas ditaduras civil-militares da história da América Latina. De acordo com Coggiola (2001), *O Processo* consistiu, em primeiro lugar, na eliminação de uma parte da população. O autor ressalta que as estimativas mais modestas situam em dez mil o número de pessoas assassinadas e mais de um milhão de argentinos que foram obrigados a se exilar, fugindo das diversas formas de repressão e da miséria. Romero (2006) enfatiza que o golpe foi uma operação integral de repressão planejado pelas três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica:

Tratou-se de uma ação terrorista, dividida em quatro momentos principais: sequestro, tortura, prisão e execução. [...] O primeiro destino do sequestro era a tortura, sistemática e prolongada. Os choques elétricos, o “submarino” – manter a cabeça submersa em um recipiente com água – e as violações sexuais eram as formas mais comuns. A tortura física de duração indefinida se prolongava na psicológica. Muitos morriam durante a tortura, se entregavam. Os sobreviventes iniciavam um período de detenção mais ou menos prolongado. [...] Nessa fase final do calvário, de duração imprecisa, completava-se a degradação das vítimas, frequentemente muito feridas e sem cuidados médicos, permanentemente encapuzadas ou em cubículos, sem instalações sanitárias. Muitas presas grávidas deram à luz nessas condições, para, em seguida, serem separadas de seus filhos, dos quais muitas vezes os sequestradores se apropriavam. Não é estranho que, nessa situação verdadeiramente extrema, alguns sequestrados tenham concordado em colaborar com seus algozes, realizando tarefas a seu serviço ou saindo com eles pelas ruas para apontar antigos companheiros, ainda livres. Mas, para a maioria, o destino final era a “viagem”, ou seja, a execução (ROMERO, 2006, p.197-198).

Conforme Coggiola (2001), entre 1976 e 1983 funcionaram na Argentina cerca de 360 campos de concentração e extermínio. Nesses lugares mais de 30 mil pessoas dentre os quais militantes políticos, ativistas sociais, opositores ou mesmo simples testemunhas incômodas dos tantos sequestros que diariamente se produziam foram submetidas à tortura. Os assassinatos também foram uma característica da ditadura civil-militar argentina, mas de acordo com este autor, o capítulo marcante do *Processo* foi o uso geral, indiscriminado e sem limitações da tortura, com requintes de crueldade indescritíveis. Ainda segundo o autor, a tortura

praticada nas ditaduras latino-americanas e, em especial, na ditadura argentina foi de tanta sistematicidade e assiduidade (incluindo mutilações atrozes) que, em dado momento, deixou de ter qualquer objetivo que não a própria tortura e a conseqüente morte da pessoa submetida às agressões. “Nem vingança, nem obtenção de informações: a tortura e a morte viraram uma atividade-fim, praticada de modo isolado, mas sistemático, por milhares de torturadores, em dezenas de milhares de casos” (COGGIOLA, 2001, p.59-60).

Romero (2006) destaca que, ao mesmo tempo em que as vítimas da repressão foram muitas, o objetivo real do regime eram os vivos. Segundo o autor, a finalidade do terror de Estado foi fazer com que a sociedade não cogitasse qualquer transformação profunda do *status quo*. Antes disso, permanecesse dominada. Padrós (2004) descreve como se deu esse processo:

Em realidade, o que pode ser visto como irracionalidade do sistema (a brutalidade repressiva, a ameaça constante e a permanente sensação de incerteza e insegurança), foi, na sua essência, uma estrutura eficientemente concebida e dirigida para difundir um sentimento geral de acentuada vulnerabilidade por parte da sociedade; o objetivo foi claro: dissuadi-la e paralisá-la. Não só se procurou evitar a ameaça constituída pelas mobilizações populares anteriores ao golpe, como também se pretendeu obter a anulação, conjuntural, de amplos setores diante da ameaça de caírem na “mão do sistema”. Foi nessa lógica que se impôs o projeto de reordenamento social e econômico dos setores dominantes, mediante uma intervenção militar (PADRÓS, 2004, p.72).

No âmbito da economia, a Argentina sob a tutela militar e da direita “tecnocrática” foi gradativamente caminhando para a “economia de mercado”, ou seja, numa perspectiva que compreendia o Estado intervencionista e provedor de políticas públicas como o principal responsável pela desordem econômica que o país vivia naquele momento. A solução, portanto, era deixar a economia por conta do “mercado”, pois ele poderia ser um instrumento capaz de disciplinar por igual a todos os atores, premiando, por conseqüência, a eficiência e evitando comportamentos corporativos. No entanto, Romero (2006) destaca que essa capacidade do “mercado” parece não ter sido suficiente para tirar a Argentina da situação econômica e social caótica em que se encontrava. Coggiola (2001) descreve como se organizou a economia argentina no período imediatamente posterior ao golpe:

O Estado interveio no processo de concentração, por meio das políticas de “promoção industrial”: um terço das cem maiores empresas sumiu do

mercado (via fusão, venda ou quebra). Os beneficiários foram setores do grande capital nacional, não raro de origem agrolatifundiária, setor que também se beneficiou de uma grande transferência de renda. Tudo baseado numa brutal queda das condições de vida dos assalariados (o salário caiu 40% em um ano). Mas a concentração foi paralela a uma queda da produção industrial (de 17% entre 1975 e 1981) (COGGIOLA, 2001, p.73).

Com isso, a economia baseada no “livre mercado” e nas teses neoliberais passou a ser regida pelo mercado financeiro especulativo, marginalizando a produção industrial.

Em toda a indústria 400 mil operários ficaram desempregados. Todo o processo operou-se, por outro lado, por via especulativa. O negócio bancário cresceu espetacularmente, a atividade financeira explodiu; cada empresa importante criou sua companhia financeira. Muitos dólares chegaram (as taxas de juros exorbitantes transformaram Buenos Aires na melhor praça financeira mundial), mas tratava-se de capital fictício, especulativo, à procura de lucros a curto prazo (COGGIOLA, 2001, p.73).

Em 1981, a crise econômica e social atingiu alto grau de intensidade. Em março daquele ano a queda do BIR, um dos maiores bancos argentinos, obrigou a uma intervenção estatal no banco para salvá-lo da falência. Esse fato reinstaurou o processo inflacionário, fazendo com que a especulação se tornasse desenfreada. O grupo Sasetru, um dos maiores e mais beneficiados pela política econômica, não resistiu à crise e foi à falência. Ao fracasso em atrair investimentos, o ministro da economia, o civil Martínez de Hoz, somava a quebra das empresas privilegiadas pela sua política. Os setores empresariais em crise agrupavam-se para derrubá-lo, pois reclamavam que o ministro já não passava de um agente dos grupos financeiros internacionais (COGGIOLA, 2001).

No campo político, de acordo com o mesmo autor, além da repressão, a corrupção foi elevada a níveis estratosféricos. A crise econômica e política levou a queda da Junta Militar comandada por Jorge Rafael Videla, sendo substituída por uma nova Junta, encabeçada pelo general Roberto Eduardo Viola em março de 1980. Viola tentou reunificar o grande capital, tirando Martínez de Hoz do governo e incorporando os representantes do empresariado. Mas estes empresários careciam, conforme Coggiola, de unidade e de um plano econômico. Os resultados do agravamento da crise econômica e política levaram à nova modificação no comando civil-militar, quando o general Viola foi derrubado pelo general Leopoldo Fortunato Galtieri antes de completar um ano de mandato.

Enquanto as renúncias se sucediam, o PIB e a indústria (que caiu 10% em 1982) continuavam em queda livre. O único “avanço” foi a liquidação das dívidas dos grupos em falência por meio da inflação e do endividamento público, grupos cujos investimentos tinham sido 90% financiados ou avalizados pelo Estado: o “liberalismo” consistiu na passagem para o Estado das dívidas privadas, destruindo o crédito e a moeda, por meio da inflação galopante (COGGIOLA, 2001, p.75-76).

Com o país em falência e os planos políticos do governo civil-militar em bancarrota, a legitimidade da ditadura entrava em xeque. Em março de 1982, a greve operária colocou a luta contra a ditadura civil-militar argentina em uma fase decisiva. As manifestações operárias convergiam na Praça de Maio, exigindo a queda do governo. Com *O processo* sendo contestado, e com uma forte crise econômica, os militares decidiram investir numa saída que tinha por principal objetivo angariar o apoio da opinião pública interna. Apostaram então, na jogada mais espetacular e mais malsucedida do período em que estiveram no poder: a guerra das Malvinas.

Com *O processo* sendo contestado e com uma forte crise econômica, os militares decidiram por uma saída que tinha por principal objetivo angariar o apoio da opinião pública. O propósito de retomada das Malvinas correspondeu diretamente à intenção dos militares de buscar uma solução capaz de pôr fim aos protestos contra o regime e controlar a crise econômica que assolava o país. Do ponto de vista dos militares, uma ação que levasse à recuperação das ilhas permitira unificar as Forças Armadas ao redor de um objetivo comum e conquistar, de uma só vez, a questionada legitimidade frente a uma sociedade visivelmente discordante. Parte deste objetivo foi alcançado, ao menos momentaneamente.

Começou um vasto movimento de defesa da nação. A questão das Malvinas era uma das mais velhas e sentidas reivindicações nacionais. O movimento era heterogêneo: os últimos setores que apoiavam a ditadura levantaram a cabeça, mas também os que lutavam contra ela organizaram campanhas de apoio aos soldados do Atlântico Sul (COGGIOLA, 2001, p.80-81).

Segundo Fontana (1986), a partir da ocupação das Malvinas ocorre uma aproximação de setores da sociedade civil ao regime militar em torno de bandeiras nacionalistas. De acordo com a autora, essas bandeiras cumpriram uma importante função:

Ofuscaram os temas que referiam a uma cidadania privada de seus direitos, uma economia em crise e as forças armadas passíveis de serem imputadas de graves responsabilidades até a véspera de 2 de abril. Mais ainda, o tema da democracia aparece como um atentado contra a unidade que os atores consideravam prioritária em virtude da emergência (da guerra) (FONTANA, 1986, p.12).

No entanto, a tentativa dos militares malogrou, pois a Grã-Bretanha reagiu de forma dura e em 14 de junho, 74 dias depois do início do conflito os militares argentinos se renderam. Do lado argentino, o saldo do confronto foi 700 mortos ou desaparecidos e mais de 1300 feridos. Conforme Coggiola (2001) a ditadura civil-militar argentina nunca teria podido ganhar a guerra das Malvinas, sobretudo, porque não buscou os meios e as alianças internacionais que garantissem a continuidade do esforço militar. Isso resultou em um conflito em que a Inglaterra não media esforços e armamentos porque podia repô-los, enquanto a Argentina devia poupar aviões e munições, o que inviabilizava qualquer vantagem em uma guerra.

Romero (2006) destaca que a derrota na guerra das Malvinas agravou a crise do regime civil-militar, que já estava anunciada desde a crise financeira de 1981. Concomitantemente, a derrota militar possibilitou que se tornassem públicos conflitos que, até aquele momento, eram dissimulados, sobretudo, no período da guerra chauvinista¹⁵ que tomou conta da população argentina. A malfadada guerra das Malvinas foi o prenúncio da queda da ditadura civil-militar argentina.

3.2.3 Epílogo: a derrocada da ditadura civil-militar argentina

A derrota frente à Inglaterra e o crescimento dos movimentos populares tiveram fundamental importância na precipitação do fim do regime militar. Os operários, juntamente com as *Mães da Plaza de Mayo*, que desde 1977 lutavam por notícias que pudessem levar aos seus filhos desaparecidos, tiveram um papel decisivo. Com a queda do regime militar, a Argentina encontrou novamente a possibilidade de se organizar de forma democrática, sem censura, repressão, respeito às liberdades civis e aos direitos humanos. Isso não é pouca coisa. No entanto, Romero (2006) chama esse período que se estende de 1983 a 1989, em

¹⁵ O termo *chauvinismo* corresponde a um sentimento ultranacionalista de certos grupos, que os leva a odiar as minorias e a perseguir estrangeiros. Chamamos de "chauvinismo" o sentimento expresso de alguém cegamente patriota ou rigidamente convencido da superioridade do grupo a que pertence.

que o país foi governado por Raúl Alfonsín, de a “ilusão democrática”:

A multidão que saiu às ruas sentia que a cidadania tinha chegado ao poder. No entanto, logo se percebeu não apenas a capacidade de resistência dos inimigos considerados vencidos, mas também a dificuldade de satisfazer todos os tipos de anseios que a sociedade vinha acumulando e que esperava ver contemplados imediatamente, talvez porque a imagem clássica do Estado providente se juntava à convicção – alimentada pelo candidato vitorioso – de que a volta à democracia significava a solução de todos os problemas (ROMERO, 2006, p.230).

No governo de Alfonsín, alguns ganhos democráticos foram muito importantes, como por exemplo, uma espécie de modernização cultural que foi representada pela lei que autorizava o divórcio. No campo político, a atitude de maior impacto foi o julgamento dos militares responsáveis pela sangrenta ditadura civil-militar. Mas isso não foi uma tarefa simples. Os militares, como se podia imaginar, resistiram e negaram-se a fazer uma revisão de suas ações e julgar os seus comandantes.

No fim de 1984, quando os primeiros temores eram sentidos nos quartéis, os tribunais militares declararam que os atos das Juntas foram corretos, e as causas judiciais foram então transferidas pelo Executivo para os tribunais civis. Em abril de 1985, em um clima ainda muito mais agitado, começou o júri popular dos ex-comandantes. O julgamento que durou até o fim do ano, acabou de revelar as atrocidades da repressão. [...] No fim de 1985, pouco depois da vitória do governo nas eleições legislativas, chegou-se ao veredicto, que condenou os ex-comandantes (ROMERO, 2006, p.236).

Ainda de acordo com Romero, a Justiça confirmou a conduta hedionda dos chefes do regime civil-militar e desqualificou qualquer justificativa para a ação dos militares. Entretanto, o governo democrático de Alfonsín não conseguiu estabilizar a economia. Depois de alguns planos que tinham eficácia de curto prazo, o governo teve de implementar em 1987, sob os conselhos do Banco Mundial, um novo plano de reformas que buscou conciliar o ajuste do Estado com grandes grupos empresariais. “Uma reforma impositiva mais dura e profunda devia ser acompanhada por uma política de privatização de empresas estatais e por uma redução drástica de seus gastos” (ROMERO, 2006, p.245).

O mandato de Alfonsín encerrou com uma hiperinflação que destruiu o valor do salário e da própria moeda argentina, afetando a produção e a circulação de bens. Segundo Romero (2006), as eleições de maio de 1989 ocorreram nesse clima, possibilitando uma vitória incontestável do Partido Justicialista que levou Carlos

Menem à presidência da República. O governo de Alfonsín, que havia começado com enormes expectativas, terminou com a entrega antecipada do cargo devido à situação incontrolável da economia:

No fim de maio, a hiperinflação teve seus primeiros efeitos dramáticos: ataques e saques a supermercados, que foram duramente reprimidos. Logo depois, Alfonsín renunciou, para antecipar a passagem do poder, que se concretizou em 19 de julho, seis meses antes do prazo constitucional. A imagem de 1983 tinha se invertido, e aquele que foi recebido como a expressão da desejada regeneração saía de cena acusado de incapacidade e falta de firmeza (ROMERO, 2006, p.236).

Esse breve resgate da conjuntura histórico-social e política da Argentina permite-nos compreender o cenário em que ocorreram os acontecimentos ligados à ditadura civil-militar Argentina (1976-1983). Ao mesmo tempo, demonstra como os desdobramentos desses acontecimentos tiveram direta ligação com a forma de reorganização da sociedade argentina.

A seguir, procuramos fazer, também de forma breve, um histórico da revista *Veja* no período em que realizou a cobertura da ditadura civil-militar argentina.

3.3 A revista *Veja*

A revista *Veja* foi lançada em 1968 pelo grupo Abril, nos moldes da revista estadunidense *Time*. A publicação surgiu três meses antes de o governo civil-militar brasileiro editar e impor o Ato Institucional número 5 (AI-5), a mais autoritária lei de exceção da ditadura civil-militar brasileira que, entre outras arbitrariedades, impunha a censura prévia à imprensa, modificando profundamente a noção de liberdade de expressão. *Veja* logo sentiu o impacto desta lei:

O reflexo do AI5, em *Veja*, aparece logo em sua décima quinta edição, de 18 de dezembro de 1968, que trouxe na matéria de capa uma foto do presidente da República, marechal Arthur Costa e Silva, sozinho no Congresso, sem nenhuma chamada ou legenda, tendo sido apreendida logo que chegou às bancas (VILLALTA, 2002, p. 8).

Em relação ao período em que as ditaduras civil-militares foram predominantes na América Latina, Silveira (2010) traça um perfil detalhado da revista *Veja*. Ao se referir à editora Abril, responsável pela publicação, a autora destaca que o jornalismo proposto por essa editora seguia o padrão estadunidense conhecido

como jornalismo liberal empresarial ou simplesmente padrão liberal de jornalismo, tendo na empresa *Time Life* a principal formuladora dessa concepção.

Este padrão de jornalismo se caracterizou por imputar ao produto jornalístico uma característica empresarial e mercadológica. Dessa forma, o objetivo principal aparecia como sendo a venda de um produto para a obtenção de lucro, equiparando-se assim às demais empresas capitalistas. Baseado nessa premissa, a esse padrão de jornalismo foram relacionadas ideias como neutralidade, objetividade, competência, autonomia, imparcialidade, já que o produto deveria atingir o máximo possível de compradores. Dessa forma, constituiu-se a característica de prestação de serviço, onde os veículos de comunicação orientados por este padrão estariam desempenhando um papel social na medida em que estariam levando os fatos à população (SILVEIRA, 2010, p.26).

Esse padrão de jornalismo, que propunha um caráter de prestação de serviço referido diretamente à condição de “servir o leitor” foi, segundo a autora, um dos pontos fundamentais do perfil autoconstruído de *Veja*. Aparentemente, esse perfil se constituía em uma estratégia de marketing, no entanto, para Silveira, era mais do que isso, pois consistia na forma através da qual era constituída a justificativa para o conteúdo político-ideológico veiculado pela revista sem comprometê-la diretamente com os posicionamentos ali manifestados. Portanto, o caráter de prestação de serviço tinha uma conotação comercial, diluindo o caráter ideológico do seu conteúdo. A autora sintetiza o perfil autoconstruído de *Veja* da seguinte forma:

Se *Veja* era um veículo capaz de informar sobre “a verdade dos fatos”, traduzir a realidade para o leitor, constituir a síntese da realidade, diferenciar o que era relevante, melhor, aceitável e desejável, isto era apresentado como sendo fundamentalmente conduzido por um direcionamento comercial e sem qualquer conotação ideológica. Assim, esse tipo de construção discursivo-ideológica atuou em grande medida no sentido de dissimular o caráter ideológico e pedagógico contido nas mensagens que eram veiculadas na revista (SILVEIRA, 2010, p.67-68).

A autora destaca que, mesmo que a revista manifestasse um claro posicionamento em seu conteúdo e em seu discurso, sempre procurou manter uma postura que negava qualquer viés ideológico.

Dentro da concepção liberal adotada em *Veja*, onde havia a insistência na ideia de que a revista falaria “de fatos, não de versões”, fortalecia-se o argumento de que ela estaria a serviço de um interesse universal, construindo-se como a-ideológica, a-partidária, não classista (SILVEIRA, 2010, p.70).

No âmbito da política brasileira, a publicação esteve, nos anos de redemocratização, do lado do governo Sarney e apoiou o então candidato Fernando Collor de Mello à presidência da República. Depois, assim como a concorrente *IstoÉ*, foi uma das principais responsáveis por sua queda do já presidente Collor. Nos anos 1990, esteve ao lado de Fernando Henrique Cardoso e, depois, fez uma sistemática oposição ao governo Lula.

Consideramos importante destacar, no entanto, que *Veja*, embora carregue essa “carga ideológica”, está, desde seu surgimento, submetida à lógica da concorrência capitalista e disputa a mesma fatia de mercado, tanto consumidor quanto publicitário, de outras revistas semanais. É, portanto, uma publicação convencional, já institucionalizada e integrada ao mercado, e cuja dinâmica de funcionamento apresenta várias características semelhantes a outras revistas, tais como, possuir um conjunto de jornalistas empregados que trabalha em uma redação com endereço fixo; ser financiada por meio de anúncios publicitários, assinaturas e venda em bancas; manter uma periodicidade semanal.

Em relação ao perfil da revista, atualmente a sua circulação tem uma média mensal de cerca de 1 milhão e 200 mil exemplares, sendo que 75% (900 mil unidades) correspondem a assinaturas. Estima-se que o total de leitores chegue a 8,7 milhões de pessoas, de acordo com dados da própria revista¹⁶. A maioria desses leitores pertence às classes A e B (72%) sendo, que 23% fazem parte da classe A, enquanto 49% da B.

3.4 Síntese do Capítulo

Neste capítulo buscamos historicizar, por meio de uma revisão bibliográfica como se deu o advento da “era das ditaduras” na América Latina. Inicialmente realizamos uma descrição do que a historiografia convencionou chamar de ditaduras civil-militares de Segurança Nacional. Constatamos que essas ditaduras, fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e no pensamento econômico neoliberal, utilizaram-se, sobretudo, do terrorismo de Estado para impor a sua ideologia e concepção de mundo, que propagandeava a ideia da necessidade de combater um suposto “inimigo interno” perigoso e que estava a serviço do

¹⁶ Dados disponíveis em <http://publicidade.abril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>.

comunismo internacional. Em verdade, essas ditaduras se colocaram como fiéis defensoras e, em alguns casos, como o Chile, última saída na busca pela manutenção *do status quo* capitalista. O resultado disso foi inúmeras perseguições, prisões, tortura e morte de civis que se colocavam em uma posição contrária a esse pensamento e defendiam outra forma de organização social.

Após descrevermos as ditaduras civil-militares de Segurança Nacional de forma ampla, trabalhamos brevemente com a especificidade de duas das mais importantes experiências dessas formas de governo, a brasileira e a chilena. Por fim, expomos, de forma detalhada, a ditadura civil-militar argentina que governou o país entre os anos de 1976 e 1983. Para isso, fizemos um breve resgate da experiência militar imediatamente anterior a ditadura de 1966-1973, enfatizando que esse regime se constituiu como uma espécie de ensaio autoritário para o período 1976-1983. Também destacamos que no período anterior ao golpe de 1976, o fato mais significativo foi o retorno do exílio e consequente volta ao governo de Juan Domingo Perón. Não menos importante que o retorno de Perón, foi as grandes lutas desencadeadas pelo proletariado e pelo movimento estudantil, do qual o *Cordobazo* em 1969 foi o movimento mais significativo.

No período 1976-1983, destacamos a violência com que a Junta Militar comanda por Jorge Rafael Videla perseguiu seus opositores e o desastroso projeto econômico que acabou por estagnar e na sequência provocar um nível muito alto de recessão na economia argentina. Ao finalizar esta seção do capítulo, descrevemos o início do processo de democratização na Argentina sob o governo civil de Raúl Alfonsín. Este governo, no entanto, não obteve êxito no controle da crise econômica e sofreu com embates com os militares que não reconheciam as atrocidades cometidas no período em que estiveram no governo.

Na seção final deste capítulo, discorreremos sobre a revista *Veja* no período em que realizou a cobertura dos acontecimentos ligados à ditadura civil-militar da Argentina, destacando brevemente que a própria revista realizava o seu trabalho sob uma ditadura civil-militar, a Brasileira. No entanto, o que enfatizamos o caráter liberal da publicação, que teve grande importância na cobertura realizada pela revista.

No próximo capítulo abordamos a questão do método e da metodologia que são utilizados nesta pesquisa com a função de apreendermos o conteúdo publicado por *Veja* sobre os acontecimentos ligados ao primeiro governo da ditadura argentina.

4 A QUESTÃO DO MÉTODO E DA METODOLOGIA

Neste capítulo, procuramos expor de forma breve o método ao qual nos filiamos e do qual partimos para a realização da pesquisa, assim como descrevemos a metodologia, enquanto instrumento utilizado para alcançar os seus objetivos. É preciso deixar claro, embora não pretendamos nos deter neste debate, que distinguimos método de metodologias. O método está diretamente ligado à concepção de mundo, às crenças e ideologias do pesquisador. As metodologias são, por sua vez, instrumentos de pesquisa que podem ser utilizados independentemente do método ao qual o pesquisador está filiado.

4.1 O método Materialista Histórico-Dialético

Pretendemos trabalhar na perspectiva do método Materialista Histórico-Dialético originado dentro da tradição marxista de pensamento. Karl Marx, ao fundamentar sua construção teórica, nunca se preocupou com sua sistematização ou descrição exaustiva do método utilizado. Entretanto, podemos encontrar no posfácio à segunda edição de *O Capital*, alguns apontamentos sobre ele. Nele, Marx procura refutar os argumentos de alguns de seus críticos que não teriam entendido o método empregado em sua obra. Em uma dessas polêmicas, o autor utiliza o próprio texto de um de seus detratores para definir o seu método de análise. Referindo-se a si próprio, diz:

Para Marx só uma coisa importa: descobrir a lei dos fenômenos que ele pesquisa. Importa-lhe não apenas a lei que os rege, enquanto têm forma definida e os liga a relação observada em dado período histórico. O mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra, de uma ordem de relações para outra. Descoberta esta lei, investiga ele, em pormenor, os efeitos pelos quais ela se manifesta na vida social. [...] Em consequência, todo o esforço de Marx visa demonstrar, através de escrupulosa investigação científica, a necessidade de determinadas ordens de relações sociais e, tanto quanto possível, verificar, de maneira irrepreensível, os fatos que lhes servem de base e de ponto de partida. [...] Marx observa o movimento social como um processo histórico-natural, governado por leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos, e que, ao contrário, determinam a vontade, a consciência e as intenções (MARX, 2008, p.27).

Após citar o longo trecho de seu opositor, Marx pergunta: “[...] que faz o

autor [crítico de Marx] senão caracterizar o método dialético?” (MARX, 2008, p.28). Ou seja, a crítica realizada pelo opositor de Marx, sintetizava a forma dialética da pesquisa marxiana.

O autor de *O Capital* também demarca a distinção entre o seu método e o método hegeliano. Segundo ele, para Hegel o processo de pensamento é o criador do real, sendo esse real apenas uma manifestação externa do pensamento. Para Marx, ao contrário, o ideal é apenas o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. Essa distinção fica ainda evidente na *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* quando Marx observa:

Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se de si; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta. Porém, isso não é, de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 2007, p.257).

A premissa marxiana fica evidente, portanto, assim como ele mesmo enfatizou no prefácio da mesma *Contribuição da Crítica da Economia Política*: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2007, p.45). A dialética é, portanto, para Marx, um processo que parte do ser social em relação com a sociedade e a natureza, em contraposição à “mistificação” que a dialética atingiria no pensamento hegeliano.

Karel Kosik (1976), ao tratar da dialética, revela que esse método se refere substancialmente à “coisa em si”. Entretanto, a “coisa em si” não se apresenta de forma imediata aos seres humanos. O autor afirma que para chegar à compreensão da “coisa em si” é necessário realizar um *détour* (desvio). A necessidade desse desvio se dá pelo fato de que, o ser humano não tendo condições de conhecer a “coisa em si”, a essência, entra em contato de forma inicial com o fenômeno, com a aparência da coisa. O autor chama essa primeira aproximação de *pseudoconcreticidade*:

O complexo de fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. [...] O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-

escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos (KOSIK, 1976, p.11).

Ele também ressalta que o fenômeno é justamente aquilo que se manifesta de forma imediata, inicial e com mais frequência. Para ele, o fenômeno se reproduz no pensamento comum como uma realidade, diríamos, verdadeira. Isso ocorre não pelo fato de os fenômenos serem os mais superficiais ou mais próximos do conhecimento imediato, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é um produto natural da *praxis* cotidiana:

A *praxis* utilitária cotidiana cria “o pensamento comum” – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *praxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consistência” e a “validez” do mundo real; é “o mundo da aparência” (KOSIK, 1976, p.15).

A pseudoconcreticidade, o fenômeno que primeiro aparece é, portanto, uma representação da “coisa em si”, da realidade, e essa representação é uma projeção na consciência do sujeito de determinadas condições históricas. Na visão desse autor, a forma de se alcançar a “coisa em si” passa diretamente por uma distinção entre representação e conceito; mundo da aparência e o mundo da realidade. O modo pelo qual o pensamento capta a “coisa em si”, a essência é, nas palavras de Kosik, a “cisão do único”, ou seja, o rompimento com o plano da aparência como algo dado e concluído.

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por detrás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência (KOSIK, 1976, p.15).

Kosik salienta que o movimento de destruição da pseudoconcreticidade que o pensamento dialético procura realizar não nega a existência dos fenômenos, mas

se contrapõe e procura destruir a suposta independência desses fenômenos, evidenciando o caráter mediato e derivado de sua natureza. O movimento dialético pressupõe a destruição da pseudoconcreticidade, procurando trazer à tona a “coisa em si”, a essência.

Na *Introdução à Contribuição à crítica da Economia Política*, aqui já referida, Marx demonstra, de forma substancial, o processo que procura desvendar a essência de uma dada realidade. Para ele, se tomarmos determinado objeto, como a população, por exemplo, ele se apresentará num primeiro momento sempre como “uma abstração”, “uma representação caótica”. No momento da análise é preciso levar em conta todas as determinações que compõem esse objeto. Dessa forma, o pensamento concreto que organiza um dado objeto não mais como “uma representação caótica”, mas como um “concreto pensado” é a síntese das múltiplas determinações que o compõem.

O concreto é concreto, porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 2007, p.257).

O processo de chegada ao “concreto pensado”, a “coisa em si”, compreende, portanto, o rompimento com o “concreto abstrato”, com a pseudoconcreticidade. Para isso é necessário, cabe novamente ressaltar, aquilo que Kosik chamou de *détour*, um desvio da aparência, para que seja possível compreender e analisar as múltiplas determinações de um objeto, de uma realidade. No entanto, esse rompimento com a pseudoconcreticidade não é o

rompimento de um biombo e o descobrimento de uma realidade por trás dele escondida, pronta e acabada, existindo independentemente da atividade do homem. A pseudoconcreticidade é justamente a existência autônoma dos produtos do homem e a redução do homem ao nível da praxis utilitária. A destruição da pseudoconcreticidade é o processo de criação da *realidade concreta* e a *visão da realidade, da sua concreticidade* (KOSIK, 1976, p.19, grifos nossos).

Na mesma linha de Marx, o autor em referência avalia que a partir de um movimento em espiral pode-se chegar a um resultado que não era conhecido no ponto de partida. Após fazer referência ao percurso entre a “imediate e caótica representação” e a “rica totalidade/multiplicidade das determinações e das relações”,

o autor destaca mais uma vez que o todo concreto não é imediatamente cognoscível para o homem, embora seja dado imediatamente em forma sensível, na representação, na opinião e na experiência. Para que se possa conhecer e compreender este todo e explicá-lo, o ser humano tem de fazer o *detour*. Nesse processo, o concreto se torna compreensível por meio da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte.

O método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras, é um movimento que atua nos conceitos, no elemento da abstração. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatividade, da evidência e da concretividade sensível. *A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade*. O progresso da abstratividade à concretividade é, por conseguinte, em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões. O processo do pensamento não se limita a transformar o todo caótico das representações no todo transparente delineado, determinado e compreendido (KOSIK, 1976, p.31, grifos nossos).

Nesse ponto, cabe destacar a categoria de *totalidade* e, mais precisamente, a categoria de *totalidade concreta*. Para o autor, a categoria de totalidade concreta é, sobretudo, uma resposta à pergunta: *o que é a realidade?* Essa forma de procedimento se dá pelo fato de que a possibilidade de conhecer a realidade depende, fundamentalmente, de uma concepção de realidade explícita ou implícita. Porém, o conhecimento da realidade, enquanto totalidade concreta, não é o conhecimento de todos os fatos que compõem, compuseram ou irão compor a realidade. Isso é algo impossível. Kosik explicita de forma categórica a que corresponde a totalidade no sentido materialista histórico:

Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos – pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos ulteriores – a tese da concretividade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade não significa *todos os fatos*. *Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjunto de fatos) pode ser racionalmente compreendido*. Acumular todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constitui ainda uma totalidade (KOSIK, 1976, p.35, grifos nossos).

Com isso, o autor evidencia que o objetivo da dialética, que busca uma

totalidade concreta, não é o de ser um método que pretenda conhecer, de forma ingênua, todos os fatos, todos os aspectos e particularidades da realidade, oferecendo um panorama “total” da realidade. O objetivo da dialética enquanto totalidade concreta poderia, assim, ser sintetizado da seguinte forma:

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, de sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social (KOSIK, 1976, p.61).

A perspectiva da totalidade concreta da dialética e as contradições entre o todo e a parte, a parte e o todo que deste movimento se originam estão, no método marxiano, sempre permeados pela constituição da história. Nesse sentido, Marx revela que as relações entre os seres humanos e a natureza e dos seres humanos entre si são fundamentalmente constituídos por relações históricas. Na *Ideologia Alemã*, em polêmica contra os jovens hegelianos de esquerda, Marx e Engels salientam essa concepção:

Com relação aos alemães, que partem de qualquer pressuposto, temos de começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte, sobretudo, comer, beber, habitação, vestuário e ainda outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos (MARX e ENGELS, 2009, p.40-41).

A história é feita pelos seres humano-sociais na própria relação de formação e sustentação dos seres. Na medida em que a organização social se desenvolve, novas formas e modos de produção e garantia da vida material vão historicamente sendo construídas. Ao tratar das categorias econômicas que compõem o modo de produção capitalista, Marx também enfatiza a constituição histórica dessas categorias:

A mais simples categoria econômica, suponhamos, por exemplo, o valor de troca, pressupõe a população, uma população que produz em determinadas

condições e também certo tipo de famílias, de comunidades ou Estados. Tal valor nunca poderia existir de outro modo senão como relação unilateral-abstrata de um todo concreto e vivo já determinado (MARX, 2007, p.257).

A determinação da categoria “valor de troca”, portanto, está diretamente relacionada com a constituição histórica em que mantém sua existência. Dessa forma, a sua existência “antidiluviana” revela seu caráter antigo, sua constituição ligada aos processos e modificações históricas. Ao analisar as categorias de “posse”, “dinheiro” e “trabalho”, Marx enfatiza que até as categorias mais abstratas, mesmo tendo uma validade para todas as épocas, foram e continuam a ser constantemente um produto de condições históricas, não possuindo qualquer validade senão para essas condições e dentro dos limites dessas mesmas condições históricas.

O método Materialista Histórico-Dialético tem sua base, portanto, na historicidade, na busca da totalidade concreta, na contradição dos processos históricos e no desvelamento das múltiplas determinações que compõem o objeto de pesquisa. Em outras palavras, o objetivo do método não é o conhecimento imediato, não é aquilo que está aparente, mas a busca pela essência do objeto investigado. Essa visão é explicitada na sentença do capítulo XLVIII – A Fórmula Trinitária – do livro terceiro de *O Capital*: “Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1994, p.939). É a esse método que nos filiamos e é a partir dele que pretendemos desenvolver nossas pesquisas.

Em seguida procuramos descrever a metodologia que articula este pesquisa, seguindo a distinção inicial entre método e metodologia anunciada no início deste capítulo. Com base nisso, descrevemos a metodologia da Análise de Conteúdo, buscando evidenciar a sua importância para a consecução da pesquisa que ora propomos.

4.2 A metodologia de pesquisa: Análise de Conteúdo

Para alcançar os objetivos estabelecidos para esta pesquisa utilizaremos a metodologia da Análise de Conteúdo (AC). Este instrumento é indicado por três motivos principais: o primeiro diz respeito à possibilidade de averiguarmos na

cobertura de *Veja* o que de fato foi considerado relevante pela publicação sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, ou seja, o que a revista registrou sobre os acontecimentos ocorridos durante esse período, o que nos remete às reportagens como produto material da cobertura da revista; o segundo aspecto, não menos importante, é que devido ao tempo disponível para a realização desta pesquisa, a AC nos permite compor um mapa geral da forma como *Veja* retratou esses acontecimentos; por fim, na linha do método Materialista Histórico-Dialético, pode apontar as múltiplas determinações que compõe o objeto pesquisado.

Conceitualmente, a Análise de Conteúdo é definida por Bardin (1977, p.31) com um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Para a autora, essa metodologia se caracteriza por ser um “leque de apetrechos”, ou de forma mais rigorosa, um instrumento de pesquisa, composto por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação vasto.

De um modo geral designa-se sob o termo de análise de conteúdo: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessa mensagem (BARDIN, 1977, p.42).

Krippendorff (1990) afirma que a Análise de Conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem aplicar-se ao seu contexto.

Como técnica de investigação, a análise de conteúdo compreende procedimentos especiais para o processamento de dados científicos. Da mesma forma que todas as outras técnicas de investigação, sua finalidade consiste em proporcionar conhecimentos, novas ideias, uma representação dos “fatos” e um guia prático para a ação. É uma ferramenta (KRIPPENDORFF, 1990, p.28)¹⁷.

Berelson (*apud* Krippendorff, 1990, p.29) sustenta que a Análise de Conteúdo é “uma técnica de investigação para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Ainda conforme Krippendorff, a exigência que a descrição seja “quantitativa” é restritiva, pois mesmo que em muitas atividades científicas a quantificação seja importante, a pesquisa qualitativa, ressalta o autor, tem demonstrado sua eficácia, particularmente no que se refere a extrair da

¹⁷ A tradução de todas as citações Krippendorff é nossa.

propaganda informações utilizáveis com fins políticos ou militares.

Krippendorff (1990) também afirma que Holsti e Stone (1966) advogam por uma definição que se afasta da de Berelson, ao menos por dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, porque esses autores reconhecem o caráter inferencial da codificação de unidades textuais em categorias conceituais. Em segundo, porque convertem as inferências em sua principal preocupação. Krippendorff cita Holsti e Stone quando esses autores se referem à Análise de Conteúdo como uma técnica de investigação para formular inferências identificando, de maneira sistemática e objetiva, certas características especificadas dentro de um texto. Ao mesmo tempo, avalia que em toda Análise de Conteúdo,

a tarefa consiste em *formular inferências*, a partir dos dados, em relação com alguns aspectos de seu contexto, e justificar essas inferências em função do que se sabe acerca dos fatores estáveis do sistema em questão. Mediante este processo se reconhecem os dados como simbólicos ou como suscetíveis de proporcionar informação acerca de algo que lhe interessa na análise (KRIPPENDORFF, 1990, p.38).

Essa afirmação é importante pelo fato de que introduz a questão da relação entre quantitativo e qualitativo. Bardin (1977) destaca que essas duas formas de abordagens não são excludentes. Segundo a autora, a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. E observa:

A discussão, abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa, marcou um volte-face na concepção de análise de conteúdo. Na primeira metade do século XX, o que marcava a especificidade deste tipo de análise, era o *rigor* e, portanto, a *quantificação*. Seguidamente compreendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferência ao nível da mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não, em indicadores quantitativos (BARDIN, 1977, p.116).

Nesse sentido, fica explícito, tanto na citação de Krippendorff, como na de Bardin, que não há uma utilização estrita na Análise de Conteúdo como perspectiva quantitativa, havendo a possibilidade de que essa metodologia possa contribuir também para a construção de análises de cunho qualitativo.

Heloiza Herscovitz (2007) também aborda a Análise de Conteúdo do ponto de vista da relação entre quantitativo e qualitativo. Segundo esta autora, o reconhecimento de que os textos são polissêmicos (abertos a múltiplas

interpretações por diferentes públicos), não podendo ser compreendidos fora de seu contexto, instaura uma necessária integração dos campos quantitativos e qualitativo.

A tendência atual da análise de conteúdo desfavorece a dicotomia entre o quantitativo e o qualitativo, promovendo uma integração entre as duas visões de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente do texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual é dirigido (HERSCOVITZ, 2007, p.126).

Com base nesta conexão entre a análise quantitativa e a qualitativa, a autora define a Análise de Conteúdo como uma metodologia que:

[...] recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. A identificação sistemática de tendências e representações obtêm melhores resultados quando empregada ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de frequências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina) (HERSCOVITZ, 2007, p.126-127).

Feitos esses esclarecimentos, passamos a abordar as etapas pressupostas pela metodologia.

4.2.1 Os procedimentos de pesquisa

Bardin (1977) descreve a análise de conteúdo disposta em uma organização que compreende três procedimentos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Tem por objetivo, segundo a autora, tornar operacional e sistematizar as ideias iniciais, fazendo com que seja possível criar e conduzir um esquema de desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise. “Trata-se de estabelecer um programa que podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise) deve, no entanto, ser preciso” (BARDIN, 1977, p.95).

Este procedimento compreende basicamente três etapas: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e/ou dos objetivos; e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. A pré-análise pode ser sintetizada, conforme Bardin (1977, p.96), como uma forma de organização composta por atividades não estruturadas, “abertas”, em contraposição à exploração sistemática dos documentos.

O processo que dá início à organização da pesquisa, ou a pré-análise, compreende ainda algumas etapas que descrevemos de forma resumida. A primeira é a “leitura flutuante”, que, segundo a autora, corresponde a uma primeira atividade com vistas a estabelecer o contato com os documentos (o corpus). Esse primeiro contato permite que o pesquisador tenha as primeiras impressões e orientações sobre a pesquisa.

Neste trabalho, a leitura flutuante correspondeu a uma pesquisa exploratória no “acervo digital”¹⁸ da revista *Veja*. Esse contato com o material e sua leitura inicial levou-nos a identificação e mapeamento das 157 reportagens publicadas pela revista sobre todo o período em que esteve em vigor a ditadura civil-militar argentina (1976-1983). Lemos todas as reportagens, fazendo uma espécie de descrição da estrutura de cada uma delas e, com isso, chegamos à conclusão de que, pelo tempo que dispúnhamos para a realização desta dissertação, não teríamos condições de analisar todo o período em que o regime esteve em vigor na Argentina. Optamos, então, por analisar o primeiro governo da ditadura liderado pelo general Jorge Rafael Videla, que se estendeu desde o golpe militar em 24 de março de 1976 até a posse de seu sucessor Viola em 29 de março de 1981. Dessa forma, selecionamos 81 reportagens que abordam este primeiro governo.

A segunda etapa recomendada por Bardin (1977) para esta fase da pesquisa consistiu na definição do *corpus*. Para a autora, *corpus* é o conjunto dos documentos que serão submetidos aos procedimentos analíticos. A constituição dele implica escolhas, seleções e regras, sendo que substancialmente quatro podem ser utilizadas para a sua composição: a) a regra de exaustividade; b) a regra de representatividade; c) a regra de homogeneidade; d) a regra de pertinência.

Nesta pesquisa, as regras de exaustividade, de homogeneidade e de

¹⁸ É possível encontrar todas as edições da revista *Veja* em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>

pertinência podem ser utilizadas porque o *corpus* é composto de todas as reportagens publicadas pela revista *Veja* sobre os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. Como base nisso, a regra de exaustividade é utilizada na seleção, uma vez que analisaremos todas as reportagens que correspondem à cobertura de *Veja* durante o período proposto para a análise. Isso implica a utilização da regra de homogeneidade, visto que as reportagens têm o mesmo núcleo central, ou seja, tratam de acontecimentos, ocorridos durante o mesmo governo, abordando as diversas particularidades que compõem a totalidade em que se circunscreve o primeiro governo da ditadura naquele país. Por fim, a regra de pertinência também foi utilizada, pois consideramos que as reportagens selecionadas constituem material suficiente para a consecução de nossos objetivos na análise.

A terceira etapa que compõe a pré-análise é a formulação de hipóteses e/ou objetivos. Esta etapa é muito importante porque permite delimitar e delinear a pesquisa. Bardin (1977) explica que formular uma hipótese consiste em explicitar e precisar – por conseguinte, em dominar – dimensões e direções de análise. A construção do objetivo é fundamental, pois se constitui na finalidade geral da pesquisa.

Finalmente, duas outras etapas completam a fase de pré-análise: a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores e a preparação (edição) do material a ser analisado. De acordo com Fonseca Júnior,

De todas as fases da Análise de Conteúdo, a pré-análise é considerada uma das mais importantes, por se configurar na própria organização da análise, que serve de alicerce para as fases seguintes. Envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.290).

Com a organização estabelecida nessa fase inicial (de pré-análise), Bardin destaca que a segunda etapa é de exploração do material, que já compreende a análise propriamente dita, tornando-se uma espécie de administração sistemática das decisões tomadas. “Essa fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1977, p.101).

Em relação à codificação, esta constitui o tratamento do material. Dessa

forma, destaca que:

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem ser índices (BARDIN, 1977, p.103).

A codificação tem a função de servir de ligação entre o material escolhido para a análise e a teoria do pesquisador, pois, segundo Fonseca Júnior (2005, p.294), embora os documentos estejam abertos a uma série incontável de possibilidades de questionamento, a Análise de Conteúdo os interpreta apenas à luz do referencial de codificação. Essa etapa compreende, de acordo com Bardin (1977), três pontos: a) unidades de registro e de contexto; b) regras de enumeração; c) categorização.

Em relação ao primeiro, Bardin (1977, p.104) destaca que a unidade de registro é a unidade de significação a codificar, e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização e a contagem frequencial. Para Fonseca Júnior (2005, p.294), as unidades de registro são consideradas partes de uma unidade de amostragem, estabelecida anteriormente na constituição do *corpus*. O autor exemplifica a unidade de registro dizendo que se a unidade de amostragem for a edição de um jornal, as unidades de registro podem ser as notícias de interesse para a pesquisa publicadas naquela edição.

Quanto à unidade de contexto, Bardin descreve-a como uma unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, correspondendo à parte da mensagem muito importante para que seja possível compreender o significado exato da unidade de registro. Fonseca Júnior sintetiza a unidade de contexto da seguinte forma:

Muitas vezes, para as unidades de registro serem compreendidas corretamente, torna-se necessário fazer referência ao contexto no qual estão inseridas. Na análise de mensagens políticas, por exemplo, a contextualização de palavras tais como *liberdade*, *progresso*, *democracia* e *sociedade* podem auxiliar na compreensão de seu verdadeiro sentido (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.294, grifos do autor).

Com relação às regras de enumeração, o mesmo autor salienta que essas se referem ao modo de quantificação das unidades de registro, que levarão ao

estabelecimento de índices. Para Krippendorff (1990), nas pesquisas sobre comunicação de massa, existem três índices que historicamente são utilizados:

1. A *frequência* com que aparece um símbolo, ideia ou tema no interior de uma corrente de mensagens tende a interpretar-se como medida de *importância, atenção ou ênfase*;
2. O equilíbrio na quantidade de atributos *favoráveis e desfavoráveis* de um símbolo, ideia ou tema tende a interpretar-se como medida da *orientação ou tendência*;
3. A quantidade de associações e de classificações manifestadas a respeito de um símbolo, ideia ou tema pode ser interpretada como uma medida de *intensidade ou força* de uma crença, convicção ou motivação (KRIPPENDORFF, 1990, p.57, grifos no original).

O terceiro ponto é a categorização que, segundo Fonseca Júnior (2005, p.298), consiste na classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade. Sobre isso, Bardin (1977) observa que:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob o título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p.117).

De acordo com Bardin (1977) e Fonseca Júnior (2005), uma categorização deve ter as seguintes características: a) exclusão mútua: um elemento que é incluído em uma determinada categoria não pode ser incluído em outra; b) homogeneidade: só devem ser incluídas na mesma categoria unidades de registro da mesma natureza; c) pertinência: o sistema de categorias deve estar de acordo com os propósitos da investigação; d) objetividade e fidelidade: a classificação deve ser objetiva, de forma a garantir a fidelidade dos resultados, caso outro pesquisador deseje repeti-los; e) produtividade: um conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis em índice de inferências, dados e novas hipóteses.

Por fim, com base em Bardin, Fonseca Júnior destaca que a inferência é um momento fértil da Análise de Conteúdo, pois esse momento é centrado nos aspectos implícitos da mensagem analisada.

A leitura efetuada pelo analista de conteúdo procura evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano. No campo da comunicação, esse

procedimento é utilizado para desvendar as *condições de produção* das mensagens analisadas (FONSECA JÚNIOR, 2005, p.299, grifos do autor).

O autor explica que há duas formas de inferência: a) inferências específicas – quando se referem a situações específicas do problema investigado; b) inferências gerais – quando se referem a situações que vão além, ultrapassam a situação específica do problema analisado.

Ao descrever a lógica de funcionamento da Análise de Conteúdo, acreditamos poder afirmar que o arcabouço de técnicas que a metodologia compreende fará com que, como instrumento de pesquisa, possibilite uma análise criteriosa do objeto desta pesquisa e seja suficiente para a consecução de seus objetivos.

Por fim, é importante destacar que para construção dos capítulos dois e três desta dissertação utilizamos como técnica metodológica a Pesquisa Teórica Bibliográfica. De acordo com Pedro Demo (2000), a pesquisa teórica é “dedicada a reconstruir teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos” (Demo, 2000, p. 20). Esse tipo de pesquisa é orientada no sentido de discutir e reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes. A pesquisa teórica ou bibliográfica, ainda de acordo com este autor, não implica imediata intervenção na realidade, mas seu papel é decisivo na criação de condições para a intervenção.

4.2.2 O corpus da pesquisa

O corpus desta pesquisa é composto por todas as reportagens veiculadas na revista *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina no período de 1976 a 1981. A partir desse *corpus* inicial, selecionamos 81 (oitenta e uma) reportagens que se referem a este período precisamente. A tabela 1 relaciona as reportagens constitutivas do *corpus*.

Tabela 1: Reportagens de *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina¹⁹

Edição // Data	Título da Reportagem
1. Ed. 395 – 31/03/1976	Um esforço de guerra
2. Ed. 396 – 07/04/1976	O despertar da era marcial
3. Ed. 399 – 28/04/1976	O Processo
4. Ed. 402 – 19/05/1976	Sob a superfície
5. Ed. 403 – 26/05/1976 ²⁰	Fora de controle
6. Ed. 405 – 09/06/1976	A morte de Torres
7. Ed. 406 – 16/06/1976	A ré Isabelita
8. Ed. 407 – 23/06/1976	Ao infinito
9. Ed. 408 – 30/06/1976	O primeiro ato
10. Ed. 409 – 07/07/1976	Uma vida difícil
11. Ed. 409 – 07/07/1976	Quinta-coluna
12. Ed. 412 – 28/07/1976	Duro Golpe na Guerrilha
13. Ed. 414 – 11/08/1976	Lanusse Preso
14. Ed. 415 – 18/08/1976	Terror sem fim
15. Ed. 423 – 13/10/1976	Por 5 minutos
16. Ed. 442 – 23/02/1977	Alguns segundos
17. Ed. 443 – 02/03/1977	Abertura?
18. Ed. 445 – 16/03/1977	Quem atirou
19. Ed. 451 – 27/04/1977	Atrás dos dólares do terror
20. Ed. 452 – 04/05/1977	Watergraiver
21. Ed. 453 – 11/05/1977	Novo escândalo e crise
22. Ed. 454 – 18/05/1977 ²¹	Sem data
23. Ed. 470 – 07/09/1977	Ainda os dias de violência
24. Ed. 473 – 28/09/1977	Um que reaparece
25. Ed. 476 – 19/10/1977	A estrela da Junta
26. Ed. 482 – 30/11/1977	Nenhuma melhora
27. Ed. 484 – 14/12/1977	Armas no gelo
28. Ed. 485 – 21/12/1977	Agora as mães
29. Ed. 486 – 28/12/1977	Luta aberta na Junta
30. Ed. 489 – 18/01/1978	A disputa nas Águas
31. Ed. 491 – 01/02/1978	Recusa e acusações
32. Ed. 495 – 01/03/1978	Houve briga?
33. Ed. 498 – 22/03/1978	60 mortos
34. Ed. 500 – 05/04/1978	Idéia: criar uma Arena
35. Ed. 502 – 19/04/1978	Na fase do pós-guerra
36. Ed. 503 – 26/04/1978	Conversações em Madri
37. Ed. 505 – 10/05/1978	Será enxaqueca?
38. Ed. 506 – 17/05/1978	Terrorismo, um a zero
39. Ed. 508 – 31/05/1978	Agora as crianças
40. Ed. 511 – 21/06/1978	Outro que some
41. Ed. 516 – 26/07/1978	Castigo em U\$\$
42. Ed. 518 – 09/08/1978	Distensão dinamite
43. Ed. 522 – 06/09/1978	Tiros na cabeça
44. Ed. 522 – 06/09/1978	Faltam só 45 Km

¹⁹ Todas as reportagens analisadas nesta dissertação podem ser consultadas no Acervo Digital da revista *Veja* disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>.

²⁰ A RP5 foi analisada em duas categorias. A primeira parte da reportagem foi analisada na categoria “Violência”. A segunda parte foi analisada na categoria “Disputa Interna”.

²¹ A RP22 foi analisada em duas categorias. A primeira parte da reportagem foi analisada na categoria “Violência”. A segunda parte foi analisada na categoria “Disputa Interna”.

45. Ed. 523 – 13/09/1978	A ameaça das Armas
46. Ed. 524 – 20/09/1978	Pelas armas?
47. Ed. 524 – 20/09/1978	Sem a farda
48. Ed. 528 – 18/10/1978	Busca de triunfos
49. Ed. 530 – 01/11/1978	El Apagón
50. Ed. 532 – 15/11/1978	Prova de força
51. Ed. 537 – 20/12/1978	Dedos nos gatilhos
52. Ed. 538 – 27/12/1978	Torneio de ameaças
53. Ed. 539 – 03/01/1979	Duelo nas galerias
54. Ed. 540 – 10/01/1979	Uns passarinhos
55. Ed. 541 – 17/01/1979	A paz do cardeal
56. Ed. 542 – 24/01/1979	Mais um corpo
57. Ed. 550 – 21/03/1979	Campeã Mundial
58. Ed. 556 – 02/05/1979	O desafio sindical
59. Ed. 573 – 29/08/1979	A lei dos mortos
60. Ed. 575 – 12/09/1979	A fila da esperança
61. Ed. 576 – 19/09/1979	Isabelita falou
62. Ed. 578 – 03/10/1979	Livre e Banido
63. Ed. 579 – 10/10/1979	Na mira, a sucessão
64. Ed. 585 – 21/11/1979	Lei fulminante
65. Ed. 586 – 28/11/1979	No hospital
66. Ed. 587 – 05/12/1979	Livre e doente
67. Ed. 588 – 12/12/1979	Vai-se mais um
68. Ed. 589 – 19/12/1979	Lenta abertura
69. Ed. 591 – 02/01/1980	Tudo proibido
70. Ed. 593 – 16/01/1980	Trigo e tortura
71. Ed. 599 – 27/02/1980	Tristes tópicos
72. Ed. 607 – 23/04/1980	A conexão russa
73. Ed. 610 – 14/05/1980	Todos no mesmo barco
74. Ed. 613 – 04/06/1980	Abrindo feridas
75. Ed. 615 – 18/06/1980	Sai o cowboy
76. Ed. 630 – 01/10/1980	Exílio em San Vicente
77. Ed. 631 – 08/10/1980	Viola, à força
78. Ed. 635 – 05/11/1980	Com sotaque
79. Ed. 644 – 07/01/1981	Aviso prévio
80. Ed. 655 – 25/03/1981	Viola abre as portas
81. Ed. 656 – 01/04/1981	Um desafio para Viola

4.3 Síntese do Capítulo

Neste capítulo expusemos o método Materialista Histórico-Dialético ao qual estamos filiados e do qual partimos para a realização desta pesquisa. Apresentamos também a Análise de Conteúdo e, em menor grau, a Pesquisa Teórica Bibliográfica como metodologias articuladoras deste trabalho e que possibilitam a abordagem teórica e a análise do material empírico – as reportagens da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar

argentina. Com o auxílio da Análise de Conteúdo acreditamos que, na relação com o método Materialista Histórico-Dialético, teremos condições de averiguar como estes acontecimentos foram apreendidos como acontecimentos jornalísticos pela revista *Veja* e como a revista fez com que o relato desses acontecimentos para seu público se configurasse numa forma de produção de conhecimento de uma história imediata.

No próximo capítulo passamos à análise propriamente dita.

5 A COBERTURA DE VEJA SOBRE OS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS À ARGENTINA DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo realizamos a análise do conteúdo publicado pela revista *Veja* sobre os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, chefiado pelo general Jorge Rafael Videla. Buscamos evidenciar de que forma estes acontecimentos foram apreendidos como acontecimentos jornalísticos e como a publicação fez com que o relato desses acontecimentos para seu público se configurasse num conhecimento do tipo história imediata.

Após ler todas as reportagens que integram o *corpus* desta pesquisa, procedemos à categorização do material empírico para posterior análise. Chegamos a quatro grandes temáticas: (a) Militares no poder; (b) Violência; (c) Disputa interna e (d) Relações internacionais. Todos os temas que apareceram nas reportagens de *Veja* ao longo da cobertura do primeiro governo da ditadura civil-militar argentina foram agrupados em uma dessas grandes temáticas centrais, como descreveremos no item 5.1.2.

A análise foi dividida em duas partes. Na primeira, realizamos uma abordagem quantitativa – relacionada à frequência com que as temáticas elencadas apareceram na cobertura da revista. Organizamos a exposição cronologicamente, por ano de cobertura, com o objetivo de mapear, de um ponto de vista geral, como foi a abordagem de *Veja*. Na segunda parte, apresentamos a análise qualitativa das reportagens, enfatizando a forma como a publicação da Editora Abril descreveu para o seu público os acontecimentos que julgou importantes durante o governo do general Videla.

5.1 Os números da cobertura da *Veja*

Nesta seção, analisamos de uma perspectiva quantitativa a cobertura da revista *Veja*, tendo como foco principal o número e a forma de ocorrência das temáticas de análise elencadas a partir do material empírico da pesquisa.

O início da análise das edições da revista *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina se deu pela averiguação do número de reportagens

relacionadas a esse acontecimento durante o período selecionado. A Tabela 2 indica número e forma das ocorrências sobre a Argentina no período que se inicia em março de 1976, mês em que ocorreu o golpe militar, e se estende até abril de 1981, mês em que o general Videla foi substituído no comando da ditadura pelo também general Roberto Eduardo Viola.

Tabela 2: Número das Ocorrências sobre a Argentina no período 1976-1981

Ano	Nº. Edições analisadas	Nº. RP sobre a Argentina	Percentual
1976 ²²	40	15	37,5%
1977	52	14	27%
1978	52	23	44%
1979	52	16	30%
1980	52	10	19%
1981 ²³	13	3	23%
Total	261	81	31%

De forma ampla, percebe-se que das 261 edições publicadas nesse período, 81 delas continham alguma reportagem relacionada à Argentina, o que corresponde a 31% das edições. Especificamente, se pensarmos a cobertura por ano, percebemos que aquele em que houve um número maior de reportagens foi 1978, com 23, o maior percentual em relação às edições publicadas, 44%. De outro lado, o que teve um percentual proporcionalmente menor foi o de 1980, com 19% das 52 edições – em apenas 10 constavam alguma reportagem sobre a Argentina.

Com a ajuda da Tabela 3, podemos averiguar o destaque dado por *Veja* às reportagens sobre a Argentina.

Tabela 3: Destaque dado as Ocorrências sobre a Argentina no período 1976-1981

Ano	Nº. RP sobre a Argentina	Nº. RP com Capa	Percentual	Nº. RP principais da editoria “Internacional”	Percentual
1976	15	1	6,6%	3	20%
1977	14	-	-	3	21,5%
1978	23	-	-	2	8,7%
1979	16	-	-	3	18,75%
1980	10	-	-	1	10%
1981	3	-	-	-	-
Total	81	1	1,2%	12	14,8%

²² Foram analisadas as edições de março a dezembro de 1976.

²³ Foram analisadas as edições de janeiro a março de 1981.

Dessas 81 reportagens, observamos que apenas uma foi destacada na capa, justamente a que anunciou e descreveu o golpe militar. Esta capa traz uma foto do general Jorge Rafael Videla e a chamada “Argentina: os militares no poder”. Das 81 reportagens, também averiguamos que 12 foram as principais da editoria “Internacional” – aquelas que estiveram em destaque e que ocuparam o maior número de páginas em determinada edição. Portanto, das 81 reportagens publicadas por *Veja* ao longo do período em análise, apenas 1,2% obteve destaque na capa, e somente 14,8% das reportagens principais da editoria “Internacional” foram ocupadas por temáticas que diziam respeito aos acontecimentos ligados à Argentina.

5.1.1 Ocorrência das temáticas

Acreditamos ser conveniente, também, de um ponto de vista quantitativo, averiguarmos qual foi o percurso de *Veja* para construir a sua versão dos acontecimentos ocorridos na Argentina naquele momento histórico. Em relação às temáticas, a tabela 4 demonstra a trajetória da ocorrência entre os anos de 1976 e 1981.

Tabela 4: Ocorrência das temáticas entre 1976-1981

Temática	Ano					
	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Militares no poder	6	2	5	4	3	2
Violência	8	6	6	8	2	0
Disputa Interna	1	5	2	1	1	0
Relações internacionais	0	1	10	3	4	1

De acordo com a Tabela 4, é possível dizer que a ocorrência da temática “Militares no poder” se manteve constante ao longo da cobertura de *Veja*, variando entre 2 e 6 reportagens por ano, sendo que 1976, com 6 ocorrências, foi o ano em que essa categoria teve maior atenção da revista, correspondendo a 40% das reportagens sobre a Argentina publicadas pela revista naquela ano.

A aparição dos temas relacionados à temática “Violência” também manteve-se constante entre os anos de 1976 e 1979, variando entre 6 e 8 reportagens. Os

anos de maior cobertura foram justamente 1976, com 8 reportagens, correspondendo a 53,3% do total daquele ano, e 1979, também com 8, o que correspondeu a 50%. É possível dizer, no entanto, que esse alto índice de ocorrências nestes dois anos se deu por motivos distintos. De um lado, a cobertura sobre a violência em 1976 se deu pelos acontecimentos relacionados ao combate da ditadura civil-militar argentina ao chamado “terrorismo de esquerda”. De outro, o alto percentual dos temas relacionados à violência no ano de 1979 se deveu à cobertura de acontecimentos ligados à repressão que o governo Videla exerceu neste período em que se iniciava na Argentina um processo de contestação ao regime.

Ainda de acordo com a Tabela 4, percebemos que a temática “Disputa interna” entre os militares teve seu índice mais alto de ocorrência no ano de 1977, como 5 reportagens retratando os temas ligados a essa temática, totalizando 35,7% da cobertura de *Veja* relacionada à Argentina. Esse percentual pode ser creditado ao momento em que as forças militares que comandavam a ditadura entraram em conflito de projetos. A cobertura da revista sustenta que existe uma ala do Exército que mantém propostas e atitudes moderadas, sendo chefiada pelo general Videla. Essa ala entraria em disputa com outra, chamada por *Veja* de “linha dura” ou “radicais” do Exército, que questionava os rumos dados ao governo por Videla. A disputa entre essas duas alas se deu, principalmente, na questão de uma suposta proposta de abertura e volta à democracia e ao Estado de direito, que estaria sendo desenvolvida por Videla. Os militares de “linha dura” seriam contrários a essa proposta, advogando que os militares deveriam permanecer durante um longo período no comando do país.

Por fim, os dados relacionados na Tabela 4 evidenciam que as reportagens ligadas à temática “Relações internacionais” tiveram pouca frequência no início do governo Videla. O destaque ao tema começa a ser dado no final do ano de 1977, tendo o seu mais alto índice em 1978, ano em que *Veja* publicou 10 reportagens sobre as relações do governo argentino com outros governos, correspondendo a 43,5% do total de ocorrências daquele ano. Isso se deve aos acontecimentos relacionados à disputa entre Argentina e Chile pelo canal de Beagle. Esses acontecimentos ocupam 13 das 19 reportagens publicadas por *Veja* sobre a temática “Relações internacionais”, o que corresponde a 68,4% das ocorrências dessa temática. Com o arrefecimento da disputa, as reportagens sobre o assunto

diminuem, ficando restritas à relação entre Argentina e EUA, URSS e Brasil.

Quanto à totalidade do período em análise, a Tabela 4 descreve o número de ocorrência para cada categoria.

Tabela 5: Ocorrências por temática entre os anos de 1976 e 1981

Ano	Temática	Ocorrências	Percentual
1976-1981	Militares no poder	22	26,6%
	Violência	32	38,5%
	Disputa Interna	10	12,1%
	Relações internacionais	19	22,8%
	Total	83 ²⁴	100%

Constatamos, portanto, a partir da Tabela 5, que das 83 ocorrências publicadas por *Veja* no período em análise, os acontecimentos ligados à temática “Violência” foram os que tiveram mais destaque, com 32 reportagens, correspondendo a 38,5% das ocorrências. Já a temática “Disputa interna”, com 10 reportagens (12,1%), foi a de menor índice ao longo do primeiro governo de ditadura civil-militar argentina.

5.1.2 Ocorrência das temáticas

Em seguida, analisamos as ocorrências por temas ao longo do período em análise. A Tabela 6 traz uma breve descrição de cada temática:

Tabela 6: Descrição das temáticas entre 1976-1981

Temática	Tema	Breve descrição
Militares no poder	Golpe	Reportagens que relatam o momento do golpe militar que derrubou a ex-presidente Isabelita Perón em março de 1976.
	Medidas do governo militar	Reportagens que descrevem as medidas tomadas pelo governo militar relacionadas à promulgação de leis, decretos, etc.
	O caso Isabelita Perón	Reportagens que enfocam a situação de Isabelita Perón após a ex-presidente ter sido

²⁴ Como destacamos na Tabela 1, notas 20 e 21, as RP5 e RP21 foram circunscritas a mais de uma temática, contando, com isso, como mais uma ocorrência. Devido a isso, o número de edições em que há reportagens ligadas à Argentina é 81, enquanto o número total de ocorrências é 83.

		deposta e colocada em prisão domiciliar.
	Redemocratização	Reportagens que tratam da possibilidade de abertura política e volta da democracia.
	Crise econômica/social	Reportagens que descrevem a situação de crise econômica e social pela qual passou a Argentina durante o primeiro governo da ditadura civil-militar.
	Sucessão presidencial	Reportagens que tratam da sucessão presidencial no final do governo de Videla.
Violência	Violência Geral	Reportagens que relatam os atos de violência generalizada ou de casos específicos não relacionados à violência política.
	“Terrorismo de direita”	Reportagens que tratam de atos “terroristas” cometidos por grupos de extrema-direita.
	“Terrorismo de esquerda”	Reportagens que descrevem atos “terroristas” cometidos por grupos de extrema-esquerda, opositores ao regime implantado pelos militares.
	Repressão	Reportagens relacionadas à repressão do governo civil-militar argentino em relação a grupos e pessoas que pretendiam fazer oposição ao regime.
Disputa Interna	Disputa: “moderados” x “linha dura”	Reportagens que tratam da disputa no Exército argentino entre militares de perspectiva “moderada” e de militares de “linha dura”.
	Disputa: Videla x Massera	Reportagens que relatam a disputa de poder dentro da Junta Militar argentina entre o general Jorge Rafael Videla e o almirante Eduardo Emilio Massera.
	Disputa: “moderados” x “linha dura” / Disputa: Videla x Massera	Reportagens que descrevem ao mesmo tempo a disputa entre militares de perspectiva “moderada” e de “linha dura” e a disputa de poder dentro da Junta Militar entre Videla e Massera.
Relações internacionais	Argentina e Chile	Reportagens que relatam as relações diplomáticas da Argentina com o Chile.
	Argentina e Brasil	Reportagens que tratam das relações diplomáticas entre Argentina e Brasil.
	Argentina e EUA / URSS	Reportagens que relatam as relações diplomáticas entre Argentina EUA e também com a URSS. Este agrupamento se justifica pelo fato de que um breve afastamento da Argentina com os Estados Unidos possibilitou uma aproximação com a União Soviética naquele período histórico.

Em relação à análise da ocorrência dos temas por temáticas, a Tabela 7 descreve os temas relacionados à temática “Militares no poder”.

Tabela 7: Temas relacionados à temática “Militares no poder” entre os anos 1976-1981

Temática de análise	Tema	Ocorrências	Percentual
Militares no poder	Golpe	1	4,6%
	Medidas do governo militar	7	31,8%
	O caso Isabelita Perón	5	22,7%
	Redemocratização	5	22,7%
	Crise econômica/social	3	13,6%
	Sucessão presidencial	1	4,6%
	Total		22

A partir da Tabela 7, podemos averiguar que o tema “Medidas do governo militar” foi aquele que mais teve atenção da revista *Veja*, sendo responsável por 31,8% das reportagens, seguida dos temas “O caso de Isabelita Perón” e “Redemocratização”, que tiveram 5 reportagens publicadas, o que corresponde a 22,7% das ocorrências ligadas a essa temática. O tema “Crise econômica/social” teve 3 reportagens, e os temas “Golpe” e “Sucessão presidencial”, apenas 1 ocorrência cada.

Percebemos que, de um lado, “Medidas do governo militar” foi o tema que obteve mais relevância principalmente por corresponder a todas as medidas tomadas pela Junta Militar e pelo presidente Videla na condução do governo argentino naquele período. Os temas “O caso Isabelita Perón” e “Redemocratização” também receberam atenção de *Veja*, pois, no primeiro caso, chamou atenção da revista o fato de que a ex-presidente havia se tornado gradativamente um problema para a Junta Militar, sem que os governantes argentinos conseguissem resolvê-lo. No segundo, a cobertura sobre uma suposta proposta de retorno do país à democracia era alvo de atenção da revista a cada vez que os militares se pronunciavam sobre o assunto.

Em contrapartida, o baixo número de ocorrências sobre os temas “Golpe” e “Sucessão presidencial” se deram pelo fato de que esses temas ocorreram uma única vez, sendo alvo de cobertura da revista. Já a questão da “Crise econômica/social” foi objeto da cobertura apenas no final do governo Videla, pois aquele momento foi crucial no sentido de manifestar o insucesso da política econômica levada a cabo pelo ministro da Economia.

Em relação à “Violência”, a Tabela 8 descreve os temas relacionados a esta temática de análise e a ocorrência de cada uma delas durante os anos 1976-1981.

Tabela 8: Temas relacionados à temática “Violência” entre os anos 1976-1981

Temática de análise	Tema	Ocorrências	Percentual
Violência	Violência em geral	2	6,25%
	Terrorismo de direita	4	12,5%
	Terrorismo de esquerda	8	25%
	Repressão	18	56,25%
Total		32	100%

Em relação à categoria “Violência”, o tema “Repressão” foi o que recebeu amplo espaço nas páginas da revista *Veja*. Com 18 das 32 reportagens publicadas nesta categoria, esse tema correspondeu a mais de 50% do total de ocorrências. É importante destacar que o tema “Repressão” começa a ganhar destaque apenas no segundo ano do governo comandado por Videla, tendo 3 reportagens publicadas em 1977. Esse índice vai aumentando gradativamente até chegar a 7, em 1979, para logo cair para 2 reportagens, em 1980.

O segundo tema que recebeu maior atenção, “Terrorismo de esquerda”, com 8 ocorrências (25%), teve uma trajetória inversa. Das 8 reportagens, 6 delas foram no ano de 1976, primeiro ano do governo civil-militar na Argentina. As outras 2 foram publicadas em 1977, ou seja, nos três anos e meio restantes do governo Videla nenhuma reportagem foi publicada sobre esse tema. De acordo com a cobertura de *Veja*, esse fato demonstra que o governo do general Videla foi bastante eficiente na perseguição e eliminação dos movimentos, grupos e pessoas que se colocaram em oposição ao regime, principalmente, na oposição armada. De outro lado, o tema “Terrorismo de direita”, que teve metade das ocorrências do tema anterior, manteve-se constante. Teve 2 reportagens publicadas em 1976, 1 em 1978 e 1 em 1979.

A temática “Disputa interna” foi, como destacamos anteriormente, a que menos recebeu atenção de *Veja*. A Tabela 9 descreve as temáticas desta categoria de análise e a ocorrência de cada uma delas entre os anos 1976 e 1981.

Tabela 9: Temas relacionados à temática “Disputa Interna” entre os anos 1976-1981

Temática de análise	Tema	Ocorrências	Percentual
Disputa Interna	Disputa: “moderados” x “linha dura”	5	50%
	Disputa: “moderados” x “linha dura” / Disputa: Videla x Massera	1	10%
	Disputa: Videla x Massera	4	40%
	Total	10	100%

Dentre os temas que compreendem essa temática, podemos observar, de acordo com a Tabela 9, que duas disputas se formaram e foram predominantes no primeiro governo da ditadura civil-militar na Argentina. Uma das disputas ocorreu dentro do próprio Exército, entre “moderados” e “linha dura”, sendo considerados por *Veja* moderados aqueles que defendiam as mesmas posições do general Videla, e linha dura, uma ala do Exército que pretendia perpetuar o poder dos militares e que, além disso, defendia que o governo deveria ser ainda mais severo no combate à subversão de esquerda. Esse grupo também teve papel bastante importante na formação e sustentação de grupos paramilitares de extrema-direita. A segunda disputa se deu dentro da própria Junta Militar que comandava o governo e se personificou nas figuras do general Jorge Rafael Videla, presidente do país, membro da Junta e comandante-em-chefe do Exército, e do almirante Eduardo Emílio Massera, também membro da Junta e comandante da Marinha.

Por fim, em relação à quarta temática de análise, “Relações internacionais”, a Tabela 10 descreve os temas a ela correspondentes e a ocorrência de cada um entre os anos 1976 e 1981.

Tabela 10: Temas relacionados à temática “Relações internacionais” entre os anos 1976-1981

Temática de análise	Tema	Ocorrências	Percentual
Relações internacionais	Argentina e Chile	13	68,4%
	Argentina e Brasil	1	5,3%
	Argentina e EUA / URSS	5	26,3%
	Total	19	100%

A Tabela 10 demonstra que o principal tema ligado à temática “Relações internacionais” foi a relação entre Argentina e Chile, que começa a ser publicada em 1977 com uma reportagem e obtém o mais alto nível no ano seguinte, com 9 ocorrências. Isso se deveu, como já comentamos acima, à intensa disputa entre os governos do general Videla, da Argentina, e o general Pinochet, do Chile, pelo canal de Beagle, à época pertencente ao território argentino, mas que, devido a um laudo internacional, havia sido dado como propriedade do Chile.

De forma marginal, apareceram na cobertura de *Veja* as reportagens que tinham como foco principal o tema “Argentina e EUA /URSS”. Surpreendente, no entanto, foi que ao longo de todo o período pesquisado, somente uma reportagem

teve como ponto central o tema “Argentina e Brasil”, publicada em 1980, por ocasião da visita à Argentina do então presidente do Brasil, general João Figueiredo.

De um ponto de vista geral, na ocorrência das temáticas publicadas pela revista *Veja* no período do primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, liderado pelo general Jorge Rafael Videla, destacam-se dois temas. Conforme sugere a tabela 11, os temas “Repressão”, ligado à temática “Violência”, e “Argentina e Chile”, ligada à temática “Relações internacionais” foram os mais enfatizados pela revista brasileira.

Tabela 11: Ocorrências por tema entre 1976-1981

Ano	Temática	Tema	Ocorrências	Percentual
1976-1981	Militares no poder	Golpe	1	1,2%
		Medidas do governo militar	7	8,5%
		O caso Isabelita Perón	5	6,0%
		Redemocratização	5	6,0%
		Crise econômica/social	3	3,6%
		Sucessão presidencial	1	1,2%
	Violência	Violência Geral	2	2,4%
		“Terrorismo de direita”	4	4,8%
		“Terrorismo de esquerda”	8	9,6%
		Repressão	18	21,8%
	Disputa Interna	Disputa: “moderados” x “linha dura”	5	6,0%
		Disputa: Videla x Massera	4	4,8%
		Disputa: “moderados” x “linha dura” / Disputa: Videla x Massera	1	1,2%
	Relações internacionais	Argentina e Chile	13	15,7%
		Argentina e Brasil	1	1,2%
		Argentina e EUA / URSS	5	6,0%
	Total	83	100%	

Conforme destacamos na tabela 11, o tema “Repressão” teve 18 ocorrências ao longo do período em análise, o que correspondeu a 21,8% do total das reportagens publicadas. Em seguida, o tema “Argentina e Chile” teve 13 reportagens, equivalendo a 15,7% do total. Esses dois temas foram, portanto, os únicos que tiveram mais de 10 reportagens publicadas e que também ultrapassaram o índice de 10% do total de reportagens publicadas por *Veja* nesse período.

Nas seções seguintes, passamos a analisar a cobertura de *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar de uma perspectiva qualitativa. Para tanto, agrupamos as reportagens por temáticas e dentro de cada temática, por tema, a

partir do material empírico formado pelas edições da revista do período.

5.2 Militares no poder

Nesta seção, analisaremos as reportagens que correspondem à temática de análise “Militares no poder”. Esta temática diz respeito a todas as reportagens que tratam da condução do governo argentino durante o período comandado pela junta militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla. A Tabela 12 destaca as reportagens analisadas nesta temática.

Tabela 12: Reportagens analisadas da temática “Militares no poder” entre os anos 1976-1981

Título da reportagem	Nº da edição	Data de publicação	Código
Um esforço de guerra	395	31/03/1976	RP1
O despertar da era marcial	396	07/04/1976	RP2
O Processo	399	28/04/1976	RP3
A ré Isabelita	406	16/06/1976	RP7
O primeiro ato	408	30/06/1976	RP9
Uma vida difícil	409	07/07/1976	RP10
Quem atirou	445	16/03/1977	RP18
Abertura?	443	02/03/1977	RP17
Sem data	454	18/05/1977	RP22
Ideia: criar uma Arena	500	05/04/1978	RP34
Será enxaqueca?	505	10/05/1978	RP37
Distenção dinamite	518	09/08/1978	RP42
Faltam só 45 Km	522	06/09/1978	RP44
Prova de força	532	15/11/1978	RP50
Campeã Mundial	550	21/03/1979	RP57
A lei dos mortos	573	29/08/1979	RP59
Lei fulminante	585	21/11/1979	RP64
Lenta abertura	589	19/12/1979	RP68
Tristes tópicos	599	27/02/1980	RP71
Exílio em San Vicente	630	01/10/1980	RP76
Com sotaque	635	05/11/1980	RP78
Aviso prévio	644	07/01/1981	RP79
Um desafio para Viola	656	01/04/1981	RP81

5.2.1 O Golpe

O processo do Golpe desencadeado pelos militares argentinos foi objeto central de uma reportagem de *Veja*, ocupando, no total, sete páginas. A reportagem

(RP1)²⁵, intitulada “Um esforço de guerra”, foi publicada na edição 395, de 31/03/1976, uma semana após o Golpe ocorrido em 24 de março daquele ano. O texto descreve as causas que levaram a ocorrência daquele acontecimento e enfatiza que os militares se colocaram em posição de combate para enfrentar a crise econômica e o alto grau de violência que foram marcas do governo de Isabelita Perón. Esta reportagem pode ser resumida em alguns movimentos.

No primeiro movimento, inicia com o resgate de um período histórico recente, em que um governo peronista havia sido derrubado pelos militares. Segundo a revista:

Pela segunda vez em sua história a Casa Rosada deixou de ser, na semana passada, a sede do poder na Argentina. Pela segunda vez, igualmente, um governo peronista estava sendo deposto pelas Forças Armadas – e, como na primeira, o palácio se transformou num mero edifício público à espera de que um general viesse assumir a presidência da República (VEJA, 31/03/1976, p.28).

Em seguida, a RP1 descreve que, na madrugada de quarta-feira (24 de março de 1976), os tanques afastavam a viúva de Juan Domingo Perón, María Estela Martínez de Perón (Isabelita) e “devolviam à sepultura o peronismo que havia ressuscitado 34 meses antes”. Em seguida, reafirma o declínio do peronismo.

Enquanto a Junta Militar – composta, além de Videla, pelo almirante Emilio Massera e pelo brigadeiro Orlando Agosti – prestava juramento em Buenos Aires na manhã da quarta-feira, Isabelita juntava-se a Perón no passado político do país. E nas quedas de um e de outro pareciam sintetizados os momentos cruciais da história da Argentina ao longo das últimas três décadas – que, em última análise, poderia ser resumida a uma luta pelo poder entre o peronismo e as Forças Armadas (VEJA, 31/03/1976, p.28).

Neste primeiro movimento, a reportagem destaca dois pontos bastante claros: o primeiro diz respeito à crise social e econômica pela qual passava o país; o segundo, a crise pela qual passava o peronismo. Em relação ao primeiro ponto, a revista descreve que desde os primeiros momentos, os militares revelaram em suas mínimas decisões uma consciência de que, neste episódio, não tomaram apenas o poder político, não substituíram simplesmente um governo, mas tinham o objetivo de enfrentar o maior desafio da história recente da Argentina. *Veja* narra da seguinte forma o cenário encontrado pelos militares e indica o que deveria ser feito:

²⁵ Para melhor identificação, todas as reportagens estarão indicadas com a sigla RP e pelo número que corresponde à ordem de publicação pela revista.

Sem dúvida, para solucionar os problemas acumulados desse país à deriva, imerso numa aluvião de violência que fez 1400 mortos nos últimos três anos, desordem social, desagregação política e angústia generalizada de seus quase 25 milhões de habitantes, as Forças Armadas necessitarão impor a si mesmas e aos demais argentinos uma verdadeira disciplina de guerra (VEJA, 31/03/1976, p.29).

Segundo a revista, a tarefa de reorganizar o país assumida pelos militares ainda estava, até o momento da publicação da reportagem, confinada às medidas clássicas de ocupação de terreno. Neste projeto, os militares dissolveram o Congresso e as câmaras provinciais, destituíram os governadores e demitiram os magistrados. Ocuparam a sede da Confederação Geral do Trabalho (CGT), colocaram os partidos políticos em recesso e fecharam as portas das universidades. Neste movimento, os principais líderes peronistas começaram a ser presos e, de acordo com *Veja*, a ocupação do terreno completou-se com a suspensão do direito de greve.

Sobre a crise do peronismo, sentencia que, na prática, o peronismo sobrevivia apenas como um sistema institucionalizado de corrupção, que há muito tempo estava distante da doutrina original e da “ideologia confusa” pregada pelo próprio Perón.

No segundo movimento, a reportagem narra como foi preparado e executado o golpe, que teve como ato inaugural a deposição e prisão de Isabelita:

Começava, então, o regime militar e se encerrava a segunda aventura peronista – iniciada com a subida de Héctor Cámpora à presidência, em maio de 1973, prosseguida com sua renúncia e ascensão de Perón, e liquidada com Isabelita. Às 3 e meia da madrugada límpida da quarta-feira, as emissoras de rádio argentinas entraram em cadeia e iniciaram a transmissão de marchas militares, rapidamente interrompidas para a emissão do lacônico comunicado número 1, assinado por Videla, Massera e Agosti: “Comunica-se à população que a partir desta data o país se encontra sob o controle operacional das Forças Armadas” (VEJA, 31/03/1976, p.34).

Segundo a revista, quase ao mesmo tempo, agentes das três Armas desencadeavam as primeiras prisões de funcionários do governo, dirigentes sindicais e políticos.

No terceiro movimento, que vai além da descrição do golpe dado pelos militares e das ocorrências desencadeadas por esse acontecimento, o que fica patente é que *Veja* praticamente saúda o golpe:

Horas após o anúncio do golpe, o novo governo militar parecia ter dado pelo menos os passos iniciais para conseguir um de seus principais objetivos – estabelecer a ordem no país. [...] Seja como for, dificilmente se encontrará, nos anais do golpismo latino-americano, demonstração de tão longo período de paciência por parte dos militares ante um governo cuja atuação, em última análise, abria as portas para intervenção das Forças Armadas. Essa relutância em tomar a decisão do assalto final ao poder, na verdade, não deve ser atribuída apenas a um recato inusitado no continente. Afinal, havia experiência do malogro recente, selada com humilhante devolução do poder ao peronismo. Por outro lado, diante da posição atual do país, é difícil imaginar que os argentinos se interessem brevemente por novos governos civis (VEJA, 31/03/1976, p.34).

Por fim, essa reportagem anuncia dois temas que serão frequentes na cobertura da revista sobre a Argentina e que na sequência constituirão objeto de nossa análise: a divisão interna nas Forças Armadas e a violência, sobretudo, praticada pelo “terrorismo de esquerda”.

Em seguida tratamos do segundo tema que compreende a temática “Militares no poder”.

5.2.2 Medidas do governo militar

A reportagem intitulada “O despertar da era marcial” (RP2), publicada na edição 396, de 07/04/1976, destaca pela primeira vez a forma como se organizava o governo militar, comandado pelo general Jorge Videla. Esta RP também pode ser dividida em alguns movimentos.

O primeiro movimento avalia que o novo governo comandado pelos militares trouxe segurança e normalidade à vida dos argentinos.

Sem dúvida alguma, os militares que no último de 24 depuseram o governo agonizante de María Estela Martínez de Perón haviam realizado, já na semana passada, o que muitos argentinos qualificavam de milagre. [...] O fato é que desapareceram magicamente da superfície do país alguns dos fenômenos que o poder peronista parecia ter acoplado, de forma indelével, à paisagem nacional. E, pela primeira vez em três anos, a Argentina atravessou sete dias sem *paros*, greves e locautes. Ao contrário, na maioria das fábricas, além da presença maciça de trabalhadores, a produtividade, que em muitos setores se reduzira ultimamente em um terço, chegou a ultrapassar 100% – ou seja, fabricavam-se mais peças que as programadas (VEJA, 07/04/1976, p.32).

Para *Veja*, os argentinos podiam, enfim, concentrar suas atenções no drama mais profundo do país, a saber, a crise econômica. Com isso, a reportagem inicia um

segundo movimento, em que destaca o projeto econômico dos militares. Inicialmente, a RP2 traça um quadro da crise “herdada” pelos militares. Segundo a revista, Videla e seus aliados receberam um cenário “devastador” e “tenebroso”, em que o PIB havia caído 2% no ano de 1975, os investimentos de capital diminuiram mais de 10% e a dívida externa atingia os 10 bilhões de dólares. Essa herança incluía ainda uma inflação de 600% no último ano e a redução das reservas monetárias, que haviam diminuído para menos de 700 milhões de dólares. Com este quadro, destaca:

Para um quadro de males tão profundos, impiedosamente servido ao café da manhã dos argentinos pelos jornais, os paliativos estavam fora de cogitação. Em nenhum momento, de resto, o novo governo pensou em aplicar, na economia, outros métodos que não fossem a cirurgia a frio. Em seu primeiro discurso à nação, na terça-feira passada, um dia após assumir a presidência da República, o general Jorge Rafael Videla prometeu tempos ainda mais duros. E a partir de então [...] um único assunto passou a monopolizar as atenções da Argentina – o anúncio do plano do novo ministro da Economia, o civil José Alfredo Martínez de Hoz, 50 anos, em cuja figura reduzida se esconde, segundo um auxiliar seu, “um gênio da economia” (VEJA, 07/04/1976, p.32).

A economia comanda por Martínez de Hoz e seus assessores, segundo a revista, todos defensores da iniciativa privada, do liberalismo econômico e ligados às classes empresariais, conduziram a economia argentina para uma orientação de “centro-direita” e “fundomonetarista” – influenciada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto, *Veja* admite que o suposto texto do plano econômico (publicado na ocasião pelo jornal *La Prensa*) anunciava medidas que durante o governo de Isabelita Perón haviam causado grande insatisfação. Essas medidas incluíam uma drástica redução dos gastos do Estado, aumento dos preços dos combustíveis e corte de despesas com o funcionalismo público.

Os preços de artigos de consumo foram liberados e o peso argentino sofre mais uma desvalorização. O ministro anunciou também o aumento do preço do combustível e imediata criação de vários impostos ao consumidor. Sobretudo, advertiu que os 25 milhões de argentinos não devem esperar “resultados espetaculares rápidos” dessas medidas – e deixou claro que apenas o Estado, e não mais os sindicatos, determinaria aumentos salariais (VEJA, 07/04/1976, p.33).

No segundo movimento da RP2, a revista descreve a posse do novo governo, enfatizando que Videla não aceitou receber os símbolos do poder. Em seguida, destaca que no dia seguinte à posse, o general-presidente iniciava sua

jornada de trabalho às 8 horas da manhã e a estendia até às 9 horas da noite. Nesse ponto, *Veja* dá destaque para o primeiro pronunciamento de Videla à nação.

Com voz firme e clara, ele expôs, em 22 minutos, as razões que transformaram as Forças Armadas “na única alternativa possível” para o caos. Traçou também os objetivos que o novo governo se propõe: “O exercício da autoridade não para esmagar a liberdade mas para afirmá-la, o monopólio do uso da força pelo Estado, o aniquilamento da subversão, o apoio à iniciativa privada, à pacificação interna (VEJA, 07/04/1976, p.34).

Além destas, *Veja* destaca que se seguiram outras medidas rigorosas como, por exemplo, um decreto assinado pela Junta Militar que previa a detenção de trabalhadores que violassem a proibição às greves. Esse decreto também proibia as atividades políticas nas universidades, que segundo a RP2, se constituíam como centros de constantes agitações no governo de Isabelita Perón. Esse fato liga-se diretamente com o terceiro movimento feito na RP2, que indica a prática de expurgos e prisões políticas que os militares impuseram aos membros do governo de Isabelita Perón. Também destaca a perseguição e repressão ao peronismo, que analisaremos adiante.

A segunda reportagem (RP9) que aborda o governo militar foi publicada na edição número 408, de 30/06/1976, com o título de “O primeiro ato”. A reportagem descreve a promulgação por parte do governo militar, no dia 24 de junho de 1976, da *Acta de Responsabilidad Institucional*. A revista trata esse fato com uma comparação ao Ato Insitucional nº1, promulgado no Brasil em 1964. Entretanto, a RP9 indica algumas diferenças:

No Brasil, o ato divulgado em 9 de abril de 1964 alterava a Constituição, possibilitando, entre outras punições, as cassações de mandatos, que teriam de ser adotadas por sucessivos decretos. Na Argentina, a *Acta de Responsabilidad Institucional* já começou suspendendo direitos políticos e sindicais, por tempo indeterminado, e confiscando bens (VEJA, 30/06/1976, p.42).

A revista segue descrevendo que esta *Acta*, segundo o governo militar foi qualificada como uma resposta das Forças Armadas à expectativa do povo em relação à necessidade de garantir a pureza do processo (golpe) iniciado em 24 de março daquele ano. Com isso, *Veja* avalia que novas cassações seriam realizadas pelos militares, e embasada em fontes do governo, destaca que os militares iriam aplicar “castigos exemplares” a dois tipos de delito: os de caráter econômico e os

“de inépcia”. Sobre as punições a estes dois tipos de crimes, destaca:

Os primeiros, melhor expressos como corrupção, são às vezes óbvios, como no caso de Raúl Lastiri, que pouco antes do golpe exibia orgulhoso uma residência hollywoodiana em Buenos Aires, apesar de até 1973 ser notoriamente um homem de recursos modestos. Quanto à inépcia, se a Justiça militar for levada às últimas consequências, há o risco de voltar-se contra as próprias atuais autoridades argentinas. Afinal, em seus três meses no poder não obtiveram o menor êxito numa das principais tarefas que se atribuíram – conter a violência. Ao contrário, do total superior a 500 vítimas da violência na Argentina este ano, 350 morreram depois de março (VEJA, 30/06/1976, p.42).

A reportagem publicada em 07/07/1976, na edição 409 de *Veja*, aborda as medidas adotadas pelo governo Videla em relação aos imigrantes ilegais e refugiados estrangeiros na Argentina. A RP10, intitulada “Uma vida difícil”, destaca que, após a ascensão dos militares, muitos asilados na Argentina acabaram sendo mortos:

Ao longo das últimas três décadas, atraídos pelo sonho de uma vida melhor, radicaram-se na Argentina, legal ou ilegalmente, cerca de 450 000 chilenos, 600 000 bolivianos, 1 milhão de paraguaios e 1 milhão de uruguaios – 12% da atual população do país. Para esse imenso contingente e, sobretudo, para os 25 000 entre eles que deixaram seus países por motivos políticos, a Argentina constituía um refúgio de tolerância e relativa segurança econômica. Rapidamente, porém, esse clima foi sendo subtraído por uma angustiante sensação de intranquilidade. Nos últimos três meses, de fato, começaram a seguir com frequência cada vez maior cadáveres de asilados, misteriosamente assassinados ou, segundo versões oficiais, mortos em combate com as forças de segurança (VEJA, 07/07/1976, p.33).

Ou seja, segundo o que indica a revista, os asilados políticos estavam sendo eliminados por forças de “segurança” ligadas oficialmente ou não ao governo de Videla. Para aqueles que ainda não haviam sido “mortos em combate”, a vida estava cada vez mais complicada. *Veja* descreve a situação destes asilados:

A vida nunca foi propriamente fácil para os imigrantes – ela apenas começou a se tornar mais difícil desde o golpe militar de 24 de março último, especialmente para os que estão no país por motivos políticos. [...] O único documento com que contam os refugiados políticos na Argentina é a “tarjeta” – que funciona como uma peça de identificação precária, e não reconhecida juridicamente pelas autoridades argentinas. Não tendo documentos plenos, é quase impossível, naturalmente, que essa gente consiga encontrar trabalho. Em Buenos Aires, onde se concentram os estrangeiros sob proteção da ONU, suas condições de vida podem ser qualificadas de penosas. Estão alojados em grandes albergues ou pequenos hotéis, contratados e pagos por organizações religiosas e assistenciais vinculadas às Nações Unidas (VEJA, 07/07/1976, p.33).

A situação dos imigrantes ilegais não estava muito melhor. *Veja* retrata a situação em que se encontravam esses estrangeiros que, na maioria das vezes, se encontravam submetidos ao trabalho escravo e à miséria. Segundo a revista, esses imigrantes eram provindos de países limítrofes, onde mal conseguiam subsistir. Eles atravessam ilegalmente a fronteira para trabalhar na lavoura. Concentravam-se geralmente nas províncias de Misiones, Corrientes, Formosa e El Chaco, onde os paraguaios, por exemplo, constituíam 98% dos trabalhadores no plantio de mate, a principal fonte de renda agrícola da região. A publicação brasileira descreve ainda que esses imigrantes eram desprezados por serem analfabetos e não falarem espanhol, apenas guarani, e *negros*, isto é, de traços indígenas. Mesmo assim, os paraguaios eram bem-vindos como mão-de-obra dócil e barata, a exemplo dos imigrantes bolivianos. Trabalhando *de palabra*, isto é, sem contrato, os imigrantes paraguaios raramente ganhavam o suficiente para pagar o alojamento e a comida, cobrados a cada quinzena – e, de acordo com a RP10, depois de dois ou três meses, estavam devendo tanto que não podiam partir. Os que conseguiam sair desta lógica perversa de trabalho escravo procuravam ir para Buenos Aires, onde se instalavam invariavelmente nas *vilas miseria*, as favelas da capital argentina, e mantinham a esperança de conseguir uma oportunidade de trabalho numa escala superior – a construção civil.

Em Buenos Aires, a maioria desses imigrantes ilegais procurava regularizar sua situação, mas não possuíam condições para obter a *visa de radicación*, documento que lhes garantia a permanência legal na Argentina.

Como a maioria dos imigrantes é paupérrima e não possui sequer registro de nascimento, a *visa* se torna uma meta inatingível – e a opção é ir permanecendo na Argentina ilegalmente. Nessa condição, os imigrantes têm de se submeter aos trabalhos mais duros, mais mal remunerados, sem a mínima garantia legal e sem gozar de nenhum benefício social. E, por não poderem provar que trabalham, estão permanentemente sujeitos a ser presos por vadiagem nas batidas policiais (VEJA, 07/07/1976, p.33).

Outro problema pelo qual passavam esses imigrantes ilegais, durante o governo Videla, era a perseguição política. De acordo com a RP10, esses imigrantes, por morarem nas *vilas miseria*, sofriam com as constantes batidas policiais e não raro acabavam presos.

A atuação dos militares no poder volta a ser destacada por *Veja* em

05/04/1978, com a reportagem intitulada “Idéia: criar uma arena”. A RP34, publicada na edição 500 da revista, descreve um discurso do general Videla em que o ditador anuncia propostas de institucionalização do regime, incorporação de mais civis ao governo militar e a possibilidade de criação de um partido político de sustentação dos militares. Em relação a este último ponto *Veja* destaca:

O que os estrategos²⁶ do poder argentino têm em mente, atualmente, é a formação de um grande partido de centro-direita que possa vir a superar a dramática dicotomia entre, os militares, de um lado, e o populismo peronista, de outro, que tem envenenado, a vida política argentina nas últimas décadas (VEJA, 05/04/1978, p.35).

O modelo para este partido na Argentina seria a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que funcionava como uma sustentação civil ao governo militar brasileiro.

Na reportagem publicada na edição 532, do dia 15/11/1978, com o título “Prova de força”, *Veja* descreve um processo de reformulação no governo militar. Num primeiro momento destaca a modificação nos postos de comando, quando o general Videla deixa, em 1º de agosto de 1978, o cargo de membro da Junta Militar, ficando apenas no cargo de presidente da Argentina. Em seu lugar na Junta, como comandante do Exército, assume o general Roberto Viola. Em seguida, a revista se refere às mudanças na composição do ministério, destacando que o general Videla havia promovido uma modificação em cinco dos oito ministérios. No entanto, o que a revista analisa no início desta reportagem é a possível perda de força de Videla. Ao se referir a uma série de especulações após as reformulações no governo, a reportagem observa:

A mais persistente de todas elas [as especulações] se referia com insistência a um fenômeno considerado por muitos, naquele momento, com algo irreversível: o esvaziamento da autoridade do presidente (VEJA, 15/11/978, p.43).

Em seguida, a revista destaca que as especulações sobre a perda de força de Videla se davam muito pela lentidão com que o presidente tomava decisões em meio a uma forte disputa pelo poder travada pelos militares das três armas. Entretanto, mesmo com essas especulações, *Veja* avalia que a modificação no

²⁶ Estratego é um título usado na Grécia Antiga para designar o cargo de general ou governador militar.

ministério e, sobretudo, a permanência de alguns ministros, principalmente o da economia Martínez de Hoz, revela que Videla conseguiu, mesmo que com dificuldade, manter a sua autoridade.

Uma coisa, entretanto, é certa, ao definir empossar seu primeiro gabinete como presidente apenas, afastado do comando da sua Arma, o Exército, Videla venceu uma importante batalha na sua luta pela “reorganização nacional” – nome dado pelos militares argentinos ao processo de institucionalização do regime (VEJA, 15/11/1978, p.43).

Em 29/08/1979, *Veja* destaca mais uma vez uma decisão tomada pelo governo militar. Com o título “A lei dos mortos”, a RP59, publicada na edição 573, descreve a promulgação de duas novas leis e um decreto em que o governo militar definia todos os desaparecidos até aquele momento como mortos.

O governo argentino, chefiado pelo general Jorge Rafael Videla, conseguiu num golpe de pena, na semana passada, dar uma solução técnica a um dos mais dolorosos problemas do país: o dos desaparecidos. Por força de duas leis e um decreto, os milhares de homens, mulheres e crianças que sumiram de circulação na Argentina, vítimas da prática terrorista tornada rotineira no país nos últimos anos, já não estão mais desaparecidos – estão mortos. Sepultados, talvez não. Mas mortos sim. E oficialmente (VEJA, 29/08/1979, p.42).

Conforme a RP59, esta medida tinha como objetivo resolver o problema dos desaparecidos políticos, colocando o governo argentino numa posição mais confortável às vésperas de uma visita que seria realizada pela Comissão Interamericana para os Direitos Humanos da OEA.

A última reportagem que trata das medidas do governo argentino no período em análise foi publicada na edição 585, de 21/11/1979, intitulada “Lei fulminante”. A RP64 descreve o anúncio da lei que elimina a independência e inviabiliza qualquer possibilidade de organização dos sindicatos argentinos.

Quando a imagem do presidente Jorge Rafael Videla deixou as telas dos aparelhos de TV na noite da última quinta-feira, ao fim de uma mensagem à nação, saíram do ar em sua companhia quarenta anos de prerrogativas obtidas pelo sindicalismo na Argentina. E não foi pouco – nesse período de quase meio século, o trabalhador argentino havia acumulado direitos não conhecidos, em certos casos, mesmo entre países socialmente avançados como a Suécia. Tal situação, porém, é considerada hoje pelo governo de Buenos Aires como um entrave ao desenvolvimento do país. (VEJA, 29/08/1979, p.42).

Como efeitos práticos, a lei contra os sindicatos eliminou a CGT, assim como todas as confederações nacionais de um mesmo setor do operariado. Também restringiu as finanças dos sindicatos à contribuição voluntária dos trabalhadores sócios e proibiu os diretores de participarem da vida política do país. Por fim, esta lei decretou que a estrutura de assistência social dos sindicatos passasse a ser gerida pelo Estado.

Em seguida, passamos a abordar as reportagens que tratam da ex-presidente Isabelita Perón, que fazem parte da terceira temática circunscrita à categoria “Militares no poder”.

5.2.3 O Caso Isabelita Perón

A primeira reportagem que tem como tema central a ex-presidente Isabelita Perón, deposta pelos militares em 24 de março de 1976, foi publicada em 28/04/1976, na edição 399. Intitulada “O processo”, a RP3 indaga o que os militares farão com a prisioneira número 1 do regime:

Um mês após a queda da ex-presidente María Estela Martínez de Perón, a pergunta permanecia sem resposta na semana passada – e Isabelita contemplava, solitária, as possibilidades de seu futuro imediato. Talvez por não terem eles próprios chegado a uma conclusão sobre o destino a ser dado à viúva do general Perón, os militares continuam a mantê-la “sob custódia” – em outras palavras, presa (VEJA, 28/04/1976, p.44).

A RP3 descreve, também, a série de ilicitudes que a ex-presidente teria cometido durante seu governo, sobretudo as que envolviam a Cruzada Justicialista, instituição beneficente da qual Isabelita era a presidente. O que *Veja* procura destacar é a possibilidade de a ex-presidente ser processada. Ao final da reportagem a revista destaca que, mesmo diante das denúncias contra Isabelita, o secretário de imprensa do governo militar afirmava que não existia qualquer informação oficial sobre os processos contra ela, mas que em seguida informou à revista que o processo ficaria a cargo da justiça comum. Isso faz com que a publicação conclua que a ex-presidente seria, de fato, processada.

Isabelita Perón volta a ser o tema central da reportagem publicada na edição 406, de 16/06/1976. Intitulada “A ré Isabelita”, a RP7 dá continuidade a RP3 sobre o

caso da ex-presidente, destacando que a viúva de Juan Domingo Perón provavelmente sofreria um processo pelos crimes cometidos durante o seu governo.

O destino a ser dado pelos militares argentinos à ex-presidente María Estela Martínez de Perón parecia ter começado a definir-se na semana passada. Desde que, na semana anterior, o fiscal nacional de investigações administrativas, Conrado Sadi Massué, responsabilizou-a oficialmente por malversação de fundos públicos, eliminaram-se as derradeiras dúvidas de que ela seria processada. A partir de então, as indagações passaram a girar em torno da extensão de sua pena – já que poucos duvidam que, ao final do processo, ela seja condenada (VEJA, 28/04/1976, p.38).

A RP7 destaca ainda que o processo contra Isabelita tinha as características de um “gordo dossiê”, com 250 pastas de relatórios, cópias xerográficas e depoimentos das possíveis irregularidades cometidas durante o seu governo.

Nessas pastas há documentos comprometedores de autenticidade irrefutável. Um deles é o famoso cheque preenchido de próprio punho pela ex-presidente – que alega tê-lo assinado “por descuido” – transferindo o equivalente a 7,5 milhões de cruzeiros da Cruzada de Solidariedade Justicialista, uma entidade assistencial ligada ao governo e por ela presidida, para o espólio de seu falecido marido. Enfim, o mero exame desse massacrante processo sugere que a ex-presidente ainda passará um período relativamente longo em El Messidor [onde estava em prisão domiciliar] (VEJA, 28/04/1976, p.38).

Em seguida a RP7 destaca que a “sorte” de Isabelita não parecia ser pior que a de outros membros do alto escalão de seu governo, sobretudo de Raúl Lastiri, ex-presidente da Câmara de Deputados e José Lopez Rega, ex-ministro do Bem-Estar Social.

Na RP 37, o caso Isabelita Perón volta a ser destaque. Publicada na edição 505, do dia 10/05/1978, com o título “Será enxaqueca?”, a reportagem descreve a forma como os militares estavam tratando o caso da prisão e a possibilidade de concessão de um indulto à ex-presidente. A informação que circulava em Buenos Aires, reproduzida por *Veja*, é de que Isabelita estaria doente e que os militares estudavam uma forma de permitir que ela viajasse à Espanha para realizar um tratamento médico especial. No entanto, essa versão poderia ser, de acordo com a revista brasileira, uma forma de enviá-la para o exílio e resolver o caso, já que a ex-presidente se tornava uma prisioneira incômoda para o regime, ao mesmo tempo em que, com a desculpa do tratamento médico, evitavam insatisfações das alas mais duras dos militares, que poderiam ver no envio dela para o exílio um gesto de

fraqueza do regime.

Segundo se comenta em Buenos Aires, haveria boas razões para que os atuais donos do poder pensem em se livrar da ex-presidente. Há preocupações, por exemplo, enquanto ao possível sentimento de solidariedade que Isabelita venha a despertar junto à população. [...] Assim, entre enviar Isabelita para um exílio dourado na suntuosa quinta de Puerta Hierro, em Madrid (que ela herdou de Perón), e mantê-la presa e transformada em objeto de piedade pública, os membros da Junta tenderiam a adotar a primeira hipótese (VEJA, 10/05/1978, p.37).

No entanto, ainda não foi em maio de 1978 que o caso de Isabelita foi resolvido pelos militares. Com isso, *Veja* volta a tratar da viúva de Perón na reportagem intitulada “Faltam 45 Km”, publicada na edição 522, de 06/09/1978. Na RP44, a revista descreve como Isabelita foi transferida do local em que estava cumprindo prisão domiciliar para uma chácara de sua propriedade, herdada de Perón. A propriedade, que fica acerca de 45 quilômetros de Buenos Aires, traria, segundo a revista, maior comodidade para a ex-presidente. Ainda de acordo com *Veja*, essa atitude do governo argentino fora recebida com entusiasmo pelos peronistas, que aventavam a possibilidade de Isabelita voltar à política. No entanto, conforme a avaliação da publicação da Editora Abril, esse fato caracterizava-se mais como um gesto de boa vontade da Junta Militar do que qualquer possibilidade de retorno da ex-presidente ao cenário político.

Foi, como seria de se esperar, um acontecimento auspicioso para os peronistas ortodoxos, que insistiam, na semana passada, em levantar a possibilidade de Isabelita voltar à vida política. Mas ainda é cedo para se pensar nessa hipótese. Na verdade, a mudança de casa não ultrapassaria os limites de um gesto de boa vontade da Junta (VEJA, 06/09/1978, p.48).

Veja destaca ainda que a situação jurídica da viúva de Perón não havia mudado em nada, pois, mesmo com a mudança, ela continuava presa, à disposição do governo, privada de seus direitos políticos e proibida de dispor de seus bens.

O “problema” Isabelita não foi resolvido durante o governo Videla. A última reportagem neste período que trata do caso da ex-presidente foi publicada em 01/10/1980, na edição 630, com o título de “Exílio em San Vicente”. A RP76 inicia destacando que, com a sucessão presidencial, o próximo presidente, general Roberto Viola²⁷, terá pela frente o problema da resolução do caso de Isabelita. Em

²⁷ A sucessão presidencial será tratada na RP81.

seguida, a reportagem faz uma recapitulação dos motivos que levaram a viúva de Perón a ser presa e nela permanecer tanto tempo, mas destaca que caso tivesse sido julgada e condenada, Isabelita provavelmente já haveria cumprido a pena e, com isso, deveria estar em liberdade. A reação do militares de “linha dura”, no entanto, estaria impossibilitando que isso acontecesse, tornando sem solução, segundo a revista, o problema Isabelita.

Primeira mulher a exercer a chefia de um Estado na América Latina, a frágil Isabelita é, para o governo militar argentino, uma dor de cabeça difícil de curar. Ela poderia ser julgada com rapidez, e talvez, sua pena equivalesse ao tempo em que já passou na prisão. Poderia mesmo ser libertada já, apesar da resistência dos setores duros das Forças Armadas, os inimigos mais implacáveis do peronismo. Mas os militares, aparentemente, ainda não decidiram o que fazer com o principal símbolo vivo de algo que eles pretendem ter sepultado para sempre (VEJA, 01/10/1980, p.45).

Na sequência, tratamos da “redemocratização”, quarto tema constitutivo da categoria “Militares no poder”.

5.2.4 Redemocratização

Na reportagem publicada na edição 443, de 02/03/1977, intitulada “Abertura?”, *Veja* trata pela primeira vez da possibilidade de um retorno à democracia após o golpe militar de 1976. A RP17 descreve o anúncio de Jorge Rafael Videla que aventa a possibilidade de uma abertura à democracia.

Na última quinta-feira, ao receber em seu gabinete na Casa Rosada uma delegação da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que acabava de investigar a situação dos sindicatos argentinos, o presidente Jorge Rafael Videla foi incisivo: dentro de seis meses, garantiu, as atividades do movimento trabalhista no país, hoje praticamente proibidas, estarão completamente normalizadas. Videla manifestou ainda a intenção do governo militar de restabelecer – “em breve” – o estado de direito e as liberdades democráticas argentinas (VEJA, 02/03/1977, p.43).

Importante ressaltar que a RP17 traz um esforço de *Veja* em dar crédito a esse anúncio. A revista ainda avalia que um dos fatores que impediria a volta da democracia na Argentina seria a disputa interna nas Forças Armadas, entre “moderados”, representados por Videla, e a “linha dura”, composta pelos militares que não aceitavam o retorno à vida democrática.

De fato, logo após assumir o poder, após o golpe militar de 24 de março do ano passado, Videla manifestou a disposição de encaminhar a Argentina para o estado de direito. Nestes onze meses, sua vontade – ou, mais exatamente, a da corrente “moderada” das Forças Armadas por ele representada – teria esbarrado sempre na resistência de setores mais radicais, contrários a qualquer tipo de abertura. Ao comprometer-se a normalizar os sindicatos, Videla estaria demonstrando sentir-se suficientemente forte para dar um passo em direção à democracia (VEJA, 02/03/1977, p.43).

Na segunda reportagem que tem como tema principal a redemocratização (RP22), publicada na edição 454, de 18/05/1977, inicialmente *Veja* descreve a situação turbulenta pela qual o governo de Videla estaria passando ao enfrentar escândalos financeiros e políticos, a divisão entre militares e o “terrorismo” de esquerda.

Havia uma pessoa duplamente preocupada no avião da Força Aérea Argentina que corria pela pista do Aeroporto de Buenos Aires, na manhã de quarta-feira passada, decolando rumo a Caracas: seu passageiro mais ilustre, o tenente-general Jorge Rafael Videla. Videla deixava atrás de si um poderoso feixe de problemas. A Argentina continuava convulsionada pelos escândalos Aluar e Graiver. As prisões preventivas decretadas contra o ex-presidente Alejandro Lanusse, seu ex-ministro da Defesa e os ex-comandantes da Marinha e da Força Aérea durante seu governo ainda geravam abalos no país. E a isso tudo vinham se juntar rumores sobre o agravamento, naquele mesmo dia, do estado de saúde do chanceler e vice-almirante César Augusto Guzetti, vítima de um atentado terrorista de esquerda no sábado anterior (VEJA, 18/05/1977, p.37).

A reportagem descreve que a prisão do ex-presidente Alejandro Lanusse (destacada na RP21 teria um viés político, com a intenção de dividir as Forças Armadas e pressionar Videla a abandonar a ideia de redemocratização. No entanto, mesmo com essa turbulência, *Veja* destaca que o presidente da Argentina voltava a falar na redemocratização, mas com cautela, para não entrar em conflito com a ala dura dos militares contrários à volta à democracia. Com isso, a redemocratização prometida por Videla ainda não tinha data certa para ocorrer.

Seja como for, Videla procede cautelosamente na execução de seu projeto político. Na semana passada, enquanto ministros do Planejamento e do Interior anunciavam o breve início de consulta entre o governo e “pessoas de reconhecida idoneidade e honestidade”, o próprio presidente argentino, em Caracas, procurava não irritar os setores contrários à volta dos militares aos quartéis. Embora reiterando o compromisso de “instaurar novamente em nosso país uma democracia autêntica”, o general Videla achou prudente esclarecer que, para isso, as Forças Armadas não podem “fixar datas” (VEJA, 18/05/1977, p.37).

Cabe destacar que, a exemplo da RP17, a RP22 apresenta a ideia de que, embora a conjuntura política estivesse complicada e adversa, o general Videla demonstrava interesse, e ainda seria possível acreditar na possibilidade, em curto prazo, da volta da democracia à Argentina.

O tema “redemocratização” é tratado novamente por *Veja* na edição 518, de 09/08/1978, com o título de “Distenção, dinamite”. A RP42 inicia narrando o episódio de um atentado terrorista, supostamente cometido por grupos de extrema-direita contrários ao processo de democratização que o general Videla tentava impor. Em seguida, descreve o anúncio de medidas adotadas pelo general Videla, como sua substituição no comando da junta militar pelo general Roberto Viola e a convocação de um novo ministério, composto basicamente por civis.

O atentado aparentemente não chegou a atrapalhar a decisão de Videla de recolocar a Argentina nos trilhos institucionais. Na manhã de terça-feira [...] os funcionários da Casa Rosada, o palácio presidencial, experimentavam ligeiras, mas significativas mudanças protocolares: eles recebiam pela primeira vez em dois anos e meio, um presidente vestido civilmente de terno e gravata. Era Videla iniciando seu segundo período à frente do governo, com duração prevista de apenas trinta meses, ao fim dos quais, conforme vêm prometendo os militares, serão realizadas eleições livres e democráticas (VEJA, 09/08/1978, p.37).

Por fim, nessa terceira reportagem que trata da “redemocratização”, *Veja* analisa as incertezas e os riscos do projeto de Videla, mas assegura que possivelmente o general-presidente teria tomado as providências necessárias para garantir o bom andamento da sua proposta.

Esse processo todo, de qualquer forma, deverá obedecer, com rigor, ao estilo de Videla – um homem moderado, empenhado em promover a abertura do regime, mas de maneira segura e, sobretudo, lenta (VEJA, 09/08/1978, p.37).

Abertura segura e lenta é o ponto principal da reportagem publicada na edição 589, de 19/12/1979. Com o título “Lenta abertura”, a RP68 descreve a possível divulgação de um documento intitulado “Bases Políticas”, redigido pelos militares, em que são lançados pontos para discussão sobre o retorno do país a um regime democrático. *Veja* adverte, no entanto, que o documento ainda estaria longe de ser uma proposta de redemocratização.

As “Bases Políticas” seriam, na verdade, um balão de ensaio destinado mais a tomar a temperatura política da Argentina, do que propriamente anunciar propostas concretas de abertura. “Tudo vai depender da reação que o texto provocar nos meios políticos do país”, disse o assessor de Videla. “Se tudo caminhar bem, os militares permanecerão apenas mais quatro anos no poder, a contar de 1981. Do contrário, esse prazo poderá ser prorrogado indefinidamente” (VEJA, 19/12/1979, p.44).

Conforme a RP68, o documento não se constituía, de nenhuma maneira, num compromisso com uma transição para a democracia, como atestou o próprio general Videla em seu pronunciamento, quando disse: “O documento representa um esforço da Junta para definir o futuro do país. [...] Não se deve concluir que o poder será imediatamente devolvido aos civis” (VEJA, RP68, 19/12/1979, p.44).

A última reportagem que aborda o tema da redemocratização foi publicada por *Veja* em 05/11/1980, na edição 635. Intitulada “Com sotaque”, a RP78 inicia dizendo que o general Roberto Viola, futuro sucessor de Videla na presidência da Argentina, havia prometido o retorno à democracia “aqui e agora”.

Essa disposição do general teria sido percebida por *Veja* em uma entrevista concedida a uma televisão argentina.

“Quero uma Argentina democrática com uma democracia baseada na liberdade e na justiça”, afirmou Viola. “E não quero isso para meus netos, daqui a quarenta anos. Quero isso agora”. [...] Foi, a rigor, a primeira vez, desde o golpe de 1976, que um militar argentino usou uma retórica tão democrática (VEJA, 05/11/1980, p.44).

De acordo com *Veja*, o general Viola estaria destinado a buscar a democracia e com isso a *abertura* passava a fazer parte do vocabulário dos esperançosos políticos argentinos.

5.2.5 Crise econômica/social

A crise econômica/social é tratada como tema central pela revista *Veja* em 21/03/1979, em reportagem que faz parte da edição 550. A revista intitula de forma enigmática a RP57: “Campeã Mundial”. Em seguida esclarece na linha de apoio: “De inflação, custo de vida, recessão...”. A matéria inicia descrevendo a situação de forte crise econômica e social pela qual estava passando a Argentina naquele momento, considerada pela revista como uma das piores já passadas naquele país.

O custo de vida vem atingindo níveis insuportáveis, algo capaz de sacudir a indiferença até dos espíritos mais calejados na convivência com a inflação. Sim: hoje em dia, na Argentina sai muito mais barato um cidadão atravessar a fronteira e fazer compras no Uruguai, Paraguai ou Brasil que enfrentar os preços proibitivos em seu próprio país (VEJA, 21/03/1979, p.46).

Em seguida, a RP57 traça um panorama das condições das classes baixa, média e alta, observando que todas elas têm sofrido gravemente com a política econômica comandada pelo ministro da economia do governo Videla, Martínez de Hoz.

Com o custo de vida tão astronômico, como fazem os argentinos para viver? No caso dos assalariados de baixa renda, em especial os que vivem de salário mínimo, a resposta é simples: vive-se na penúria. Quanto à classe média, embora a situação não seja assim tão penosa, há graves reflexos, especialmente no estilo de vida (VEJA, 21/03/1979, p.46).

No entanto, é no setor industrial, onde se concentrava a elite burguesa, que os efeitos foram sentidos de forma mais dura e onde a oposição à política econômica do regime militar argentino começou a germinar.

Com a intenção de eliminar pela via rápida as empresas antiquadas e pouco eficientes, uma velha praga econômica do país, o ministro Martínez de Hoz ordenou uma impiedosa supertaxação dos produtos nacionais ao mesmo tempo em que retirava vários dos entraves fiscais à importação. O resultado não poderia ser diferente: nas vitrines das lojas, ao lado de produtos nacionais, a preços triplicados, começaram a figurar artigos importados, consideravelmente mais baratos. As queixas não tardaram a surgir: “É desleal. Como podemos competir com o produto estrangeiro?”, queixava-se um industrial. “A política de Martínez de Hoz é suicida”, afirma por sua vez, um economista de Buenos Aires. “Assim a indústria não resistirá” (VEJA, 21/03/1979, p.46).

Essa insatisfação de setores dominantes, que apoiavam o governo, em tese poderia colocar a política econômica e o cargo do ministro da economia em questão. Entretanto, *Veja* relata que, apesar de a situação de Martínez de Hoz estar complicada, ele continuava forte no cargo, sobretudo com o apoio de estrangeiros como empresários estadunidenses. Com isso, a reportagem termina avaliando que o ministro é competente e que está apostando na ideia de utilizar remédios fortes para combater as estruturas econômicas viciadas daquele país. A questão era saber quanto tempo os militares ainda dariam para que ele obtivesse resultados positivos. Em outras palavras, *Veja*, mesmo construindo a RP57 de forma a evidenciar a grave crise pela qual passava o país, crise que era resultado da política econômica de

Martínez de Hoz, encerra a reportagem conferindo um sentido positivo tanto para o ministro quanto para a sua política econômica, talvez acreditando que ela poderia dar certo.

A crise econômica e social também é tratada na reportagem publicada na edição 599, de 27/02/1980, com o título de “Tristes tópicos”. Essa reportagem (RP71) descreve o cenário de crise principalmente na educação, que apresentava altos índices de evasão escolar e forte aumento no analfabetismo.

Orgulhosa com seus tradicionais índices de alfabetização superiores a 95%, a Argentina se vê às voltas, agora, com problemas educacionais clássicos na região: elevada evasão de alunos nos sete primeiros anos de escola, crescimento dramático de analfabetos e paralisia catatônica do sistema universitário (VEJA, 27/02/1980, p.36).

De um lado, intelectuais apontavam que as causas para esse cenário desastroso na educação decorriam das restrições impostas pelo governo, pois na Argentina as diretrizes educacionais criavam constrangimentos para o ensino de autores como Freud, Marx e Einstein. De outro lado, o ministro da Educação, o ultraconservador Rafael Amadeo, de acordo com a RP71, debitava as causas dos problemas da educação na falta de professores do sexo masculino, pois segundo o ministro, a evasão escolar se devia à resistência dos pais a um corpo docente composto majoritariamente por mulheres.

A crise econômica/social vivida pela Argentina é destaque em *Veja* pela última vez no período em análise, na edição 644, publicada em 07/01/1981, com o título “Aviso prévio” (RP79). Nesta reportagem, a revista descreve inicialmente a crise pela qual passava o país, e a insatisfação de diversos setores da sociedade com a política econômica comanda por Martínez de Hoz. Segundo a RP79, o ministro da economia havia sido eleito pelos argentinos como o responsável pelo desastre econômico ocorrido no ano de 1980. De acordo com *Veja*, as estatísticas referentes ao ano de 1980 eram alarmantes, e nesse caso era compreensível que os números comprometessem a situação de Martínez de Hoz.

Vive-se hoje sob um coro de críticas cada vez mais encorpado e crescentemente desinibido. Os clamores já não se restringem aos tradicionais adversários do regime – partem, agora, do interior do próprio sistema, inclusive de largos setores “nacionalistas” das forças armadas e do empresariado nacional. [...] Os murmúrios contra o ministério da Economia subiram de tom e ganharam até mesmo os gabinetes oficiais (VEJA,

07/01/1981, p.34).

Dentre os erros da política econômica, a RP79 destaca aquela que preconizava que a moeda argentina, o peso, se mantivesse mais alto que o dólar, o que provocou praticamente a paralização das exportações; um segundo erro, considerado desastroso pela revista, foi o incentivo, por parte do governo, para que os argentinos realizassem compras fora do país.

5.2.6 Sucessão presidencial

A reportagem “Um desafio para Viola” (RP81), publicada na edição 656, do dia 01/04/1981, é a última que abrange o período do primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. É justamente essa que trata da sucessão presidencial, da substituição do general Jorge Rafael Videla pelo também general Roberto Eduardo Viola. A RP81 descreve inicialmente o cenário do ato de transição de um governo para o outro. Neste ponto, *Veja* observa que a cerimônia se deu no Palácio do Congresso, prédio desativado em que, antes do golpe de março de 1976, funcionara o legislativo argentino:

No palácio, aberto apenas para a cerimônia de posse, Viola dá início a um período de governo de três anos, provavelmente o mandato presidencial mais curto do mundo, onde se prevê que aconteçam muitas mudanças – menos, ironicamente, a reativação do Legislativo. A posse de Viola foi marcada, igualmente, por outro aspecto notável: o 15º presidente militar do país nos últimos cinquenta anos, Viola passava a ser também o primeiro general de toda a história argentina a receber oficialmente o bastão presidencial de um outro general, o presidente Jorge Rafael Videla. Até agora, na Argentina, nenhum militar tinha conseguido instalar-se na presidência sem utilizar um expediente mais do que habitual ao sul do Equador: o golpe de Estado (VEJA, 01/04/1981, p.28).

Em seguida, a reportagem destaca o legado de Videla para seu sucessor:

Teoricamente, Viola teria razões de sobra para estar satisfeito. Afinal, ele herda uma Argentina com meio caminho andado no rumo do “processo de reorganização nacional” imaginado pelos militares – ou seja, livre do falecido caudilho Juan Perón, do peronismo e do delirante terrorismo que marcou tão fundo a Argentina nos anos 1970. Trata-se de um país muito diferente do encontrado por seu antecessor Videla, sobre quem recaíra todo o trabalho pesado (VEJA, 01/04/1981, p.28).

Quando *Veja* diz “trabalho pesado” é possível ler: impor a repressão que logrou ao país o título de campeão mundial de violação dos direitos humanos. Também coube a Videla enfrentar o período em que os EUA foram comandados pelo presidente Jimmy Carter que, na suposta busca pelo respeito aos direitos humanos, impôs graves sanções à Argentina, sobretudo econômicas.

No entanto, Videla também deixou uma forte crise econômica, provocada pela ortodoxia neoliberal da política implementada por seu ministro Martínez de Hoz. Enfrentar essa crise se tornaria, de acordo com a RP81, o principal desafio de Viola.

A Argentina que Viola herda traz as marcas profundas de um dos mais gigantescos fiascos no campo da política econômica jamais sofridos por um país ocidental de seu porte. E essa situação é tanto mais grave quando se sabe que o saneamento da viciada economia dos tempos da Argentina de Isabelita Perón era exatamente a tarefa mais urgente a que se propunham os golpistas de 1976 (VEJA, 01/04/1981, p.29).

Com a chegada de Viola ao poder, *Veja* avalia que o “reinado”, ou pode-se dizer ditadura, da política econômica comandada por Martínez de Hoz chegaria ao fim.

Em relação ao futuro governo, a RP81 destaca que no campo da política o tom do governo Viola seria o diálogo. A abertura ou volta do país à democracia, prometida em entrevista recente do general Videla, seria tratada com extrema cautela, e o presidente estabelecería novos contatos com partidos políticos e sindicatos. Os partidos políticos, aliás, seriam os principais atores no processo de democratização controlada. Por fim, quanto aos desaparecidos nada seria feito, a não ser a publicação de uma lista com nomes de pessoas que o governo dizia ter certeza de que estavam mortos e onde estariam localizadas as suas sepulturas.

Por fim, *Veja* encerra a RP81 traçando um panorama de como ficariam as relações internacionais no novo governo. A revista enfatiza, sobretudo, os casos das relações com Brasil e EUA, observando que, em relação a este último, Viola já havia conquistado a simpatia de Ronald Reagan, o que garantiria a saída gradativa da Argentina do exílio internacional em que se encontrava naquele momento, segundo *Veja*, por causa dos seus próprios governantes.

Após análise das reportagens relacionadas à temática “Militares no poder”, passamos, na sequência, a abordar as reportagens referentes à temática “Violência”.

5.3 Violência

Nesta seção, analisaremos as reportagens que correspondem à temática de análise “Violência”, que diz respeito a todas as reportagens que tratam de atos violentos ocorridos durante o período comandado pela Junta Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla. A Tabela 13 elenca as reportagens analisadas na temática “Violência”.

Tabela 13: Reportagens analisadas da temática “Violência” entre os anos 1976-1981

Título da reportagem	Nº da edição	Data de publicação	Código
Sob a superfície	402	19/05/1976	RP4
Fora de controle	403	26/05/1976	RP5
A morte de Torres	405	09/06/1976	RP6
Ao infinito	407	23/06/1976	RP8
Quinta-coluna	409	07/07/1976	RP11
Duro Golpe na Guerrilha	412	28/07/1976	RP12
Lanusse Preso	414	11/08/1976	RP13
Terror sem fim	415	18/08/1976	RP14
Por 5 minutos	423	13/10/1976	RP15
Alguns segundos	442	23/02/1977	RP16
Quem atirou	445	16/03/1977	RP18
Atrás dos dólares dos terror	451	27/04/1977	RP19
Watergraiver	452	04/05/1977	RP20
Ainda os dias de violência	470	07/09/1977	RP23
Nenhuma melhora	482	30/11/1977	RP26
Agora as mães	485	21/12/1977	RP28
60 mortos	498	22/03/1978	RP33
Na fase do pós-guerra	502	19/04/1978	RP35
Terrorismo, um a zero	506	17/05/1978	RP38
Agora as crianças	508	31/05/1978	RP39
Outro que some	511	21/06/1978	RP40
Tiros na cabeça	522	06/09/1978	RP43
Mais um corpo	542	24/01/1979	RP56
O desafio sindical	556	02/05/1979	RP58
A fila da esperança	575	12/09/1979	RP60
Isabelita falou	576	19/09/1979	RP61
Livre e Banido	578	03/10/1979	RP62
No hospital	586	28/11/1979	RP65
Livre e doente	587	05/12/1979	RP66
Vai-se mais um	588	12/12/1979	RP67
Tudo proibido	591	02/01/1980	RP69
Abrindo feridas	613	04/06/1980	RP74

5.3.1 Violência em geral

A primeira reportagem que aborda a questão da violência como tema central foi publicada por *Veja* na edição 402 de 19/05/1976. Com o título “Sob a superfície”, a RP4 trata da volta da violência, promovida principalmente pelos grupos extremistas: de um lado, os “extremistas de direita” – a Aliança Argentina Anticomunista (AAA); de outro, os “extremistas de esquerda”, sobretudo do Exército Revolucionário do Povo (ERP).

Desde o golpe militar que no último dia 24 de março derrubou a presidente Isabelita Perón, a Argentina vem gozando de calma quase absoluta e sofrendo apenas distúrbios naturais de um país que está sendo reordenado após delirantes dois anos e meio de caos e violência. Sob a superfície, porém, o pesadelo é o mesmo de sempre – talvez seja pior. Os assassinios no estilo da organização de extrema direita (AAA) continuam a apavorar esquerdistas e dirigentes sindicais. E, do seu lado, o terrorismo de esquerda abate policiais e militares em ritmo crescente (VEJA, 19/05/1976, p.34).

A RP4 destaca que, embora oficialmente não houvesse censura à imprensa, os jornais só podiam relatar alguns tipos de morte. Mesmo assim era possível dizer que, desde a tomada do poder pelos militares, morreram mais pessoas devido à violência política do que nos piores momentos do governo Isabelita. *Veja* descreve também, de forma pontual, que alguns indícios de uma divisão entre os militares já podia ser notada. Com isso, relata a prisão de policiais civis e até mesmo de membros do Exército por supostamente compactuarem com os grupos de extrema esquerda. Esses grupos foram referidos na última parte da RP4, em que a revista descreve a atuação do ERP no sequestro de militares.

A segunda reportagem que trata da violência na Argentina de um ponto de vista geral foi publicada em 22/03/1978, na edição 498. Intitulada “60 mortos”, a RP33 narra o conflito que terminou com 60 mortos e 85 feridos em um presídio argentino. Em seguida, *Veja* apresenta a versão oficial do ocorrido, ponderando que esta é a única disponível devido à censura das autoridades argentinas.

O que teria acontecido, de fato, no pavilhão número 7? E por que teriam os presos se rebelado? Segundo a versão oficial – a única disponível, pois as autoridades colocaram o assunto sob censura – o motim teria começado quando um grupo de jovens detentos tentou, sem sucesso, dominar os trinta guardas que faziam a revista diária. A seguir os detentos teriam atravancado o único acesso ao pavilhão, amontoando diante deste, suas camas de ferro. Dado o alarma, os guardas passaram a disparar bombas de gás

lacrimogêneo e vomitório, na tentativa de sufocar a rebelião. Sem fornecer maiores detalhes, a versão oficial sugere que os próprios detentos, então, ateando fogo em seus colchões de espuma de poliéster, como protesto, dando início ao incêndio – que não pode ser debelado a tempo porque o acesso ao pavilhão estava bloqueado (VEJA, 22/03/1978, p.50).

Veja ainda observa que, para além da versão oficial, há a possibilidade de que o incêndio tenha sido iniciado pelo contato das bombas de gases lançadas pelos policiais com o material inflamável dos colchões. Ao fim da reportagem, a revista ainda questiona por que os presos haviam se rebelado, lembrado que havia recentes denúncias sobre as péssimas condições dos presídios argentinos e a superpopulação da penitenciária de Villa Devoto – local em que ocorreu o conflito – que naquele momento estava com o dobro de sua capacidade.

5.3.2 Terrorismo de direita

Em 26/05/1976, na edição 403, *Veja* trata, pela primeira vez, da violência promovida por grupos de extrema direita, sobretudo pela Aliança Anticomunista Argentina (AAA). Intitulada “Fora de controle” (RP5), a primeira parte é dedicada a analisar a situação de violência que o país vivia naquele momento. A RP5 inicia com a lembrança de *Veja* de que, ao assumir o governo logo após o golpe, Videla havia prometido que o uso da força seria exercido exclusivamente pelo Estado. No entanto, afirma que isso não estaria ocorrendo.

Ao tomarem o poder na Argentina, os militares manifestaram a disposição de liquidar a maioria dos monopólios estatais existentes no país, mantendo apenas aqueles considerados essenciais à segurança interna, como o de comunicações. Num setor, porém, o novo governo revelou-se intransigente, reservando para si a exclusividade de uma atividade que vinha se atomizando na Argentina – o da força armada. “O Estado”, disse o general Jorge Rafael Videla ao assumir a presidência da República, “monopolizará o uso da força e somente suas instituições cumprirão funções ligadas à segurança interna”. Hoje isso parece estar longe de acontecer (VEJA, 26/05/1976, p.36).

A não efetividade do Estado argentino em monopolizar o uso da força é sustentada por *Veja* pelo fato de que sequestros e assassinatos característicos de grupos de direita como a AAA continuaram a ocorrer, e cita o exemplo das mortes do ex-senador Zelmar Michelini, dirigente da ala esquerdista do Partido Colorado no Uruguai, e do ex-presidente da Câmara de Deputados, também do Uruguai, Alberto

Ruiz Gutierrez, que estavam asilados na Argentina desde 1973. O aumento de sequestros e da violência promovidos por setores de extrema direita corresponderia, segundo a RP5, a uma disputa entre os militares²⁸.

Na edição 405, do dia 09/06/1976, *Veja* volta a tratar da violência promovida por grupos de direita. A RP6, intitulada “A morte de Torres” descreve e analisa o assassinato do ex-presidente da Bolívia, Juan José Torres, então exilado em Buenos Aires.

Veja destaca algumas hipóteses que poderiam esclarecer a morte de Torres, como um atentado terrorista de esquerda para desestabilizar o governo Videla. Outra hipótese é a de que Torres tenha sido assassinado pela extrema direita como uma forma de punição por ter apoiado subversivos latino-americanos e ao mesmo tempo prejudicar o governo Videla.

É de fato possível que terroristas de esquerda tenham assassinado Torres, para prejudicar a imagem de moderação que o general Jorge Rafael Videla tenta imprimir ao governo por ele presidido. No entanto, o infinito leque de hipóteses sobre a autoria do crime leva também ao pólo oposto – ou seja, os assassinos seriam elementos de extrema direita, igualmente interessados em tornar impraticável o cumprimento das promessas de liberalização e retorno à normalidade feitas por Videla logo após o golpe militar que derrubou Isabelita Perón em 24 de março último (VEJA, 09/06/1976, p.40).

A RP6 destaca ainda que o ex-presidente boliviano assassinado havia dispensado a proteção policial mesmo diante de um alarmante crescimento da onda de sequestros e mortes políticas na Argentina. Sobre isso, no entanto, a revista acaba fazendo uma ironia.

Apenas este ano, o número de vítimas da violência política na Argentina já atingiu a cifra de 477, das quais 321 após o golpe militar de 24 de março – numa média de quinze por dia, segundo o padre suíço Jacques Milo, que esteve recentemente no país como representante da Federação Internacional dos Direitos Humanos. De qualquer forma, a Torres talvez tenha parecido inútil aceitar a proteção que lhe haviam oferecido as autoridades argentinas, na medida em que membros do próprio governo ainda são capturados por grupos anônimos, como durante os momentos mais negros do governo de Isabelita Perón (VEJA, 09/06/1976, p.40).

Em 17 de maio de 1978, a edição 506 da revista *Veja* volta a tratar dos atos

²⁸ A segunda parte da RP5 será analisada na próxima seção, correspondente à temática “Disputa Interna”.

provocados por terroristas de extrema-direita. Na RP38, intitulada “Terrorismo, um a zero”, a revista narra um atentado cometido contra o centro de imprensa da copa do mundo de futebol que seria realizada na Argentina naquele ano.

[...] uma bomba explodira na garagem do subsolo do prédio onde funcionará o Centro de Imprensa do Mundial, no coração de Buenos Aires, matando um policial e ferindo um outro, segundo versão oficial. O atentado recoloca uma velha indagação no ar: se foi possível explodir uma bomba num dos locais mais bem guardados na Argentina nesses dias, estariam as autoridades no país em condições de assegurar a necessária segurança durante os jogos da Copa? Em suma, estaria garantida a realização do Mundial, a apenas três semanas de seu início? (VEJA, 17/05/1978, p.40).

Em seguida, a reportagem avalia que, mesmo não tendo sido reivindicado por nenhuma organização, esse atentado provavelmente tenha sido realizado por terroristas de direita, contrários aos planos de reorganização nacional proposto pelo general Videla.

[...] as maiores suspeitas parecem recair agora sobre grupos descontrolados de extrema direita, pouco simpáticos aos planos de normalização política que a Junta Militar acaba de anunciar. Esses grupos, segundo fontes do governo, seriam responsáveis pela maioria dos atos terroristas cometidos nos últimos meses, desde atentados a bomba até o sequestro e o assassinato de pessoas (VEJA, 17/05/1978, p.40).

Veja finaliza a reportagem avaliando que as autoridades argentinas deveriam se preparar para o pior durante a copa do mundo de futebol, mas enfatizou que até aquele momento cerca de 15 mil pessoas haviam recebido treinamento especial para garantir a segurança durante os jogos.

A última reportagem que trata do tema “Terrorismo de direita” foi publicada na edição 542, de 24/01/1979, com o título “Mais um corpo”. A RP56 descreve o sequestro de Elena Holmber, 48 anos, funcionária da chancelaria argentina e sobrinha do ex-presidente Alejandro Lanusse. Esse episódio, de acordo com a revista, resultou em uma forte revolta dentro dos setores militares moderados, que passaram a denunciar e exigir punição para esses terroristas de direita. Foi o que fez o brigadeiro Carlos Pastor, quando pediu lei dura e inexorável contra os terroristas. *Veja* analisa da seguinte forma a posição do brigadeiro:

A exasperação de Pastor, entretanto, foi interpretada pela maioria dos observadores como uma manifestação mais profunda, de significado claramente político: aquela era a primeira vez que um membro do governo

argentino denunciava com tanta veemência um ato terrorista, desde que a guerrilha e o terrorismo de esquerda foram oficialmente declarados erradicados na Argentina, no primeiro semestre do ano passado. Ora, se o terrorismo de esquerda, pela palavra do governo, não está mais atuando, contra quem se dirigia a fala do brigadeiro? (VEJA, 24/01/1979, p.363).

Ao fazer a questão, a própria revista responde, dizendo que o brigadeiro Carlos Pastor estava quebrando o tabu e dirigindo um ataque aos grupos parapoliciais e paramilitares que atuavam livremente na Argentina, acobertados por setores ultradireitistas das Forças Armadas.

5.3.3 Terrorismo de esquerda

Na reportagem intitulada “Ao infinito” (RP8), publicada na edição 407, de 23/06/1976, *Veja* aborda a violência com foco no “terrorismo de esquerda”. Na RP8, a revista descreve o atentado terrorista que matou o então chefe de polícia federal argentina, general Cesareo Cardoso, morto ao deitar em sua própria cama, quando uma bomba de pressão explodiu. A bomba havia sido colocada entre o colchão e o estrado da cama por Ana María Gonzáles, de 18 anos, amiga de sua filha. Ana María fazia parte dos Montoneros, grupo armado de extrema esquerda. Neste atentado, ainda ficaram gravemente feridas a filha, a mulher e a mãe do general Cardoso. *Veja*, então, analisa o caso da seguinte forma:

Na sequência do delírio de violência política em que vive submersa a Argentina, a morte do chefe de polícia representou o mais duro golpe dirigido contra o governo militar que tomou o poder dia 24 de março último. E, com ele, estava caracterizada uma clara contra-ofensiva do terrorismo de esquerda, cuja derrota militar parece estar mais longe do que anunciam as novas autoridades (VEJA, 23/06/1976, p.41).

A contra-ofensiva das forças de esquerda, de acordo com a RP8, estava evidente desde o início daquela semana anterior à morte do chefe de polícia. Naquela semana, ocorreram as mortes de um capitão da Marinha e de um tenente-coronel do Exército. A partir do atentado ao general Cardoso, no entanto, os militares passaram a perseguir os autores daquele atentado, supostamente o grupo guerrilheiro Montoneros e, principalmente, a autora, Ana María. *Veja*, então, analisa que a partir desse momento a repressão aos grupos de esquerda se disseminaria no país.

É previsível, porém, que a repressão irá muito além da perseguição à jovem terrorista. “Haverá uma reação de verdade, haverá uma resposta”, afirmava na noite de sexta-feira um membro do serviço secreto do Exército aos jornalistas. Supõe-se, também, que os extremistas replicarão – e assim a violência na Argentina promete continuar se desdobrando ao infinito (VEJA, 23/06/1976, p.41).

A reportagem publicada em 07/07/1976, na edição 409, com o título de “Quinta-coluna” (RP11), descreve o atentado à bomba no refeitório da Polícia Federal. A RP11 destaca que há uma suspeita de que membros das corporações militares tenham contribuído, facilitado ou mesmo executado esse atentado em colaboração com grupos terroristas de esquerda, pois ocorreu em um local cercado de muita segurança:

O refeitório da Polícia Federal argentina, no centro de Buenos Aires, integra um dos conjuntos de edifícios mais bem guardados do país. Situado no mesmo prédio da Superintendência de Seguridad Federal, onde são recolhidos todas as pessoas suspeitas de militância extremista, o refeitório seria um dos poucos locais da Argentina inacessíveis à ação terrorista (VEJA, 07/07/1976, p.34).

Em seguida, a RP11 destaca que o atentado no refeitório, que deixou 27 pessoas mortas e 36 gravemente feridas, deixou claro que a “infiltração de extremistas na polícia argentina – uma quinta coluna – é maior do que se suspeitava” (VEJA, 07/07/1976, p.34).

O terrorismo de esquerda segue como pauta de *Veja* na RP12. Publicada na edição 412, em 28/07/1976, com o título “Duro golpe na guerrilha”, a RP12 narra em um primeiro momento a morte de Mario Roberto Santucho e de outros dirigentes do ERP (Exército Revolucionário do Povo). Nesta primeira parte, a revista destaca como a cúpula da organização foi praticamente dissolvida pelos militares.

Santucho desaparecido aos 40 anos, era seguramente o mais conhecido, e talvez o mais determinado, dos chefes terroristas argentinos. Com ele, no mesmo apartamento de Villa Martelli, no município de Vicente López, vizinho a Buenos Aires, morreram outros seis guerrilheiros, também pertencentes à cúpula do ERP. Quase ao mesmo tempo, na cidade de Gonnnet, a cerca de 60 quilômetros de Villa Martelli, as forças combinadas do Exército e da polícia argentina estouravam um outro reduto da organização extremista, matando mais cinco guerrilheiros. Resultado: apenas num dia, era aniquilado virtualmente todo o núcleo dirigente do ERP. E com isso o governo argentino desfechava o mais severo golpe já aplicado até hoje nos promotores do terrorismo no país, no que se refere a organizações de coloração esquerdista (VEJA, 28/07/1976, p.32).

Em seguida, a RP12 destaca que essa ação causa uma forte euforia nos meios policiais e militares, mas recomenda cautela diante da situação de intensa violência em que estava vivendo a Argentina. Com isso, no segundo momento da reportagem, *Veja* avalia que embora a morte dos líderes do ERP tenha sido um duro golpe no “terrorismo de esquerda”, outros grupos armados ainda permaneciam na ativa.

Em primeiro lugar as forças de segurança sabem que o ERP, apesar das derrotas sofridas nos últimos tempos, continua atraindo militantes. [...] A infiltração de terroristas na própria polícia ainda causa preocupação. E, além disso, há a outra organização de esquerda, cuja cúpula permanece intocada – os Montoneros, que, apesar de considerados menos eficientes no plano militar, são mais numerosos e contam com mais recursos financeiros (VEJA, 28/07/1976, p.33).

Na RP12, *Veja* também avalia que a violência ainda está longe de ser vencida, que ainda existem grupos armados de direita e muitas perseguições que redundam em mortes políticas. Para sustentar sua análise, a revista afirma que os dados da violência política na Argentina computam quase 700 mortos durante o ano de 1976, e que essa violência certamente não vinha apenas de organizações de extrema esquerda. Com isso, destaca que para pacificar definitivamente o país, o governo Videla teria de enfrentar também o terrorismo de direita, extremamente ativo e com suspeita de ramificações dentro de alguns órgãos de segurança.

Na parte final, a RP12 destaca que a morte de Santucho e da cúpula dirigente do ERP pode diminuir não só a violência, mas a pressão provinda de setores de “linha dura” e exercida sobre o general Videla. Por fim, observa que, mesmo com este êxito obtido sobre o grupo de esquerda, a violência ainda estava longe de ser extinta.

Em todo o caso, ainda parece haver um longo caminho a percorrer até que se concretizem as palavras pronunciadas pelo presidente argentino, ao tomar posse: “O Estado monopolizará o uso da força e somente suas instituições cumprirão funções ligadas à segurança interna” (VEJA, 28/07/1976, p.33).

Na edição 415, de 18/08/1976, *Veja* volta a se ocupar do terrorismo de esquerda. A RP14, intitulada “Terror sem fim”, traz inicialmente uma análise do caso em que Mario Roberto Santucho e outros líderes do ERP haviam sido mortos, sustentando a dúvida de que isso não queria dizer que o ERP devesse ser tomado

como morto ou extinto. Mas, sobretudo, que a outra grande organização armada de esquerda – os Montoneros – permanecia com sua estrutura intocada. “Na verdade, o terrorismo permanece como o problema central do país – e, de acordo com informações recentes, pode chegar a níveis delirantes” (VEJA, 18/08/1976, p.48).

Após essa breve análise, a RP14 enfatiza o atentado praticado pela jovem Ana María Gonzáles, militante montonera, que causou a morte do chefe da polícia federal para exemplificar a força e o método deste grupo. O fato de Ana María ainda estar em liberdade mais de dois meses após o atentado seria um sinal das dificuldades que as forças de segurança vinham encontrando.

O fato de Ana María ter conseguido evitar sua captura até hoje, no entanto, ilustra as dificuldades dos órgãos de segurança argentinos para combater o terrorismo. O problema torna-se particularmente penoso diante da estrutura montada pelos Montoneros – um grupo com pretensões a transformar-se num movimento de massas e a constituir-se num verdadeiro Exército (VEJA, 18/08/1976, p.48).

Em seguida *Veja*, traça um perfil detalhado dos Montoneros, enfatizando que o grupo era bastante numeroso, que seus membros eram divididos em uma hierarquia semi-militar, agindo uniformizados e seguindo regulamentos de infantaria. Também destaca que os guerrilheiros dos Montoneros dispunham de fartos recursos financeiros, provindos de sequestros políticos, que invariavelmente resultavam em altas quantias em dinheiro como pagamento pelo resgate dos sequestrados. Por fim, a revista enfatiza que este grupo tinha a capacidade de operar a sua própria agência de notícias – a Ancha –, que distribuía informações e “doutrinação ideológica” por meio de envelopes postados normalmente no correio. Com isso, a revista fecha a RP14 ressaltando que: “Fatos como esse demonstram que o torturante problema do terrorismo na Argentina ainda continua a consumir, de modo avassalador, as energias do país” (VEJA, 18/08/1976, p.50).

Na RP15, publicada na edição 423, de 13/10/1976, *Veja* volta abordar a violência promovida pelo terrorismo de esquerda. Intitulada “Por 5 minutos”, a RP15 narra o atentado à bomba contra o presidente argentino, general Jorge Rafael Videla, que escapou por cinco minutos de ser atingido. Este atentado foi realizado no Campo de Mayo, principal reduto dos militares e cinco minutos após um discurso em homenagem às Forças Armadas, no qual Videla estava presente e era o principal alvo da investida. Segundo a RP15, o fato de o atentado ter ocorrido em um local de

alta segurança militar, causou certa “psicose”, pois para que este tipo de investida fosse possível, os terroristas deveriam, necessariamente, contar a cumplicidade e com a ajuda de pessoas de dentro das próprias Forças Armadas. Este caso é semelhante ao ocorrido no refeitório da Polícia Federal argentina, descrito na RP11.

Com mais esse atentado, *Veja* volta a realizar uma análise de que a violência ainda estava longe de ser extinta.

O foto é que, hoje em dia, não parecem existir muitas razões de otimismo quanto ao fim do terrorismo na Argentina. “Ainda não alcançamos a paz ou o triunfo”, observou o general Catán em seu discurso no Campo de Mayo. [...] As forças de segurança argentinas, certamente têm promovido um combate sem tréguas aos grupos guerrilheiros – e, depois de terem liquidado praticamente toda cúpula do ERP, ultimamente vêm aniquilando importantes membros da chefia dos Montoneros. Segundo outras versões, no entanto, esses grupos estariam encontrando ainda um terreno fértil para engordar suas fileiras na situação de intranquilidade social e arrocho econômico por que passa atualmente o país (VEJA, 13/10/1976, p.38).

A revista *Veja* volta a enfatizar os ataques terroristas de esquerda na edição 442, de 23/02/1977. A RP16, intitulada “Alguns segundos”, narra o terceiro atentado sofrido por Jorge Videla. Descreve que o presidente escapou novamente, já que a bomba que explodiu no setor militar do aeroparque Jorge Newbery, área militar de alta segurança, foi detonada alguns segundos após decolar o avião que levava Videla para Bahia Blanca.

“Ele só escapou por milagre”, comentava no aeroparque Jorge Newbery um coronel da Força Aérea, lembrando que “apenas por causalidade” o pequeno avião, que normalmente utiliza 100 metros de pista para decolar, desta vez tomou altitude alguns segundo antes do habitual (VEJA, 23/02/1977, p.32).

Esta reportagem, a exemplo da anterior, descreve a suspeita que há terroristas infiltrados nas Forças Armadas argentinas, que estariam executando esses atentados.

Entrara novamente em fase aguda a justificada psicose de infiltração inimiga que atinge as forças de segurança argentinas. Efetivamente como alguém conseguiria colocar uma bomba tão volumosa numa zona militar guardada por 400 soldados, sem contar com a colaboração de algum funcionário? (VEJA, 23/02/1977, p.32).

O terrorismo de esquerda volta a ser tema de *Veja* na reportagem da edição 451, de 27/04/1977. No entanto, a abordagem desta vez é um pouco diferenciada.

Intitulada “Atrás dos dólares do terror”, a RP19 descreve a suposta morte em um acidente de avião do banqueiro David Graiver, que acaba, tempos depois, por resultar na descoberta, por parte das forças policiais, de um esquema em que o banqueiro recebia e aplicava dinheiro do grupo guerrilheiro Montoneros.

Oito meses depois de sua morte, Graiver era apontado, na semana passada, como o homem-chave do mais espetacular escândalo político-econômico de todos os tempos na Argentina. De fato, investigações oficiais comprovavam que o banqueiro administrara, durante mais de dois anos, pelo menos 25 milhões de dólares obtidos pelos terroristas Montoneros em suas ações criminosas (VEJA, 27/04/1977, p.32).

Veja descreve que esse caso leva a investigações que envolvem grandes personalidades da política argentina, como o ex-ministro da economia em três governos peronistas, José Gelbard, além de dezenas de outros políticos, jornalistas, esportistas e empresários que passaram a ser perseguidos por terem apoiado ou até financiado os Montoneros. No entanto, o mais famoso dos envolvidos foi o ex-presidente Alejandro Lanusse.

No final da semana, o governo argentino já bloqueara as contas bancárias dos principais acusados e se achava de posse de uma longa lista dos empresários que, por terem pago “proteção” aos Montoneros, serão levados a julgamento. No plano político, setores “duros” das Forças Armadas pareciam dispostos a continuar a campanha, já iniciada há dias, visando atingir o ex-presidente Lanusse, diversas vezes acusado de tentar evitar a apuração do escândalo para proteger seu ex-assessor [envolvido no escândalo] (VEJA, 27/04/1977, p.33).

No final da RP19, *Veja*, numa tentativa de desqualificar os grupos armados que se colocavam contra a ditadura civil-militar comandada por Videla, acaba por associar os grupos guerrilheiros de esquerda a criminosos comuns.

Mesmo antes de totalmente solucionado, porém, o caso Graiver já mostrava aspectos inéditos do sombrio submundo de crimes comuns oculto pela fraseologia revolucionária do terrorismo na Argentina (VEJA, 27/04/1977, p.33).

O escândalo envolvendo banqueiros e empresários que contribuíam com o grupo guerrilheiro Montoneros volta a ser destaque em *Veja* na edição 452, de 04/05/1977. Com o título de “Watergraiver”, a RP20 especulava os possíveis desdobramentos deste caso, sobretudo, pela falta de informações em relação às investigações:

A julgar pelos esparsos informes oficiais, o número de detidos talvez não chegue a cinquenta. Segundo outras fontes, porém, pode ultrapassar 300. Seja como for, o “escândalo Graiver” – sobrenome do baqueiro que aplicava milhões de dólares para os terroristas Montoneros – já havia levado as autoridades argentinas, na semana passada, a uma das maiores mobilizações dos últimos tempos. Nada disso, porém, resultou em qualquer informação concreta sobre a quantas andam a investigações, dos últimos tempos. O público, assim, se via atônito diante do dilúvio de versões envolvendo a um só tempo, no mesmo pacote de irregularidades, militares antiperonistas e o próprio ex-presidente Juan Domingo Perón, generais e terroristas, financistas inescrupulosos e altos funcionários governamentais (VEJA, 04/05/1977, p.30).

Ao final da RP20, *Veja* faz uma associação desse escândalo com o de Watergate, nos EUA, pois o financista estadunidense Roberto Vesco, que esteve envolvido com Watergate, também poderia estar envolvido com o caso Graiver.

5.3.4 Repressão

A primeira reportagem que trata da repressão no governo militar comandado por Jorge Rafael Videla foi publicada em 11/108/1976, na edição 414. Com o título “Lanusse preso”, a RP13 relata a prisão do general e ex-presidente argentino Alejandro Lanusse. Este havia publicado em carta pública posição em que defendia o ex-ministro da educação de seu governo, que estava sendo perseguido pela ditadura, e pedia mais moderação e respeito aos direitos humanos na Argentina. Essa carta foi, segundo a revista, a causa de sua prisão. Na mesma RP13, a revista descreve que 17 professores universitários também foram alvos da repressão. Por fim, aponta para o possível agravamento da divisão já existente nas Forças Armadas que estavam governando o país.

De forma distinta da RP13, a RP18 volta a tratar da repressão descrevendo um caso particular. Publicada na edição 445, de 16/03/1977, com o título “Quem atirou?”, esta reportagem relata a perseguição e morte do turista brasileiro Plínio Fonseca em Buenos Aires. *Veja* relata algumas versões sobre a morte: a primeira era a de que o turista brasileiro teria sido metralhado por uma patrulha do exército argentino depois que outro turista brasileiro, Jorge Monteiro Cabral, que dirigia o carro, desobedeceu a uma ordem de parar, nas proximidades da Casa Rosada; a segunda versão era a de que os tiros que atingiram Fonseca partiram do automóvel de dois desconhecidos armados que perseguiram o carro brasileiro – provavelmente

assaltantes comuns; a terceira versão foi a de que, ao tentar escapar de assaltantes, o carro com os turistas brasileiros dirigiu-se à Casa Rosada em busca de proteção. Ao atingir os jardins que separam o prédio do comando-em-chefe do Exército da sede do governo, em alta velocidade, o automóvel teria chamado a atenção dos soldados que guardam o local permanentemente, e estes, tomando os ocupantes do carro por terroristas, abriram fogo.

O que consideramos importante na RP18 é que a revista avalia que os turistas brasileiros possivelmente estariam desavisados do forte combate das Forças Armadas da Argentina contra subversivos, sobretudo os de esquerda.

A morte de Plínio Fonseca Filho veio dramatizar a série de incidentes envolvendo turistas brasileiros na Argentina – muitos deles desavisados dos rígidos controles que as forças de segurança mantêm nas ruas de Buenos Aires, em seu combate à subversão (VEJA, 16/03/1977, p.40).

Ou seja, *Veja* praticamente avalia que a culpa pela morte dos turistas brasileiros foi deles próprios, pois o possível erro das forças de segurança justificaria-se por estarem os militares tentando defender o país e extirpar o mal representado pelos grupos terroristas e subversivos de esquerda.

Na edição 470, do dia 07/07/1977, *Veja* volta a abordar o tema da repressão. Intitulada “Ainda os dias da violência”, a RP23 fala dos altos índices de violência e de uma série de sequestros políticos descritos pela reportagem da seguinte forma:

Com pequenas variações, a cena se repete duas, três e até mais vezes por semana em algum ponto da Argentina. De repente, em plena rua, meia dúzia de homens à paisana abordam um transeunte ou alguém ao volante de um automóvel. Em segundos, pelas próprias pernas ou à força, a vítima estará no interior de um carro estacionado a poucos metros – geralmente da marca Ford Falcon –, que partirá em seguida, sem pressa. Às vezes, tudo se passa à luz do dia, no centro de Buenos Aires ou de outras cidades, como Tucumán, Rosário e Córdoba. Horas mais tarde a notícia chegará às redações: mais um argentino foi sequestrado ou, simplesmente, como se costuma dizer mais frequentemente hoje em dia, “desapareceu (VEJA, 07/07/1977, p.40).

A RP23 destaca o caso dos jornalistas que estavam sendo um dos principais alvos desse tipo de sequestro. Segundo a revista, 50 jornalistas haviam desaparecido desde a ascensão dos militares ao poder, sendo 24 somente no ano de 1977. A revista destaca ainda que havia uma ideia em Buenos Aires de que os desaparecidos que não fossem localizados em uma unidade militar no prazo de três

a cinco dias, provavelmente estariam mortos.

Não são raras nos jornais portenhos e do interior do país notícias sobre cadáveres desfigurados que aparecem boiando no rio da Prata, ou são encontrados à margem de estradas e lugares ermos, com marcas de bala na cabeça. As suspeitas de que sejam os corpos de pessoas seqüestradas podem ser exageradas. Seja com for, entre as centenas de familiares de pessoas desaparecidas que procuram todos os dias a sede da Liga Argentina de Direitos do Homem [...], a pior das hipóteses parece real. [...] Segundo a liga haveria hoje na Argentina pelo menos 4000 pessoas cujo paradeiro é completamente ignorado. Em muitos casos, há testemunhos confiáveis de que elas foram sequestradas por grupos armados à paisana, ou detidas por comandos militares (VEJA, 07/07/1977, p.40).

Quanto ao contingente de pessoas desaparecidas, *Veja* informa que, de acordo com a Assembléia Permanente dos Direitos Humanos, haveria na Argentina cerca de 5000 presos políticos.

Na reportagem intitulada “Nenhuma melhora”, publicada na edição 482, de 30/11/1977, a revista descreve a visita de uma comitiva estadunidense que verificou que na Argentina do governo Videla existia um sério problema de violações dos Direitos Humanos.

“Estamos profundamente deprimidos”. Com essa frase, uma destacada personalidade da comitiva do secretário de Estado americano Cyrus Vance definiu a VEJA o sentimento de seus colegas, antes de deixar Buenos Aires, na manhã da última terça-feira. Ela se referia ao angustiante problema das violações de direitos humanos. [...] E, de fato, segundo uma fonte próxima ao secretário de Estado, Vance teria constatado que tais violações, ao contrário do que se chegou a esperar, aumentaram de forma significativa desde o início do ano (VEJA, 30/11/1977, p.46).

A RP26 destaca também um relatório que inventariava a número de pessoas presas e desaparecidas depois do golpe militar.

Entre a chegada dos militares ao poder e o último 4 de novembro, o relatório enumera 7500 pessoas presas, desaparecidas ou mortas. E estima que, computados nomes não conhecidos pelas organizações humanitárias, esse total poderia alcançar a est arrecedora cifra de 17000 pessoas, das quais até 6000 poderiam estar mortas. [...] “O número dos presos políticos na Argentina, como suas características políticas e sociais, configuram uma situação potencialmente explosiva”, concluiu o trabalho (VEJA, 30/11/1977, p.48).

Por fim, a RP26 faz menção, pela primeira vez, às Mães da Praça de Maio, que se reuniam para reivindicar o paradeiro de seus filhos desaparecidos. Os protestos desse grupo também são tema da RP28, publicada em 21/12/1977, na

edição 485, que volta a enfatizar o caso das violações de direitos humanos. Com o título “Agora, as mães”, *Veja* descreve o sequestro de 13 integrantes das Mães da Praça de Maio:

Elas são conhecidas como “*las locas de la Plaza de Mayo*” – mulheres que a partir de agosto começaram a se reunir silenciosamente em frente à Casa Rosada, em Buenos Aires, às quintas-feiras, para suplicar por informações de parentes desaparecidos. No último dia 8, depois de cumprir seu ritual, parte dessas mulheres reuniu-se numa igreja das proximidades – até serem interrompidas por um grupo de homens à paisana. Apresentando-se como policiais, eles prenderam treze das pessoas presentes – que viviam, agora, a extraordinária situação de estar desaparecidas por protestar contra os desaparecimentos. Era, a todo o vapor, a volta dos sequestros à Argentina [...] (VEJA, 21/12/1977, p.39).

Em seguida, a RP28 descreve que duas freiras francesas ligadas ao movimento de desaparecidos e defesa dos Direitos Humanos também haviam sido sequestradas, provavelmente pelos mesmos homens que raptaram as 13 integrantes do grupo das Mães. Nesse momento, é possível perceber que *Veja* traça as primeiras críticas ao governo de Videla.

Como tem acontecido nesses casos, o presidente Jorge Videla mostrava-se mais uma vez impotente diante do banditismo político e, na falta de melhores informações, acabaria atribuindo a autoria dos quinze sequestros a “ações de grupos espontâneos” (VEJA, 21/12/1977, p.39).

Em 19/04/1978, *Veja* volta a tratar da questão da repressão durante o governo civil-militar argentino. Intitulada “Na fase do pós-guerra” e publicada na edição 502, a RP35 traça um panorama geral dos dois anos de governo Videla, período em que a repressão e o combate a grupos de esquerda obteve o seu mais alto nível. Para isso, destaca inicialmente como havia sido esse período de intensa repressão, que a revista chama de “guerra”.

Quantos foram os mortos, no período delirante entre a tomada do poder pelos militares, em março de 1976, até meados do ano passado, quando atuavam a toda velocidade organizações terroristas, como os Montoneros e o ERP (Exército Revolucionário do Povo), e, de sua parte, a repressão governamental funcionava em igual ritmo? Sete mil, talvez. Ou talvez 20000, segundo chegam a afirmar os críticos mais ferrenhos do regime. Foi uma guerra – esta é uma conclusão a que chegam hoje muitos argentinos. Uma espécie de conflito interno diferente dos precedentes históricos, diferente das formas a que se está acostumado a pensar – mas, ainda assim algo maciço, uma tragédia muito próxima e concreta para amplas camadas da população (VEJA, 19/04/1978, p.44).

Em seguida, a revista conclui que o país estaria vivendo naquele momento uma fase de pós-guerra, caracterizada por um arrefecimento do conflito. No entanto, a RP35 observa que, mesmo com a queda na intensidade dos conflitos, o Estado argentino não se desarmou, mantendo soldados em trajes de combate pelas ruas e em frente a prédios oficiais de Buenos Aires.

A RP35 trata também da questão dos desaparecidos. Conta que as Mães da Praça de Maio, que a revista chama de “*las locas de la Plaza de Mayo*”, continuam a fazer protestos reclamando algum tipo de informação sobre seus filhos e netos desaparecidos.

A questão dos desaparecidos é o lado mais dramático da Argentina de hoje. Entre aqueles dos quais nunca mais se ouviu falar encontram-se tanto pessoas efetivamente filiadas às organizações extremistas como parentes de extremistas, amigos de extremistas, conhecidos de extremistas – ou ainda pessoas sem ligação alguma com o terrorismo, sequestrados por engano pelas forças de segurança durante o período crítico de “guerra”. Quantos são eles? Ainda estão vivos? (VEJA, 19/04/1978, p.44).

O problema dos desaparecidos mobilizava dentro da Argentina, de acordo com a RP35, organizações humanitárias, o episcopado, algumas embaixadas e até mesmo alguns chefes militares que estariam interessados em dissipar o lado sombrio o regime. Ainda em relação aos desaparecidos, a reportagem observa que as autoridades militares estavam naquele momento sob forte pressão externa e, com isso, davam os primeiros sinais de que esclareceriam a questão dos direitos humanos na Argentina.

Por fim, a RP35 destaca que o próprio general Videla assegurava que a subversão estava reduzida naquele momento ao enfrentamento de expressões residuais, fruto mais do desespero individual do que de uma ação organizada dos grupos que se colocavam contrários à ditadura. No entanto, *Veja* destaca que o período de confronto havia deixado marcas na sociedade argentina.

As feridas abertas na sociedade argentina pelos conflitos dos últimos anos, envolvendo não apenas dezenas de milhares de mortos, presos e desaparecidos, mas também um respeitável contingente de exilados, são de lenta e difícil cicatrização. Uma geração inteira, talvez, tenha sido traumatizada (VEJA, 19/04/1978, p.44).

Na edição 508, de 31/05/1978, os desaparecidos voltam a ser tema de *Veja*. Intitulada “Agora, crianças”, a RP39 informa que, desde a ascensão ao poder do

governo civil-militar, entre 2,5 mil e 20 mil pessoas haviam desaparecido, e que o quadro se tornava mais dramático porque havia sido divulgado que também crianças estavam desaparecidas.

O quadro já é reconhecidamente sombrio. Mas, dias atrás, diversas organizações humanitárias informaram sobre um novo limite atingido pelas violações dos direitos humanos na Argentina: 21 crianças e adolescentes estão também desaparecidos (VEJA, 31/05/1978, p.46).

Em seguida, a revista disponibiliza a lista de 21 crianças e adolescente, que havia sido divulgada em Nova Iorque pelo *Argentine Information Service Center* (AISC), uma organização, que segundo a RP39, era independente e integrada por cidadãos americanos que se dedicavam à causa dos direitos humanos na Argentina.

O tema dos desaparecidos ganha destaque como acontecimento jornalístico para *Veja* por ocasião de uma visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) à Argentina. Na RP60, publicada em 12/09/1979, na edição 575, intitulada “A fila da esperança”, a revista trata da visita dessa comissão da OEA, que tinha o propósito de investigar casos de violação de direitos humanos no país. Relata que, desde a manhã anterior ao início dos trabalhos da comissão, muitas pessoas esperavam para tentar se informar ou denunciar alguma pessoa desaparecida.

[...] centenas de pessoas, silenciosas e tensas, esperavam pacientemente sua vez de apresentar, pela primeira vez diante de um organismo internacional, suas denúncias sobre o desaparecimento – a prisão, o sequestro ou mesmo a morte – de algum seu parente. Naquele momento, às 10 horas da manhã de sexta-feira passada, já havia uma fila de cerca de 3000 pessoas que se alongava por seis quarteirões (VEJA, 12/09/1979, p.38).

Na sequência, a RP60 destaca que a comissão visitaria diversas personalidades da política argentina, dentre elas Isabelita Perón, mas também prisões e possíveis campos de concentração mantidos pelo governo militar.

Na verdade, cruciais serão as expedições, mantidas até o fim da semana passada sob sigilo pela Comissão, às prisões e aos “centros de reabilitação” – eufemismo, segundo refugiados políticos argentinos, empregado pelo governo para designar as colônias de prisioneiros espalhadas pelo país (VEJA, 12/09/1979, p.39).

A sequência da visita da comissão da OEA foi contada por *Veja* na

reportagem da edição 576, do dia 19/09/1979, com título “Isabelita falou”. Na RP61, o primeiro destaque foi para o fato de a ex-presidente ter falado publicamente pela primeira vez desde que foi deposta pelos militares. A viúva de Perón criticou o governo de Videla e o acusou de não respeitar os direitos humanos.

[...] a ex-presidente investiu com violência contra ao atual governo militar do presidente Jorge Rafael Videla. “Não é lícito responder ao crime com o crime, durante meu governo o terrorismo foi combatido dentro da lei. Como cristã e justicialista (o nome do partido peronista), repudio a violência e o crime e nunca justificarei o avassalamento dos direitos do homem” (VEJA, 19/09/1979, p.42).

Isabelita, no entanto, não foi a única que criticou o governo junto à comissão da OEA. Segundo a RP61, foram ouvidos também importantes opositores do governo, como o ex-presidente Hector Cámpora, refugiado desde 1976 na embaixada do México em Buenos Aires, e o vice-presidente do Partido Justicialista, Deolindo Bittel.

À parte as declarações de Isabelita, o depoimento mais ácido contra o governo Videla foi o de Bittel. “Chega de grupos paramilitares”, disse o líder peronista. “Não podemos aceitar que a luta contra uma minoria terrorista, da qual também fomos vítimas, se transforme numa desculpa para a implantação do terrorismo de Estado” (VEJA, 19/09/1979, p.42).

Por fim, a RP61 destaca que, mesmo com a presença da comissão da OEA, o governo militar não deixou de reprimir aqueles que protestavam contra o regime. Foi o caso das manifestações na Praça de Mayo contra a entrada em vigor da lei que dava como “tecnicamente” mortas todas as pessoas desaparecidas, que foram reprimidas com bombas que, segundo *Veja*, mandaram pelos ares os apelos pela libertação de presos políticos.

O ex-presidente Hector Cámpora também foi tratado em duas reportagens como uma vítima da repressão do governo argentino. Na RP65, publicada na edição 586, de 28/11/1979, intitulada “No hospital”, *Veja* relata que o ex-presidente peronista estava com câncer e muito doente, mas que até aquele dia não tinha ido ao hospital porque se saísse da embaixada mexicana em Buenos Aires, onde estava exilado, seria preso. Finalmente, naquele momento, o governo militar de Videla havia autorizado a saída de Cámpora para ir ao hospital, ao mesmo tempo em que, sabendo da gravidade da doença, estava agilizando a emissão de um salvo-conduto

para que o ex-presidente pudesse deixar o país e viajar para o México, onde passaria seus últimos dias no exílio.

As demoras de Videla, de qualquer forma, espelham o rancor profundo que nutrem os militares argentinos por Cámpora, acusado de cometer, durante os 49 dias e que presidiu o país em 1973 – até renunciar e entregar o poder a Juan Domingo Perón –, “alta traição à pátria”. O mais grave dos crimes de Cámpora, segundo os militares foi ter concedido ampla anistia aos presos políticos – entre eles centenas de terroristas (VEJA, 29/11/1979, p.48).

Na segunda reportagem que trata do ex-presidente Cámpora, publicada na edição 587, de 05/12/1979, com o título “Livre e doente”, a revista *Veja* descreve a recepção a Cámpora na chegada ao México e sua saída direto do aeroporto para o hospital. Também nesta reportagem, destaca que, de um lado, tendo como exemplo o caso de outro anistiado político, o jornalista Jacabo Timerman, o general Videla havia se preparado melhor para as reações contrárias da linha dura das Forças Armadas, contrárias à concessão de anistia a Cámpora. De outro lado, observa que mesmo com a saúde muito debilitada, o ex-presidente representava, para muitos argentinos que o esperavam no aeroporto da Cidade do México, alguma esperança de união entre as inúmeras alas em que havia se esfacelado a oposição argentina no exílio.

Os jornalistas também foram alvo de forte repressão na Argentina, no período em análise. Na RP40, intitulada “Outro que some”, publicada na edição 511, de 21/06/1978, a revista descreve como foi o desaparecimento do jornalista Julián Delgado, diretor do jornal *El Cronista Comercial*. Em seguida, destaca que a polícia não havia conseguido fornecer nenhuma notícia do seu paradeiro.

Na sequencia, a RP43, publicada com o título “Tiros na cabeça”, na edição 522, do dia 06/09/1978, destaca que a violência política atingira o 13º jornalista. A vítima, desta vez, era Horácio Agulla, diretor e proprietário da revista *Confirmado*, morto em uma emboscada. A particularidade deste caso, de acordo com a RP43, é que Agulla era partidário das teses “moderadas” de Jorge Videla e que por isso teria sido assassinado por setores contrários à política de abertura que Videla pretendia implementar.

A repressão aos jornalistas segue com o caso do inglês Robert Cox, diretor do jornal *Buenos Aires Herald*, publicado em inglês na capital argentina. Intitulada “Vai-se mais um”, a RP67, que trata do caso Cox, foi publicada na edição 588, de

12/12/1979. Nesta reportagem, *Veja* conta que o jornalista inglês de 45 anos foi obrigado a sair do país devido a perseguições e ameaças que vinha sofrendo de militares e grupos de direita contrários ao conteúdo publicado por seu jornal, que, de acordo com a revista, denunciava casos de torturas, desaparecimentos e prisões. A postura do jornal teria provocado a ira nos altos escalões do governo Videla, que já havia prendido Cox durante algumas horas em 1977, pelo fato de seu jornal ter publicado notícias não autorizadas pelo governo. Após receber uma mensagem de ameaça à sua família, Cox resolvera deixar o país.

Tudo, entretanto, tem seu limite. Na semana passada, depois de receber mais uma ameaça, Cox conheceu esse limite. “Fui corajoso, lutei durante muito tempo, mas agora estão ameaçando meus filhos. Não posso aguentar isso”, disse Cox a VEJA. E, abatido, anunciou sua decisão de deixar a Argentina, no próximo dia 16, e mudar-se com sua mulher e os cinco filhos para Londres. “Pretendia permanecer calado, ir embora em silêncio, mas achei que devia a meus colegas uma explicação”. E, com honestidade, acrescentou: “Essa explicação eu posso resumir numa só palavra: medo” (VEJA, 2/12/1979, p.42-43).

A revista destaca que a carta com a ameaça que levou Cox a deixar o país foi endereçada a seu filho, dizendo:

“Diga a seu pai que vá embora da Argentina, ou será morto pela ditadura videlista – e você e seus irmãos também poderão sofrer”. E estava assinada: *Los Montoneros* – nome da organização terrorista de esquerda peronista que teria voltado a agir na Argentina. Cox levou tudo a sério, exceto a assinatura, para ele, a carta tinha mais jeito de ser coisa da extrema direita disfarçada (VEJA, 12/12/1979, p.43).

A RP67 ainda destaca que Cox tentou pedir ao governo argentino providências que lhe garantissem a segurança, mas não foi atendido. Foi então que percebeu que o interesse da ditadura era que ele deixasse mesmo o país.

Para além dos casos tratados, *Veja* afirma que o caso mais importante de repressão a jornalistas foi o de Jacobo Timerman, relatado na RP62, da edição 578, publicada em 03/10/1979. Timerman foi fundador e diretor do jornal *La Opinión*, e foi mantido preso pelo regime argentino durante 2 anos e meio sem qualquer acusação.

Considerado um dos mais brilhantes jornalistas argentinos, Timerman atraiu o rancor dos militares radicais por ter mantido até o momento de ser preso, no dia 15 de abril de 1977, a independência do *La Opinión*, que fundara nove anos atrás. [...] Os militares, porém, durante esse tempo todo não conseguiram nada de concreto para incriminá-lo. Por duas vezes ele foi expressamente considerado inocente pela Corte Suprema, a última delas em meados deste mês, com uma sentença que, entre outras coisas,

declarava sua manutenção na prisão uma “ilegalidade” (VEJA, 03/10/1979, p.42).

A reportagem destaca o momento da soltura de Timerman, que seria enviado para o exílio em Israel. De acordo com a revista, “consumava-se, assim, um dos mais rumorosos casos de arbitrariedade, entre incontáveis praticados pelo regime argentino” (VEJA, 03/10/1979, p.42).

A repressão aos sindicatos também foi muito forte na Argentina, como seria óbvio em se tratando de uma ditadura militar. A principal reportagem que trata desse tema foi publicada por *Veja* na edição 556, de 02/05/1979, com o título “O desafio sindical”. Na primeira parte da RP58, a revista narra o episódio de repressão e consequente prisão de 21 dirigentes sindicais que haviam convocado uma greve geral em protesto contra política econômica do governo Videla. A revista observa que esse foi o primeiro confronto entre sindicatos e governo desde o golpe militar de 1976, pois havia uma legislação duríssima que coibia a atuação das centrais sindicais. *Veja* descreve o cenário de repressão aos sindicatos da seguinte forma:

Tratava-se, na verdade, de uma tentativa de reprimir o protesto trabalhista – o principal desafio sindical com que se defrontaram os militares argentinos desde que assumiram o poder em março de 1976. [...] Nesses três anos, de fato, a antes toda poderosa estrutura sindical peronista – ao lado dos militares, a principal força política no país – foi mantida sob controle. Uma rígida legislação, que estabelece penas de até dez anos de prisão para grevistas, cuidou de impedir as paralisações. Cerca de 5000 sindicalistas foram presos. E 70% dos sindicatos colocados sob intervenção – anulando-se, assim, qualquer resistência organizada a política de arrocho salarial adotada pelo ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz (VEJA, 02/05/1979, p.42).

No final da RP58, *Veja* destaca que o governo militar tinha a intenção de criar e promulgar imediatamente uma nova legislação sindical que perseguiria e inviabilizaria economicamente a existência dos sindicatos²⁹.

A repressão na Argentina foi, sobretudo, política, mas também atingiu a cultura e o comportamento das pessoas. É isso que descrevem duas reportagens publicadas no ano de 1980. A primeira, RP69, intitulada “Tudo proibido”, que circulou na edição 591, de 02/01/1980, tratava do aumento da repressão a qualquer atitude ou comportamento considerado contrário aos “os bons costumes”.

²⁹ Essa lei foi criada e colocada em prática pelos militares argentinos, como relatou *Veja* na reportagem “Lei fulminante”, da edição 585, que examinamos na seção 5.1.2 desta dissertação.

A defesa da família como “núcleo fundamental da nação” é o objetivo de uma campanha que o governo acaba de lançar por meio de cartazes de rua e anúncios em rádio e televisão. E é em nome dessa defesa da família argentina que muitos exageros vêm sendo cometidos (VEJA, 02/01/1980, p.37).

Esses exageros incluíam perseguições, agressões e prisões de mulheres que, por exemplo, estivessem usando bermudas muito curtas ou casais de namorados que fossem flagrados se beijando em público.

A segunda reportagem, RP74, publicada na edição 613, de 04/06/1980, sob o título “Abrindo feridas”, relata a perseguição e censura a um filme que contava a ação da Massad, a política secreta israelense, na Argentina, em 11 de maio de 1960, para sequestrar o criminoso de guerra alemão Adolf Eichman, acusado de ser o responsável pela morte de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Intitulado “A Casa da Rua Garibaldi” e dirigido pelo inglês Peter Collinson, o filme passou a ser perseguido na Argentina pelo fato de, supostamente, incentivar a ação de grupos terroristas. O mais virulento dos protestos, de acordo com a RP74, foi uma ação impetrada junto ao Tribunal Federal argentino pelo advogado Alberto Valente Grondona, pedindo que a fita fosse “apreendida e queimada em praça pública”.

5.4 Disputa interna

Nesta seção, analisaremos as reportagens que correspondem à temática de análise “Disputa interna”, que diz respeito a todas as reportagens que tratam da disputa dentro do governo civil-militar que comandava o país no período em análise. Essa disputa se deu principalmente entre o que *Veja* classificou de ala “moderada”, representada pelo então presidente general Jorge Rafael Videla, e outra ala composta por militares de “linha dura/radicais”. As disputas se travavam em torno da condução do governo durante o período comandado por Videla. A temática “Disputa interna” também aborda a disputa dentro da Junta Militar entre o presidente Jorge Videla e o almirante Eduardo Emílio Massera, chefe da Marinha e membro da Junta. A Tabela 14 destaca as reportagens analisadas nesta temática.

Tabela 14: Reportagens analisadas da temática “Disputa interna” entre os anos 1976-1981

Título da reportagem	Nº da edição	Data de publicação	Código
Fora de controle	403	26/05/1976	RP5
Novo escândalo e crise	453	11/05/1977	RP21
Ainda os dias de violência	470	07/09/1977	RP23
Um que reaparece	473	28/09/1977	RP24
A estrela da Junta	476	19/10/1977	RP25
Luta aberta na Juta	486	28/12/1977	RP29
Conversações em Madri	503	26/04/1978	RP36
Sem a farda	524	20/09/1978	RP47
Na mira, a sucessão	579	10/10/1979	RP63
Viola, à força	631	08/10/1980	RP77

5.4.1 Disputa “moderados” x “linha dura”

A primeira reportagem que expõe a disputa interna entre os militares foi publicada na edição 403, do dia 26/05/1976. Com o título “Fora de controle”, a primeira parte da RP5 trata da violência³⁰, e a segunda parte foca diretamente a disputa entre os militares. Após afirmar que a violência estava fora de controle, *Veja* diz haver uma divisão entre os militares, tendo de um lado aqueles que, de perfil “moderado”, apoiavam Videla, e de outro, aqueles de perfil “radical”, contrários à forma como este vinha conduzindo o governo.

Com efeito, alguns oficiais jovens, em cuja opinião Videla é muito “brando”, não escondem sua admiração pelo general Augusto Pinochet, do Chile, e consideram a situação política naquele país “admirável”. Para eles, não haveria sentido em acatar a advertência de Videla de que, em benefício da imagem externa da Argentina, não deveria ocorrer derramamento de sangue após o golpe. Afinal, argumentam, os terroristas de esquerda continuam a fazer dos militares seus alvo principal (VEJA, 26/05/1976, p.36).

Em seguida, *Veja* destaca que essa ala de “radicais” que se autodenominam “centuriões” estaria tomando para si a tarefa de responder à violência do terrorismo de esquerda, o que claramente colocava em cheque mais uma promessa do governo Videla – a de fazer com que o uso da força fosse atribuição exclusiva do Estado.

A disputa interna entre “moderados” e “radicais de linha dura” voltará a ter destaque na cobertura de *Veja* na reportagem intitulada “Novo escândalo e crise”,

³⁰ A primeira parte da RP5 foi analisada na seção correspondente à categoria “Violência”.

publicada na edição 453, do dia 11/05/1977. A RP21 descreve a investigação e a nova prisão do ex-presidente da Argentina general Alejandro Lanusse. Este e outros membros do seu antigo governo estariam envolvidos em um escândalo de corrupção. A acusação era que de haviam favorecido a empresa Aluar no objetivo de estabelecer um virtual monopólio na extração de alumínio.

Estava, pois aceso o estopim de uma crise [...]. As prisões provocaram tensão e reações contraditórias entre os altos escalões das Forças Armadas, que mantiveram seguidas reuniões até o fim de semana. Além disso, foram interpretadas, em diversos setores políticos, como uma nova manobra dos militares da “linha dura” para atingir, por meio de Lanusse – o expoente da ala liberal das Forças Armadas –, o próprio general Videla, no momento em que são dados os primeiros passos para a retomada do diálogo com os vários setores civis (VEJA, 11/05/1977, p.32).

De acordo com a narrativa de *Veja*, a prisão de Lanusse corresponderia a um acirramento da disputa interna nas Forças Armadas entre a “linha dura”, que defendia a permanência dos militares no poder, e a dos “moderados”, liderados por Videla, que vislumbravam uma reorganização do país, retomando, naquele momento, um diálogo com setores da sociedade civil. Essa hipótese é corroborada pela passagem final da RP21, em que, após descrever detalhadamente como se deu o suposto escândalo de favorecimento do governo Lanusse à empresa Aluar, a revista retoma as prováveis causas por trás da prisão de Lanusse.

De todo o modo, parece evidente que Lanusse não obteve qualquer lucro pessoal em todo o episódio. E, na semana passada, interrogava-se em Buenos Aires sobre quais seriam as razões para a reabertura do caso neste momento. [...] Até que no mês passado, o juiz encarregado do processo, Alfredo Notcetti Fasolino, foi substituído pelo jovem juiz Marquardt. Há em Buenos Aires quem vincule à ação de Marquardt à ação dos “duros”, contrários aos planos de redemocratização do general Videla. Seja como for, o presidente argentino não parece disposto a recuar. Ainda na quinta-feira, num encontro com jornalistas alemães em visita ao país, ele reiterou: “O que é importante e necessário é mudar as formas da democracia sem perder sua essência”. E acrescentou: “Essas mudanças de formas podemos fazê-las, mantendo um amplo diálogo com todos os setores da comunidade argentina” (VEJA, 11/05/1977, p.33).

A disputa “moderados” x “linha dura” volta a ser notícia em *Veja* na reportagem intitulada “Um que reaparece”, publicada no dia 28/09/1977, na edição 473. A RP24 descreve o desaparecimento na Argentina de um professor, Alfredo Bravo, membro da Confederação Nacional de Educação e da Assembléia Permanente pelos Direitos Humanos. Doze dias após o seu desaparecimento, o

professor foi localizado numa unidade do Exército em *La Plata*. De acordo com a revista, o episódio do seu resgate revela uma vitória do presidente Videla sobre os grupos radicais que faziam frente a ala “moderada” liderada por ele.

O episódio reúne características para se transformar num caso exemplar, e parece revelar uma vitória do presidente Jorge Videla sobre os grupos radicais do Exército e da Marinha – responsáveis por inúmeros desaparecimentos nos últimos meses, às vezes atingindo personalidades muito próximas do presidente argentino, e sempre com o objetivo de desafiar sua autoridade (VEJA, 28/09/1977, p.38).

Em seguida, a revista enfatiza que o resgate do professor Alfredo Bravo foi o primeiro de uma série de personalidades que compactuam com Videla no sentido de defender o “*gran diálogo nacional*” proposto pelo presidente.

A disputa interna entre militares da vertente “moderada” e os de “linha dura” volta a ser destaque em *Veja* na edição 579, de 10/10/1979. Com o título “Na mira, a sucessão”, a RP63 relata a tentativa de um golpe dentro das próprias Forças Armadas. Essa tentativa de derrubar Videla, comandada pelo general Luciano Menéndez, um dos representantes da “linha dura”, teria sido rapidamente controlada pelo governo, frustrando o golpe.

Nos meios governamentais de Buenos Aires, a tentativa de golpe militar desfechada pelo general Ménendez – um conhecido expoente da linha dura do Exército argentino –, foi batizada como uma desprezível “minicrise”, resolvida em apenas 36 horas com a prisão dos líderes sediciosos e sem disparar um só tiro. De fato, o governo não teve maior trabalho em liquidar a rebelião (VEJA, RP63, 10/10/1979, p.42).

No entanto, a RP63, ao contrário da posição oficial do governo argentino, avalia que esse acontecimento demonstra que há uma crise aberta nos meios militares. De acordo com *Veja*, em nenhum momento desde a derrubada de Isabelita, em março de 1976, a Argentina havia atravessado um momento de agitação militar tão intenso. No fim da semana posterior ao golpe, a RP63 observa que a tentativa era ainda uma ferida aberta, destinada a incomodar por mais tempo os que detinham o poder na Argentina – particularmente o que a revista chamou de “dupla de moderados”, composta pelo presidente Videla e seu futuro sucessor, o general Roberto Viola. Em relação ao conflito entre “moderados” e “linha dura”, *Veja* analisa:

A crise deflagrada por Menéndez trouxe à tona, mais uma vez, as naturais, quase inevitáveis divergências que vicejam no regime da Argentina desde que os militares tomaram o poder em 1976. Como sempre, seguindo o figurino clássico desse tipo de situação, a diferença envolve duas alas: os “duros” e os “moderados”. A causa real da expulsão de Menéndez teria sido, segundo muitos, a indicação há meses, por Viola, do general “moderado” Leopoldo Galtieri para sucedê-lo no comando do Exército. Menéndez sentiu que aquele era o momento de pressionar Viola e obrigá-lo a renunciar, provocando a sua substituição por um “duro” – no caso o chefe do Estado-Maior do Exército, general Carlos Guillermo Suárez Masón. Com isso, Menéndez pretendia interromper a dinastia dos “moderados” que Videla está tentando manter no poder – com sucesso até agora – até a anunciada recolocação da Argentina sobre os trilhos do Estado de direito. Desta vez, pelo menos, Menéndez enganou-se – e o tiro saiu pela culatra (VEJA, RP63, 10/10/1979, p.43).

Um ano depois, na edição 631, de 08/10/1980, a disputa entre “moderados” e “duros” é novamente abordada por *Veja* – na RP77, intitulada “Viola, a força”. Nesta reportagem, a revista descreve que a sucessão de Videla pelo general Viola estava acertada há dois anos, e que a substituição seria anunciada em 29 de setembro daquele ano. No entanto, um conflito de última hora entre as alas das Forças Armadas teria adiado em quatro dias o anúncio. Após a resolução desta disputa, finalmente Viola foi anunciado como sucessor de Videla, devendo tomar posse em 29 de março de 1981. No entanto, a revista avalia que o conflito que adiou o anúncio não foi apenas mais uma pequena divergência entre os militares:

Segundo muitos, as divergências entre militares – Exército e Aeronáutica, de um lado, e Marinha, de outro – chegou ao seu ponto crucial na última quinta-feira quando o Exército teria dado um ultimato: ou o nome de Viola seria referendado até o meio-dia de sexta-feira, ou seria imposto, à força, por um golpe de Estado. Diante desse argumento a Marinha recuou – e as discussões cessaram (VEJA, 08/10/1980, p.49).

De acordo com a mesma reportagem, a divisão dos militares nesse episódio se dava em torno de dois pontos: a política econômica levada a cabo pelo governo Videla, defendida por Viola e fortemente criticada pela Marinha, e a questão do poder que seria atribuído a Viola, pois a Marinha exigia que o novo presidente estivesse submetido à Junta Militar, sobretudo nas decisões mais importantes. Com isso, a RP77 encerra fazendo uma previsão de que a divergência entre os militares certamente deveria causar fortes atribuições nos três anos do futuro governo de Roberto Viola.

5.4.2 Disputa “moderados” x “linha dura” / Disputa Videla x Massera

Na edição 470, publicada em 07/09/1977, com o título “Ainda os dias de violência”, *Veja* trata da disputa interna que havia entre os militares de dois ângulos: no primeiro, enfatiza a disputa “moderados” x “linha dura”; no segundo destaca, pela primeira vez, a disputa Videla x Massera.

Na primeira parte da RP23, *Veja* fala dos altos índices de violência e de uma série de sequestros políticos realizados por extremistas de direita que visavam desestabilizar o governo Videla³¹. Na segunda parte, que analisamos neste momento, fala detalhadamente da disputa interna entre os “radicais de linha dura” do Exército e a ala “moderada” de Videla. Segundo a RP23, os “radicais de linha dura” estavam fortemente colocados de forma contrária ao projeto de governo proposto por Videla. A violência, portanto corresponderia a uma disputa pelo poder entre os militares.

“Esses sequestros e as dezenas de outros que não saem nos jornais têm um único objetivo: manter o clima de terror e desta forma comprometer qualquer projeto de normalização da vida do país”, explicou a VEJA uma fonte ligada ao general Videla. Hoje, em Buenos Aires, há poucas dúvidas sobre quem são os responsáveis por esse tipo de ação. Os verdadeiros cabeças das últimas operações de rua seriam os chamados “ultra-radicais” do Exército, que pretendiam desalojar do poder a tendência moderada e majoritária representada por Videla. Principais responsáveis pela desarticulação do ERP e dos Montoneros, esses oficiais se reuniram e consolidaram sua aliança durante a época mais dura do combate às guerrilhas esquerdistas. Hoje, não estariam dispostos nem a perder seu prestígio nem a ceder um milímetro em suas teses, marcados por um forte radicalismo de direita (VEJA, 07/09/1977, p.41).

Veja mostra que, nesta disputa dentro das Forças Armadas, existia ainda uma terceira ala em disputa pelo poder, liderada pelo Almirante e componente da Junta Militar Eduardo Emílio Massera, que anunciava um projeto de poder ligado ao populismo de traços peronistas.

Não apenas os ultra-radicais do Exército, porém, hostilizavam Videla. Um outro grupo instalado no interior do poder também escapa ao controle do presidente e está alojado na Marinha – e, há suspeitas de que também os membros desse grupo frequentemente abandonariam os métodos estritamente políticos (VEJA, 07/09/1977, p.41).

³¹ A primeira parte da RP22 foi analisada na seção correspondente à Temática “Violência”.

Sobre Massera, comandante da Marinha, *Veja* destaca:

O comandante da Marinha, por outro lado, é um homem de indisfarçável ambições políticas – o articulado almirante Eduardo Emilio Massera, com aspirações caudilhescas e hoje seriamente empenhado numa estratégia populista, com o objetivo de conquistar para si o apoio das acéfalas massas peronistas (VEJA, 07/09/1977, p.41).

No entanto, na RP23 *Veja* segue com o seu projeto de apostar no governo Videla como aquele que tem a tarefa de normalizar o caos em que vivia a Argentina e devolver o país a um estado democrático de direito.

Permanentemente acossado pelos radicais do Exército e pelos aliados do almirante Massera, o presidente Videla tem procurado manter o que ele mesmo chama de *el paso del infante*, uma alusão à cadência de marcha do soldado da infantaria – lenta, mas sem jamais recuar (VEJA, 07/09/1977, p.42).

A RP23 enfatiza, por fim, que Videla enfrentaria essa disputa com os dois grupos adversários dentro das Forças Militares de formas distintas. Em relação ao grupo da Marinha, liderado por Massera, a supremacia do Exército nas Forças Armadas dava a garantia de que Videla permaneceria no poder. Em relação aos “radicais da linha dura”, porém, o enfrentamento seria mais evidente, com o provável afastamento do governo de “notórios radicais” de direita.

5.4.3 Disputa: Videla x Massera

A primeira reportagem que aborda de forma central a disputa dentro da Junta Militar entre o general e então presidente da Argentina Jorge Rafael Videla e o comandante da Marinha, almirante Eduardo Emilio Massera, foi publicada na edição 476, de 19/10/1977. Intitulada “A estrela da Junta”, a RP25 traça um perfil político do almirante Massera, que, segundo a revista, matinha um projeto político de poder ligado ao populismo peronista.

Foi o próprio Perón quem confiou a Massera, então com 48 anos, o comando da Marinha, dois meses depois de ter retornado ao poder na Casa Rosada, em outubro de 1973 – e, para fazê-lo, preteriu seis almirantes mais bem situados nas listas de promoções. A partir daí, Massera não pararia de ganhar peso na vida política do país. Hoje ele personifica na Argentina um centro de poder paralelo ao do comandante do Exército e presidente Jorge

Rafael Videla. E não falta quem procure intimidade de Massera com o peronismo – sobretudo com sua ala direita – explicações para *las ambiciones caudillescas del almirante*, como se costuma dizer nos círculos políticos de Buenos Aires (VEJA, 19/10/1977, p.46).

A estratégia da ala da Marinha comanda por Massera para disputar o poder com os liderados de Videla passa por táticas: a primeira se dava, de acordo com a RP25, no plano da política externa, que, confiada à Marinha na divisão de tarefas da Junta Militar, estava sendo comandada por Massera com uma agressividade muito intensa.

Um bom exemplo é canal marítimo Beagle, situado na fronteira meridional com o Chile e reivindicado pelos dois países. Escolhida para arbitrar a questão, em maio, a rainha Elisabeth, da Inglaterra, deu ganho de causa ao Chile. Mas, no mês passado, assim que o governo de Santiago mandou imprimir um novo mapa do país, incluindo Beagle, Massera viajou para a região acompanhado de todo o seu Estado-maior e durante três horas navegou nas frias águas do canal a bordo da lancha “Intrépida”. Desde então, aviões da Armada argentina têm sobrevoado a área com frequência e Massera já deu a entender, mais de uma vez, que seu país não desistirá do canal (VEJA, 19/10/1977, p.46).

Segundo a RP25, o interesse de Massera no canal de Beagle não era apenas diplomático, mas político, consolidando internamente uma imagem de almirante “defensor zeloso de interesses nacionais”.

A segunda tática se daria no plano da política interna, numa disputa acirrada e direta com Videla. De acordo com *Veja*, no plano interno Massera também adotava a mesma agressividade usada no plano externo:

Ele não tem perdido a ocasião para criticar a austera política econômica do ministro José Alfredo Martínez de Hoz ou as intenções dialoguistas do ministro do trabalho Horácio Liendo, ambos homens sintonizados com o presidente Videla. E o próprio Videla não está a salvo das investidas de Massera, que desde o início do ano vem insistindo na necessidade de escolher um quarto homem – independentemente dos três atuais membros da Junta, integradas pelo general Orlando Agosti, comandante da Força Aérea, ao lado de Massera e Videla – para ocupar a presidência (VEJA, 19/10/1977, p.46).

No entanto, a RP25 destaca que, nesta disputa, Videla ainda estava em vantagem, pois o presidente pretendia destituir de poder a ala dos “radicais” de “linha dura” que estavam dentro do Exército, criando uma unidade em torno da sua liderança. Com a possibilidade de coesão no Exército, *Veja* acreditava que o projeto de poder de Massera se tornaria muito mais complicado.

A disputa dentro da Junta Militar entre Massera e Videla se tornaria ainda mais evidente na reportagem publicada na edição 486, de 28/12/1977. Intitulada “Luta aberta na Junta”, a RP29 descreve de forma detalhada a disputa entre o grupo liderado pelo general Jorge Rafael Videla e o liderado pelo almirante Massera.

Ao longo dos últimos vinte meses, a luta pelo poder no interior da Junta Militar que assumiu o governo da Argentina em março de 1976, depois da deposição da presidente Isabelita Perón, constitui, ao lado da violência, um dos poucos ingredientes invariáveis da política argentina. Ora, eram os homens do presidente da República e comandante do Exército, general Jorge Videla que saíam a campo para insinuar, por exemplo, a responsabilidade dos seguidores do chefe da Marinha, almirante Emilio Massera, em sequestros de pessoas e assassinios. Ora era este que fustigava, em suas declarações, a política econômica traçada pelo ministro da Economia de Videla, José Alfredo Martínez de Hoz, procurando atingir o presidente (VEJA, 28/12/1977, p.32).

Veja afirma que essa disputa, antes velada e restrita às instâncias internas da Junta Militar, teria sido levada ao extremo com as acusações e cobranças públicas do almirante Massera a Videla.

[...] Mas tudo isso transcorria de maneira indireta, muitas vezes dentro dos bastidores. Subitamente, na semana passada, a disputa pelo poder dramatizou-se dentro da Junta – e extravasou para o público. Num longo comunicado que circulou em Buenos Aires na última terça-feira, o almirante Massera, desta vez apoiado pelo general Agosti, praticamente intimou o general Videla a escolher entre a presidência da República e o comando do Exército, invocando os acordos firmados pelos chefes militares dias antes do golpe militar de 24 de março de 1976 (VEJA, 28/12/1977, p.32).

Segundo a RP29, esses acordos firmados no início do governo militar tinham a função de dar à Junta o estatuto de órgão supremo, e vedavam aos três integrantes das forças militares que a integravam a possibilidade de acumular a função de presidente da República, cargo que deveria ser exercido por um quarto membro. Era justamente isso o que defendia Massera. No entanto, *Veja* destaca que esses acordos foram temporariamente deixados de lado em função do combate à violência de esquerda. Com isso, Videla passou a acumular a presidência e a chefia do Exército.

Agora, porém, Massera acha que a situação mudou. “Já existe unanimidade em considerar a subversão aniquilada em sua capacidade operacional, como disse o general Videla recentemente”, lembrou o almirante em seu comunicado. “Cessaram assim”, prosseguiu Massera, “as razões que justificavam, em caráter excepcional, a duplicidade de funções do general Videla”. Das insinuações e críticas subterrâneas, passava-se, dessa forma,

para o terreno das exigências abertas e as divisões entre os militares argentinos tornaram-se praticamente oficializadas (VEJA, 28/12/1977, p.32).

No final da RP29, a revista destaca que Massera se movimentava em mais uma frente em busca do poder.

VEJA apurou que dois emissários do almirante estiveram em Washington no início da semana passada em busca de contatos do Departamento de Estado, na Casa Branca, no Congresso e em outros meios da capital americana. O objetivo da missão era tentar vender uma nova imagem do chefe da Marinha argentina – e, aparentemente, conseguiram-se alguns resultados. Na segunda-feira, o Conselho de Assuntos Hemisféricos, uma respeitada organização privada sediada em Washington e dedicada à defesa dos direitos humanos, divulgou um comunicado em que a Marinha era apresentada como “o ramos da Forças Armadas argentinas mais receptivo à política dos direitos humanos do presidente Carter” (VEJA, 28/12/1977, p.33).

Esse relatório em que Massera é tratado como “receptivo” aos direitos humanos, surpreende a revista, o que revela o quanto a publicação da Editora Abril estava, naquele momento, afinada com a política e com o pensamento de Videla:

A constatação é surpreendente. Até agora sempre se pensou que, se havia alguém moderado dentro da Junta argentina, e inclinado a melhorar a situação dos direitos humanos no país, era o general Videla (VEJA, 28/12/1977, p.33).

A disputa entre o general Videla e o almirante Massera volta a ser destaque em *Veja* por ocasião de uma visita realizada pelo almirante a um grupo de exilados argentinos que vivia na Europa. Publicada na edição 503, de 26/04/1978, como o título “Conversações em Madri”, a RP36 destaca que Massera encontrou na capital espanhola importantes líderes peronistas.

O almirante foi expor o seu “projeto de pacificação nacional”, que inclui uma reformulação da atual política de austeridade econômica – por ele criticada. Segundo foi confidenciado a VEJA, os planos de Massera preveem ainda a criação de novos partidos políticos e convocações de eleições dentro de dois anos no máximo. O almirante teria informado que não pretende alinhar-se com as forças ideologicamente mais conservadoras do presidente Jorge Rafael Videla, quando este iniciar seu projeto de institucionalização do país. Ao contrário, Massera preferia integrar uma aliança com peronistas socialdemocratas (VEJA, 26/04/1978, p.46).

Ao final desta reportagem, *Veja* relata que a ida Massera à Europa havia deixado um rastro de dúvidas entre os exilados, pois eles se questionavam em nome de quem Massera havia falado e feitos propostas. Seria em nome dele mesmo,

Massera, ou em nome de parcelas importantes das Forças Armadas?

A última reportagem que trata da disputa entre Videla e Massera foi publicada na edição 524, do dia 20/09/1978. Intitulada “Sem farda”, a RP47 retrata a passagem de Massera para a reserva. Nesse ponto *Veja* observa que, desde o golpe de 1976, Massera articulou em seu entorno um amplo apoio – que vai desde boas relações com os peronistas até o apoio de um jornal – e construiu um terreno próprio na política Argentina. Em seguida, a RP47 analisa o que poderia ser o futuro de Massera:

Muitos creem que Massera pretende colocar-se como uma alternativa caudilhesca para o impasse que vive o país – algo como uma reedição reformulada do próprio Juan Domingo Perón. [...] A rigor, Massera não é um estranho ao movimento peronista. [...] Desde o início do atual regime militar, o almirante manteve contatos permanentes com os peronistas, e até com a liderança exilada na Espanha e na França. Além do mais, angariou simpatia nas fileiras do movimento ao se opor frontalmente à austera política econômica do ministro Martínez de Hoz (VEJA, 20/09/1978, p.48).

O objetivo do almirante, portanto, era chegar à presidência da Argentina. No entanto, *Veja* avalia que atingir esse objetivo não seria nada fácil. Até a saída de Videla da presidência, em 1981, o comandante da Marinha teria de angariar muito mais força, algo pouco provável para quem já não dispunha do aparato militar efetivo e, principalmente, por ser oriundo de uma Arma secundária em relação ao poder do Exército.

5.5 Relações internacionais

Nesta seção analisaremos as reportagens que correspondem à temática de análise “Relações internacionais”, que trata da relação do governo argentino, durante o período comandado pela Junta Militar liderada pelo general Jorge Rafael Videla, com outros países. A Tabela 15 relaciona as reportagens analisadas na temática “Relações internacionais”.

Tabela 15: Reportagens analisadas da temática “Relações internacionais” entre os anos 1976-1981

Título da reportagem	Nº da edição	Data de publicação	Código
Armas no gelo	484	14/12/1977	RP27
A disputa nas Águas	489	18/01/1978	RP30
Recusa e acusações	491	01/02/1978	RP31

Houve briga?	495	01/03/1978	RP32
Castigo em U\$\$	516	26/07/1978	RP41
A ameaça das Armas	523	13/09/1978	RP45
Pelas armas?	524	20/09/1978	RP46
Busca de triunfos	528	18/10/1978	RP48
El Apagón	530	01/11/1978	RP49
Dedos nos gatilhos	537	20/12/1978	RP51
Torneio de ameaças	538	27/12/1978	RP52
Duelo nas galerias	539	03/01/1979	RP53
Uns passinhos	540	10/01/1979	RP54
A paz do cardeal	541	17/01/1979	RP55
Trigo e tortura	593	16/01/1980	RP70
A conexão russa	607	23/04/1980	RP72
Todos no mesmo barco	610	14/05/1980	RP73
Sai o cowboy	615	18/06/1980	RP75
Viola abre as portas	655	25/03/1981	RP80

5.5.1 Argentina e Chile

As reportagens sobre as relações entre Argentina e Chile foram predominantes na cobertura da revista *Veja* ao longo do primeiro governo da ditadura civil-militar. A principal razão para a ênfase neste tema foi que naquele período ocorreu uma grave crise entre os dois países, envolvidos na disputa pela posse das ilhas que compreendiam o Estreito de Beagle e que, na ocasião, sob arbitragem da rainha da Inglaterra, havia sido dada ao Chile.

O início do conflito é tratado por *Veja* na edição 484, de 14/12/1977, com o título “Armas no gelo”. A RP27 descreve a mensagem que o governo argentino enviara ao governo chileno:

A mensagem continha uma proposta de renegociação da questão dos limites austrais entre os dois países – uma disputa que se arrasta desde os fins do século passado e assumiu contornos conflitivos depois que a rainha Elisabeth II da Inglaterra, designada árbitro do litígio por um velho tratado firmado pelos dois países, assinou um maio um laudo elaborado por uma Corte Internacional de Justiça. Determinando a mais grave alteração geopolítica na América do Sul desde a Guerra do Pacífico em 1879, quando a Bolívia perdeu seu litoral, o documento concedeu ao Chile a soberania sobre as ilhas Picton, Lennox e Nueva. Situadas na desembocadura atlântica do gelado canal de Beagle e habitadas por algumas escassas dezenas de chilenos, essas ilhas até então figuravam nos mapas como território argentino (VEJA, 14/12/1977, p.47-48).

A mensagem enviada pelo governo argentino havia, de acordo com a RP27,

surtido efeito, pois aquela semana terminaria com a promessa dos dois governos, de Videla na Argentina e de Pinochet no Chile, com a divulgação de um comunicado conjunto em que constariam as bases de uma nova negociação.

Ao final dessa primeira reportagem sobre o conflito, *Veja* destaca que a disputa não se situava apenas no campo da geopolítica e da economia, mas poderia ter efeitos internos em cada país, sobretudo na disputa entre os militares argentinos.

Na segunda reportagem sobre o assunto, publicada na edição 489, de 18/01/1978, com o título “A disputa nas águas do sul”, *Veja* destaca que havia perspectiva de ocorrência de um conflito armado entre os dois países. Conforme a RP30, em menos de 35 dias, era a segunda vez que a Argentina trocava os argumentos diplomáticos por uma demonstração de força militar. Essa mobilização bélica se dava a menos de um mês do prazo final para que o governo de Buenos Aires se pronunciasse sobre o laudo britânico.

Praticamente toda a Marinha foi mobilizada no início da semana passada numa vasta operação de exercícios no Atlântico Sul, não muito longe da área em disputa. De fato, participava das manobras iniciadas no domingo, dia 8, uma portentosa esquadra de 25 navios e as operações tinham o comando do próprio comandante-em-chefe da Marinha e membro da Junta Militar do governo, o poderoso almirante Emílio Eduardo Massera (*VEJA*, 18/01/1978, p.34).

A RP30 descreve que, também em terra o governo de Videla fazia algumas operações simbólicas de movimentação do Exército. Essas ações serviram, conforme *Veja*, para preparar o terreno para o anúncio do governo argentino de que declararia sem validade o laudo britânico.

Em seguida, a RP30 contextualiza detalhadamente a disputa do Estreito de Beagle, avaliando que a discórdia não se daria tanto por questões econômicas, mas por estratégia militar, já que, com a jurisdição do Chile sobre Beagle, a Argentina ficaria sem qualquer ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

Em relação à disputa, *Veja* avalia que, enquanto a Argentina investia nas ações militares, o Chile preferia tratar a questão no campo diplomático.

Frente à intensa movimentação diplomático-militar do lado argentino, o governo chileno esforça-se em demonstrar serenidade. [...] A preocupação chilena de manter a discussão no campo diplomático seria reforçada ainda pela decisão do governo chileno de remeter a questão para a Organização dos Estados Americanos, caso se confirme a recusa da Argentina ao laudo

(VEJA, 18/01/1978, p.35).

Ao final da RP30, *Veja* volta a destacar que esse conflito tinha reflexos na política interna dos países, principalmente da Argentina, servindo de pretexto para as manobras do almirante Massera, que disputava o comando do governo com o então chefe da Junta Militar, general Videla.

Na edição 491, de 01/02/1978, com título “Recusa e acusações”, *Veja* volta a tratar do conflito. Nesta reportagem, a revista destaca a recusa do governo argentino em aceitar o laudo britânico favorável ao Chile na questão do Estreito.

O governo argentino alegou que o laudo britânico se estende a assuntos fora da sua jurisdição, ignora realidades históricas e geográficas e despreza o “princípio oceânico” entre os dois países, segundo o qual a Argentina não poderia reivindicar jurisdição no Pacífico nem o Chile no Atlântico (VEJA, 01/02/1978, p.32).

Com a recusa do laudo britânico por parte do governo de Videla, a revista faz uma breve análise, avaliando que, por mais esperada que fosse a posição argentina, esse fato deixava ainda mais longe qualquer possibilidade de solução para o problema.

Na RP32, o tema da disputa territorial entre Argentina e Chile também é destaque. Publicada na edição 495, de 01/03/1978, com o título “Houve briga?”, a RP32 descreve a assinatura de um acordo entre Chile e Argentina no caso Beagle e descreve o cenário do conflito até aquele momento da seguinte forma:

A disputa em torno do canal de Beagle e dos limites austrais entre a Argentina e o Chile, teria chegado, realmente, a existir? Talvez tenha, mas na semana passada, ao encaminhar-se para um desfecho aparentemente feliz, a crise dava toda a impressão de uma dessas brigas em que os contendores pensam em tudo, menos em brigar (VEJA, 01/03/1978, p.31).

Em seguida, descreve o encontro de Videla e Pinochet em que os ditadores assinaram uma ata estabelecendo as formas pelas quais as decisões acertadas em negociações secretas entre os dois países seriam colocadas em prática.

Após a assinatura do acordo, em março de 1978, *Veja* volta a tratar da disputa entre os dois países somente em setembro daquele ano, quando a ameaça de um conflito armado volta a ser cogitada. A RP45, publicada na edição 523, de 13/09/1978, com o título “A ameaça das armas”, descreve um cenário hipotético em

que poderia ocorrer uma guerra entre os contendores. Em seguida, observa que a Argentina estaria tentando impor um clima de guerra psicológica na véspera de mais uma reunião entre os dois países para discutir o tema.

O clima de guerra psicológica tinha, na verdade uma utilidade imediata para a Argentina: colocar o governo do general Pinochet sob forte pressão às vésperas de uma nova e decisiva reunião, marcada para esta quarta-feira, em Santiago, da Comissão Mista dos dois países encarregada de encontrar uma solução para a disputa fronteiriça em torno do Beagle (VEJA, 13/09/1978, p.44).

Caso houvesse um conflito armado, a RP45 analisa, também de forma hipotética, como se daria o conflito, avaliando que as Forças Armadas da Argentina possuíam uma imensa vantagem bélica em relação às Forças chilenas. Mas finaliza observando que:

O bom senso e vários fatores, entre os quais as catastróficas situações econômicas de todos os países que poderiam se envolver em semelhante conflito, fazem duvidar que se acabe chegando ao recurso extremo da guerra. Mas nunca se sabe. A verdade é que em Santiago, por exemplo, já há quem pergunte: “Por onde os argentinos começarão o ataque?” (VEJA, 13/09/1978, p.46).

Na semana seguinte, a revista volta a tratar da questão, novamente enfatizando a possibilidade do conflito armado. Publicada na edição 524, de 20/09/1978, com o título “Pelas armas?”, a RP46 relata que o governo argentino já estava desistindo das negociações diplomáticas e, acreditando na sua superioridade bélica, passava a apostar em um conflito armado.

Nas províncias argentinas fronteiriças com o Chile, já foi pintada a cruz vermelha nos tetos dos hospitais. Os reservistas de 1959, que seriam liberados agora, receberam na semana passada a má notícia da prorrogação por mais alguns meses de seu serviço militar. E a indústria bélica já estaria trabalhando 24 horas por dia. [...] Aparentemente cético quanto a um acordo, e confiante em sua superioridade militar, o comando militar argentino já teria tomado a decisão de algum tipo de fato consumado. É uma perspectiva sombria, mas em pleno desenvolvimento [...] a menos que ocorra, até 2 de novembro, data do encerramento das negociações, uma solução providencial (VEJA, 13/09/1978, p.46).

Um mês depois, em 18/10/1978 na edição 528, *Veja* publica a RP48, intitulada “Busca de trunfos”, em que observa que naquele momento o governo argentino comandado por Videla havia convocado militares reservistas em grande quantidade no mesmo período em que ocorria a sétima reunião entre os dois países

para discutir a questão de Beagle. Também na RP48, a revista destaca que a Argentina estaria em busca de novos triunfos: novas estratégias para o enfrentamento contra o Chile, que passariam por um acordo com o governo da Bolívia e com o do Peru, países que também estavam em litígio com o Chile, devido a guerras passadas.

No mesmo período, *Veja* publica a RP49, em 01/11/1978, na edição 530. Com o título de “El Apagón”, a RP49 descreve detalhadamente o treinamento de uma operação de guerra realizado pelas Forças Armadas da Argentina em alguns bairros de Buenos Aires. Em seguida, avalia que a intensificação dos treinamentos se devia a não resolução do conflito por via diplomática, o que aumentava as possibilidades de a Argentina procurar uma resolução por meio da intervenção armada.

[...] O governo do presidente Jorge Rafael Videla afirmava ter motivos para preparar o país para a guerra. No fim da semana passada, de fato, os trabalhos da Comissão Mista Argentina-Chile, reunida em Santiago para encontrar uma solução pacífica para a questão, pareciam caminhar em direção de um perigoso impasse. Se as negociações realmente empacarem, acreditam muitos militares argentinos, não resta outra alternativa senão o caminho das armas (VEJA, 01/11/1978, p.37).

Entre o final do ano de 1978 e o início de 1979, a revista *Veja* publica mais cinco reportagens sobre a disputa pelo Estreito de Beagle. Em 20/12/1978, na edição 537, a revista publica a RP51, intitulada “Dedos nos gatilhos”, que inicialmente relata o fracasso de mais uma reunião entre representantes dos dois países. Em seguida, detalha por que as negociações, que haviam começado bem, acabaram fracassando, e com isso incitaram novas manifestações tanto na Argentina como no Chile em favor da guerra.

O fato é que, tanto do lado argentino quanto do lado chileno, os dedos eram mantidos no gatilho. Desde o começo da semana, um número não revelado de navios de guerra da Marinha argentina fora deslocado para a região de Beagle para realizar “manobras de rotina”. [...] Do lado chileno, igualmente havia movimentações de tropas, manobras e concentrações junto a certos pontos estratégicos ao longo dos 5000 quilômetros de fronteiras que separam os dois países. Em meio a essa movimentação toda não faltam também, da parte argentina, rumores que a estratégia de invasão já estaria definida (VEJA, 20/12/1978, p.37).

Na parte final da RP51, *Veja* observa que Videla sempre procurou o diálogo, mas pressionado por setores “duros” das Forças Armadas, poderia sucumbir à ideia

de um enfrentamento armado.

Na semana seguinte, a edição 538, de 27/12/1978, traz a RP52, intitulada “Torneio de ameaças”, destacando que havia se intensificado a guerra verbal sobre o caso Beagle, mas, ao mesmo tempo, também haviam aumentado as pressões externas por uma solução pacífica. Em relação aos ataques verbais, a RP52 destaca:

Desta vez, diziam na sexta-feira passada fontes oficiosas em Buenos Aires, seria para valer. Esgotadas suas expectativas de ver satisfeitas pela via das negociações suas pretensões sobre o canal de Beagle, a Argentina deveria ocupar militarmente, até a meia-noite deste domingo, véspera de Natal, as estratégicas ilhas de Lennox, Picton e Nueva – na embocadura do canal de Beagle, e de acordo com o laudo arbitral internacional de abril de 1977, pertencentes ao Chile. Seria mais um blefe argentino? (VEJA, 27/12/1978, p.25).

Essa escalada de ameaças foi interrompida pela entrada na discussão de importantes atores internacionais. Segundo *Veja*, tanto os governantes da Argentina como do Chile receberam apelos do então presidente estadunidense Jimmy Carter, do papa João Paulo II, dos governos do Brasil e da Venezuela e de países membros do mercado comum europeu. Todos pediam a Videla e Pinochet para que a disputa se resolvesse por via pacífica.

A julgar pelo torneio de ameaças recíprocas, justificava-se toda a inédita preocupação internacional com o até agora considerado remoto conflito em torno de Beagle. “É hora de dizer chega”, afirmou, por exemplo, o general “duro” argentino Carlos Mason, comandante do I Exército de Buenos Aires. “Somos amantes da paz, mas bravos na guerra”, retrucava, de Santiago, o próprio Pinochet (VEJA, 27/12/1978, p.25).

Por fim, esta reportagem aponta que se cogitava a possibilidade de o papa João Paulo II servir de mediador no conflito.

O ano de 1979 inicia com a RP53, publicada na edição 539, de 03/01/1979, intitulada “Duelo nas geleiras”. *Veja* inicia a reportagem destacando o clima de guerra que estava sendo criado na Argentina.

A verdade é que a Argentina está envolta numa nova moda nacional – a preparação para a guerra. Não se fala mais em guerrilha, como até há meses. Não se fala mais em torturas. O assunto, agora, é Beagle. Ou, mais exatamente, a pendenga com o Chile em torno da posse de três ilhotas situadas no extremo sul do continente – Lennox, Picton e Nueva – e as consequentes questões do direito de passagem pelo canal de Beagle e da

jurisdição marítima na região. Liga-se a televisão e, de tempos em tempos, a voz grave de um locutor recita: “Soberania nacional argentina – vontade dos argentinos”. É a propaganda oficial em torno do problema (VEJA, RP53, 03/01/1979, p.40).

Na sequência, a RP53 faz um longo relato dos preparativos militares para a guerra, realizados na Argentina, principalmente nas regiões próximas ao canal de Beagle. Em seguida, fala também dos preparativos do Chile, observando que este país executava movimentação militar com menor intensidade, pois tinha a decisão judicial do laudo britânico a seu favor. Finalmente, *Veja* volta a fazer observações sobre a possibilidade de ataque militar da Argentina, avaliando que isso poderia ocorrer:

Nos círculos diplomáticos e militares chilenos, seja como for, é considerada como possível uma ação militar argentina. E até se aposta em datas, como já se fez no passado. Já se pensou que o ataque viria em novembro passado, quando venceu um prazo que havia sido acertado entre os dois países para resolver a pendência. Mais recentemente, falou-se que a ofensiva viria no Natal. Agora, há uma nova previsão no ar: afirma-se que a Argentina escolheria a próxima semana. [...] Mais uma vez, então, está no ar a cruel dúvida sobre se a Argentina está falando sério quando ameaça com as armas ou se está encenando um enorme blefe (VEJA, 03/01/1979, p.43).

As duas últimas reportagens sobre o conflito de Beagle tratam das tratativas para a resolução do caso mediadas pelo enviado do papa, cardeal Antonio Samore. Na primeira delas, publicada da edição 540, de 10/01/1979, com o título “Uns passinhos”, a revista relata as atividades realizadas pelo cardeal, enfatizando que tudo o que o Samore divulgara foram algumas frases otimistas a respeito do impasse entre argentinos e chilenos. A RP54 relata ainda que a mediação do cardeal estaria resultando em alguns avanços, como a retirada de tropas da zona de disputa e o retorno às negociações, interrompidas em dezembro de 1978.

Esse seria um dos resultados obtidos pelo cardeal Samore após sua incansável gestão junto aos dois governos: haveria uma reunião trilateral entre o próprio Samore e os chanceleres da Argentina, brigadeiro Carlos Pastor, e do Chile, Hernán Cubillos, num “país neutro” – ao que tudo indica, o Uruguai. O objetivo principal da reunião seria encontrar alguma forma de eliminar a tensão bélica (VEJA, 10/01/1979, p.42).

Por fim, essa reportagem destaca que o cardeal havia conseguido fazer com que a população da Argentina se mobilizasse em trono da paz e contra o conflito com o Chile.

A última reportagem que aborda o conflito foi publicada na edição 541, de 17/01/1979, com o título “A paz do cardeal”. Na RP55, *Veja* observa que naquele momento, com o afastamento de uma guerra imediata, a crise envolvendo os dois países na disputa pelo Estreito de Beagle voltava à mesa de negociações. A revista diz que o cardeal Samore conseguiu convencer os dois países a assinarem um acordo em que se comprometiam a negociar pacificamente a questão. No entanto, a RP55 avalia que esse fato não significava o fim da disputa:

Seria, enfim, o enterro da crise de Beagle? Não propriamente: quanto à parte substantiva da questão, os dois países ainda estão em busca de uma solução. No entanto, a missão do cardeal Samore – iniciada num clima de pessimismo, duas semanas antes – teve pelo menos um efeito bem claro: fez cessar as ameaças bélicas de parte a parte e afastou por hora o risco de guerra, por menor que fosse. (VEJA, 17/01/1979, p.41).

Veja analisa, finalmente, que a intermediação do enviado do papa João Paulo II representou um tímido começo de paz.

5.5.2 Argentina e Brasil

A relação entre Argentina e Brasil é tratada por *Veja* em apenas uma reportagem ao longo de todo o governo do general Videla. Nesta, publicada em 15/05/1980, na edição 610, com o título “Todos no mesmo barco”, a revista descreve inicialmente os preparativos para a visita do então presidente brasileiro João Figueiredo à Argentina. A RP73 destaca a importância da visita de Figueiredo da seguinte forma:

[...] ela marca a superação das graves divergências políticas que existiam entre os dois países e vai permitir, a médio prazo, que se tente o estabelecimento entre eles de uma aliança comercial mais efetiva (VEJA, 14/05/1980, p.32).

Em seguida observa que a condução desta nova etapa estaria a cargo do ministro da Economia da Argentina, José Martínez de Hoz, e do ministro do Planejamento do Brasil, Antonio Delfim Netto.

Os dois já se encontraram no Brasil, há pouco mais de duas semanas, e ensaiaram os entendimentos que poderão resultar na criação de uma

espécie de mercado comum entre Brasil e Argentina. Os brasileiros forneceriam mais produtos industrializados aos argentinos e estes abasteceriam o Brasil com alimentos (VEJA, 14/05/1980, p.32).

Em seguida, a RP73 descreve os problemas políticos enfrentados pelos dois países destacando as visitas do ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas à Argentina e do também ex-presidente Argentino Alejandro Lanusse ao Brasil, que agravaram as relações por apontarem o Brasil como país com pretensões à hegemonia na região. Na sequência, a reportagem aborda a agenda preparada para reunião, destacando a discussão sobre energia nuclear.

Organizou-se uma agenda carregada na qual despontam insuspeitas convergências nos campos da energia nuclear e do aproveitamento dos rios da bacia do Prata. [...] Tais acordos, num campo altamente sensível e emocional, significam um notável avanço no relacionamento dos dois países – até há pouco tempo, os setores duros das Forças Armadas argentinas só ligavam o tema da energia nuclear ao Brasil quando faziam declarações de que a melhor forma de resolver o problema de Itaipu era jogar uma bomba atômica na região (VEJA, 14/05/1980, p.33-34).

A RP73 enfatiza, ainda, alguns assuntos que permaneciam problemáticos, como a “guerra de segurança anticomunista” e às relações com Chile e Paraguai. Finalmente traz uma declaração de Martínez de Hoz em que o ministro da Economia da Argentina avalia que as economias de Argentina e Brasil podem caminhar juntas.

5.5.3 Argentina e EUA / URSS

Veja também cobriu a relação da Argentina com as duas maiores potências daquele período histórico, Estados Unidos e União Soviética. Sobre esta temática, a revista produziu seis reportagens ao longo do governo do general Videla.

Na primeira, publicada na edição 516, de 26/07/1978, intitulada “Castigo em US\$”, a revista descreve o veto do governo dos EUA a um empréstimo de cerca de 135 milhões de dólares como forma de retaliação pelas violações dos direitos humanos na Argentina.

Era a retórica, basicamente, a arma que os Estados Unidos vinham aplicando, até há pouco, contra o governo militar da Argentina – e contra a situação que faz daquele país o detentor de um dos piores recordes da atualidade em matéria de respeito aos direitos humanos (VEJA, 26/07/1978,

p.39).

Ao negar o empréstimo, o Departamento de Estado dos EUA alegou, de acordo com *Veja*:

Ao dar seu veredicto sobre se o empréstimo devia ou não ser concedido aos argentinos, o Departamento de Estado disse não, sob a alegação de que um governo que não devota o respeito devido aos direitos humanos não merece ajuda em seus negócios. Especificamente, o Departamento de Estado afirmou que continuam ocorrendo, na Argentina, fatos desagradáveis, como prisões sem processos e desaparecimentos de religiosos, líderes trabalhistas ou membros de organizações dedicadas à defesa dos direitos humanos (VEJA, 26/07/1978, p.40).

Essa questão atravessou a relação entre Argentina e Estados Unidos durante quase todo o governo Videla. O primeiro governo da ditadura civil-militar argentina coincidiu com a ascensão à presidência da República nos EUA de Jimmy Carter, presidente que ficou conhecido pela política de respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, *Veja* publica a RP75, que trata da substituição do então embaixador dos EUA na Argentina, Raul Castro. De acordo com esta reportagem, intitulada “Sai o cowboy”, publicada na edição 615, de 18/06/1980, Castro havia sido substituído em razão de sua afinidade com o regime chefiado pelo general Videla, que sofria fortes críticas do Departamento de Estado estadunidense por causa das constantes violações de direitos humanos na Argentina. Em relação aos motivos específicos pelos quais Raul Castro teria sido substituído, a RP75 destaca:

Durante os trinta meses em que permaneceu no cargo, Castro, em nenhum momento, mostrou-se favorável à política de defesa dos direitos humanos, levada por Carter à Casa Branca, e executada por Patrícia Derian, assessora do Departamento de Estado para o assunto. Essa postura, considerada por Derian como “tolerante” para como o governo do presidente Jorge Rafael Videla, revelou-se particularmente insustentável depois que Carter, em 1978, criticou abertamente o governo argentino como sendo o “campeão mundial” das violações de direitos humanos (VEJA, 18/06/1980, p.40).

A questão dos direitos humanos leva a Argentina, nesse período, a se afastar dos Estados Unidos e a iniciar uma aproximação com a União Soviética (URSS), ao menos do ponto de vista econômico. Esse processo é tratado por *Veja* na RP70, publicada em 16/01/1980, na edição 593. Com o título “Trigo e tortura”, a RP70 destaca a decisão do governo argentino de não apoiar o boicote de cereais a URSS proposto pelos EUA. Isso se deveu, num primeiro momento ao fato de que os

EUA não perdoaram a Argentina pelas violações dos direitos humanos cometidas durante o governo Videla.

Na sequencia, a reportagem descreve a reunião da cúpula do governo argentino que decidiu vender trigo à Rússia, o que corresponderia a uma vitória dos russos frente aos Estados Unidos.

[...] A aproximação como Moscou viria desembocar na decisão da semana passada. “A decisão argentina contrária ao boicote anti-soviético representa não somente um gesto de extrema sabedoria política, que fazem os dois países, num clima sem implicações ideológicas ou falsamente moralistas”, disse a VEJA o titular da Câmara de Comércio Argentino-Soviética em Buenos Aires, o engenheiro Benght Everet. O comércio entre Buenos Aires e Moscou, de fato, tem sido florescente. A União Soviética é hoje o maior comprador de cereais e carne na Argentina e o comércio entre os dois países poderá chegar logo a 1 bilhão de dólares em vista de novos contratos que estão sendo estudados (VEJA, 16/01/1980, p.44).

A consolidação da aproximação da Argentina com a União Soviética é descrita por *Veja* na RP72, de 23/04/1980, publicada na edição 607. Nesta reportagem, a revista destaca inicialmente o afastamento entre Argentina e EUA e enfatiza a aproximação com a URSS, sobretudo, no campo econômico. A RP72 descreve o cenário em que ocorria esse duplo processo:

[...] de um lado, a crescente aproximação entre Argentina e União Soviética, no campo do intercâmbio comercial e da cooperação técnica – ao mesmo tempo o esfriamento das relações com os Estados Unidos. Mesmo que não sejam insuperáveis, as rugas com os EUA servem pelo menos para pôr em relevo o longo namoro argentino-soviético, que data de 1930, mas agora promete dar casamento. A União Soviética é hoje simplesmente o maior cliente comercial da Argentina – seguida, por curiosidade, de outro país socialista, Cuba (VEJA, 23/04/1980, p.37).

Ao final da RP72, *Veja* observa que esse intercâmbio estendia-se também no campo político, com a negativa da Argentina em boicotar os jogos olímpicos que ocorreriam naquele ano em Moscou, contrariando mais uma vez os Estados Unidos. Na cultura, a relação entre argentinos e soviéticos também rendia frutos, com a maciça entrada de filmes russos. Isso, de acordo com a revista, carregava um inexplicável paradoxo:

No fundo de tudo isso, entretanto, continua intacto um paradoxo fundamental. O anticomunismo do regime argentino é um dos mais ferozes que se tem notícia. Milhares de cidadãos, ali, perderam a vida, foram presos e tiveram de emigrar por se engajarem na militância de esquerda. E é praticamente impensável que qualquer pessoa, fora do governo, possa

sustentar em público que existam aspectos positivos no regime soviético (VEJA, 23/04/1980, p.38).

Por fim, a última reportagem que trata das relações da Argentina com EUA e URSS trata de uma nova aproximação entre argentinos e estadunidenses. Publicada na edição 655, do dia 25/03/1981, com o título “Viola abre as portas”, a RP80 afirma logo na linha de apoio que a Argentina passa a ser um aliado de peso dos Estados Unidos de Ronald Reagan no continente. Naquele momento, Reagan substituíra Carter na presidência dos EUA, e Viola se preparava para suceder Videla no governo argentino. Com essa mudança na conjuntura política da região, Viola resolveu fazer uma visita aos Estados Unidos, descrita por *Veja* da seguinte forma.

A menos de quinze dias de sua posse, marcada para este domingo, dia 29, Viola fez as malas e despachou-se para os EUA, em busca de algo que durante o governo do presidente Jimmy Carter teria sido impensável: o apoio americano ao regime da Argentina. [...] O sucesso de Viola foi estrondoso: ao se despedir, levava em sua bagagem um formidável pacote de compromissos que, na prática, pode transformar a Argentina num dos maiores aliados dos Estados Unidos na América Latina (VEJA, 25/03/1981, p.35).

Com a exposição das temáticas relacionadas à categoria “Relações internacionais” encerramos a análise das reportagens publicadas por *Veja* durante o primeiro governo da ditadura civil-militar da Argentina.

Na parte final desta dissertação, tecemos algumas considerações finais sobre este trabalho. Tendo por base a mediação entre as teorias expostas nos capítulos iniciais, com a análise do material empírico realizada neste capítulo, procuramos resgatar as possibilidades e os limites de o jornalismo constituir-se uma forma de produção de conhecimento e, principalmente, constituir-se como produtor de uma história do imediato, um processo ligado ao próprio tempo que está narrando e descrevendo.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas breves considerações finais sobre este trabalho, pretendemos resgatar a totalidade da pesquisa, procurando demonstrar as aproximações entre o trabalho empírico exposto no capítulo cinco e a teoria, que subsidiou a pesquisa, desenvolvida no capítulo dois, tendo como mediação a contextualização histórica descrita no capítulo três e o método exposto no quarto capítulo. Consideramos importante salientar que aqui não propomos um fechamento deste trabalho, no sentido de afirmar que esteja acabado. Acreditamos que esta pesquisa se coloca em movimento, sobretudo, por partir da análise da particularidade da forma como *Veja* apresentou os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. Metodologicamente, nestas notas conclusivas procuramos inicialmente fazer um resgate de cada capítulo relacionando-os com os objetivos propostos na introdução. Em seguida traçamos as relações do capítulo “teórico” com a empiria, buscando demonstrar quais foram os resultados desta pesquisa.

Iniciamos a abordagem observando que no capítulo dois, *Debate Teórico: Conhecimento e Acontecimento como mediadores entre os campos do Jornalismo e da História*, trabalhamos inicialmente com as formulações de Adelmo Genro Filho (1987) e de Eduardo Meditsch (1997; 2010), postulando que o jornalismo pode constituir-se como uma forma de produção de conhecimento. Enfatizamos, com base nesses autores, que o conhecimento produzido pelo jornalismo se diferencia daquele produzido pela ciência. Essa diferença se evidencia, fundamentalmente, em dois pontos: primeiro, no fato de que o jornalismo tem como cerne de sua produção a abordagem dos fenômenos e acontecimentos sociais a partir da categoria filosófica do singular; segundo, porque o conhecimento produzido pelo jornalismo é carregado de uma espécie de poder simbólico (BOURDIEU, 1989), que permite ao jornalismo ter influência sobre os acontecimentos ou na visão que se tem dos acontecimentos e, em última instância, contribuir para a forma como se organiza a sociedade.

Em seguida, procuramos discutir o jornalismo na perspectiva da teoria do acontecimento. Com isso, buscamos a partir de Charaudeau (2007), Quéré (2005), Nora (1977) e Rodrigues (1993) definir o acontecimento social e o acontecimento jornalístico. A nossa preocupação foi demonstrar que há uma diferença entre esses tipos de acontecimento, sendo o acontecimento jornalístico constituído pelo recorte

que o jornalista ou o veículo de comunicação faz do acontecimento social. Salientamos, nesta parte do capítulo dois, que a ditadura civil-militar argentina se constitui como um dos acontecimentos sociais de grande relevância no cenário político e militar da América Latina nos anos 1970 e 1980. Também destacamos que a forma como a revista *Veja* abordou esses acontecimentos sociais relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina constitui a elaboração, por parte da revista, de acontecimentos jornalísticos.

Na terceira parte deste capítulo, tratamos do conceito de história imediata. Subsidiados pela teoria de Lacouture (1998), procuramos fazer a relação deste tipo de produção histórica com a comunicação e o jornalismo. A hipótese desenvolvida na parte final do capítulo foi a de que o jornalismo pode produzir uma forma de conhecimento histórico a partir da abordagem que realiza dos acontecimentos sociais. Defendemos, portanto, que as reportagens da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina podem ser tratadas como produção de conhecimento histórico, realizado praticamente no mesmo instante da ocorrência do acontecimento.

Com isso, ao concluirmos o capítulo dois, acreditamos ter atingido os dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa, a saber: (a) *realizar um debate no campo teórico sobre a possibilidade de o jornalismo constituir-se como uma forma de conhecimento*; (b) *distinguir e analisar os conceitos de acontecimento social, acontecimento jornalístico e história imediata*.

No capítulo três, *O contexto sóciopolítico da Argentina e a revista Veja em tempos de ditaduras civil-militares*, historicizamos, por meio de uma revisão bibliográfica, como se deu o advento das ditaduras civil-militares na América Latina. Inicialmente, realizamos uma descrição do que a historiografia convencionou chamar de ditaduras civil-militares de Segurança Nacional. Constatamos que essas ditaduras fundamentaram suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional e no pensamento econômico neoliberal e utilizaram, sobretudo, o terrorismo de Estado como forma de impor a sua ideologia e concepção de mundo, que propagandeava a ideia da necessidade de combater um suposto “inimigo interno” perigoso e a serviço do comunismo internacional. Essas ditaduras se colocaram como fiéis defensoras e, em alguns casos, como o Chile, como a última alternativa na busca pela manutenção do *status quo* capitalista. O resultado disso foi inúmeras perseguições, prisões, torturas

e mortes de civis que se colocavam em posição contrária a esse pensamento e defendiam outra forma de organização social.

Após descrevermos as ditaduras civil-militares de Segurança Nacional de forma ampla, trabalhamos brevemente com a especificidade de duas das mais importantes experiências dessas formas de governo, a brasileira e a chilena. Por fim, expomos, de forma detalhada, a abordagem historiográfica sobre a ditadura civil-militar argentina que governou o país entre os anos de 1976 e 1983. Para isso, fizemos um breve resgate da experiência militar imediatamente anterior, a ditadura de 1966-1973, enfatizando que esse regime se constituiu como uma espécie de ensaio autoritário para o período 1976-1983. Também destacamos que no período anterior ao golpe de 1976, o fato mais significativo foi o retorno do exílio e volta ao poder de Juan Domingo Perón. Não menos importante que o retorno de Perón, foram as grandes lutas desencadeadas pelo proletariado e pelo movimento estudantil, do qual o *Cordobazo*, em 1969, foi o movimento mais significativo.

No período 1976-1983, destacamos a violência com que a Junta Militar comanda por Jorge Rafael Videla perseguiu seus opositores e o desastroso projeto econômico que acabou por estagnar e, na sequência, provocar um elevado nível de recessão na economia argentina. Ao finalizar esta seção do capítulo, descrevemos o início do processo de democratização na Argentina sob o governo civil de Raúl Alfonsín. Este governo, no entanto, não obteve êxito no controle da crise econômica e sofreu embates com os militares, que não reconheciam as atrocidades cometidas no período em que estiveram no governo, negando que tivessem de ser julgados pelos crimes cometidos.

Com esta descrição, cumprimos o terceiro objetivo específico desta dissertação: (c) *historicizar o acontecimento ditadura civil-militar argentina e analisar o seu primeiro governo à luz do método Materialista Histórico-Dialético*, sobretudo porque consideramos a categoria de historicidade, ao lado da categoria de contradição, duas das mais importantes categorias deste método.

Ainda neste capítulo, discorreremos sobre a revista *Veja* no período em que realizou a cobertura dos acontecimentos ligados à ditadura civil-militar argentina, destacando que a própria revista realizava o seu trabalho sob uma ditadura civil-militar, a brasileira. A ênfase nesta parte final do capítulo não esteve na relação da revista com a ditadura brasileira e as possíveis sanções que possa ter sofrido.

Destacamos, principalmente, o posicionamento político da revista, filiado a uma perspectiva de pensamento liberal. Isso se deveu ao fato de que acreditamos que essa forma de pensamento teve grande importância na cobertura realizada por *Veja* sobre os acontecimentos relacionados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina.

No quarto capítulo, *A questão do método e da metodologia*, expomos o método e a metodologia que orientam este trabalho. Inicialmente reiteramos a ideia de que há uma distinção entre método e metodologia. O primeiro, cabe novamente ressaltar, está diretamente ligado à concepção de mundo, às crenças e ideologias do pesquisador. A metodologia, por sua vez, constitui-se como instrumento de pesquisa que pode ser utilizado independentemente do método ao qual o pesquisador está filiado.

Dessa forma, expomos o método Materialista Histórico-Dialético, ao qual nos filiamos e do qual partimos para a realização da pesquisa. Sinteticamente é possível definir esse método como aquele que parte do abstrato e vai até o concreto. Nas palavras de Kosik (1976), “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’”. O método Materialista Histórico-Dialético parte da aparência e vai em busca da essência. De acordo com Marx (2007), realiza o movimento do abstrato ao concreto, percebendo o concreto como síntese de múltiplas determinações (Marx, 2007).

Também neste capítulo descrevemos a metodologia, enquanto instrumento utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa. No caso deste trabalho, a metodologia articuladora foi a Análise de Conteúdo, sendo auxiliada pela Pesquisa Teórica ou Bibliográfica, o que possibilitou a análise do material empírico – as reportagens da revista *Veja* sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina – assim como a revisão bibliográfica das teorias do jornalismo e do acontecimento que subsidiaram a pesquisa.

Acreditamos que a Análise de Conteúdo articulada ao método Materialista Histórico-Dialético nos deu condições de averiguar como os acontecimentos sociais do primeiro governo da ditadura civil-militar argentina foram apreendidos como acontecimentos jornalísticos pela revista *Veja* e como esta fez com que o relato desses acontecimentos para seu público se configurasse uma forma de produção de conhecimento de uma história imediata.

Essa análise foi realizada no capítulo cinco, *A cobertura de Veja sobre os acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina*, quando averiguamos o percurso traçado pela revista para relatar os acontecimentos daquele período. Constatamos que, do ponto de vista quantitativo, a cobertura sobre a Argentina nesse período correspondeu a 31%, ou seja, em praticamente um terço das edições da revista no período em análise (março de 1976 – abril de 1981) havia uma reportagem sobre o país. Quase 15% destas ocorrências corresponderam a reportagens principais da editoria “Internacional” da revista.

Partindo do pressuposto de que o jornalismo pode constituir-se como uma forma de produção de conhecimento de uma história do tempo imediato, essa produção histórica de *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil militar passou pela ênfase em quatro temáticas centrais: (a) Militares no poder; (b) Violência; (c) Disputa interna e (d) Relações internacionais. Identificamos que todas os temas que apareceram nas reportagens ao longo da cobertura do governo chefiado pelo general Videla tinham relação com uma dessas temáticas centrais, que sendo foram dispostos da seguinte forma:

Tabela 16: Temáticas e temas das reportagens

Temática	Tema das Reportagens
Militares no poder	Golpe
	Medidas do governo militar
	O caso Isabelita Perón
	Redemocratização
	Crise econômica/social
	Sucessão presidencial
Violência	Violência Geral
	“Terrorismo de direita”
	“Terrorismo de esquerda”
	Repressão
Disputa Interna	Disputa: “moderados” x “linha dura”
	Disputa: Videla x Massera
	Disputa: “moderados” x “linha dura” / Disputa: Videla x Massera
Relações internacionais	Argentina e Chile
	Argentina e Brasil
	Argentina e EUA / URSS

Com isso, acreditamos ter cumprido o quarto objetivo específico deste trabalho: (d) *identificar as temáticas centrais das reportagens de Veja sobre o acontecimento analisado.*

Na segunda parte do capítulo, em que realizamos uma abordagem qualitativa, acreditamos que, mesmo sendo uma elaboração um tanto descritiva, conseguimos apontar elementos para, ao menos, sustentar um debate sobre a produção jornalística enquanto história imediata, contada simultânea ou concomitantemente à ocorrência dos acontecimentos. Mas há um elemento na cobertura da revista *Veja* que, num primeiro momento, pode não ser percebido: a condução da cobertura sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, comandada pelo general Jorge Rafael Videla, foi mediada por uma forma de concepção da realidade originada na tradição liberal de pensamento. Aqui nos parece que está a consecução do quinto objetivo específico desta dissertação: (e) *averiguar, por meio do método dialético de matriz marxiana, a relação entre essência e aparência na abordagem realizada pela revista Veja sobre os acontecimentos ligados ao primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. Vejamos mais de perto esta questão:*

Sem pretendermos realizar uma exegese do liberalismo, consideramos importante traçar uma breve definição do pensamento liberal, sobretudo, no que diz respeito à organização do Estado. Conforme Bobbio (2000), por liberalismo é possível entender uma determinada concepção de Estado em que este possui poderes e funções limitadas, contrapondo-se tanto ao Estado absoluto quanto a uma forma de Estado social. Este autor indica que, de acordo com o pensamento liberal, a organização do Estado é composta de duas limitações, a de seu poder e a de suas funções, embora, em alguns casos, essas limitações possam ser tratadas separadamente, uma excluindo a outra.

O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado tanto com respeito aos seus poderes quanto às suas funções. A noção corrente que serve para representar o primeiro é *Estado de direito*; a noção corrente para representar o segundo é o *Estado mínimo*. Embora o liberalismo conceba o Estado tanto como Estado de direito quanto como Estado mínimo pode ocorrer um Estado de direito que não seja mínimo (por exemplo, o Estado social contemporâneo) e pode também conceber um Estado mínimo que não seja de direito (tal como, como respeito à esfera econômica, o Leviatã hobbesiano, que é ao mesmo tempo absoluto no mais pleno sentido da palavra e liberal em economia). Enquanto o Estado de direito se contrapõe ao Estado absoluto entendido com *legibus solutus*, o Estado mínimo se contrapõe ao Estado máximo: deve-se, então, dizer que o Estado liberal se afirma na luta contra o Estado absoluto em defesa do Estado de direito e contra o Estado máximo em defesa do Estado mínimo, ainda que nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam histórica e praticamente (BOBBIO, 2000, p.17-18).

Filosoficamente, Bobbio avalia que o Estado liberal está circunscrito à doutrina dos direitos do homem elaborada pela escola de direito natural, o jusnaturalismo. Esta doutrina postula, de acordo com o autor italiano, que todos os homens indiscriminadamente têm, por natureza, direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade, independentemente de sua própria vontade, da vontade de um grupo ou de um indivíduo. O Estado deve respeitar esses direitos e, portanto, protegê-los contra toda possível invasão por parte dos outros.

Por fim, o liberalismo se caracteriza na ação política pela representação. De acordo com Matteucci (1998), o liberalismo, ao nível da organização social e constitucional da convivência, sempre estimulou, como instrumentos de inovação e transformação social, as instituições representativas. Neste cenário, as pessoas têm certa liberdade política, mediante a participação indireta na vida política, tendo o governo responsabilidades diante dos eleitores. Conforme este autor, a doutrina liberal também prima pela autonomia da sociedade civil, do mercado e da opinião pública no interior do Estado, não sendo estas instâncias diretamente governadas por ele.

Percebemos que a sustentação do pensamento liberal se materializa ao longo de toda a cobertura de *Veja* sobre o primeiro governo da ditadura civil-militar argentina. Em alguns momentos, a defesa do liberalismo está contraditoriamente relacionada à defesa que a revista faz do governo Videla, sustentando sempre a ideia de que aquele general era um “moderado”, que a intervenção militar foi necessária para afastar a Argentina do caos em que vivia e que a sequência do processo de reestruturação do país envolvia, entre outros fatores, uma forte disciplina, como descreve este trecho da RP1, já comentado no capítulo de análise.

Sem dúvida, para solucionar os problemas acumulados desse país à deriva, imerso numa aluvião de violência que fez 1400 mortos nos últimos três anos, desordem social, desagregação política e angústia generalizada de seus quase 25 milhões de habitantes, as Forças Armadas necessitarão impor a si mesmas e aos demais argentinos uma verdadeira disciplina de guerra (VEJA, 31/03/1976, p.29).

A intervenção da força militar, portanto, era vista como solução para o caos em que se encontrava o país. Para *Veja*, caos era sinônimo de desorganização social e desorganização das instituições políticas. O caos poderia representar a

falência do projeto populista do peronismo e, por consequência, do projeto de conciliação de classes e, portanto, um sinal ainda incipiente de acirramento da luta de classes. Esse caos, para *Veja*, era o rompimento definitivo com uma concepção liberal de organização do Estado e da sociedade. Por isso, a necessidade da intervenção dos militares se tornava urgente, na concepção da revista.

Ao defender o projeto de reestruturação, *Veja* se coloca em defesa do governo Videla, que seria “um homem moderado, empenhado em promover a abertura do regime, mas de maneira segura e, sobretudo, lenta”. O projeto desse governo, para a revista, se resumia em reestruturar a economia, livrar o país da violência de grupos armados, sobretudo de esquerda, e encaminhar a Argentina para o Estado de direito. No entanto, isso não ocorrera até aquele momento devido à ação de grupos militares que resistiam à devolução do país a uma democracia. É importante ressaltar que Videla, como ficou evidente no capítulo três, apresentava todas as características dos militares ditadores, agia como agiram os mais proeminentes ditadores da América Latina, como Médici no Brasil e Pinochet no Chile. Mas, para *Veja*, Videla representava uma proposta liberal e num processo quase tautológico a cobertura da revista precisava defender o ditador. Ora, a tautologia se manifestava da seguinte forma: se Videla é um liberal – pretende fazer a Argentina voltar a uma democracia liberal – nós (revista *Veja*), enquanto veículo de comunicação liberal, precisamos defender Videla, que é um liberal. Essa defesa pode ser exemplificada nesta passagem da RP17:

De fato, logo após assumir o poder, após o golpe militar de 24 de março do ano passado, Videla manifestou a disposição de encaminhar a Argentina para o estado de direito. Nestes onze meses, sua vontade – ou, mais exatamente, a da corrente “moderada” das Forças Armadas por ele representada – teria esbarrado sempre na resistência de setores mais radicais, contrários a qualquer tipo de abertura. Ao comprometer-se a normalizar os sindicatos, Videla estaria demonstrando sentir-se suficientemente forte para dar um passo em direção à democracia (VEJA, 02/03/1977, p.43).

Ao longo de todas as reportagens que tratam do tema “redemocratização”, essa postura liberal fica evidente, sobretudo, na esperança de que a ditadura civil-militar argentina fosse apenas um *intermezzo* entre o “caos” instalado pelo governo peronista de Isabelita Perón, que poderia possibilitar o acirramento da luta de classes, e o Estado democrático de direito, futuro necessário, que seria alcançado

num curto prazo. Na cobertura das outras temáticas também é possível perceber a mesma postura. Em relação à violência, *Veja* defende a necessidade de impedir a atividade de grupos armados, principalmente de extrema esquerda. Em relação ao conflito entre os governos argentino e chileno pelo canal de Beagle, embora chame constantemente a atenção para a possibilidade de guerra entre os dois países, a postura da revista é sempre colocada na esperança de que a disputa se resolva no campo diplomático e do direito internacional.

É verdade que podemos observar em alguns momentos, como no caso da repressão e da violação dos direitos humanos, ou até mesmo da tendência bélica demonstrada pela Argentina no caso de Beagle, que a revista tece críticas ao governo Videla. No entanto, essas críticas não extrapolam a posição defendida pela revista, pois quando o governo argentino atenta fortemente contra os direitos humanos está atentando contra um dos pilares do direito liberal, ou quando pretende resolver um conflito por meio da guerra, também esta se colocando na contramão do direito liberal internacional. Nesse cenário, nada seria mais óbvio do que *Veja* fazer críticas a esses posicionamentos do governo argentino.

Como síntese final deste trabalho, consideramos importante ressaltar que a cobertura da revista *Veja* pode ser considerada como uma produção de conhecimento histórico do imediato no momento em que, a partir da singularidade dos acontecimentos sociais que ocorreram no primeiro governo da ditadura civil-militar argentina, tornou-os acontecimentos jornalísticos. Em outras palavras, o jornalismo realizado por *Veja* configura-se como a produção de um conhecimento através da ênfase no singular contido em cada acontecimento. Com isso, produz uma forma de história, contada quase concomitantemente à ocorrência do acontecimento.

No entanto, esta é apenas a forma como o jornalismo de *Veja* naquele período se constitui na aparência. Sabemos que, do ponto de vista da dialética marxiana, a aparência é o ponto inicial em que o fenômeno social se apresenta. Por certo ela tem importância na constituição do próprio fenômeno. Nesse sentido, afirmar a importância da produção de conhecimento histórico do imediato que a cobertura de *Veja* proporciona permanece relevante, mas apenas isso é limitador.

Para além da aparência, a essência da abordagem das reportagens de *Veja* sobre o governo do general Jorge Rafael Videla é a defesa da forma de pensamento

e da estruturação do Estado e da sociedade subjacentes. Consideramos que é por meio do poder simbólico que a cobertura de *Veja* defende o projeto liberal para sociedade argentina, no sentido de construir uma ideia de que, passado o caos do populismo peronista e enfrentado o momento de reestruturação social, econômica e política, a Argentina estaria pronta para voltar a figurar no cenário mundial como uma democracia liberal fundamentada em um Estado de direito.

Como salientamos no início destas breves considerações, não temos a pretensão de afirmar que o que aqui está posto tenha uma condição de finitude. Consideramos a pesquisa um processo dialético passivo de negação e de negação da negação, sendo, portanto, um processo que está em constante movimento. Dessa forma, acreditamos que este trabalho elabora muito mais hipóteses do que conclusões, hipóteses que podem ser fecundas para a sequência da pesquisa em jornalismo, mas que também podem vir a ser refutadas, ou seja, negadas, num processo de constante negação da negação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ANTUNES, Elton. **Temporalidade e produção do Acontecimento jornalístico**. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, jan/jun 2007.

_____. **Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico**. Revista Contemporânea, Vol. 6. nº 1. Jun. 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

AZAMBUJA, Péricles. **Falkland ou Mavinas: o arquipélago contestado**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

BABO-LANÇA, Isabel. **Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional**. Conferência de abertura do I Colóquio de Imagem e Sociabilidade. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BARBOSA, Marialva. **O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura**. In: Semiosfera – Revista de Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro, volume 2, número 1, maio de 2002. Disponível em: <http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera02/organizacao/txtsoc1.htm>. Acesso em 29 de Maio de 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p.121-142.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. **Tipologias do acontecimento jornalístico**. SBPJor – VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: USP, novembro de 2009.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento:**

mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p.121-142.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma ciência reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. O Poder Simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992. p.327-348.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUVEL, Lucrecia Escudero. **Malvinas: El gran relato.** Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente.** Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 07-37.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina.** São Paulo: Contexto, 2001.

CUEVA, Agustín. **Teoria social y procesos políticos en América Latina.** México: Edicol, 1979.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina.** 4ª ed. São Paulo: Global, 2009.

FONSECA JÚNIOR, Wilson C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS,

A.(orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FONTANA, Andrés. **De la crisis de Malvinas a la subordinación condicionada: conflictos intramilitares y transición política en Argentina**. Working Paper #74 – Agosto de 1986. Disponível em: <http://nd.edu/~kellogg/publications/workingpapers/WPS/074.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2011.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Porto Alegre; Editora Tchê, 1987.

HERSCOVITZ, Heloiza G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido: teoría e práctica**. Barcelona: Paidós, 1990.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.215-240. 4ª Edição.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da econômica política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **O Capital: Crítica da econômica política**. Livro Primeiro – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, 26ª ed.

_____. **O Capital: Crítica da econômica política**. Livro Terceiro – o processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. As lutas de classes na França – 1848 a 1950. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. Volume 2.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. Volume 2.

_____. A Guerra Civil na França. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008c. Volume 2.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; Matteucci, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Orgs.). **Dicionário de política I**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo como forma de conhecimento?** Conferência proferida nos cursos de verão da Arrábida, Portugal, setembro de 1997. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 23/12/2011.

_____. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. (orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p.19-42.

MIX Miguel Rojas. La ditadura en Chile e América Latina. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.11-25.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques. **Fazer História 1: novos problemas**. São Paulo: Bertrand, 1977.

O'DONELL, Guillermo. **Contraponto: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1986.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1984) terror e Estado e Segurança Nacional. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.45-77.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. Volume 2.

QUERÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. In: Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 6, 2005, p. 59-76.

REBELO, José. **Apresentação**. In: Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 6, 2005, p. 55-58.

_____. **Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento**. In: Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, nº 8-9, 2006, p. 17-27.

ROCHA, Francisco H. L. da. **A guerra do Atlântico Sul: Reino Unido X Argentina**. Teresina: Sem Editora, 1985.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na Américas Latina**. São Paulo: Polis, 1982.

SILVEIRA, Caren Santos da. **A construção do sujeito representativo da oposição liberal nas páginas da revista Veja (1979-1988)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS, 2010.

THOMPSON, John. **A mídia e a Modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **Ideologia e Cultura Moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

_____. **O Escândalo Político: poder e visibilidade na era da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

VILLALTA, Daniela. **O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira**. Salvador: INTERCOM, 2002.

WASSERMAN, Claudia. O império da Segurança Nacional: o golpe militar de 1964 no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A.B. (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p.27-44.

Anexos

Reportagens de *Veja* sobre a Argentina publicadas entre os anos de 1976-1981

... de ...

Entre otros temas, a través de un informe de prensa, se ha informado de la situación de los militares que se encuentran en el extranjero, en el momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile. También se menciona al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

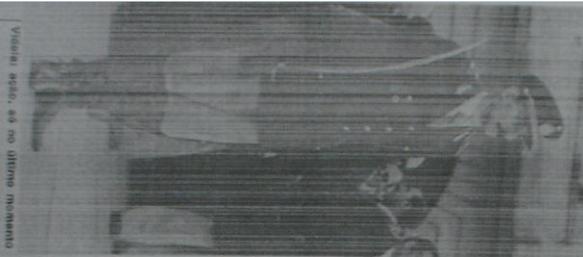
Otro aspecto de interés es el relacionado con el proceso de desmovilización de las Fuerzas Armadas. Se menciona que se están realizando esfuerzos para facilitar el regreso de los militares a sus hogares, así como para brindarles apoyo psicológico y social.

Jorge Videla: 'El Facón' Um profesional

Cierta vez, en marzo de 1982, alguien me preguntó qué opinaba de la figura de Jorge Videla. Le dije que era un profesional. Él me miró con una sonrisa y me dijo: "Certo, que es un profesional. Pero ¿qué es un profesional?" Le dije que era alguien que cumple con su deber, que trabaja duro y que es honesto. Él me miró con una sonrisa y me dijo: "Certo, que es un profesional. Pero ¿qué es un profesional?"

En esta ocasión, el periodista me preguntó si creía que Videla era un profesional. Le dije que sí, que era un profesional. Él me miró con una sonrisa y me dijo: "Certo, que es un profesional. Pero ¿qué es un profesional?" Le dije que era alguien que cumple con su deber, que trabaja duro y que es honesto.

MECA 31 DE JUNIO, 1982



Videla agita, en su último momento

ambos períodos presidenciales a fines de agosto del momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

Entre otros temas, a través de un informe de prensa, se ha informado de la situación de los militares que se encuentran en el extranjero, en el momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

Otro aspecto de interés es el relacionado con el proceso de desmovilización de las Fuerzas Armadas. Se menciona que se están realizando esfuerzos para facilitar el regreso de los militares a sus hogares, así como para brindarles apoyo psicológico y social.

El Facón Um profesional

Cierta vez, en marzo de 1982, alguien me preguntó qué opinaba de la figura de Jorge Videla. Le dije que era un profesional. Él me miró con una sonrisa y me dijo: "Certo, que es un profesional. Pero ¿qué es un profesional?" Le dije que era alguien que cumple con su deber, que trabaja duro y que es honesto.

MECA 31 DE JUNIO, 1982



Un día de protesta en la plaza de Mayo

Entre otros temas, a través de un informe de prensa, se ha informado de la situación de los militares que se encuentran en el extranjero, en el momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

Otro aspecto de interés es el relacionado con el proceso de desmovilización de las Fuerzas Armadas. Se menciona que se están realizando esfuerzos para facilitar el regreso de los militares a sus hogares, así como para brindarles apoyo psicológico y social.

Entre otros temas, a través de un informe de prensa, se ha informado de la situación de los militares que se encuentran en el extranjero, en el momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

Otro aspecto de interés es el relacionado con el proceso de desmovilización de las Fuerzas Armadas. Se menciona que se están realizando esfuerzos para facilitar el regreso de los militares a sus hogares, así como para brindarles apoyo psicológico y social.

Entre otros temas, a través de un informe de prensa, se ha informado de la situación de los militares que se encuentran en el extranjero, en el momento en que se están preparando para volver a su país. Entre ellos se menciona al general Miguel Ángel Rodríguez, quien se encuentra en España, y al general Juan Carlos Rodríguez, quien se encuentra en Chile.

MECA 31 DE JUNIO, 1982



Cabina de pilotagem do helicóptero. O helicóptero foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Exercício de voo do helicóptero 43

Os partidos tradicionais, as esquadras por combaterem também em nome da justiça social... A maioria dos congressistas... o Partido Nacional de O'Connell, Carlos Romero, que acaba em outubro com as eleições...

Para esquecer ainda mais as pretensões... a esquerda... a direita... a maioria dos congressistas...

Exercício de voo do helicóptero 43. Na manhã de ontem, o helicóptero... o helicóptero... o helicóptero...

religiosa de libertador Simón Bolívar... Na época, o Exército argentino...

Na época, o Exército argentino... o Exército argentino... o Exército argentino...

Na época, o Exército argentino... o Exército argentino... o Exército argentino...

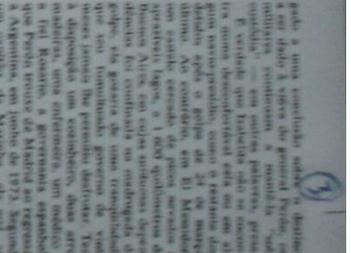
Na época, o Exército argentino... o Exército argentino... o Exército argentino...

"Diferença" — Catorze mil, o... A maioria dos congressistas...

A maioria dos congressistas... o Exército argentino... o Exército argentino...

A maioria dos congressistas... o Exército argentino... o Exército argentino...

A maioria dos congressistas... o Exército argentino... o Exército argentino...



Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.



Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.



Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.



Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

Um satélite exclusivo. O satélite foi desenvolvido pelo Exército Argentino.

MILITARES NO PODER 3-101

ARGENTINA / 1976

VEJA 28 DE ABRIL 1976

RP4: Sob a superfície (Ed. 402 – 19/05/1976)

ARGENTINA

Sob a superfície

Desde o golpe militar que no último dia 24 de março derrubou a presidente Isabelita Perón, a Argentina vem gerando o debate sobre a natureza e o caráter dos seus destinos militares e civis...



Policial abatido pelo terrorismo de esquerda, em ritmo crescente...

Atualmente não há uma guerra, os serviços de inteligência não têm sido capazes de detectar...

Além disso, na medida em que a segurança da nação não está em jogo, os serviços de inteligência não têm sido capazes de detectar...

Na esteira — O general Miguel Inguez seria o líder de fato, recentemente, pois ainda há duas semanas participou de uma reunião de oficiais da reserva com o chefe das Forças Armadas...

ALLEMÂNIA

Suicídio e dúvidas

Alguém que não se amira, morre sozinho. Este é o caso de Udo Lyotz, um dos líderes da esquerda radical...

VEJA, 18 DE MAIO, 1976

ARGENTINA

Fora de controle

Apesar de o poder na Argentina, os militares mantiveram a disposição de não intervir no país, mantendo suas mãos limpas em relação a qualquer intervenção...



Videla: "O monopólio é do Estado"

Em El Salvador, o governo presidido pelo coronel Arturo Armando Molina afirmou que não morrerá, será derrotado...

VEJA, 28 DE MAIO, 1976

RP5: Fora de controle (Ed. 403 – 26/05/1976)

ARGENTINA

Fora de controle

Apesar de o poder na Argentina, os militares mantiveram a disposição de não intervir no país, mantendo suas mãos limpas em relação a qualquer intervenção...



Videla: "O monopólio é do Estado"

Em El Salvador, o governo presidido pelo coronel Arturo Armando Molina afirmou que não morrerá, será derrotado...

Para eles, não haverá sentido em aceitar a advertência de Videla de que, em benefício da imagem externa da Argentina, não deveria ocorrer o assassinato...

VEJA, 28 DE MAIO, 1976

RP6: A morte de Torres (Ed. 405 - 09/06/1976)



A morte de Torres

Porque depois disso é a hora da saída da... A morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...



Muito e nada... OEA... Muito e nada... OEA...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

...a morte de Torres, a morte de Torres... a morte de Torres, a morte de Torres...

RP7: A ré Isabelita (Ed. 406 - 16/06/1976)

continuada de página 38

o presidente se absteve que todos os...
Novoeste acabam que se resistem por...

"Agrade do povo" - Ante esta antec...
Barras, depois de renunciar a sua o...

Ao mesmo tempo, impu da Exército...
escrutar todos as miras do país, depis...

Barras não explicou qual é esse indi...
se não quando será aplicado. De qual...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

ARRENTINA

A ré Isabelita

U. Arriaga é un dabo pola militancia...
de governo. E o presidente María Prats...



habebrin con o advogado de Perón...
gestione se largarían en conseqüen...
do vulto de hibernar-se ás costas de...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

na para Buenos Aires, para estudar...
documentos, e porque já tem experiência...

Alta dignidade, a mulher, com a sua...
tudo e adquire "o cargo" somente...

Para convencer - Na verdade, a B...
do decessos de argentinos que foram...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

continuada de página 38

o presidente se absteve que todos os...
Novoeste acabam que se resistem por...

"Agrade do povo" - Ante esta antec...
Barras, depois de renunciar a sua o...

Ao mesmo tempo, impu da Exército...
escrutar todos as miras do país, depis...

Barras não explicou qual é esse indi...
se não quando será aplicado. De qual...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

FRANÇA

O caso Ceccaldi

As Barras e Dasso, oficiais francos...
do ditado da 8 de maio, um domingo...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

continuada de página 38

o presidente se absteve que todos os...
Novoeste acabam que se resistem por...

"Agrade do povo" - Ante esta antec...
Barras, depois de renunciar a sua o...

Ao mesmo tempo, impu da Exército...
escrutar todos as miras do país, depis...

Barras não explicou qual é esse indi...
se não quando será aplicado. De qual...

Experimenta - Satisfacção, ent...
quando o juiz federal Nino García Ma...

ARGENTINA

Uma vida difícil

No longo da última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior...

hadas. Das oito mais tarde, 25 edas... viviam sob a proteção hecica da ONU...

Shirazjo legal — A vida nunca foi... propiamente legal para os imigrantes...

Na Direccón: muitas formalidades



Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Um refugiado relata seu sequestro

Na dia 23 de junho, Pedro Mora... de 36 anos, dos refugiados equia-

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

Na última tria, décadas atrás, pesou sobre de uma vida melior... de 1970, quando se criou o Conselho...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

Imigrantes perseguidos sem garantias

Proletos de viagem — Como a milia... da dos imigrantes é paupérrima e não...

Proletos de viagem — Como a milia... da dos imigrantes é paupérrima e não...

Proletos de viagem — Como a milia... da dos imigrantes é paupérrima e não...

Proletos de viagem — Como a milia... da dos imigrantes é paupérrima e não...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

de sequestro, com o medo de sequer... de sequestro, com o medo de sequer...

RP11: Quinta coluna (Ed. 409 - 07/07/1976)

...do governo de Videla no combate ao terrorismo

INTERNACIONAL

Quinta-coluna

O relatório da Polícia Federal argentina, no contexto de Buenos Aires, aponta um dos centros de atividade mais bem articulados do país, situado no setor norte da Superintendência de Seguridad Federal, onde são recolhidos todos os dados pessoais de milhares de argentinos, argentinos e estrangeiros, bem como de cidadãos de outros países.

Este sistema, que inclui um banco de dados de cerca de 20 milhões de nomes, está sob o controle de um grupo de oficiais da Polícia Federal, sob o comando de Juan José Rodríguez, chefe do departamento de Identificación y Registro. Este grupo também inclui a Sección de Datos Personales, sob o comando de Juan José Rodríguez, e a Sección de Datos de Extranjeros, sob o comando de Juan José Rodríguez.

Segundo revelou a VEA, um sistema de dados de 20 milhões de nomes, está sob o controle de um grupo de oficiais da Polícia Federal, sob o comando de Juan José Rodríguez, chefe do departamento de Identificación y Registro. Este grupo também inclui a Sección de Datos Personales, sob o comando de Juan José Rodríguez, e a Sección de Datos de Extranjeros, sob o comando de Juan José Rodríguez.

...do governo de Videla no combate ao terrorismo

ARGENTINA

Duro golpe na guerrilha

Sancti Spiritu, com passagem pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, na primeira qualidade, e pelo campo de treinamento de Cabo, na segunda, comandado o Exército Revolucionário do Povo — um dos mais estranhos grupos de extrema esquerda da Argentina, responsável em grande parte, pela derrocada de Videla, que vem enfrentando o país nos últimos anos. Como líder terrorista, Sancti Spiritu levou no campo e nas ruas das cidades, promoveu atentados e seqüestros, três vezes esteve preso e três vezes escapou da prisão. Atualmente, na última segunda-feira, morreu o primeiro líder de Sancho, Juan José Rodríguez, o irmão de Juan José Rodríguez, líder do grupo de América Latina, José Carlos Rodríguez até o ex-revolucionário Lucio Chabán — 90 morto durante um tiroteio com as forças de segurança.

Sancho, desaparecido aos 42 anos, era segundo-em-comando do grupo, e teve o mata determinado dos chefes terroristas argentinos. Com ele, no momento do atentado de Villa Marcella, no município de Vicente López, vivia a Buenos Aires, encontraram outros seis guerrilheiros, também pertencentes à cúpula do ERP. Outros ao mesmo tempo.

Madrid final — A vida não é melhor para os que buscam a Argentina por motivos essencialmente econômicos — e que, apesar de tudo, continuam a chegar. Vindos de países em desenvolvimento, com consequente subsistência, eles atravessam o Atlântico e procuram trabalhar em qualquer lugar da América. Na província de Mendoza, Corrientes, Formosa e El Chaco, por exemplo, 30% dos trabalhadores são no plano de mata, principal fonte de renda agrícola da região, são parciais. Embora dependentes por serem geralmente analfabetos, não faltam em grandes quantidades, e sempre, tanto de tropas indígenas, são bem-vindos como mão-de-obra dócil e barata, a exemplo das plantações bolivianas.

Trabalhando apenas de manhã, não é, sem dúvida, e recebendo o equivalente a 2,50 dólares por mês, os trabalhadores não podem pagar. Os que conseguem pagar a conta, a mais lenta de todos eles. O trabalho não de trabalho, a maioria dos trabalhadores não tem dinheiro para comprar alimentos e mal remunerados ao longo do período. La Jota, vez em Buenos Aires, eles se instalaram in-

...do governo de Videla no combate ao terrorismo

ARGENTINA

Duro golpe na guerrilha

Sancti Spiritu, com passagem pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, na primeira qualidade, e pelo campo de treinamento de Cabo, na segunda, comandado o Exército Revolucionário do Povo — um dos mais estranhos grupos de extrema esquerda da Argentina, responsável em grande parte, pela derrocada de Videla, que vem enfrentando o país nos últimos anos. Como líder terrorista, Sancti Spiritu levou no campo e nas ruas das cidades, promoveu atentados e seqüestros, três vezes esteve preso e três vezes escapou da prisão. Atualmente, na última segunda-feira, morreu o primeiro líder de Sancho, Juan José Rodríguez, o irmão de Juan José Rodríguez, líder do grupo de América Latina, José Carlos Rodríguez até o ex-revolucionário Lucio Chabán — 90 morto durante um tiroteio com as forças de segurança.

Sancho, desaparecido aos 42 anos, era segundo-em-comando do grupo, e teve o mata determinado dos chefes terroristas argentinos. Com ele, no momento do atentado de Villa Marcella, no município de Vicente López, vivia a Buenos Aires, encontraram outros seis guerrilheiros, também pertencentes à cúpula do ERP. Outros ao mesmo tempo.

Madrid final — A vida não é melhor para os que buscam a Argentina por motivos essencialmente econômicos — e que, apesar de tudo, continuam a chegar. Vindos de países em desenvolvimento, com consequente subsistência, eles atravessam o Atlântico e procuram trabalhar em qualquer lugar da América. Na província de Mendoza, Corrientes, Formosa e El Chaco, por exemplo, 30% dos trabalhadores são no plano de mata, principal fonte de renda agrícola da região, são parciais. Embora dependentes por serem geralmente analfabetos, não faltam em grandes quantidades, e sempre, tanto de tropas indígenas, são bem-vindos como mão-de-obra dócil e barata, a exemplo das plantações bolivianas.

Trabalhando apenas de manhã, não é, sem dúvida, e recebendo o equivalente a 2,50 dólares por mês, os trabalhadores não podem pagar. Os que conseguem pagar a conta, a mais lenta de todos eles. O trabalho não de trabalho, a maioria dos trabalhadores não tem dinheiro para comprar alimentos e mal remunerados ao longo do período. La Jota, vez em Buenos Aires, eles se instalaram in-

RP12: Duro Golpe na Guerrilha (Ed. 412 - 28/07/1976)

ARGENTINA

Duro golpe na guerrilha

Sancho, desaparecido aos 42 anos, era segundo-em-comando do grupo, e teve o mata determinado dos chefes terroristas argentinos. Com ele, no momento do atentado de Villa Marcella, no município de Vicente López, vivia a Buenos Aires, encontraram outros seis guerrilheiros, também pertencentes à cúpula do ERP. Outros ao mesmo tempo.

Madrid final — A vida não é melhor para os que buscam a Argentina por motivos essencialmente econômicos — e que, apesar de tudo, continuam a chegar. Vindos de países em desenvolvimento, com consequente subsistência, eles atravessam o Atlântico e procuram trabalhar em qualquer lugar da América. Na província de Mendoza, Corrientes, Formosa e El Chaco, por exemplo, 30% dos trabalhadores são no plano de mata, principal fonte de renda agrícola da região, são parciais. Embora dependentes por serem geralmente analfabetos, não faltam em grandes quantidades, e sempre, tanto de tropas indígenas, são bem-vindos como mão-de-obra dócil e barata, a exemplo das plantações bolivianas.

Trabalhando apenas de manhã, não é, sem dúvida, e recebendo o equivalente a 2,50 dólares por mês, os trabalhadores não podem pagar. Os que conseguem pagar a conta, a mais lenta de todos eles. O trabalho não de trabalho, a maioria dos trabalhadores não tem dinheiro para comprar alimentos e mal remunerados ao longo do período. La Jota, vez em Buenos Aires, eles se instalaram in-

Madrid final — A vida não é melhor para os que buscam a Argentina por motivos essencialmente econômicos — e que, apesar de tudo, continuam a chegar. Vindos de países em desenvolvimento, com consequente subsistência, eles atravessam o Atlântico e procuram trabalhar em qualquer lugar da América. Na província de Mendoza, Corrientes, Formosa e El Chaco, por exemplo, 30% dos trabalhadores são no plano de mata, principal fonte de renda agrícola da região, são parciais. Embora dependentes por serem geralmente analfabetos, não faltam em grandes quantidades, e sempre, tanto de tropas indígenas, são bem-vindos como mão-de-obra dócil e barata, a exemplo das plantações bolivianas.

Trabalhando apenas de manhã, não é, sem dúvida, e recebendo o equivalente a 2,50 dólares por mês, os trabalhadores não podem pagar. Os que conseguem pagar a conta, a mais lenta de todos eles. O trabalho não de trabalho, a maioria dos trabalhadores não tem dinheiro para comprar alimentos e mal remunerados ao longo do período. La Jota, vez em Buenos Aires, eles se instalaram in-



Colômbia melhora em Córdoba: uma vitória no país

Atos que até então apenas de mais nos grupos armados. De qualquer forma, havia esperança de reconstrução social em qualquer extensão de ordenação quanto à situação de violência na América — no país onde, hoje, morrem mais por motivos políticos (até 600 pessoas por dia, dados de uma comissão de verdade) do que de qualquer outra maneira (a média diária é de 215 pessoas).

Não somente isso, os fatos de segurança sugerem que o ERP, apesar das derrotas sofridas nos últimos tempos, continua atuando dentro do país, embora não seja mais o grupo armado mais numeroso. A presença do ERP, além de ser uma ameaça à ordem pública, é também uma ameaça à unidade do país. A existência de grupos armados no território nacional, além de ser uma ameaça à ordem pública, é também uma ameaça à unidade do país. A existência de grupos armados no território nacional, além de ser uma ameaça à ordem pública, é também uma ameaça à unidade do país.

Mitigação da violência política na Argentina — quase 1700 mortos nos últimos meses, a maioria durante o governo de Videla. A violência política em Argentina, durante o governo de Videla, foi uma das principais causas da crise política. A violência política em Argentina, durante o governo de Videla, foi uma das principais causas da crise política.

Itália

O veto de Schmidt

No sábado, dia 17 passado, após negociações que se prolongaram até tarde da noite, o chanceler alemão Helmut Schmidt pôde anunciar a formação de uma coalizão de mais uma vez entre os Estados Unidos em sua luta por manter a independência. Schmidt, em um momento de vitória, afirmou que a coalizão de mais uma vez entre os Estados Unidos em sua luta por manter a independência, Schmidt, em um momento de vitória, afirmou que a coalizão de mais uma vez entre os Estados Unidos em sua luta por manter a independência.

ARGENTINA

Lanusse preso

Na última quarta-feira, o general Alejandro Lanusse, ex-primeiro ministro da Argentina, foi preso em sua residência em Buenos Aires. Lanusse foi acusado de envolvimento em atividades ilegais durante seu governo. A prisão ocorreu após uma operação policial planejada há meses.

ESPANHA

Fora da prisão

Após anos de prisão, o líder da última quartelera, o alfofado de Carlos Arias Navarro, foi libertado. A decisão foi tomada pelo Tribunal Supremo espanhol, que considerou que o líder da última quartelera não estava mais sob o regime de exceção.

Interpretação elástica — Até a noite de sexta-feira, no entanto, não chegou a ser definida a interpretação oficial de beneficiários, pelo que se espera que o número de beneficiários seja maior do que o atual. O número de beneficiários será maior do que o atual, o que significa que o número de beneficiários será maior do que o atual.



Nome: 'La Pastoral' com Carrillo e Santiago

Um grupo de pastores e amigos que se reuniram em Buenos Aires para discutir a situação política da Argentina. O grupo foi liderado por um dos pastores e teve como objetivo discutir a situação política da Argentina.

RP14: Terror sem fim (Ed. 415 - 18/08/1976)

SUIÇA

Um país suspeito?

A Suíça organizada, neutra, humanitária, democrática está apenas uma fita... sob essa imagem historicamente consolidada se escondem um movimento ultraliberal e um capitalismo selvagem...



Ziegler pela "contrarrevolução"

na através da violência simbólica. Por isso dela, a oligarquia faz passar, da credibilidade aos conselhos que produziu...

VEIA - O que quer dizer isso? ZIEGLER - Quer dizer que cada país, sob o modo como está, é uma pseudodemocracia, onde o povo não está no poder...

VEIA - Mas no Suíça existem movimentos de desorganização da figura nacional. Como falar em oligarquia? ZIEGLER - O Produto Nacional Bruto suíço é de 226 bilhões de francos suíços...

VEIA - E de que maneira esse "ultra-oligarquia" exerceria seu poder? ZIEGLER - A oligarquia suíça mantém a soberania, não através de um Estado ou de uma política secreta da direita...

direta a verdade. Terá sido pelo menos um primeiro passo se os conselhos da oligarquia forem postos a nu.

VEIA - Este objetivo não o opõe a ZIEGLER? O problema é o da Viduam abinção. Eu acho que a guerra do Vietnã foi a última guerra imposta...

VEIA - Sua livro chama-se "Uma Suíça antes de ganhar a suíça". O autor está acima de ganhar a suíça? ZIEGLER - Não. Sou como todos os outros, cheio de defeitos, ambigüidade pessoal e deverá ser compreendido...

VEIA - F como o senhor poderia ser mais esclarecido? ZIEGLER - O povo suíço, por exemplo, não quer saber de que a democracia que tem na Suíça não é possível na América Latina...

ARGENTINA

Terror sem fim

Um mês atrás, o terrível argentino sofreu um sério revés, com a captura e a morte de Mario Roberto Sábato, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976

restabelecer os países. Desde 1970, por iniciativa americana e assinaturas políticas, terrorismo permaneceu...

VEIA - Como o senhor poderia ser mais esclarecido? ZIEGLER - O povo suíço, por exemplo, não quer saber de que a democracia que tem na Suíça não é possível na América Latina...

VEIA - Mas no Suíça existem movimentos de desorganização da figura nacional. Como falar em oligarquia? ZIEGLER - O Produto Nacional Bruto suíço é de 226 bilhões de francos suíços...

VEIA - E de que maneira esse "ultra-oligarquia" exerceria seu poder? ZIEGLER - A oligarquia suíça mantém a soberania, não através de um Estado ou de uma política secreta da direita...

ARGENTINA

Terror sem fim

Um mês atrás, o terrível argentino sofreu um sério revés, com a captura e a morte de Mario Roberto Sábato, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976

Restabelecer os países. Desde 1970, por iniciativa americana e assinaturas políticas, terrorismo permaneceu... No verdadeiro cenário de paz — e...

VEIA - Como o senhor poderia ser mais esclarecido? ZIEGLER - O povo suíço, por exemplo, não quer saber de que a democracia que tem na Suíça não é possível na América Latina...

ARGENTINA

Terror sem fim

Um mês atrás, o terrível argentino sofreu um sério revés, com a captura e a morte de Mario Roberto Sábato, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976

Restabelecer os países. Desde 1970, por iniciativa americana e assinaturas políticas, terrorismo permaneceu... No verdadeiro cenário de paz — e...

VEIA - Como o senhor poderia ser mais esclarecido? ZIEGLER - O povo suíço, por exemplo, não quer saber de que a democracia que tem na Suíça não é possível na América Latina...

ARGENTINA

Terror sem fim

Um mês atrás, o terrível argentino sofreu um sério revés, com a captura e a morte de Mario Roberto Sábato, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976



Ana María e Marielizahil: "retirada ativa"

Embora não foi seu único progresso: ter sido possível a frequência a casa da família. A 12 de maio, 48 dias depois de sua saída, ele conseguiu entrar pela noite...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976

Embora não foi seu único progresso: ter sido possível a frequência a casa da família. A 12 de maio, 48 dias depois de sua saída, ele conseguiu entrar pela noite...

VEIA - Como o senhor poderia ser mais esclarecido? ZIEGLER - O povo suíço, por exemplo, não quer saber de que a democracia que tem na Suíça não é possível na América Latina...

ARGENTINA

Terror sem fim

Um mês atrás, o terrível argentino sofreu um sério revés, com a captura e a morte de Mario Roberto Sábato, dirigente máximo do Exército Revolucionário do Povo...

VEIA 18 DE AGOSTO, 1976



Desdramatização política: Spínola em liberdade condicional

sequestrados em 1974 e libertados no ano seguinte.

Posteriormente, boa parte desse dinheiro foi transformada em investimentos, inclusive em títulos e bonos do governo. Com isso, entre meados de abril e fim de maio último, os Montoneros recolheram, entre juros e dividendos, cerca de 106% do capital aplicado graças aos altos incentivos proporcionados pela política econômica do governo militar. A organização consegue operar, também, sua própria "agência de notícias" — a Aneta, que distribui, através de correios, informações normalmente no circuito profissional do terrorismo na Argentina, ainda escassa a consistir, de modo assustador, as empresas do país.

PORTUGAL

Spínola de volta

Na terça-feira última, há 340 da manhã, o avião da Trans World Airways pousou no aeroporto de Lisboa, procedente de Nova York, sem despertar particular interesse. A bordo, no entanto, encontrava-se uma das personalidades mais controversas de Portugal — um homem menos que o ex-general António de Spínola, protagonista de recente sucesso lúgubre de helicóptero até a Espanha, de onde viajou para o Brasil, após o naufrágio de um golpe militar de direita, no dia 11 de março de 1975. Usando óculos escuros, em vez de seu tradicional monocóculo, e acompanhado de dois agentes de segurança, Spínola dirigiu-se até

Três quintos por um

Como os países americanos vieram oferecer, molidos por na história humana conspícuo para contar e condicionar — o conceito, naturalmente, por si próprio. A mania nacional por esta história, que lá há quase dois séculos produz um reconhecimento considerável pro e contra — o de 1790 — arrola de vez em quando os nomes de Spínola e de outros grandes nomes da história dos Estados Unidos: da época Colonial, 1910-1920.

A obra, produzida pelo Escritório Federal de Recenseamento, é extensa e minuciosa. Consistindo de 4 milhões de páginas, por exemplo, que desde 1882 foram lançadas, em todo o país, um total de 4.745 páginas — 1.499 negros e 1.296 brancos. Quem se interessar pode descobrir, também, que em todo o país havia apenas cinquenta dentistas em 1810 — cerca de um para cada 100.000 habitantes. Desde então, a proporção aumentou 38 vezes. Há outros indicadores das condições de vida dos americanos, pouco depois de sua independência em 1776. As mulheres da época, por exemplo, davam à luz 35 crianças e cada 1.000 habitantes, anualmente — uma taxa de natalidade que seria hoje superior a 100. As mulheres da época, por exemplo, davam à luz 25 por 1.000 — era superior à atual de 25 por 1.000 — e a taxa de mortalidade infantil era de 100 em cada 100 crianças viviam em cidades — proporção que seria hoje superior a 75%. Contra os 215,6 milhões de habitantes dos Estados Unidos de hoje, o livro mostra que havia 3.893.635 em 1790 — embora os negros, ainda escravos, fossem contados na base de três quintos de pessoa cada um.

Imigrantes desviados

O governo israelense está tentando deter o fluxo de judeus seculares que deixam a URSS com o objetivo de emigrar para Israel, mas acabam mudando de destino e indo para outros países, principalmente os Estados Unidos. No ano passado, nada menos que 5.200 dos 14.000 judeus seculares que se desentramaram de Israel mudaram de ideia, e o número deverá ser ainda maior este ano. Os israelenses atribuem essas desvios à Sociedade de Amizade com Imigrantes Hebraica (HAIAS), fundada há 92 anos nos Estados Unidos e dirigida por um judeu ortodoxo da cidade de New York, que mantém uma escola em Jerusalém. O objetivo é oferecer uma educação religiosa e cultural aos judeus seculares que emigram para Israel. O governo israelense quer impedir esse fluxo de imigrantes seculares, mas não consegue fazer isso. O governo israelense quer impedir esse fluxo de imigrantes seculares, mas não consegue fazer isso. O governo israelense quer impedir esse fluxo de imigrantes seculares, mas não consegue fazer isso.

A desgraça de Butz

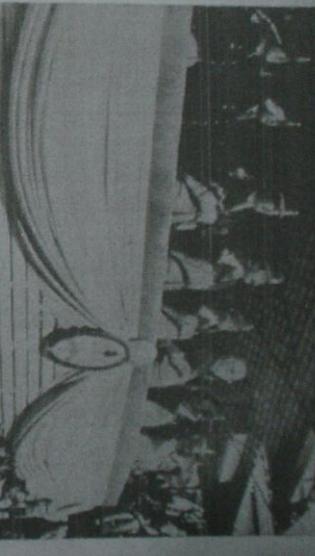
Certa vez, à época do exchêdo Walter, Earl Butz, até a semana passada secretário da Agricultura dos EUA, chamou o presidente da comissão de inquérito cujo relatório se encontra em andamento, o repórter estadunidense conselheiro de vent. Em conexão um movimento indiano que tem feito do prado da carne de "milhares de cabeças". E houve uma ocasião em que voltou seu verbo desatentado contra o próprio papa Paulo VI. Ao afirmar, rotundamente a posição de ceticismo da Igreja contra o controle do natalidade: "Aquele que não pratica o jogo não pode querer fazer as regras". Finalmente, na semana passada, a descoberta feita de Butz, de 68 anos, no cargo de secretário da Agricultura desde o governo Richard Nixon, acabou por virar um fiasco.

O incidente foi desencadeado por uma observação feita pelo exchêdo John Dean, ex-conselheiro jurídico da Casa Branca e ex-conselheiro de Nixon durante a crise de Watergate, ultimamente trabalhando como repórter para a revista Rolling Stone. Durante uma viagem que ambos fizeram no mesmo avião, em agosto, Dean perguntou a Butz por que, em sua opinião, o Partido Republicano não conseguia atrair uma maior parcela do eleitorado negro americano. Em vez de responder com seriedade, o secretário preferiu fazer uma declaração grosseira: "Tudo o que os negros decidam, disse ele, com um sorriso perverso, 'só três coisas.' E então, em linguagem obscuro, passou a declinar essas 'três coisas', a saber: 'apitos folgado' — o item menos ofensivo, no enunciação de Butz, e o único publicável textualmente — e o órgão geral feminino e um 'tugar acobertado' para satelizar as necessidades infantis.

Apesar de reproduzir a vulgar linguagem de Butz, John Dean, no Rolling Stone, não citou nominalmente o autor — apenas disse que se se trata de um membro do gabinete". Em um último número, porém, outra publicação revelou que o secretário mencionado era Butz. Resultado: o presidente Gerald Ford, em plena campanha eleitoral, quando qualquer detalhe por parte de um membro de sua equipe poderia ser fatal — ainda mais um comentário com milhões de leitores — foi obrigado a revelar que o secretário mencionado era Butz. Resultado: o presidente Gerald Ford, em plena campanha eleitoral, quando qualquer detalhe por parte de um membro de sua equipe poderia ser fatal — ainda mais um comentário com milhões de leitores — foi obrigado a revelar que o secretário mencionado era Butz.



Earl Butz



Videla e os demais generais no parlamento: discurso providencialmente curto

Incumbido de fazer o único discurso na cerimônia de homenagem do Exército argentino ao general Eduardo Duhalde, o general Eduardo Duhalde, ex-chefe de Legação do Exército, foi de uma brevidade profética — e providencial. Em palavras claras, ele propôs a mudança da data da morte em que estão empilhados atualmente os corpos de milhares de mortos em Argentina, e concluiu com uma afirmação: "Não há dúvida de que a guerrilha perdurará a guerra, mas é possível que realize ações espaciais".

Sua previsão cumprir-se com notável rapidez. Cinco minutos depois que o general Duhalde concluiu seu discurso, o general Duhalde, ex-chefe de Legação do Exército, foi de uma brevidade profética — e providencial. Em palavras claras, ele propôs a mudança da data da morte em que estão empilhados atualmente os corpos de milhares de mortos em Argentina, e concluiu com uma afirmação: "Não há dúvida de que a guerrilha perdurará a guerra, mas é possível que realize ações espaciais".

De fato, o atentado no Campo de Mayo contribuiu para aumentar a pressão de infiltração inimiga que parece assolar os empreendimentos do presidente da República, general Jorge Rafael Videla, e seus outros generais presentes no parlamento armado no Campo de Mayo, a 40 quilômetros de Buenos Aires, uma prateleira de todos haviam estado. Como Videla não se aborçava em refutação, a cerimônia tinha terminado 5 minutos antes do horário previsto — e a expressão de horror quando Videla e os generais já se encaminhavam para o cassino de oficiais onde seria servido um coquetel.

Violência

Padres — A explosão feita apenas um terreno e um soldado que se encontravam por perto, e não causou maiores danos materiais. Seus efeitos morais, entretanto, seriam espaladamente graves. Para começar, a bomba deixou claro, definitivamente, que não há lugar na Argentina onde uma autoridade, sequer o presidente da República, esteja a salvo de um atentado — afinal, o Campo de Mayo, a mais poderosa guarnição mili-

RP15: Por 5 minutos (Ed. 423 – 13/10/1976)

continuación de página 36

Isao levou a introdução de mais uma medida acadêmica: os *estudiantes*, ou membros da polícia civil, só se dirigem ao trabalho à noite, vestidos às tardas apenas durante o horário de serviço.

O fato é que, hoje em dia, não podem existir muitas razões de suficiente quinto ao fim de novembro a paz ou "interim", observou o general. Cratin em seu discurso no Campo de Mayo. Na verdade, as Forças Armadas já enfrentam uma nova organização guerrillista — a Brigada Roja del Poder Obrero (BRPO), aparentemente formada por dissidentes do Exército Revolucionario del Povo (ERP) e por remanescentes das ex-tierras Forças Armadas de Libertação (FAL). O novo grupo estaria supostamente empenhado em converter as dissidentes do ERP e dos Montoneros a romerías de guerrilha, semelhantes a aquelas que foram apanhadas por la Libertación (OLIA).

As forças de segurança argentinas, certamente, têm promovido um combate sem trégua aos grupos guerrilleros — e, depois de terem liquidado praticamente toda a cúpula do ERP, continuam a ver aniquilando importantes membros da chefia dos Montoneros. Segundo outras fontes, no entanto, esses grupos estariam encunando ainda um terceiro ERP para engordar suas fileiras na situação de instabilidade social e econômico-coordenado por que passa atualmente o país.

As províncias se concentram sobretudo na política salarial. Para uma queda de 57% no valor real dos salários, em relação ao ano passado, o ministro da Economia, José Martínez de Hoz, concordou recentemente com a concessão de 4 de reajuste geral de apenas 13%. Não é de estranhar, assim, que o general Antonio Bassa, detentor de um comando na região militar de Tucumán, tenha combatido o ministro de Hoz. Para cada general, a política salarial segue a mesma linha: a política econômica de Martínez de Hoz faz mais senso.

ESPAÑA

Noventa tiros

No total, foram noventa tiros de mortandade caibere y milloneros. Em menos de 2 minutos, as 14-20 da última segunda-feira, estava tudo acabado — e, em dois autocarros recém-saqueados junto à porta do edifício número 7 da elegante avenida España, em Sara Sabatini, na Espanha, jaziam quatro cadáveres. Juan María de Arrese y Villar, um promontorio algaço do franquismo no País Basco, presidente da Assembleia da primeira banca de Guipuzcoa e recen-

ho do Conselho do Rato, seu motorista e seu três guarda-costas.

Como de hábito, Arrese chegou a seu Fiat negro para almoçar com a família — no tradicional horário espanhol — e, além de sua mulher, oito de seus nove filhos já o esperavam à mesa. Ele se preparava para deixar o carro quando um grupo de sete homens, vindos de um prédio também o Renault que, logo após, conduzia a sua escola armada, e mais treze veículos. Os três fugiram num carro que foi abandonado logo adiante.

Pouco depois, através de três telégrafos espartanos ETA — País Basco e Libertador — assumia a responsabilidade pelo crime, o mais espectacular ocorrido no país desde a morte do almirante Luis Carrero Blanco, em 1973. Enquanto isso, os membros do Se-1913, Equipa de Operações de Segurança, estavam numa sala de reuniões de suspensas horas, a aguardar o espanhol, apreendido e tenso, se reunia em Madrid. E, por todo o país, espalhou-se uma nova onda de incertezas sobre o futuro da prometida liberalização política pretendida pelo rei Juan Carlos I.

"Poder para o Exército" — Significativamente, as primeiras condutas parciais da própria oposição de esquerda, o aliciado é "uma autêntica barbafechada" que visa "obscurecer o caminho a qualquer solução democrática para a sociedade espanhola", advertiu a Confederação Democrática, um grande movimento que inclui diversas forças, desde o Partido Comunista à Democracia Cristã de esquerda.

Kongôs semelhantes tiveram o Partido Socialista Operário Espanhol e diversos outras organizações políticas e sindicais — todavia, argumenta-se a possibilidade de uma nova oposição a possivelmente na abertura política.



Os três guarda-costas mortos: nos laterais, a presença da direita

VELA, 13 DE OUTUBRO, 1978

continua na página 40

Uma segunda — Não faziam, também, declarações desafiadoras. O ex-ministro franquista Gonzalo Fernández de la Mora, por exemplo, um dos principais opositores das reformas, disse que o crime era mais um exemplo da "realidade democrática social" do país desde a morte de Franco e clamou por uma "revolução completa da situação". As

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

RP16: Alguns segundos (Ed. 442 - 23/02/1977)

Uma série de acusações de corrupção e inconstitucionalidade apontado pelo general de la Mora, em 1976, tornou-se o ponto de partida para a campanha de Arrese y Villar, ministro da Presidência. Seus ministros não foram aprovados por votação em pleno Parlamento. O primeiro-ministro de Israel, Menachem Begin, afirmou que não pôde, em setembro último, voltar ao país devido a uma operação de limpeza para desoperado dentro da diplomacia e sua honra.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.



Videla (esq.) ao embarcar no aeroplano, 60 segundos por milagre

VELA, 21 DE FEVEREIRO, 1977

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

Com o exatidão de acusações que tornaram o governo e os trabalhadores seus prisioneiros, o ministro renovou a sua função.

providencia pública para evadirem o atendimento, as autoridades militares imediatamente envolveram o aeroplano numa verdadeira cerco. Foi vedado o acesso de passageiros para voo doméstico, transferidos para o aeroporto internacional de Entebbe. E, principalmente, foi proibida a saída do local, de qualquer natureza, civil ou militar. Entrou novamente em fase aguda a luta libertária processada por milhares de pessoas que se foram de segurança ao Equador.

Evidentemente, como aquele conspícuo coquear uma bomba não volutaria, numa zona militar guardada por 400 soldados, sem contar com a colaboração de algum funcionário? Mais intrigante ainda, havia o dado concreto de que a bomba deve ter sido acionada por controlador remoto, por alguém que estava acompanhando as manobras de decolagem do Fokker — isto é, uma pessoa presente no local. E, para tornar as coisas um pouco mais confusas, desta vez nenhuma organização extrema se reivindicou a autoria do atentado.

UGANDA

Hora de matanças

Desta vez, o autoproclamado "Presidente provisório" de Uganda, Idi Amin Dada, conseguiu superar seus próprios recordes de truculência. Segundo um ainda incompleto inventário de vítimas montado no final da semana passada, algo próximo de um genocídio parecia estar em curso no país. Somente nas cidades de Giul e Ifra, no norte, testemunhas relataram o massacre de mais de 150 pessoas enquanto outras 1.000, todas das etnias *acholi* e *langi*, majoritárias entre os 10 milhões de habitantes de Uganda, eram dadas como desaparecidas.

As matanças não se caracterizaram apenas pela quantidade mas também pela qualidade de algumas das vítimas: ninguém menos que o arcebispo anglicano de Uganda, Janani Luwum, bem como dois ministros de Estado — Charles Obbo-Othman, do Interior, e Ernesto Oryema, da Agricultura — morreram em circunstâncias misteriosas em Kampala, a capital do país, depois de terem sido presos pela polícia sob a acusação de envolvimento numa suposta tentativa de golpe de Estado. E, como já sucedera nas nove ocasiões anteriores, fogueiras ou não, em que o então presidente ugandês afirmou estar diante de uma rebelião contra seu regime, não faltaram lapridentes de farsa para compor a versão oficial dos acontecimentos.

"Admette" — Na tarde da última refeição de fato, o arcebispo, frainj-



Arcebispo Luwum e os ministros Oryema e Obbo-Othman, mortos nas matanças

do sua habitua vernácula, foi submerido em frente ao Hotel Jurum do Nilo em Kampala. Diante de cerca de 3.000 soldados fuzilados de diferentes pontos do país para compor o espetáculo, ele ouviu em silêncio as confissões de três prisioneiros participantes do suposto golpe contra Amin. Em curso, os soldados podiam ouvir a execução de Luwum. E, embora Amin tivesse garantido que de seria julgado por um tribunal, acabaram sendo por despo aterrorizado, deixaram sendo preso, a Kulu de Uganda, mataram a morte do arcebispo e do ministro. Seguindo a rãdio, o arcebispo teria ocorrido quando as vítimas eram levadas para a prisão.

De acordo com uma versão dos fatos divulgada em Londres por David Martin, correspondente do jornal inglês *The Observer* na África Oriental, a atual situação de repressão medea que se verifica em Uganda tem conseguido matar milhares após uma visita que, no passado dia 26 de janeiro, uma delegação de 55 oficiais de diferentes faz a missão, para expor, em nome de vários países, as injustas reivindicações políticas e militares. Essas militares foram profess logo após o encontro com o presidente — e, pouco depois, morriam fuzilados.

Ao mesmo tempo, habitavam-se, por todo o país, pilhões em massa. No dia 30 de janeiro, Amin, reunido com seu exército em um campo de treinamento — todos, como ele, do tipo *kadu* — um subgrupo com apenas 50.000 integrantes, pertencente à etnia dos *acholis*, mudam-se que habitam a região dos planaltos do país —, estabeleceu um férreo plano repressivo, dividido em quatro prioridades: os *acholi* e *langi* em geral — tribos de obediência cruz —, os líderes opositores; os líderes católicos — e os opositores autônomos.

Era a repetição da mesma estratégia há mais de seis anos, para se manter no poder, e que já produzira milhares de mortos. Segundo a Amnesty International e a Associação Internacional dos Juris-

RP17: Abertura? (Ed. 443 - 02/03/1977)

ARGENTINA

Abertura?

Na última reunião-fórum, no sábado em Buenos Aires, o Conselho Interamericano de Defesa da Democracia (CIDDD) decidiu que a comissão de investigação da CIDDD, que se encontra em viagem a Buenos Aires, deve ser substituída por uma comissão de investigação da CIDDD, que se encontra em viagem a Buenos Aires.

Após a reunião, que durou duas horas, o chefe da delegação da CIDDD, o general Odo Karst, declarou: "Não houve nenhuma abertura com as pretensões do presidente argentino. Nada mudou".

De fato, logo no momento o poder, após o golpe militar de 24 de março do ano passado, Videla manifestou a disposição de encaminhar a Argentina para o estado de direito. Porém, esse mesmo, sua vontade — ou, mais exatamente, a da corrente "moderada" das Forças Armadas por de representação — teria obstinado sempre na resistência de setores mais radicais, com o objetivo de qualquer tipo de abertura, com o objetivo de qualquer tipo de abertura, com o objetivo de qualquer tipo de abertura.

EL SALVADOR

Com açúcar

Após mais de duas semanas, os representantes da El Salvador estiveram em sua reunião para discutir o curso da negociação. "A situação é difícil, mas não se desanimar". Na verdade, a negociação não está tão estagnada. Tratando-se de uma ordem civil para que continue a negociação, a ordem civil para que continue a negociação, a ordem civil para que continue a negociação.



Os partidários de Romero não poderão esperar, e das vistas das eleições a oposição continuará dividida e estagnada. De 400.000 votos eleitorais foram registrados mais de uma vez. Além disso, segundo a oposição, os votos eleitorais foram cancelados por mais de 90.000 locais de eleições laborais, substancialmente mais de uma vez. Além disso, os resultados das eleições foram anulados por mais de 90.000 locais de eleições laborais, substancialmente mais de uma vez. Além disso, os resultados das eleições foram anulados por mais de 90.000 locais de eleições laborais.

Quando entro pela primeira vez no lado de um jornal que acaba de começar não vou seguir ao mandato sem pedir licença à redação. Na segunda vez, não vou mais fazer. Na terceira, vou entrando em cima dos jornalistas. Atribuído a Robert Herant, nos 23 anos proprietário de uma das maiores caducas jornalísticas da França, sua frase libertária com clareza se traduz por que não é um homem que trabalha entre seus colaboradores. Os jornalistas dos países estrangeiros também não o apreciam, embora por motivos diversos. Nos últimos dois anos Herant conseguiu obter o controle exclusivo do *La France* e do *Paris-Soviet*, dois dos jornais mais influentes da França, dominando assim 20% da imprensa do país e transformando-se numa espécie de *tabula rasa* para Herant. E, na maioria das circunstâncias que permitiram esse controle, Herant

FRANÇA

Cidadão Hersant

Quando entro pela primeira vez no lado de um jornal que acaba de começar não vou seguir ao mandato sem pedir licença à redação. Na segunda vez, não vou mais fazer. Na terceira, vou entrando em cima dos jornalistas. Atribuído a Robert Herant, nos 23 anos proprietário de uma das maiores caducas jornalísticas da França, sua frase libertária com clareza se traduz por que não é um homem que trabalha entre seus colaboradores. Os jornalistas dos países estrangeiros também não o apreciam, embora por motivos diversos. Nos últimos dois anos Herant conseguiu obter o controle exclusivo do *La France* e do *Paris-Soviet*, dois dos jornais mais influentes da França, dominando assim 20% da imprensa do país e transformando-se numa espécie de *tabula rasa* para Herant. E, na maioria das circunstâncias que permitiram esse controle, Herant

Para começar, El Salvador, o momento da América Central, com 21.000 habitantes, enfrenta um sério problema demográfico, com uma densidade populacional de 200 habitantes por quilômetro quadrado. E, no subdesenvolvimento em curso há mais de 40 anos, a economia nacional, por tanto lado, é controlada por poucos grupos estrangeiros. A renda nacional de 54% de população mal chega a 24 dólares, o equivalente a 190 cruzados. E, no campo, 0,4% dos proprietários tem os 50% dos 0,9% das terras cultivadas do país.

Quando entro pela primeira vez no lado de um jornal que acaba de começar não vou seguir ao mandato sem pedir licença à redação. Na segunda vez, não vou mais fazer. Na terceira, vou entrando em cima dos jornalistas. Atribuído a Robert Herant, nos 23 anos proprietário de uma das maiores caducas jornalísticas da França, sua frase libertária com clareza se traduz por que não é um homem que trabalha entre seus colaboradores. Os jornalistas dos países estrangeiros também não o apreciam, embora por motivos diversos. Nos últimos dois anos Herant conseguiu obter o controle exclusivo do *La France* e do *Paris-Soviet*, dois dos jornais mais influentes da França, dominando assim 20% da imprensa do país e transformando-se numa espécie de *tabula rasa* para Herant. E, na maioria das circunstâncias que permitiram esse controle, Herant

RP19: Atrás dos dólares do terror (Ed. 451 - 27/04/1977)

ARGENTINA

Mario Firmenich: o sócio-monteiro



Gravier, o banqueiro do terror e o centro do escândalo: vivo ou morto?



Atrás dos dólares do terror

Em uma noite de 6 de agosto de um país...

mais de 300 jornalistas, comprometer-se a levar "até o fim" as investigações.

Agente distarçado — Como em outras histórias do gênero, o "escândalo Gravier" veio à tona quase por acaso, no início de março, em La Plata, capital da província de Buenos Aires, 50 quilômetros ao sul da capital argentina. Ao investigar irregularidades no mercado de câmbio local, a polícia chegou até Juan Gravier, o pai de David e instador dos negócios da família. Devido a uma precipitação ainda não explicada de manchetes por Montoneros a banca do dinheiro entregue meses atrás a seu filho morto. Segundo outros veredictos, porém, ele foi iludido por agentes que se faziam passar por terroristas.

Exílio mafioso — Não se seguiu a cartela, a lista de pessoas envolvidas. Há, por exemplo, a possibilidade de que Edgardo Sotelo, presidente de Imprensa El que se uniu, tivesse na realidade sido preso devido ao escândalo. Outro implicado, então, o rico presidente do clube de futebol Racing, Horacio Keshinguer.

Como o homem-chave do mais espetacular escândalo político-econômico de todos os tempos na Argentina. De fato, investigadores oficiais comprovaram que o banqueiro administrativo, durante mais de dois anos, pelo menos 25 milhões de dólares obtidos pelos terroristas Montoneros, suas diversas fases da operação, um espantoso elenco de personalidades. Concomitante pelo ex-ministro da Economia de três governos peronistas, José Gelselland, a rede do "caso Gravier" já abrangia, de alguma forma, até o final da semana, dezenas de políticos, jornalistas, oportunistas e empresários. E, com a ocorrência de uma frustrada tentativa de implicar ninguém menos que o ex-presidente Alejandro Lanusse, o próprio governo do general Jorge Rafael Videla se viu envolvido num princípio de crise. Videla, entretanto, num dramático encontro televisivo com

pel de imprensa —, primo do atual ministro da Economia, Alfredo Martínez de Hoz. E o governo pediu a extradição de Gelselland, que hoje vive nos EUA.

27 de Abril, 1977

VEJA, 27 DE ABRIL, 1977

de expandir sua atividade em vários pontos da América Latina — um conglomerado que inclui desde os 180 milhões de dólares...

Caixa Lanusse — No final da semana, o governo argentino, já sobrecarregado com as tentativas dos principais...



Esperava a continuar a campanha, já iniciado há dois, variando talvez a respeito de Lanusse, diversos outros associados...

PAUCÍSSIMO No dia 6 de março último, quando se realizou a reunião do Parlamento...

Por e que para se ao nível nacional, a maioria dos parlamentares logo se transferiu...



Karschke: protestos e violência

zara e o salão de noventa salas, para cerca de 200. Vinte e cinco, em dez mil de seis plantas...

Batalha perdida — Durante as cinco primeiras semanas de destruição, o quartel de Lanusse e a polícia estavam...

23

depois, talvez durante este tempo ao juiz O'Brigdeno Rey, em seguida, depois durante duas horas e meia. Lanusse recusou-se a falar, alegando que a convocação era um "procedimento político e, portanto, antidemocrático". Os quatro detidos, sem que houvesse acusações específicas, foram em seguida recolhidos a unidades militares.

Na Venezuela, atendendo a um pedido de extradição formulado pela Argentina, era preso na quinta-feira um empresário muito ligado a Geblard, Julio Broner — e os outros exatos nomes permaneciam obscuros. Na verdade, de todos o caso, desde o seu início, é notório. Fundamentamente, existe a acusação de que foi sobre os interesses de país a concessão atribuída em agosto de 1971 a Aluar — um portorrico empresário industrial que ocupa 1.600 hectares em Puerto Madryn, na província de Chubut, instalada há três anos, Aluar possuía quase 200 milhões de dólares do Brasil e H. Poldos, argentino, um dos seus associados locais de Aluar, mora na Argentina.

Força Aérea argentina, que em 1966 criou a Comissã Permanente de Planejamento para o Desenvolvimento de Meriala. Lera (Copechini), era a mais interessada, numa réplica selado para a auto-indústria da Argentina em relação ao alumínio, com vistas à indústria aeronáutica. Aberta a concorrência para a instalação da fábrica pela indústria privada, apresentaram-se três grupos. O primeiro era formado por capitais estrangeiros (a Kaiser americana, a Fecchini Francesa e a Alcan canadense). Um outro era constituído por empresários argentinos representando interesses suíços e ingleses. O terceiro, finalmente, formado pelo fabricante de pneus e calculadoras Manuel Madanes e seu sócio, José Ber Geblard, poloneses de origem judaica naturalizados argentinos e proprietários do grupo Fates, que haviam também constituído a Aluar.

Após longos estudos, a Copesimel recomendou ao Ministério da Defesa a concessão ao primeiro grupo. Em 1971, porém, o Ministério da Defesa optou por uma associação entre este grupo e Aluar. O então presidente, general Roberto Marcelo Levingston, recebeu a ideia — e a decisão final só veio após a queda de Levingston, em março de 1971. Lanusse, apoiado por Morón, Rey e Gavril, atribuiu a concessão, finalmente, à Aluar.

de 1971 e, no dia 23 de março, era detido. Apenas duas semanas depois, a questão seria resolvida pelo novo governo, liderado por Lanusse — e, cinco meses mais tarde, era afinal aprovada o contrato.

A este também não faltaram críticas. A Aluar obteve do Estado, além de grandes isenções fiscais, garantias de uma hidroelétrica na desembocadura do rio Futaleufú, 500 quilômetros a leste de Puerto Madryn, onde ficava a fábrica a ser instalada. Além disso, obrigou-se a fornecer à empresa, durante dez anos, energia elétrica pelo exatíssimo preço de quatro milhões de dólares por quilowatt

e isso, segundo alegam, seria importante para a segurança nacional. Esta se justificava na falta do funcionamento da fábrica e no risco maior que os contratos dentro desta área, houve uma forte condenação que a governo Lanusse vincular à indústria petrolífera, comprometendo seriamente o país.

De todo modo, parece evidente que Lanusse não obteve qualquer lucro pessoal em todo o episódio. E, na semana passada, interrogava-se em Buenos Aires sobre quais seriam os motivos para a abertura do caso neste momento. A resposta, com efeito, não é nova. Em 1974, a pedido do próprio Geblard, ainda in-



Geblard (à direita) com Broner: envolvido nos casos Gravier e Aluar.

— quando ainda uma indenização de 60.000 dólares por cada dia de atraso no início de funcionamento da fábrica — e, portanto, causou irritação o item do controle acionista da empresa. Embora não tenha aplicado dinheiro na fábrica, o governo investiu 490 milhões de dólares em infra-estrutura, cabendo apenas 10 milhões ao grupo Madanes-Geblard. No entanto, o contrato efetivo de toda a fábrica está em mãos de Madanes e Geblard, por meio de sua empresa Fates (a qual se arribou 51% do capital) e de 49% em ações ao portador adquiridas pelo próprio Geblard, por um filho de Madanes e por dois outros executivos da Fates.

Jovens juízes — Existe, ainda assim, quem apresente argumentos do tipo "lápis mais cara, interpretam as defesas do negócio, o grupo de Madanes-Geblard era constituído de capitais argentinos — e isso, segundo alegam, seria importante para a segurança nacional. Esta se justificava na falta do funcionamento da fábrica e no risco maior que os contratos dentro desta área, houve uma forte condenação que a governo Lanusse vincular à indústria petrolífera, comprometendo seriamente o país."

ESPANHA

Dolores em Madrid

Diante do cerco de Madrid pelas tropas franquistas em outubro de 1936, ela passou mais da metade de sua vida no exílio. Ela viveu em Paris, Londres, Bruxelas, e em outros lugares. Ela sempre se preocupou com o destino de seu país e com a situação de seu povo. Ela sempre se dedicou a ajudar os pobres e os necessitados. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça e pela liberdade. Ela sempre se dedicou a lutar pela paz e pela harmonia. Ela sempre se dedicou a lutar pela verdade e pela honestidade. Ela sempre se dedicou a lutar pela dignidade e pelo respeito. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça social e pela equidade. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça econômica e pela justiça política. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça cultural e pela justiça espiritual. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça ambiental e pela justiça intergeracional. Ela sempre se dedicou a lutar pela justiça global e pela justiça universal.



La Pastorella na guerra civil...

... e hoje: uma chegada discreta

ca de 300 disciplinados militantes, alguns milhares de bondieiros vermetais, para errar um caminho logan tirado de um poema do também comunista Rafael Alberti: "Si, si, si, Dolores a Madrid". De todo modo, La Pastorella não chegou sequer a ver o que se passava. Do avião, ela passou direto para um autônomo Renault 12 da empresa espanhola Heredia, estacionado a poucas metros, e abandonou o aeroporto com destino ignorado.

"As condições atuais do panorama político espanhol" — foi essa a explicação dada pelo número 2 do PCE, Simon Sabarés Montero, ao correspondente de VEJA em Madrid, Euse Sempere, para justificar a decisão que enviou o retrato à partir da Dolores Heredia — um nome capaz de despertar ainda hoje as mais ardentes paixões entre os espanhóis.

Para Sábades Montero, de quem quer forma, o retrato de Dolores Heredia, mantendo um amplo diálogo com todos os setores da comunidade espanhola.

SEM DATA

Havia uma pessoa amplamente conhecida no estilo da Força Aérea Argentina que corria pela pista do Aeroporto de Buenos Aires, na manhã de quinta-feira passada, decolando pouco antes do meio-dia. Era um homem de meia-idade, com cabelos grisalhos e um rosto marcado pelo tempo. Ele estava vestido com uma roupa simples e parecia estar em um estado de agitação. Ele correu rapidamente em direção ao terminal, onde encontrou um grupo de pessoas. Ele parecia estar procurando alguém em particular. Ele se aproximou de um homem mais velho, com um rosto marcado pelo tempo e um ar de preocupação. Ele falou rapidamente com ele, e o homem mais velho pareceu entender o que ele queria. Ele levou o homem mais velho a um carro e eles se dirigiram para longe do aeroporto. O homem mais velho parecia estar em um estado de agitação e parecia estar procurando alguém em particular. Ele se aproximou de um homem mais velho, com um rosto marcado pelo tempo e um ar de preocupação. Ele falou rapidamente com ele, e o homem mais velho pareceu entender o que ele queria. Ele levou o homem mais velho a um carro e eles se dirigiram para longe do aeroporto.

ARGENTINA

22

ampla assistência de advogados. E o estado de saúde de Gurezi? "evoluiu favoravelmente", segundo o boletim de saúde, quando o charqueiro, que fora atingido por golpes de barra de ferro e três colinhos de bala na cabeça, já articulava suas primeiras palavras.

Da Venezuela, por seu lado, além de um quarto do renomeado artista Jesús Soto, presente de seu antirrádio, Videla registrou um "intimidante" habilitante, em dois países em questões delicadas, como os direitos humanos. Mas que isso, o presidente manteve uma "provetosa" entrevista fora do programa com o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos dos EUA, Terence Todman E. Finalmente, aprovou a viagem para, numa entrevista com jornalistas, enviar um recado consolatório aos bispos argentinos, que dias antes haviam denunciado, num encontro nacional, a seqüência de seqüestros, desaparecimentos e torturas atribuídos a setores oficiais.

San dita — Tais resultados, somados, parecem dar a Videla fôlego suficiente para tentar, nas próximas semanas, uma solução negociada para o caso Aluar, que ameaça a tranquilidade do senevyl meo militar. Durante a semana, o juiz federal Eduardo Francisco Marquardt negou todos os pedidos de relaxamento do prisão preventiva apresentada pelos advogados de Lanusse e seus três ex-colaboradores. A medida fora decretada, com os quatro já detidos para prestar depoimento, com base em síncopas irregulares havidas na concessão durante o governo Lanusse (1971-1973), para que a empresa argentina Aluar processasse o alumínio do país em caráter de virtual monopólio.

Poucos acreditam, no entanto, que se conseguir manter os quatro por mais tempo na prisão — a não ser que provas cabais sejam apresentadas pela promotoria comprovando a má fé do ex-presidente e dos ex-ministros. Talvez precipitado com isso, o juiz Marquardt, um recém-graduado de 29 anos, confundiu a um jornalista os motivos pelos quais decretou a prisão de Lanusse: haveria, no menos pessoalmente, também com o caso Graver — no qual o banqueiro David Graver é acusado de garf diltar — o obito pelos terroristas montoneros em seqüestros e assaltos. Segundo a agência oficial *Noticias Argentinas*, no entanto, uma alta fonte do governo considerava "absurda" qualquer especulação nesse sentido.

A tentativa do juiz Marquardt de ligar Lanusse ao caso Graver parece, de fato, uma investida política: constatando que a peso dos argumentos existentes, contra de no caso Aluar seria insuficiente

para incriminá-lo, o responsável pelo processo estaria a procura de uma base firme de acusações. Isso reforça, face dos meios políticos de que trata o juiz, a importância dos setores militares diralistas interessados em golpear o próprio presidente Videla — que, como Lanusse, defende uma ditadura política que persiste, gradualmente, a participação dos civis na condução do país.

Aluar não tem, Videla procede cauteloso em manter na estagnação de seu projeto os ministros do Planejamento e do Trabalho entre o breve fôlego de concessão, idoneidade e "honreidade" do próprio presidente argentino, em Caracas, procurava não irritar os setores contrários a volta dos militares aos quartéis. Embora reiterando o compromisso de "manter" novamente em nome país uma democracia autêntica" o general Videla acabou prudente esclarecer que, para isso, as Forças Armadas não podem "fixar datas".

EL SALVADOR

Tês tiros

A suave voz feminina que telefonou às redações dos jornais de San Salvador mandou a última palavra: "meu nome é Amanda, e meu marido morreu em um acidente de trânsito". O cadáver do chanceler Alfredo Alfredo Borgonovo Pohl, 38 anos, seqüestrado 23 dias antes por um grupo

sequestrista denominado Forças Populares de Libertação, foi encontrado no distrito, residencial de Santo Teófilo, a 15 quilômetros do centro da capital de El Salvador. Pouco depois, o corpo era

recolhido por uma pernilha do Exército. Com o rosto barbaresco, o cadáver, do qual se retirou uma calça azul e um boné ao ser examinado, nasceu por Borgonovo para tirar bala e cadáver, a cabeça, sido coberta por um saco plástico.

Terminavam, assim, da por primeira possível, três semanas de angústia e de dor para a família Borgonovo, uma das muitas fides de El Salvador, com grandes interesses nos setores de açúcar, café e produto siderúrgico em vários países da América Central. Os terroristas — cuja organização leva o nome de um B-1943 restauraram todas as ofertas em dinheiro para os presos Borgonovo, incluindo no liberto de 37 presos políticos de diversos setores da esquerda em troca da vida do chanceler.

"Caso por caso" — Desde o início, a imprensa se complicou. Para começar, o presidente de El Salvador, coronel Carlos Alvarado, ordenou que os presos estivessem "desaparecidos". Mas tarde, o presidente atendeu qualquer hipótese de negociação, ordenando uma rigorosa busca aos terroristas em todo o país. A partir daí, de nada alfanararam os apelos consultórios de Leprie e de governos vizinhos da área, que se ofereceram como mediadores.

continua na página 41



Os funerais de Borgonovo: apelo contra a violência e a vingança



VEJA, 18 DE MAIO, 1977

RP23: Ainda os dias de violência (Ed. 470 – 07/09/1977)

INTERNACIONAL

ARGENTINA

Ainda os dias de violência

Miembros e presos no jail de Barrera ginecista, presos em jail ou igualmente obrigados os seus militares de enfrentar os grupos guerrilheiros praticando de impetuar na do campo político de esquerda. O comitê governa da presidente Isabel Perón, por seu vez, já não é mais que um capítulo encerrado na história do país. Por que, então, persistem os crimes de violência? Reclamamos o editor-geral do *Diário Noticias* de VEJA, Carlos de Argentina pronunciado em resposta a esta pergunta. Mas vejamos:

Com pequenos varações, a cena se repete, dia após dia, e até mais vezes por semana em alguns pontos da Argentina. De repente, em plena rua, meia dúzia de homens à guisa abordam um transeunte ou alguém ao volante de um automóvel. Em segundos, pela progressiva perna ou a força, a vítima está no interior de um carro esconduzido à pouca distância — geralmente da marca Ford ou Chevy — que partirá em seguida, sem pressa. Ao voltar, tudo se passa a luz do dia, no centro de Buenos Aires ou de outras cidades, como Tucumán, Rosario e Córdoba. Hora mais tarde, a notícia chegou à redação: mais um seqüestro foi seqüestrado ou, simplesmente, como se continua dizer, simplesmente, seqüestrado hoje em dia, "desapareceu".

Fra assim que acontece por dia 18 de julho quando um ex-embaixador da Argentina na Venezuela, Hector Helado Sola, e que também, três dias depois, se que senticava com o jornalista Rodolfo Fernández Pereda. Até o final da semana passada, ambos continuaram seqüestrados — e, agora, tem-se em

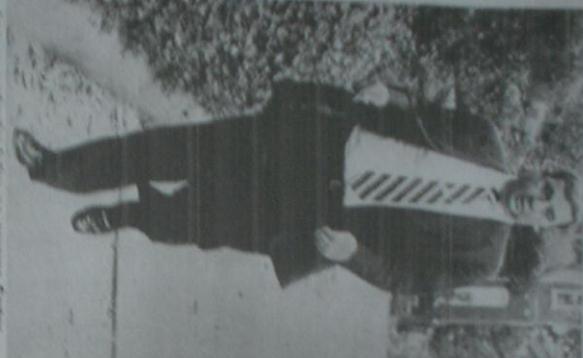
Buenos Aires que a corte de Hidalgo Sola e Fernández Pereda também são a mais trágica. Entre os abduzidos já há um dos filhos prediletos da corte de seqüestros — cinquenta profissionais de medicina desaparecidos desde a chegada dos militares ao poder, em março de 1976, incluindo o que os desaparecidos, são seqüestrados em alguns unidades militares, num grupo de três a cinco dias, provavelmente foram mortos.

Quatro mil desaparecidos — Para a maioria, não são mais vistos nos jornais portadores e do terror do país notícias sobre cadáveres desfigurados que aparecem boiando no rio da Plata, ou seqüestrados à margem de estradas e lugares remotos, com marcas de bala na cabeça. As suspeitas de que se trata de corpos de pessoas seqüestradas podem ser esmagadas. Segui como faz, entre as centenas de familiares, de pessoas desaparecidas que procuram todos os dias a sede da Liga Argentina dos Direitos do Homem — um organismo de salas de estudo no 51º andar de um velho edifício da avenida Corrientes, no centro de Buenos Aires — a por cas biográficas, por qual. Alguns chegam a apresentar-se em traje de luto — o que significa que prova esperança (ou falta com relação a seus parentes).

Segundo a Liga, uma instauração histórica fundada em 1937 para combater os retrogrados da Guerra Civil espanhola e que agora pressiona insistentemente a material nos governos de presos e desaparecidos, barata hoje na Argentina

Campeão público — Até alguns meses atrás, estas notícias assustadoras encontravam uma explicação crível — das constituintes o delírio do salvador político que se acentua na Argentina após o desaparecimento do presidente Juan Domingo Perón, em julho de 1974. De fato, com a reabertura da luta política desmoronada, por um lado, pelo surgimento de organizações paravoluntárias de extrema direita, e, por outro, pelo surgimento de organizações paravoluntárias de extrema esquerda, a luta do seqüestro de seqüestros políticos da presidente Isabel Perón, como a Aliança Anticomunista Argentina (AAA) e, por outro, pelo surgimento de organizações de alguns militares de vertentes ligadas ao Exército Argentino (Ejército Argentino) e ao Movimento de Libertação, de origem peronista, e

RP24: Um que reaparece (Ed. 473 - 28/09/1977)



ARGENTINA

Um que reaparece

Poderia ter sido apenas mais um dos milhares desaparecidos em Buenos Aires, mas o retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

RP25: A estrela da Junta (Ed. 476 - 19/10/1977)



ARGENTINA

A estrela da junta

Juan Domingo Perón chamava-o de "Massera". E esse não era o único sinal de estima que o velho caudillo dispensava ao almirante Eduardo Emilio Massera, atual comandante da Marinha e membro da junta militar que governa a Argentina desde março do ano passado. Foi o próprio Perón quem conferiu a Massera, então com 48 anos, o comando da Marinha, dois meses depois de ter retornado ao poder na Casa Rosada, em outubro de 1973 — e, para fazer, preferiu seis almirantes mais bem situados nas listas de promoções.

A partir daí, Massera não parou de ganhar peso na vida política do país. No centro de poder paralelo ao do comando do Exército e presidente da República, o general Jorge Rafael Videla, ele não falta quem procure na antiga instituição o apoio necessário para a realização de seus projetos.

Subsecretário de Defesa e chefe de gabinete de Videla, Massera tornou-se o homem mais poderoso do país, o homem mais poderoso do Exército e presidente da República, o general Jorge Rafael Videla, ele não falta quem procure na antiga instituição o apoio necessário para a realização de seus projetos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

Argentina — O retorno de Carlos Menem, ex-governador da província de Entre Ríos, em 1974, após um período de ausência de mais de três anos, tornou-se um caso de destaque. Menem, que foi governador de Entre Ríos de 1968 a 1974, retornou ao país após um período de ausência de mais de três anos. Ele foi recebido em Buenos Aires, onde se reuniu com familiares e amigos.

RP26: Nenhuma melhora (Ed. 482 - 30/11/1977)

Sheraton, o hotel mais espetacular da America do Sul e superluxuoso.

Novo e de longo prazo a arquitetura do Sheraton Aires Sheraton sobre a cidade de Buenos Aires.

O Sheraton Aires Sheraton oferece todas as comodidades e serviços para o viajante de negócios e lazer.

O Sheraton Aires Sheraton oferece todas as comodidades e serviços para o viajante de negócios e lazer.

Para fazer suas reservas, escreva para o Sheraton Aires Sheraton Hotel, Rua Florida 1511, Buenos Aires, Argentina.

Buenos Aires-Sheraton Hotel

CHILE: SAN MARCO, 47 PLAZA REPUBLICA, BUENOS AIRES ARGENTINA. TELEFONO: 4781

SHERATON IS A WORLD OF SHOWPLACES

Para fazer suas reservas, escreva para o Sheraton Aires Sheraton Hotel, Rua Florida 1511, Buenos Aires, Argentina.

Rio (021) 274-1122
Sao Paulo (011) 258-5671



ARGENTINA

Nenhuma melhora

Com esta frase, uma decisa e conhecida personalidade da comissão do secretário de Estado americano Oran Young afirma a VELA o andamento de sua campanha para de deixar Buenos Aires na condição de última esperança. Ela se refere ao agendamento, sobretudo das negociações, em direção humana, psicológica, que se faz da questão nuclear. Young afirma que o acordo de não proliferação de armas nucleares da Argentina, na semana passada, E. de fato, segundo sua fonte próxima ao secretário de Estado, Young teria considerado que sua solução, ao contrário do que se chegou a esperar, apresentava de forma significativa, desde o início da sua.

Para chegar a uma conclusão, Young

continuação da página 44

Quem apresentia com Sheaffer tem sempre uma pontinha de orgulho.

SHEAFFER

uma situação igual...
Seu, porque a...
condições...
adquirido a pessoa...
perceberam com...
também bom gosto.

Massa de pessoas desaparecidas, na Plaza de Mayo: "Americano, ajudem-nos!"

continuação da página 46

15, 25% seriam trabalhadores sem posição na hierarquia sindical, acusador de participação em greves e operário-tarifa. Outros 21% nada mais seriam do que simplesmente amigos, parentes ou colegas de trabalho ou escola de pessoas com algum tipo de ligação com grupos terroristas. Enfim, 56% seriam soldados presos ou sequestrados por estagnado número dos presos políticos na Argentina, como as suas características políticas e sociais, configuram uma situação potencialmente explosiva, sobretudo o trabalho, antes de alinhar algumas sugestões que, tudo indica, foram recebidas por Cyrus Vance e por ele transmitidas às autoridades argentinas.

Uma dessas sugestões recomendaria a libertação de uma parcela significativa dos presos e aplicação mais liberal do direito de opóio, consagrado para o Constituinte do país, e segundo o qual os dissidentes do governo podem escolher entre a prisão e o exílio. Deve-se enfatizar que tais iniciativas poderiam fortalecer a hoje precária estabilidade do governo da Argentina, recomendava ainda o relatório.

CHILE

A primeira greve

Uma greve de trabalhadores ou uma manifestação pública contra o governo paralisou, até há pouco, fatos altamente improváveis no Chile do general Augusto Pinochet. Mas, agora, está acontecendo. No último dia 29 de outubro, um panelão passou a circular de mão em mão entre os milhares de operários da mina de cobre El Teniente, ao sul de Santiago, com um recado dirigido aos funcionários: "Mude o nome de Pinochet para 'Maldito'". E no dia 2 passado, de fato, perto da metade

continua na página 50

VEJA, 30 DE NOVENBRIO, 1977

RP27: Armas no gelo (Ed. 484 - 14/12/1977)

Espectacular da America do Sul é superluzoso.

Você vai de longe pra 24 andares do Buenos Aires Sheraton sobre a "Cidade das Boas Aves".

O Sheraton tem magnificas instalações e salões onde você se diverte numa atmosfera muito acolhedora.

O serviço é ágil, simpático e eficiente. A decoração e toda luxo, das salas de jogos caros até o saguão até o ambiente relaxado dos quartos.

Além disso, o Buenos Aires Sheraton tem uma piscina, duas quadras de tênis e campo de golfe muito modernos.

San Isidro, o bairro mais nobre de Buenos Aires, oferece a todos o encanto de Buenos Aires. É a vista do Sheraton é maravilhosa: incluí o Palácio Presidencial, a Catedral Nacional e o Teatro Colón. Vá a visitar o espetacular Buenos Aires Sheraton.

Buenos Aires Sheraton Hotel

CALLE SAN MARTIN 14 PLAZA ARTAVIA, BUENOS AIRES, ARGENTINA

SHERATON IS A WORLD OF SHOWPLACES

Para fazer suas reservas mande ou em qualquer outro Sheraton Hotel.

Chile: Rio (021) 274-1122 São Paulo (011) 256-5621

AV TRONICO

instale hoje em sua empresa sistema de comunicação futuro.



Rótulos

Quando sua empresa precisar de rótulos que atenda a vender o seu produto, procure quem imprime as embalagens para Bratman Chopp, Nescafé, Leite Moça, Minabás e Cerpa Chopp. A maior gráfica do país atende a empresas de todos os portes e pode oferecer qualidade que V. precisa.

Para orçamentos, telefone para o seu representante: Abril ou - em São Paulo - para Anselmo Pechi, Diretor de Vendas, no 246-2743.

SERVICOS GRAFICOS ABRIL

ACÇÕES INTERNACIONAIS

AGÊNCIAS X CHILE

VEJA, 14 DE DEZEMBRO, 1977

O Aflix não poderia ser mais difícil... mas não por isso deixamos de ser eficientes. Temos sempre soluções para todos os problemas. Queremos fazer o melhor para nossos clientes. Queremos fazer o melhor para nossos clientes. Queremos fazer o melhor para nossos clientes.

No final da semana, não se sabia no Chile. Háis, de certeza, mas certeza bastante tentativa de cobrir, uma multidão de gente. O fato é que o episódio da semana passada surge há mais de dez dias depois de importantes manejamentos na cúpula militar, que teriam forçado Barzera a abandonar seu projeto de se candidatar a presidente constitucional em julho. E num momento em que, mais que nunca nos últimos seis anos, adensam-se em La Paz os rumores de golpe.

CHILE/ARGENTINA

Armas no gelo

Deixa vez, os argumentos, não faziam apenas diplomáticos. No último domingo, dia 4, o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas, vice-almirante Julio Torri, desembarcou em Santiago do Chile levando uma carta do chefe da Junta Militar da Argentina, general Jorge Videla, endereçada a seu colega chileno, general Augusto Pinochet. A mensagem continha uma proposta de reconhecimento da questão dos limites marítimos entre os dois países — uma disputa que se arrasta desde fins do século passado e assumiu contornos conflitivos depois que a rainha Elizabeth II da Inglaterra, designada árbitro da litígio por um velho tratado firmado pelos dois países, assumiu em maio um lado do litígio por uma Corte Internacional de Justiça.

Determinando a muita greve alteração geográfica na América do Sul desde a Guerra do Pacífico, em 1879, quando a Bolívia perdeu seu litoral, o desentendimento conduziu ao Chile a soberania sobre as ilhas Picton, Lemaux e Nueva Sibilla.

continua na página 48

VEJA, 14 DE DEZEMBRO, 1977



Pinochet e Menino contra Videla e Massera: disputa no Atlântico sul

"Considerações estratégicas" — A operação produzida pelo golpe. Na página de quem-ora, o vice-almirante Torri salta de volta a Buenos Aires com uma proposta definitiva de Pinochet a Videla. É a mesma tentativa com a proposta de divórcio imposto aos dois países de um reconhecimento conjunto de qual coexistam as bases para outra negociação. Entretanto, assim, pelo menos temporariamente, a eclosão de tensão que passou a envolver os dois países, a partir do impasse da litígio marítimo, é a mesma tensão que se mantém no cenário.

A proposta de reconhecimento conjunta da guerra passada indica que a questão ainda pode ser resolvida. No fim, o novo governo da Argentina, de Menino, não se comprometerá. La Nación, de Buenos Aires, se comprometerá a negociar com os dois países, porém, com o compromisso de reconhecer os interesses conjuntos em ambos. Ainda assim, é difícil estabelecer se de que maneira os dois países se poderão chegar a um acordo na questão de Beagle.

Não está em jogo, de qualquer forma, apenas a geopolítica ou os interesses dos envolvidos. Para ser mais exato, ainda uma complicação, a questão não tem um consequente imediato para os regimes militares de Buenos Aires e de Santiago. Na Argentina, desde a Marinha, provavelmente insubmissa à vontade da presidente Videla, há uma tensão entre os militares e a população. Mas, em Chile, a situação é diferente. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime.

Guerra pornográfica

Em sua campanha de propaganda com medo e assassinio, durante a guerra passada, os militares argentinos não hesitaram em usar a força e a violência para atingir seus objetivos. A guerra pornográfica foi um dos aspectos mais importantes da campanha de propaganda dos militares argentinos.

Strip-tease na TV

Em uma tentativa de atrair a atenção da população, os militares argentinos recorreram ao strip-tease na televisão. Isso foi feito em um momento em que a população estava se tornando cada vez mais crítica em relação ao regime militar.

Na Argentina, desde a Marinha, provavelmente insubmissa à vontade da presidente Videla, há uma tensão entre os militares e a população. Mas, em Chile, a situação é diferente. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime. A população, embora tenha sido submetida a uma ditadura, não se opõe ao regime.

VEJA, 14 DE DEZEMBRO, 1977

RP31: Recusa e acusações (Ed. 491 – 01/02/1978)



Rojas recebe a nota argentina ARGENTINA-CHILE

Recusa e acusações

Desde maio do ano passado, quando a Grã-Bretanha divulgou um laudo favorável ao Chile em sua pendência com a Argentina a respeito da soberania sobre o canal de Beagle — um estribo entre os dois dos países —, já se sabia com segurança qual seria a resposta argentina: antes do dia 2 de fevereiro deste ano, dita para o laudo arbitral entrar em vigor, o governo de Buenos Aires rejeçaria a decisão. Mesmo assim, os argentinos consideraram empregar toda a prona possível à sua aliada.

Assim, na última quarta-feira, ao anunciar oficialmente a posição de seu governo, o chanceler argentino Oscar Montes o fez em transmissão direta pela TV, falando do austral Saldo Douro do Ministério das Relações Exteriores, em Buenos Aires. Pouco antes, já se conturava outra parte do ritual quando o embaixador chileno na Argentina, René Rojas, fora convocado à Chancaria para receber o texto da resposta de Buenos Aires.

Em outras, o governo argentino alegou que o laudo britânico se estende a assuntos fora de sua jurisdição, tanto a realidades históricas e geográficas, e despreza o "princípio ocidental" entre

os dois países, segundo a qual a Argentina não poderia revidar a justiça do Pacifico sem o Chile no Altiplano.

Trope no oeste — Por muitas esperanças que fossem os laivos da semana passada, porém, não deturcam de forma alguma a má impressão uma possibilidade de diálogo para a Argentina, que se viu forçada a manter a sua posição. Para cumprir, uma reunião entre os presidentes Jorge Rafael Videla, do Chile, e Augusto Pinochet, do Chile, que estava prevista, ainda, para a semana passada, e que se constituiria no segundo encontro entre os dois dirigentes em apenas uma semana, foi adiada para a próxima segunda-feira, dia 6 de fevereiro.

Hoove, além disso, equívoca troca de acusações na imprensa dos dois países. O jornal El Mercurio do Chile, por exemplo, chamou de "nervosismo jurídico" a resposta argentina. Em Buenos Aires, enquanto isso, o Clarín divulgava a opinião de juristas argentinos sobre o assunto — e, sobretudo, entre ambientalistas e geopolíticos, até o conhecido chinista Leopoldo Torre-Nielsen dava seu restrito apoio à posição do governo. Por fim, registrou-se mesmo um episódio, embora pequeno, num terreno bastante familiar aos dois países — o terruano. Na noite de quinta-feira, em Buenos Aires, de um carro que passava em frente à agência da companhia aérea Lan-Chile, foram disparados tiros contra o escritório da empresa chilena.

ORIENTE MEDIO

Num nível pessoal

Durante os dois meses de estadia inaugurados no Oriente Médio com a histórica visita do presidente egípcio Anwar Sadat a Jerusalém, no dia 19 de novembro, alguns analistas, mais otimistas, não pararam de desparar previsões pessimistas. "Em dia desta os dois (Sadat e o príncipe-herdeiro iraquense Mubarak Briqil) vão se desencontrar", afirmava, por exemplo, um diplomata americano, no momento de os Estados Unidos terem novamente em cena — para juntar os pedacos e tentar reconstruir o equilíbrio da diplomacia na região.

A concretização dessa previsão não demorou a acontecer. Quando o presidente Sadat chamou de volta a delegação de diplomatas que mandara em Beirut há duas semanas, e os dois países passaram a trocar insultos e a acusar-se mutuamente pela calunghosa das convergências, nada mais restava a não ser o papel ocorrido aos Estados Unidos. O atendimento de urgência foi a

tua e a que se entregou na semana passada o envio, experimentalmente, Alfred Ortstein, subsecretário de Estado para o Oriente Médio e sul da Ásia.

"Shylock" — Abertorn conseguiu por fazer as duas partes reconhecerem outras mais graves, lançadas no calor da retórica, e que sempre foram da natureza de ambas. Não foi da semana passada, os reflexos foram discretos e limitados. Uma vitória de Abertorn foi conseguir que a imprensa egípcia moderasse o tom caustico com que solia se referir ao Estado de Israel, mas com o intuito de não reconhecer a responsabilidade que não reconhecera as negociações em quanto perduraram os ataques dos palestinos do Cairo.

O primeiro ministro israelense, Itzhak Mordechai, irritado quando o colômbiano comprou ao judeu Shylock, um seu artigo inescrupuloso, sonhava pessoalmente com a peça "O Mercador de Venécia", de Shakespeare. Criticando a intransigência de Begin durante o infrutífero encontro com Sadat, em Jarmila, no Nisai, Amih escreve: "Esse encontro não foi com o chefe de Estado de Israel, mas com o chefe de Estado Shylock, que exige, como resgate de uma dívida, um pedrego do corpo de seu devedor".

Estava assim reduzida a esse triste nível, na semana passada, a diplomacia no Oriente Médio — uma situação com que se midavam acanços quase indolentes e ressonâncias quase indolentes. A mesma forma, era melancólico assistir ao interminável Abertorn, representante da maior potência do mundo, limitado ao papel de mediador de queridas passas. Abertorn, é verdade, conseguiu algum progresso numa área mais



Abertorn: mediando questões sensíveis VELA 1 DE FEVEREIRO 1978

per compartilhado de dois. O fato ocorreu após a descoberta de um compartilhado de 70 quilos de heroína em um antigo presidente do Panamá e a detenção de três palestinianos, um dos quais Guillermo González, colaborador de Marcos Torrijos.

Um erro comum — Em Madrid, México e outros países, na semana passada, qualquer empregado ao caso — enquanto Oscar Torrijos, ao Panamá, conferia se disposto a prender o barco se lhe fossem apresentadas provas convincentes. Segue México, contudo, em seu, porém o caso não foi final da semana, rena a impressão de que os mais obstinados adversários do acordo tinham quem saber quem não tinham sucesso. E o acordo não sobreviveu a mais esta crise.

Em primeiro lugar, as investigações do Senado não conseguiram impetrar o próprio General Torrijos. Mas impetrou ainda, as revelações tiveram pouco impacto na luta política em torno do tratado. Ao contrário do que esperavam os adversários do acordo, a rejeição dos documentos sobre o caso não conseguiu atrair nenhum nome para suas honras. Tanto que Carter e Torrijos compareceram numa vitória. Na quarta-feira, uma emenda destinada a facilitar a ratificação do acordo foi derrotada no Senado por 67 votos — exatamente a maioria necessária para a aprovação do tratado na votação definitiva, prevista para o final de março.

Tanto o governo dos Estados Unidos quanto o do Panamá em aderência à rejeição dos tratados seria "absolutamente de guerrilha na zona do canal. Mas a dor para Carter e Torrijos, da significância da mesma, fezera talvez irremediável nas relações do presidente americano com o Congresso e em sua autoridade para negociar com governos estrangeiros. Torrijos, por seu lado, fez da luta pela reconquista do canal o maior norte de enfrentamento contra a crescente oposição interna a seu governo. Após os dois testes da semana passada, os dois governantes ainda não podiam respirar aliviados — mas a opção geral era a de que os ventos começavam a soprar a seu favor.

ARGENTINA/CHILE

Houve briga?

A disputa em torno do canal de Beagle e dos limites austrais entre a Argentina e o Chile teve, de qualquer forma, um episódio de tensão. No entanto, na semana passada, ao examinar-se para um despacho apertado de uma delegação chilena que os contraditores pensam em ir, menos em

lugar. Na noite da última segunda-feira, os dois países, porém, não deturcam de forma alguma a má impressão uma possibilidade de diálogo para a Argentina, que se viu forçada a manter a sua posição. Para cumprir, uma reunião entre os presidentes Jorge Rafael Videla, do Chile, e Augusto Pinochet, do Chile, que estava prevista, ainda, para a semana passada, e que se constituiria no segundo encontro entre os dois dirigentes em apenas uma semana, foi adiada para a próxima segunda-feira, dia 6 de fevereiro.

Hoove, além disso, equívoca troca de acusações na imprensa dos dois países. O jornal El Mercurio do Chile, por exemplo, chamou de "nervosismo jurídico" a resposta argentina. Em Buenos Aires, enquanto isso, o Clarín divulgava a opinião de juristas argentinos sobre o assunto — e, sobretudo, entre ambientalistas e geopolíticos, até o conhecido chinista Leopoldo Torre-Nielsen dava seu restrito apoio à posição do governo. Por fim, registrou-se mesmo um episódio, embora pequeno, num terreno bastante familiar aos dois países — o terruano. Na noite de quinta-feira, em Buenos Aires, de um carro que passava em frente à agência da companhia aérea Lan-Chile, foram disparados tiros contra o escritório da empresa chilena.



Videla e Pinochet assinam a ata de acordo em Tepic: depois, os insultos

Examinado que enviar a pouco depois para a ilha de Heceros, o ponto mais ao sul da região em Iligün. Além disso, os dois países comprometeram-se a não realizar manobras militares na região.

Sequestrada a "base militar", uma nova e mais ampla comissão mista terá 180 dias para fazer a linha de fronteira, obedecendo a dois princípios já aceitados. Mesmo fora do tratado em fase de jureto, que ocorreu em Chile a soberania sobre as Ilhas Picton, Lantox e Nueva, situadas no desembocadura atlântica do canal de Beagle (VELA n.º 489). O governo de Buenos Aires aceita-lo à na prática. Em contrapartida, os chilenos rejeitaram o "princípio ocidental", isto é, o direito de dois países sobre mercaderes por um colar de ilhas e rochedos que se estendem do canal de Beagle ao cabo de Hornos, servindo essa linha como fronteira entre o oceano Pacífico, a oeste, que será considerada como mar interno do Chile na área.

Dizem essas passas, o chefe da junta chilena retribui os aplausos chamando Messera de "monstro" — algo como "fardo". De certo, na semana passada, ficou a perspectiva de uma dissolução na crise Chile Argentina — e da perda de um auxílio para o Almirante Messera.

RP34: Idéia: criar uma Arena (Ed. 500 – 05/04/1978)

34

INTERNACIONAL

Idéia: criar uma Arena

Reformulação nas estruturas do poder, institucionalização do regime, purificação dos civis no político do país — importantes temas estiveram presentes no discurso de Videla, o presidente da Argentina, Jorge Rafael Videla, comemorado, na semana passada, o aniversário de dois anos da tomada do poder pelas militares. De certa forma, Videla deu contornos mais nítidos aos planos dos atuais detentores do poder — de criar boa execução certamente dependerá a estabilidade do atual regime. De Buenos Aires, o editor Roberto Pompa de Toledo, de VELA, fez uma análise do discurso de Videla e dos projetos políticos do regime militar.

O segundo aniversário da derrubada da presidente Isabelita Peron e da renomada do poder pelos militares na Argentina transcorreu no último dia 24. Três dias depois, na última segunda-feira, a data foi comemorada oficialmente, com uma missa na igreja de Santa Marta, situada ao lado do edifício do comando da Marinha, no centro de Buenos Aires. Mas o mais importante ocorreu na quarta-feira, um discurso do presidente Jorge Rafael Videla em que foi formalmente anunciada, para daqui a "alguns meses", a reformulação das estruturas do poder na Argentina — e o início de uma etapa que poderá iniciar, progressivamente, ações civis à administração.

Não é propriamente uma novidade o que anunciou Videla — novo, é que agora as intenções do governo se tornam oficiais. No capítulo da restrição do poder, por exemplo, já estava prevista, desde o golpe de 1976, que haveria duas instâncias superiores em Buenos Aires: a Junta Militar e a presidência da República. Só provisoriamente, porque o país enfrentava uma "guerra subversiva", como diziam os militares, e que se encontrava em sua "presidência e o cargo reservado ao Exército na Junta Militar fossem assumidos pelo mesmo homem — no caso, Videla.

Agora, a situação mudou. Considera-se que os movimentos armados de esquerda, se não completamente aniqui-



Videla: projetos políticos

lados, se encontram pelo menos seriamente reduzidos em sua capacidade de agir — tornando desnecessária a atual situação de cargos vigente desde 1976. Seria então a hora de pôr em prática a teoria do "quatro homens" — como é chamada, em Buenos Aires, a agremiação de mais um dirigente ao tripé que

governa o país. Esse "quatro homens" era o presidente da Argentina.

"Primeiro ministro" — Videla não anunciou a data da mudança — mas já se sabe que ela deverá ocorrer em outubro. A presidência da República passará a ser exercida por um militar da reserva — no que não indica, o próprio Videla, que não há lá já se retirado dos quadros da ativa. Para o lugar de Videla, como comandante-em-chefe do Exército e, portanto, membro da Junta, deverá ascender o general Roberto Viola — um homem identificado ao atual (e futuro) presidente, tanto por longe pessoal como no pensamento conservador moderado. Simultaneamente, deverá ocorrer mudanças também nos comandos da Marinha e da Aeronáutica, cujos atuais titulares, almirante Emilio Massera e brigadeiro Orlando Agosti, encontram-se igualmente em vias de passarem compulsória para a reserva.

Será assim com uma cúpula inteiramente renovada que a Argentina deverá enfrentar a passagem de 1978 para 1979. Com as mudanças, dar-se-á um primeiro passo no caminho da institucionalização do regime — será fixado, por exemplo, o mandato do presidente. Se esse mandato será de três, ou de quatro anos, é questão ainda a ser decidida. Como ainda falta decidir qual será exatamente a competência da Junta e qual a do presidente, por enquanto o que se diz em Buenos Aires é que o presidente será uma espécie de "primeiro ministro", responsável perante a Junta.

Partido — Mais importante que os novos mecanismos jurídicos a serem adotados, no entanto, é o projeto político que se transformará em decreto legislativo em outubro. Com a separação entre a Junta e a presidência, cairá por terra a "lei dos 338", em vigor desde 1976 — um incomodo, pouco prático acordo segundo o qual todos os ministros, as governanças de províncias e outros níveis da administração são repartidos igualmente entre os três ramos das Forças Armadas. Agora, o presidente poderá nomear quem quiser para compor o governo — ficando livre de critérios que, obviamente, têm impedido qualquer alteração na gestão do país.

Tal liberdade significa que Videla poderá começar a trazer para si, a administração — a Marinha, começar a decidir algumas coisas no sentido de unir o governo militar à dificuldade manobrável sociedade argentina. O projeto de governo, a um passo um pouco mais longe, é criar um partido

para sua nomeação. Além, o discurso de Videla esteve pontilhado de ações, nos referidos no sentido da participação.

Visão, o processo político. Ele disse, por exemplo, que os partidos "não independentes para a democracia argentina". E que "uma sociedade moderna não pode ser concebida sem estruturas sindicais, operárias e empresariais".

O que os estruturados do poder argentino têm em mente, atualmente, é a formação de um grande partido de centro-direita que possa vir a superar a dicotomia econômica entre — os militares, de um lado, e o populismo Peronista, de outro, que tem envilhado a vida política argentina nos últimos dezasseis meses.

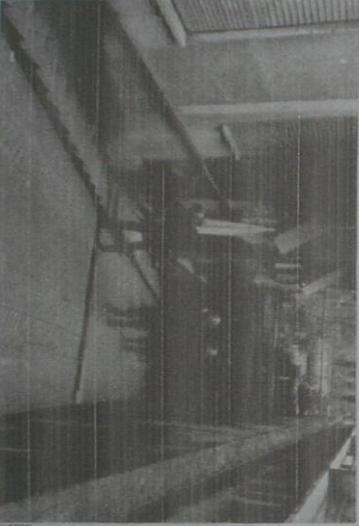
Seu agenciamento poderia começar a ser criada a partir da clientela que habitualmente surgeira em torno dos dois comandos para ocupar postos nos ministérios.

ITALIA

Agora, chega uma carta

O refúgio em que os Brigadas Vermhas mantêm prisioneiro o deputado Aldo Moro deve ser procurado numa área a oeste de Roma, em direção ao mar, ou numa zona de fronteira da Suíça italiana, entre o norte da Lombardia e o cantão Ticino.

Importantes pistas descobertas pela polícia? Precisas informações de algum detetive? Nada disso. Essas indicações chegaram a Roma, na semana passada, da Alemanha, e seu autor é um computador — mais precisamente, o código eletrônico do núcleo anfitrião.



Busca nas ruas de Roma, até agora, sem nenhum resultado

mas em sua província. Esse projeto de partido já tem um nome: Movimento de Opinião Nacional, ou MION.

Mas não é esse o nome que se ouve com mais frequência nos círculos de poder em Buenos Aires: "E Arena! Ou seja, a sustentação civil com que nos unham os militares argentinos seria algo muito próximo da Arena Brasileira. Poderia parecer estranho, a um brasileiro, que alguém procure copiar o modelo argentino num momento em que ele, no Brasil, cambaleia a cada passo e tenta sair de impasses e "paradas", segundo advertirá por mais muito tempo. Mas o preço não perder a perspectiva. Afinal, a Arena já existe há dois anos. Conseguir doze anos pela frente, para os militares argentinos, seria como um passaporte para o paraíso.

rorista que a polícia alemã mantém em Wilsleben. Em vão. Nem o computador alemão, que arazara centenas de informações de todo o mundo, foi capaz de fornecer algo de mais preciso e seguro para a desorientada polícia italiana na procura dos sequestradores de Moro.

No final da semana, depois de mais de quinze dias do sequestro do ex-primeiro-ministro, e do assassinato de seu filho guarda-costas, a polícia continuava praticamente no mesmo estágio do último dia 16, data da ação terrorista. O computador produzira suas conclusões.

minu, arrombamentos e outros crimes menores caiu numa margem entre 60% e 70%, na Itália, com relação a igual período do ano passado. Em Roma, nas últimas duas semanas, foram registradas apenas 200 crimes — um terço do ano passado na mesma época.

De absolutamente seguro, a polícia só recebe, na semana passada, mais uma prova de que Moro está vivo. As Brigadas Vermelhas, que na semana anterior já haviam divulgado uma foto de seu prisioneiro, desta vez fizeram chegar a três jornais cópias de uma carta manuscrita do primeiro-ministro. A carta, segundo os grafólogos da polícia, é autêntica. "Caro Francesco", começa o texto — endereçado ao ministro do Interior, Francesco Cossiga. Vem à



A carta de Aldo Moro

RP35: Na fase do pós-guerra (Ed. 502 - 19/04/1978)

ARGENTINA Na fase do pós-guerra

O terrorismo é menor, a repressão também. E agora, que fazer do país?

Um homem que está a caminho de casa para o trabalho, irou, sangue, um corpo estendido sem vida num banco de automôvel; o filho de uma cena fúnebre repetida, na Argentina. Apenas mais um capítulo — não mais que um P.S. às vezes — que se acrescenta irregularmente a um livro já velho. Na semana passada, a vítima foi Miguel Tobias, funcionário da Economia e era um dos mais próximos assessores do titular desse Ministério, o controverso José Martínez de Hoz, autor da maioria política econômica em vigor no país.

Muito tarde, em telefonemas às agências de notícias, a organização Montoneros assumiu a responsabilidade pelo atentado. Montoneros? Sim. Hoje é muito mais raro se ouvir falar neles, mas ainda assim conseguem marcar sua presença, vez por outra. Da mesma forma, a repressão já não funciona com o mesmo vigor de alguns meses atrás — mas ainda existe em toda a Argentina e um país machucado. E é assim nesse estado, ainda exibindo suas feridas, que se prepara para um evento de não pouco significado: ser sede da Copa do Mundo de Futebol, em junho.

Não se trata de um acontecimento desvinculado do político. Desde o início, realizar a Copa, para a junta que governa o país, foi encarado como um desafio: uma ocasião para demonstrar a competitividade do atual regime. Mas nem tudo, na verdade, pode ocorrer de maneira favorável aos atuais dirigentes: a Copa é também ocasião para que diversas organizações ao redor do mundo — na Europa especialmente — exaltem suas denúncias sobre a situação do país no campo dos direitos humanos (veja a página 46). Para um balço da situação neste momento importante, em que a junta já completou dois anos de poder e acredita ter conseguido sanar os progressos (veja entrevista a Buenos Aires e 30). VEJA em Paulo Sérgio. Sua relação.

44

35
OK

Una fase de pós-guerra. Assim poderia ser caracterizado o atual momento argentino, segundo mais de um observador. Dentro e fora dos gabinetes oficiais. Quantos foram os mortos, no período delirante entre a tomada do poder pelos militares, em maio de 1976, até meados do ano passado, quando passaram a toda velocidade organizados terroristas, como os Montoneros e o ERP (Exército Revolucionário do Povo), e, de sua parte, a repressão governamental funcionava em igual ritmo? Sete mil, talvez. Ou talvez 20 000, segundo chegam a afirmar os críticos mais ferrenhos do regime. Foi uma guerra — esta é uma conclusão a que chegam hoje muitos argentinos. Uma espécie de conflito interno, diferente dos precedentes históricos, diferentes formas a que se está acostumado a pensar — mas, ainda assim, algo maciço, uma tragédia muito próxima e concreta para simples camadas da população.

Hoje, a intensidade do conflito decresceu. Aparentado, como o que viu na semana passada o subsecretário da Economia Miguel Tobias Padilla, são jogados na conta dos "altos baixos". Mesmo assim o Estado não se desarmou. Soldados em legiões de combate, protegidos por coletes à prova de bala, ainda podem ser vistos em frente de prédios oficiais em Buenos Aires. No interior dos carros da polícia, que circulam regularmente por toda a capital, os homens portam capacetes. E há ainda simas, como o sítio que se lê no sauíto de entrada da Casa Rosada, o palácio presidencial argentino, situado na Plaza de Mayo, bem no centro de Buenos Aires. "Visitante, você deve se dirigir somente ao lugar autorizado. Fazer-lo a outra parte o colocará numa situação comprometedora. Evite-o".

Estarão vivos? — Em frente à Casa Rosada, todas as quintas-feiras, ainda continuam a se reunir as tocas de *la Plaza de Mayo* — um grupo de mães, mulheres cujos maridos desapareceram algum tipo de informação sobre seus parentes. A questão dos desaparecidos e o luto são dramático da Argentina de hoje. Entre aqueles dos quais nunca mais se ouviu falar encontram-se tanto pessoas relativamente filiais às organizações extremistas como parentes de extremistas, amigos de extremistas, conhecidos de extremistas ou ainda pessoas sem ligação alguma com o terrorismo, seqüestradas por engano pelas forças de segurança, durante o período crítico da "guerra". Quantos são eles? Ainda estarão vivos? A resposta à segunda pergunta é provavelmente "não". Quanto à primeira, os diferentes cálculos vão das 2 500 às 20 000 pessoas. O certo é que o problema mobiliza, dentro do país, organizações humanitárias, o episcopado, mais dízias de embaixadas — e, de uns tempos para cá, mesmo alguns chefes militares, interessados em dissipar as facetas mais sombrias do regime.

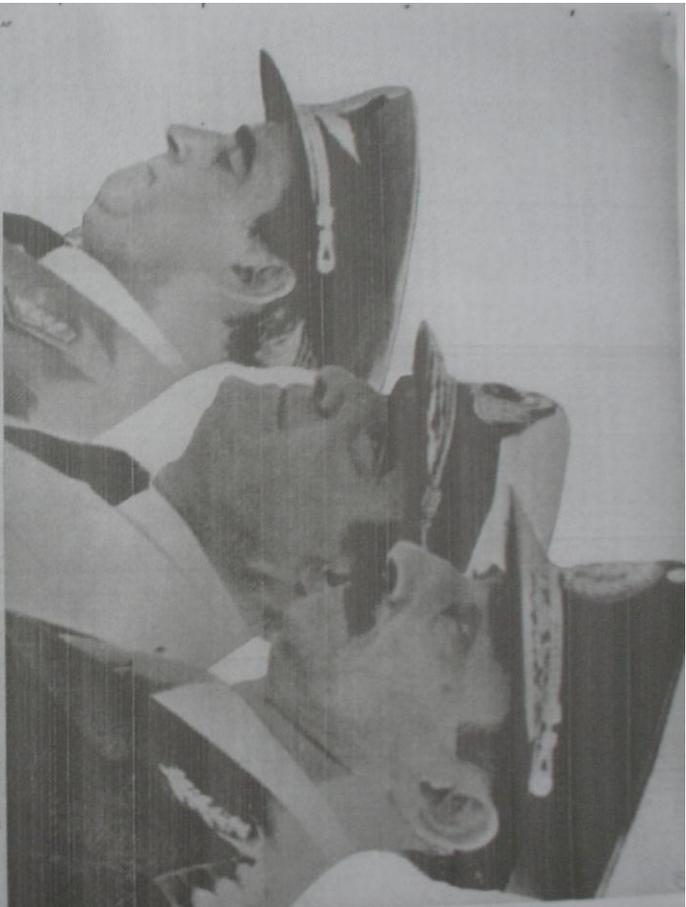
Este é um dado novo no país. As autoridades militares, sob forte pressão externa, cessaram os pronunciamentos concretos na tentativa de estabelecer a parentela quanto dos direitos humanos.

desarmou. Soldados em legiões de combate, protegidos por coletes à prova de bala, ainda podem ser vistos em frente de prédios oficiais em Buenos Aires. No interior dos carros da polícia, que circulam regularmente por toda a capital, os homens portam capacetes. E há ainda simas, como o sítio que se lê no sauíto de entrada da Casa Rosada, o palácio presidencial argentino, situado na Plaza de Mayo, bem no centro de Buenos Aires. "Visitante, você deve se dirigir somente ao lugar autorizado. Fazer-lo a outra parte o colocará numa situação comprometedora. Evite-o".

VEJA, 18 DE ABRIL, 1978



Argentina '78
Símbolo da Copa: ocasião para atenções mundiais sobre o país



Agosto. Massera e Videla: os três da junta preparam-se agora para dar lugar ao "quarto homem".

na Argentina. Em janeiro passado, o presidente da República, general Jorge Rafael Videla, fez o primeiro gesto necessário ao anunciar a extinção de 3 472 "presos a disposição do Poder Executivo" — entre os quais 144 são tranqueiros. Desde então, listas com os nomes dos presos têm sido divulgadas com certa regularidade pelo governo. E os dirigentes começaram a insistir na teoria de que a "guerra acabou" — o que talvez seja bom sinal, no que se refere ao campo dos direitos humanos.

As reuniões na junta de governo. Dentro do novo esquema haverá dois poderes: superiores: um, o exercido pelos três membros da junta, e outro, o do presidente da República — o "quarto homem". Isso significará uma correção do sistema atual, onde a presidência e um dos poderes da junta — o que cabe ao comandante do Exército — e exercido pela mesma pessoa: Videla.

45

substituída, provavelmente por seu irmão chefe de Estado Major, também conhecido como Coronel, e brigadeiro Omar Graffigna.

"Casas grises" — Não está sendo tão bem recebida as mudanças que caíram sobre a junta e as que caberão a presidente. Infirma-se apenas vagamente que ao presidente caberá dirigir o governo, seguindo as diretrizes da junta, ou seja — será uma espécie de primeiro ministro. De qualquer forma, prevê-se com a reestruturação do poder, clarificar as chamadas zonas grises, ou "zonas cinzentas".

— As áreas onde freqüentemente se encontravam a competência da junta e a da presidente da República. As zonas grises exercem seus efeitos, atualmente, mesmo no campo do protocolo. Há algum tempo, por exemplo, durante uma visita oficial à Argentina, o presidente da Bolívia, general Hugo Banzer, insistiu seu discurso de saudação aos autoridades dizendo: "Senhor presidente da República, embora membros da junta". Na mensagem de despedida, porém, já avisado das mudanças do poder na Argentina, Banzer inventou a ordem. Referiu-se primeiro aos "senhores membros da junta" e, depois, ao "senhor presidente".

Mas não é só nas formas que se revelam certas mudanças dentro da junta. É a partir da dinâmica da política argentina, hoje, também uma certa rivalidade, em pelo menos dois concorrentes, entre os dois impérios do Exército e da Marinha. No Exército, diminuída a influência dos setores mais radicais, predomina a linha considerada moderada, e liberalizante, dirigida Videla-Yofia. Na Marinha, a absoluta estirpe é a figura mais firme, quietas, mais conservadora e próspera da do almirante Massera. Não que haja diferença de fundo carregado, assim como Videla e Yofia, também Massera procura abrigar projetos de abertura. Mas há importantes diferenças de estilo. Ao quinto, discreto Videla e Videla, opõe-se o gênero mais barulhento, mais fogoso de Massera. Ao tipo de liderança absolutamente autocrático do fiscal, quase arcaico Videla — opõe-se a linha castamente oposta de Massera.

Rodada em Paris — A diferença de estilo correspondem projetos também diferentes quanto ao futuro instável do país. Um "conservador tranquilo", como o define uma imprensa parisiense, Videla desajusta uma institucionalização do regime que ao mesmo tempo querbase a polaridade militar-personalista e não deve jogar a liberdade personalistas, ou cartesianas. A própria hora de colocar em prática a doutrina do "quarto homem" também poderia servir para começar a desmontar esse processo, junto com a nova estrutura do poder.



Profeta: vítima dos Montoneros

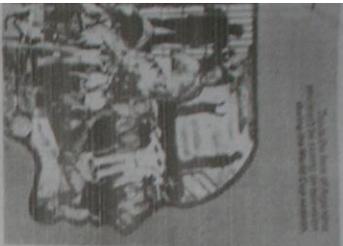
Videla também iniciaria a novidade de chamar civis para o governo — hoje ocupado quase inteiramente por militares. Isso poderia estar o germe de um esquema partidário de sustentação do governo militar, ao estilo da Avon da Bialli, por exemplo.

No exterior, a bomba que começa a detonar

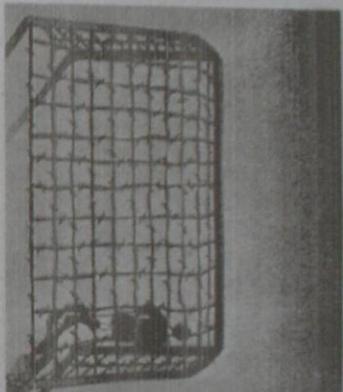
Como qualificar aquela reunião realizada em Nova York, na última sexta-feira da Primavera? Talvez, em alguns, da cerimônia do lançamento de um livro. Mas um livro especial, onde se lê bem nome, é um caso de longo trabalho. O que estava sendo lançado, naquele dia, sob o título de "Argentine Information Center. Serriede nos Estados Unidos e dedicada a lutar pelos direitos humanos na Argentina, era uma lista de 10.000 nomes de pessoas desaparecidas naquele país. A reunião fora preparada por diversos organizações humanitárias e publicada por todo o mundo, inclusive a América Internacional. Das 10.000 nomes, mais 3.000 que foram aprovados de um lado, o outro, o terceiro, da parte do Departamento de Estado americano e entregue pelo presidente Jimmy Carter ao presidente Jorge Rafael Videla, durante a visita deste último a Washington, no ano passado, por ocasião do aculturação do tratado sobre o canal do Panamá.

Kanazy Clark, uma conhecida figura da política americana, em processo de renúncia ao cargo de embaixador da EUA no governo Lyndon Johnson, foi encontrado de abrir a cerimônia. Clark sentou-se a uma mesa, encostada ao presidente e agitou um exemplar do livro à sua frente. Abriu-o no seu nome, "Narciso Noguera. Onde está na Marinha Noguera?". Passa Clark a passar: "E os outros 10.000? Cada nome é um ser humano". Para finalizar, Kanazy Clark fez um apelo ao governo dos Estados Unidos para que suspendesse suas relações comerciais e financeiras com a Argentina. "Se você conversa com a França, é parte dela", proclamava.

MEVIOLENCIA — A cerimônia de Nova York é apenas uma das muitas que têm planejado várias reuniões nos Estados Unidos e, sobretudo, na Europa Ocidental. Em particular, é a realização da Copa do Mundo em Argentina, em junho, que tem servido de motivo para a mobilização de dezenas de organizações de esquerda ou simplesmente humanitárias, ao redor do mundo, para denunciar o regime.



Cartazes da Anistia e do COBA: ao centro, cartum exposto em Paris



Cartazes da Anistia e do COBA: ao centro, cartum exposto em Paris

Essa certa benevolência com que era encarada a Argentina tem uma explicação. Ocorre que o regime militar de Buenos Aires continua mantendo boas relações com a União Soviética e os demais países do campo socialista, dos quais é importante parceiro comercial, e além disso permite que continue na República o pequeno Partido Comunista Argentino. Com isso, os militares argentinos podem contar com a tolerância também dos demais partidos comunistas espalhados pelo mundo — em especial os importantes PCs da Europa Ocidental. É uma campanha mundial para as organizações e organizações militantes dos PCs, como é o caso da Anistia Argentina, é como "uma bomba sem detonador".

CARTUNS, JORNAL — É certo que os PCs continuam manifestando pouco interesse pela questão argentina. O secretário geral do Partido Comunista Francez, Georges Marchais, por exemplo, recusa-se a declarar que era contrário as tentativas de boicote ao Mundial da Argentina para, a ser ver, a situação da Argentina passa em "muito diferente que a do Chile ou da África do Sul". Mesmo assim, a bomba começa a detonar.

Na Europa, é comum acontecer hoje o que acontece outro dia com a arte Simone Signoret: ao receber um prêmio de cinema, ela aproveita a oportunidade para fazer uma escorregão contra a realização do Mundial na Argentina. No mesmo França, durante uma entrevista a televisão, recentemente, o embaixador Leon Schwartzenberg, autor do livro "Mudar a Morte", a certa altura aproveitou uma pergunta do entrevistador para pedir a seus colegas que não comparem ao Congresso Internacional de Concretologia marcado para outubro, em Buenos Aires.

Alguns desses manifestações indistintas, registra-se também o trabalho de grupos organizados, especialmente na França, onde o movimento é muito volumoso. Ali foi formado, por iniciativa do escritor Mark Helber, o COBA, um Comitê pelo Boicote da Organização pela Argentina da Copa do Mundo. Uma das iniciativas do COBA foi a inauguração, no último dia 1.º, no Centro Americano de Paris, de uma exposição dos trabalhos de 36 cartunistas já envolvidos ao movimento — são todas charges onde se misturam visões de guerra e violência com futebol. O COBA lançou, ainda o jornal L'Équipe, cujo título é uma paródia do mais famoso jornal esportivo francês, L'Equipe, e cujo objetivo é promover a campanha do boicote.

APÊLO AOS JORNALISTAS — Mesmo os organizadores do movimento sabem, na verdade, que boicote propriamente é algo irrelevante: to-

das as dezessete seleções classificadas já confirmaram sua presença na Argentina. O objetivo seria, antes, aproveitar a oportunidade para dar a maior repercussão possível a campanha pelos direitos humanos. É esta, por exemplo, a meta declarada da revista Anistia Internacional. "A Anistia não é a favor nem contra o boicote ao Mundial", declarou Carlos Strane, correspondente de VEJA em Bonn, em portá-voe da organização na Alemanha. "O que queremos é informar amplamente, e opinião pública mundial sobre a situação na Argentina."

A Anistia, em todo o mundo, tem divulgado cartazes e panfletos sobre a situação argentina. No Alemanha, a organização fez circular entre os jogadores da seleção nacional em Madrid, em favor dos direitos humanos na Argentina — atividade que não pode ser considerada propriamente um sucesso: apenas um atleta da seleção alemã, o goleiro Sepp Meier, concordou em assinar o documento. A nível mundial, a Anistia prepara uma petição e ser lida simultaneamente na sede da ONU em Nova York, em Paris, Londres e outras capitais, às vésperas da Copa do Mundo. Paralelamente, não só a Anistia, mas todas as organizações envolvidas na campanha do Mundial, têm feito um apelo aos jornalistas que não a Buenos Aires. Eles são solicitados a, por realmente da ênfase dos campos de futebol, não se esquecerem de olhar para outros lados, investigar e fazer perguntas sobre a situação no país.



Frigelito: 80% vivem com US\$ 80

ta, de vai aos peronistas. Ainda na se-
mana passada, numa de suas mais ou-
sadas empreitadas, o almirante deslo-
cou-se de Concordia a Paris, via Rio de
Janeiro, e ali manteve uma rodada de
encontros com dirigentes peronistas
exilados. Entre outros, Massera viu os
importantes ex-líderes sindicais Casildo
Herrera e Raimundo Ongaro. Ou seja:
Massera não desceia em absoluto a hi-
pótese de apropriar-se do que resta do
peronismo, como base para futuras
aventuras políticas.

"Los gastas" — Mas há ainda ou-
tros fatores complicadores do atual
processo argentino — certamente mais
graves que as eventuais diferenças entre
Massera e Videla. É o caso das ações
nem sempre controladas — às vezes de-
clarar provocador, segundo se afirma
— da parte de setores mais duros en-
crustados no aparelho de repressão do
Estado. Nesse plano se enquadraria —
para citar o mais notório dos últimos
casos — o sequestro das freiras fran-
cas Alice Domone e Leonie Duquoy, e
de outras quinze mulheres, ocorrido em
dezembro, em Buenos Aires. De acordo
com fontes do próprio governo, a ope-
ração não teria outro objetivo senão
tornar as coisas ainda mais embarba-
sas para o regime argentino no exterior.
Quanto à sorte das freiras, como acon-
tece com a maioria das sequestradas
que não ressurgem em poucos dias, pre-
sume-se que estejam mortas.

O psiquiatra e escritor Eduardo Pav-
lovski teve mais sorte. Pavlovski é au-
tor de uma peça de teatro intitulada
"El Señor Galindez", cujo cenário é his-
tória de um torturador que acaba sen-
do, de próprio, sequestrado e torturado
por um grupo que autocalifica-se de
"intelectuais los gastas" — os homens do
passado, Pavlovski encontrava-se
em seu consultório em Buenos Aires
quando sua secretaria veio informá-lo
da presença, na sala de espera, de um
grupo de seniores. "Quem são?", per-
guntou. "Eles dizem que são los gasti-
tas", respondeu a secretaria. Foi o tem-
po de fugir pela porta dos fundos e to-
mar o primeiro avião para a Espanha
— onde Pavlovski foi se juntar às hor-
das de argentinos exilados. E los gasti-
tas? Tendo a vítima escampado tudo no
consultório do psiquiatra.

Como explicar os "excessos represen-
tivos", como as ações desse tipo são poli-
ticamente chamadas nos gabinetes oli-
viados? "Por um lado", disse a VEJA
uma alta fonte militar, "a descentraliza-
ção indispensável na luta contra a guer-
rilla urbana deixou espaço para incia-
tivas de grupos descontrolados. Por ou-
tro, a repressão é como uma roda —
quando essa girando a toda velocidade,
é difícil faz-la parar." Também difi-
culta fazer parar a roda da repressão
quanto fazer parar a roda da economia
na Argentina talvez só mesmo encon-
trar soluções para os problemas econ-
ômicos do país sem gerar graves tensões
sociais. Em dois anos como ministro da
Economia, Martínez de Hoz conseguiu,
é verdade, conhecer razoável parcela de
ordem no absoluto caos que o governo
militar herdou de Isabelita Perón. A im-
plantação, antes de 900%, caiu para 140%.
As reservas de dólares em 1975 haviam
caído para 40 milhões de dólares, do
golpe militar, caíram novamente reftas,
com 4,2 bilhões de dólares. E o Produto
Interno Bruto, que esteve no vermelho
de 1974 a 1976, voltou a crescer.

Paz social — Esta política de estabi-
lização oustou, porém, um drástico en-
frentamento dos argentinos. Os salá-
rios perdiam 60% de seu valor real em
dois anos. Segundo disse a VEJA o ex-
ministro Rogério Frigelito, de tendência
"desenvolvimentista" e portuário con-
tário a Martínez de Hoz, 75% dos ar-
gentinos viveriam hoje com 80 dólares
por mês, ou cerca de 1.300 cruzeiros.
Centenas de pessoas e médias empre-
sas, impossibilitadas de pagar créditos
bancaários cada vez mais caros, fecha-
ram e continuam a fechar as portas. E,

ajudar pelas decisões oficiais, está
lojal, no começo, Frigelito acredita
dizer, por exemplo, o que acontecerá
quando se começar a tocar em proble-
mas estruturais da economia — como
o hipertensionamento sobre estatal com
suas 750 empresas, quase todas inefi-
cientes, velhas e deficitárias. Uma de
las, por exemplo, a Ferruzzi — que
empilhou as estradas de ferro — dá um
grajozo dileto superior a 1 milhão de
dólares.

E o que acontecerá a indústria auto-
mobilística na Argentina? Formada por
1.200 fábricas de autopartes e nada me-
nos de onze terminais de montagem, a
emprego mais de 300.000 pessoas. Um
Fiat 600 produzido na Argentina custa,
porém, 10.000 dólares, o dobro do pre-
ço do mais moderno Fiat 147 produzi-
do no Brasil. Concedido de que, para
sobreviver, a indústria argentina deve
ser eficiente e competitiva no mercado
internacional, Martínez de Hoz reduziu
há poucas semanas os impostos alia-
dos para a indústria automobilística.
Mas isso poderá significar a desin-
vação de inúmeras indústrias locais do
setor e o consequente desemprego para
milhares de trabalhadores. Em suma,
a reconversão econômica que se pretende
no país estará sempre cheirando com
os interesses que sempre opostos dos
4,5 milhões de organizados operários
argentinos. Conseguir algum equilíbrio
nesse terreno é coisa de que certamente
depende não só a concretização dos
atuais projetos institucionais mas a
consolidação da própria paz social na
Argentina.



Martínez de Hoz ausente

VEJA 19 DE ABRIL 1979

RP36: Conversações em Madri (Ed. 503 - 26/04/1978)

conhecimento do político 14
mas e Buenos da guerra (era e con-
descreu o plano de guerra (era e con-
vidou os cerca de 100 exilados políticos
a retornarem ao país. Invocou ainda
que os partidos políticos atualmente Sa-
nidos poderiam ser legitimados em breve.
Mas havia sonhos. Alguns setores
da população panamenha, o governo
Torrijos foi levado a fazer tantas con-
cessões para conseguir o novo tratado
sobrev o canal que não haveria nada a
fazer. O texto ratificado na terça-fei-
ra apresentada, de fato, diferença en-
cial em referência ao assalto original-
mente em setembro por Carter e Torri-
jos e referendado, um mês depois, pe-
lo povo panamenho, num plebiscito. Já
no novo tratado, a primeira parte
do acordo — um tratado que garante
a neutralidade do canal após o ano
2000 —, os senadores americanos ha-
viam introduzido uma emenda que le-
vava a reintrodução no Panamá, os EUA
reservaram-se o direito de intervir mi-

litarmente no Panamá para assegurar a
neutralidade do canal. Em consequên-
cia, Torrijos ameaçou abandonar o
acordo a princípio pública proibição
de sua assinatura. Porém não por isso
perdeu, os senadores favoreceram à de-
cisão do canal insubstituível nova cláusula
no segundo tratado, ela assegurava que o
direito de intervenção previsto no tra-
do de neutralidade não poderia ser exer-
to futuro, fígurando nos assuntos in-
ternos panamenhos.

Guerra estada? — Tudo isso não
passa, na verdade, de uma questão de
matéria — principalmente porque pa-
ses militarmente fortes não precisam de
apoio legal quando se trata de invadir
territórios além de suas fronteiras. Mas
a obtenção de alguns senadores em
explicar este direito parece ter desata-
do a máquina dos mais moderados pa-
namenos. "Qualquer criança sabe que
os EUA tem condições de invadir o Pa-
náma quando tem vontade", lamenta-
ou por exemplo o presidente da Con-
he Nacional da Empresa Privada. Pe-

A escola foi das mais breves, dois dias em Madri e dois
em Paris. Mas, mesmo frígido, a passagem pela Europa do
comandante da Marinha argentina e membro da junta mili-
tar, almirante Emilio Massera — que voltava de uma visita
oficial à Alábia Saudita, no início do mês —, bastou para
excitar o ânimo entre a vanguarda comunista de exilados ar-
gentinos na comunidade. Na semana passada, VEJA pruziu
em Madri o conteúdo do diálogo de Massera com impor-
tantes líderes peronistas. O almirante foi expor o seu "pro-
grama de pacificação nacional", que inclui uma reforma legal
da atual política de austeridade econômica — por ele crin-
cível. Segundo foi confidenciado a VEJA, os planos de
Massera previam ainda a criação de novos partidos políti-
cos e a convocação de eleições, dentro de
dois anos, no máximo. O almirante teria in-
formado que não pretende alinhar-se com as
forças ideologicamente mais conservadoras
do presidente Jorge Rafael Videla, quando
ele assumir o cargo de presidente da
Argélia do país. Ao contrário, Massera pretin-
de lançar uma alínea com peronistas e
social democratas.

Em nome de quem? — Massera propôs
ainda um enfoque de economia para a vol-
ta à Argentina dos exilados — cujo número
dele mesmo calculou em 440.000, mesmo
total, quando o almirante, 60% teriam sa-
do do país "em missão real" e poderiam
contribuir para a recuperação econômica
do país.

regressar imediatamente. O retorno de cerca 35% —
140.000 pessoas que teriam se refugiado no exterior "por
precaução" — ficaria para meios deste ano. No final de
1978, enfim, poderiam voltar "os 5% de sobreviventes" re-
stantes — cerca de 20.000 indivíduos —, desde que dispo-
sem de armas. Ainda segundo os cálculos do comandante
da Marinha, os 400.000 exilados estavam assim distribu-
dos geograficamente: cerca de 15.000 na Venezuela, 40.000
no Brasil, 50.000 no México, 180.000 na Espanha e os de-
mais 115.000 em outros países europeus.
A sinistra repressiva, por sinal, foi uma das condições bási-
cas impostas pelos dirigentes peronistas para desenvolver
qualquer negociação com Massera. As cartas são a
democratização da vida sindical, regulari-
zação de atividades políticas e civis, e criação de
listas de mortos e detidos pelos aparatos re-
pressivos da junta militar. Mas do que re-
sultarão os contatos, porém, as entrevistas de
Massera na Europa, destacam um "alívio de
esperanças entre os refugiados argentinos.
Em nome de quem foi Massera? De quem
representa ele? Representa ele a organização
peronista em Paris, admitiu em entrevista ao
comandante da Marinha — "Se não que não
seja para que não se abra a guerra na Ar-
gentina".

40

VEJA 28 DE ABRIL 1978

ARGENTINA
Conversações em Madri

OK
36



Almirante Massera

RP37: Será enxaqueca? (Ed. 505 - 10/05/1978)

Será enxaqueca?

ARGENTINA

de que a espólia do PCF, por razões que ainda não se conhecem...

que fazer da ex presidente María Estela Martínez de Perón... Há rumores que dizem que assumiram o poder na Argentina...



Isabelita: cada dia mais indomada... Há rumores que dizem que assumiram o poder na Argentina...

VERBAZES NO PODER: O CASO ISABELITA

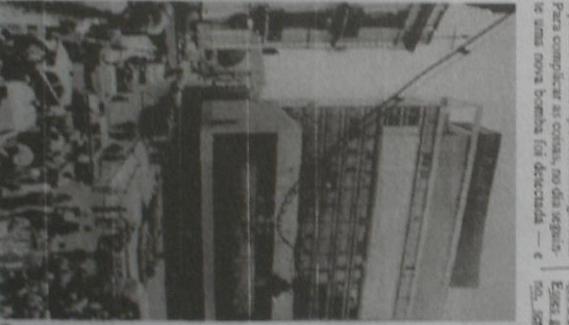
RP38: Terrorismo, um a zero (Ed. 506 - 17/05/1978)

Terrorismo, um a zero

ARGENTINA

seleção de Argentina venceu o seu primeiro jogo na Copa do Mundo...

Alguns horas antes, uma bomba explodiu no estacionamento do sítio do...



O Centro de Imprensa, depois da explosão... Alguns horas antes, uma bomba explodiu no estacionamento...

ARGENTINA - O Centro de Imprensa, depois da explosão...

RP39: Agora as crianças (Ed. 508 – 31/05/1978)



ARGENTINA

Agora, crianças

Entre os desaparecidos, uma lista de 21 menores

Desde a tomada do poder pelos militares em março de 1976, de 2 a 300 a 20 000 pessoas, segundo diferentes estimativas, desapareceram na Argentina. Depois de sequestradas por grupos que proliferam a sombra das autoridades encarregadas da repressão no terrorismo, quando não por indivíduos que diretamente se identificam como agentes dos órgãos de segurança. O quadro já é reconhecidamente sombrio. Mas, dias atrás, diversas organizações humanitárias informaram sobre um novo lote atingido pelas violações dos direitos humanos na Argentina: 21 crianças e adolescentes estão também desaparecidos. Uma lista com esses nomes foi divulgada em Nova York pelo Argentine Information Service Center (AISC).

Uma organização independente interajuda por cidadãos americanos que se dedica a causas dos direitos humanos na Argentina, é a seguinte:

- **Albio de Rosati, Rocha de Garcia, 3 anos de idade;** a 12 de janeiro de 1977. Beatriz Rocha, professora, 38 anos, foi sequestrada em sua casa por militares argentinos. Alguns dias mais tarde, sua filha de 3 anos foi retirada do caso do avô.
- **Anand Garcia, 3 anos;** sequestrado em 8 de novembro de 1974, juntamente com seus pais, em Buenos Aires. Os cadáveres dos pais foram achados mais tarde no Uruguai. Nada mais se sabe a respeito da criança.
- **Simón Antonio Riguardo, 30 dias;** sequestrado juntamente com sua mãe que mais tarde apresentou uma petição argutiva. Lá ela informou que pouco depois do sequestro o bebê foi morto. Desde aquele dia — 13 de julho de 1976 — ela nunca mais o viu.
- **Mariana Zaffaroni Bata, 13 meses;** sequestrada com seus pais a 21 de setembro de 1976.
- **Andrés Crisostomo, 4 anos;** e **Victoria Grisman, 1 ano;** presos com os pais em local ignorado.
- **Bertina Zarnopolovsk, 13 anos;** presa na casa de sua avó a 15 de julho de 1976, foi indutoria a levar o grupo que a deteve à casa dos pais, onde toda a família foi levada à prisão.
- **Eliana Bizarra, 2 anos;** presa em Buenos Aires em maio de 1977 junto com sua mãe, Sonia, originária de Córdoba.
- **Pablo Motta, 2 anos;** preso com sua mãe, Rita Raquel, em maio de 1977.
- **Carla Lucilla Santillán, 4 anos;** e **Carla Santillán, 2 anos;** presos com os pais em Pergamino, na província de Buenos Aires, em novembro de 1976.
- **Jorgelina Pinazo, 4 anos;** presa com a mãe, Cristina, em maio de 1977.
- **Rodolfo Garcia, 13 anos;** preso com o pai em Caseros, na província de Buenos Aires, a 10 de julho de 1976.
- **Pablo Márquez, 13 anos;** preso com a mãe, Graciela, a 13 de maio de 1977, em Avellaneda, Buenos Aires.
- **Maria Elena Fernández, 17 anos;** presa com os pais em Avellaneda, em maio de 1977.
- **Dagmar Hogelin, 17 anos;** sequestrada em Palermo, na província de Buenos Aires, a 27 de janeiro de 1977.
- **Daniel Ras, 17 anos;** sequestrado a 20 de julho de 1977 em Buenos Aires.
- **Eduardo Marín, 17 anos;** **Maria Zimmerman, 18 anos;** **Lacovora Zimnerman, 17 anos;** e **Fabio Fernández Medida, 17 anos;** buscados pela polícia no Colegio Nacional de Vicente López, na província de Buenos Aires, eles foram presos a 22 de outubro de 1976. Nada mais foram vistos. •

Do lado japonês está herdada a qualidade, a precisão, a natureza de sua borracha e a sofisticada tecnologia oriental.

Mas as cores alegres e vivas, o charme de sua forma, a graça de seu contorno, o jeitinho engraçado em sua sola anti-derrapante e na revolução para cima modelada com essas nervuras e hachaka foi feita por nossa gente, por homens, mulheres e crianças.

Coloque seus Judoka nos pés e você vai descobrir que ela é feita por quem entende de sandália.



Judoka

MADE IN JAPAN

MADE IN ARGENTINA BY KOMATSU S. I. TAKASA, S. M. OCHIBIKI, S. M. OCHIBIKI, S. M. OCHIBIKI

RP40: Outro que some (Ed. 511 – 21/06/1978)

ARGENTINA

Outro que some

Em meio à Copa, desaparece mais um jornalista

N a última página fora, da 12.ª frente um esquadro dirigido nos por salistas, o Almirante Emilio Mendoza, membro da Junta Militar que viajara a Argentina, foi morto em um hotel. "O que se sabe é que se tratava de um jornalista, mas se trata apenas de uma hipótese, porque não se sabe quem o matou", disse o chefe de polícia de Mendoza, "o que é o Almirante considero uma 'vaca' entre bandidos, violada a ordem pública, mas não sabe como o assassinio do desaparecido jornalista de economia do país — Héctor Delgado, de 44 anos, diretor do jornal *El Cronista Comercial* e da revista *Mercado*.

O desaparecimento de Delgado não foi muito diferente do de outros jornalistas, intelectuais, artistas e políticos nos últimos anos. Ele foi visto pela última vez na manhã do dia 4, quando estava em seu carro, para ir a uma consulta médica. O que se segue é um mistério absoluto. Durante os dois meses seguintes, sua família começou a procurar, recorrendo a todos os meios de comunicação, sem sucesso. Na suposição de que Delgado estivera "fora do país" para alguns dias — uma hipótese muito comum na Argentina há hoje.

Até o fim da semana, entretanto, a polícia não havia conseguido trazer nenhuma informação. Constatou-se, no entanto, que estava agora à família do jornalista, que estava viajando o carro das pressões, que todos os dias estavam visitando a casa de Héctor para obter informações. Para de Héctor para obter informações sobre o paradeiro de seu pai, os parentes de Delgado — um número considerável, quando ele viveu, em 1930.

do sobre os problemas políticos do país — quando, evidentemente, não tinha quarta vez o jogo. A imagem permanece a mesma, mas a situação mudou.

No final, os militares emitiu o seguinte comunicado:

Na noite de 20 de maio, o jornalista Héctor Delgado foi sequestrado em sua casa em Buenos Aires, juntamente com sua esposa e dois filhos. O sequestro foi realizado por um grupo de militares argentinos. O sequestrado foi levado para um local desconhecido. O sequestrado foi levado para um local desconhecido. O sequestrado foi levado para um local desconhecido.

Essa mesma disposição de Cerros poderia ser mantida ainda na semana passada ao final de um outro episódio: o foguete de um que se estenderam Washington e Havana em torno da responsabilidade ou não do governo cubano no envio da província de Sábana, no sul do Zaire, por trabalhos de campo, no meio parafuso. Em outros tempos, o sul de recuperação industrial de ambos os lados queria para adicionar por muito tempo qual-quer esforço de implementação entre Cuba e os Estados Unidos. Dessa vez, contudo, isso não se deu.

As mesmas fontes que se dedicam



Cerros com Terrores: não é fixo

RP41: Castigo em U\$ (Ed. 516 - 26/07/1978)

CHILE
Porto, porto
Próximos de Pinochet

Conferenciando um dos mais habilitados e embaixadores das Forças Armadas do Paraguai, Roberto White, com quem, na primeira semana deste mês, um dos maiores fatos de sua carreira, decorreu, em Assunção, um encontro sí-gnificativo entre o chefe do Serviço de Inteligência das Forças Armadas para-guaia, coronel Benito Guanes, e um agente especial do FBI, Calvin Clegh. Depois de uma conversa privada e fru-tuosa com Guanes, o policial ameri-cano embarcou de volta a Washington levando em sua bagagem um docu-mento da mais alta importância.

Tratava-se, simplesmente, da mala compronteadora prova. Já levantada nos 22 meses de investigações que a polícia e a Justiça dos Estados Unidos fazem sobre o chamado "caso Letelier" — o assassinio num atentado a bomba, em Washington, em setembro de 1976, de Orlando Letelier, ex-ambador chileno nos tempos de Salvador Allende. O que o agente Clegh conseguiu arranjar do coronel Guanes foi um testemunho ju-ramentado informando diretamente o general-chefe Manuel Contreras, Se-pulveda, chefe da antiga DINA, orga-nismo hoje extinto, mas antes o todo-poderoso serviço secreto do governo de Santiago, no atentado contra Letelier.

COM SOTAQUE — Guanes contou a Clegh que, em agosto de 1976, Contreras Sepulveda telefonou-lhe pessoalmente do Chile — em seguida enviou-lhe uma mensagem cifrada — solici-tando a emissão de passaportes para Guanes, filhos, e dois agentes da DINA, que precisavam viajar clandestinamente para os Estados Unidos em missão se-creta. Em princípio, explicou Guanes, o pedido nada tinha de extraordinário, uma vez que já se tornara quase rotineira a troca de facilidades entre o ser-vidor secreto de alguma governação mili-tar e latino-americanos, inclusive para missões em terceiros países. Dado de-pois de alguns dias, desembocaram no Paraguai os dois agentes da DINA, que se identificaram como sendo José Vil-liam, Rose e Alejandro Romeral. Para — mores falas para Michael Vernon Towhey, cidadão americano residente em Santiago, e o capitão do Exército

chileno, Armando Fernández Letelier. A trama, a verdade, embargada antes ser de todas as tentativas do presidente do consórcio americano em Assunção, para não se dilatar no mês seguinte, bilhões de pesos do passaporte para estes países, enfim, bastou a porta de nos EUA, ela fechada que os dois ti-nham enquanto Letelier, o que a fez ab-ter o êxito amarelo. Este, por sua vez, depois de uma rápida consulta a Washington, emitiu os vis- — mas seu passaporte fora repre-tado nos arquivos da buro-cracia diplomática americana.



Armando Fernández Letelier, chefe do Exército chileno, em sua eventual fraqueza esqueceu as fotografias dos dois agentes.

TAMARIT PROSHERT — O resto da história já é conhecido. Towhey e Fer-nández Letelier, não conseguindo passa-portes, paraguaios, acabaram embar-cando para os Estados Unidos com do-cumentos chilenos, mesmo — e foi as-sim que, em Miami, entraram em con-tato com cubanos autocratas e deturpam a operação que acabaria sendo o caso de Letelier comido pelos águas, em plena Avenida Massachusetts, em Washington. A conexão paraguai-ana não deixou nada de um furo, por-tanto graças a ela — ou, mais especifica-mente, às fotografias adquiridas no consulado americano no Paraguai — que o FBI conseguiu estabelecer a li-nha de Towhey e Fernández. Apesar de também grupos em paralelo para-guaio que se conseguiram infiltrar dire-tamente Contreras Sepulveda.

O FBI tem agora, inclusive, a menta-fem em código com que Contreras pe-dia a ajuda de sua coliga paraguai-a. Mas importante, notamos é que, que-rido Augusto Pinochet de manter se distan-ciado do atentado contra Letelier, a crise parca, enfim, bastou a porta de nos EUA, ela fechada que os dois ti-nham enquanto Letelier, o que a fez ab-ter o êxito amarelo. Este, por sua vez, depois de uma rápida consulta a Washington, emitiu os vis- — mas seu passaporte fora repre-tado nos arquivos da buro-cracia diplomática americana.



Manuel Contreras Sepulveda, chefe da antiga DINA, organismo hoje extinto, mas antes o todo-poderoso serviço secreto do governo de Santiago.

ARGENTINA
Castigo em U\$
Pelas direitas humanas, um empíctimo e velado

ERA a revista, basicamente, a ama-ria que os Estados Unidos tinham aqui-ando, até há pouco, sobre o governo militar da Argentina — e sobre a si-lueta que faz daquele país o destino de um dos países recorde de mortal-i-dade em matéria de tempo nos direi-tos humanos. Houve no ano passado, é verdade, a suspensão dos direitos mil-i-tares entre os dois países e a conse-quente paralisação dos finansiamen-tos

de vendas de armas americanas para o governo de Buenos Aires. Mas, no âmbito dos negócios não militares, não ficou desconhecido nada — até a última guerra-tira. Nesse dia, muita sensibi-lidade com os meios de pressão so-cial, em Argentina, os EUA fizeram des-ber sobre a Juntas Militar em castigo — além de 18 milhões de dólares — algo bem mais considerável que simples ajuda.

Esses dólares ora destinados a uma parte da construção da usina hidro-eléctrica de Apog Yacaré, situada no rio Paraná — um projecto, que, realizado em 4,6 bilhões de dólares em seu caso total, custaria-se no segundo maior empreendimento argentino no setor (a primeira, continua sendo apenas um so-bito). Recentemente, cumprindo uma das etapas da construção, os argentinos encomendaram turbinas da maior fá-brica americana do setor, a Allis-Chalmers, num negócio cujo valor era de 275 milhões de dólares. Como financiar essa transacção? Essa era a pergunta de 140 milhões de dólares, do total de 275 milhões, seriam financiados por bancos americanos. Quanto aos res-tantes 135 milhões, foi encaminhado um pedido ao Embank, um orga-nismo pertencente ao governo argen-tino, para que arcasse com a operação.

SORRA MAIS — O problema é que o Embank, por manipular dinheiro do contribuinte americano, precisa pedir um parecer do Departamento de Estado antes de fechar seus negócios. E foi aí, precisamente, que as coisas enrocaram. Na semana passada, ao dar seu veredicto sobre se o empréstimo devia ou não ser concedido aos argentinos, o Departamento de Estado disse não, sob a alegação de que um governo que não égracia o tempo devido aos direitos humanos não merece ajuda em seus ne-gócios. Especificamente, o Departa-mento de Estado afirmou que conti-nuam ocorrendo, na Argentina, fatos degraçadíssimos, como prisões sem pro-cessos e desaparecimento de religiosos, líderes trabalhistas ou membros de or-ganizações dedicadas à defesa dos di-reitos humanos.

Com outros países, há precedentes na decisão tomada na semana passada: já ocorreram atitudes semelhantes, da parte dos EUA, em exportações para a África do Sul, o Chile e o Uruguai. Com a Argentina é que é a primeira vez. De qualquer forma, o episódio mais uma vez ilustra a determinação com que vem sendo conduzida a política de vincular

a observância dos direitos humanos à política externa americana. E, ao que se sabe, ainda caberá mais para os argen-tinos, há outros pedidos ao Embank de financiamento para o governo de Buenos Aires, num total de 500 milhões de dólares — e tudo indica que também esses empréstimos serão recusados.

ROMERIO GARCIA
ESPANHA
Onze tiros
Dois militares morrem num atentado em Madrid

Segundo testemunhas, tudo não durou mais que 3 minutos. Eram 8 e meia da manhã de sexta-feira, quando um taxi Renault ocupado por uma moça vestida de verde e um rapaz de grossa

bigodes se aproximou de um automóvel Seat 124 preto estacionado defronte ao número 16 da Calle Bristol, em Madrid. Os dois jovens saíram de suas armas — duas pistolas Parabellum calibre 9 — e atiraram seguidamente, arran-cando depois a alta velocidade. No banco traseiro do Seat, banhados em sangue, ficaram os corpos do general-de-branda Juan Sánchez Ramos, 42-querido e de seu ajudante, o tenente-co-ronel Juan Pérez Rodríguez, mortos com onze tiros.

O general Ramos, inquieto nem ocupava uma função política mas ao ocupar as funções de chefe de material de artilharia da Direcção de Apoio Logístico do Exército. Quem poderia prender matá-lo? Como de outras ve-zes no país, parecia tratar-se de um atentado de autores e objectivos obscu-ros. Diferenças ideológicas para jurado chamaram a atenção do crime ora para um semiconhecido e conhecido Grupo Revolucionário Antifascista Psíquico de Ouberto (GRAPQA), uma or-ganização terrorista que continua se en-focar de uma rotineira e esporádica e, por vezes, de armas e explosivos de uso es-trito da polícia.

Air a madrugada de sábado, uma in-terna caçada policial em Madrid mobilizou mais de 1.000 homens, cães, car-ros patrulha e helicópteros, e já se ha-via realizado "algumas detenções". No plano político, o atentado foi rece-bido com revolta, mas com serenidade. Todos os partidos políticos condenaram o crime. Sucederam-se as reacções, mas o primeiro-ministro Adolfo Suárez, após encontro com o rei Juan Carlos I, preferiu um discurso que levou à im-pressão geral de que o governo detesta



absoluto controle da situação. "Res-ponderemos com firmeza, mas com se-riedade", disse de "Não toleraremos qualquer reacção extremista, por maior que seja nossa indignação."

URSS
"Duros" em acção
Taria começado a disputa para suceder Brejnev

O que, afinal, está se passando com os russos? Depois dos julgamentos dos dissidentes Anatoly Semenov e Alexander Ginzburg, há duas semanas a disputa para a sucessão de Brejnev está em andamento. Quem poderia prender matá-lo? Como de outras ve-zes no país, parecia tratar-se de um atentado de autores e objectivos obscu-ros. Diferenças ideológicas para jurado chamaram a atenção do crime ora para um semiconhecido e conhecido Grupo Revolucionário Antifascista Psíquico de Ouberto (GRAPQA), uma or-ganização terrorista que continua se en-focar de uma rotineira e esporádica e, por vezes, de armas e explosivos de uso es-trito da polícia.

VEJA 26 DE JULHO, 1978

RP42: Distensão dinamite (Ed. 518 – 09/08/1978)

ARGENTINA Distensão, dinamite

Após o primeiro passo no retorno do poder aos civis, uma explosão em Buenos Aires

Na noite da última segunda-feira, dia 31, dois jovens bem vestidos e cri-bando credenciais de agentes da Divisão de Tópicos da polícia argentina voltaram para o apartamento para alugar no 2.º andar do edifício número 1.937 da calle Pacheco de Melo, no elegante Barrio Norte de Buenos Aires. Como das duas primeiras visitas, eles aguardaram que queriam revisar o apartamento em busca de provas que incriminassem seu antigo mordador. Só que desta vez traziam nas mãos uns estranhos tubos coloridos de cerca de 15 centímetros de comprimento.

Dinamite? A Alexandra Passo de Gil, dona do apartamento vazio, não tinha dados para descobrir. Afinal, para todos os efeitos, os jovens eram policiais. Colocados assim à vontade, os dois ficaram trançados no apartamento por cerca de três horas — e depois partiram. Exatamente a 1h-40 da madrugada de terça-feira, uma violentíssima explosão reduziu a escombros o prédio de dez andares, matava três pessoas e feriu gravemente outras dez.

O alvo do atentado era o almirante Armando Lambruschini, de 52 anos, chefe do Estado-Maior da Marinha argentina, que naquele momento dormia em seu apartamento, no 2.º andar do prédio vazio — que tinha paredes comuns com o edifício onde fora montada a bomba. Lambruschini escapou ileso, graças a um erro de cálculo dos terroristas: eles colocaram a carga de explosivos juntos a uma parede que, segundo supostavam, era cônica à 90 graus do apartamento. Não era. Do outro lado dormia Paula, filha de 15 anos de Lambruschini, que morreu soterrada pelos escombros da parede.

"SEGUNDA ETAPA" — A princípio pensou-se que se tratava de uma nova ação do Exército Argentino, ou de qual-quer outra organização terrorista de extrema esquerda. Essa hipótese, entretanto, foi aos poucos sendo abandonada. Por duas razões: em primeiro lugar, as organizações de esquerda costumam assumir imediata responsabilidade

sobre o colaborador pessoal general Roberto Viola, passando automaticamente para a reserva. Mas que isso, ao deixar o serviço ativo, Videla abdicou não também a junta militar em que, ao lado do almirante Emilio Massera e do general brigadeiro Orlando Agosti, governou a Argentina desde a deposição da presidente Isabelita Perón, na noite de 24 de março de 1976. Seu lugar na junta passou a ser ocupado pelo general Viola — e acima dele, como presidente da República, cobocou-se unicamente Videla.

DE TERMO E GRAVATA — O atentado, aparentemente, não chegou a arruinar a decisão de Videla de recolocar a Argentina nos trilhos institucionais. Na manhã de terça-feira, enquanto nas ruas de Buenos Aires o Exército e a polícia davam início a uma das maiores operações de busca de turbulência histórica do país, os funcionários da Casa Rosada, o palácio presidencial, experimentaram ligeiras mas significativas mudanças protocolares: eles receberam, pela primeira vez em dois anos e cinco meses, um presidente vestido civilmente de termo e gravata. Era Videla, iniciando um segundo período



Como ficou o prédio...

interessados em detectar o anunciado projeto do governo militar de restaurar a democracia no país e devolver o poder, de forma lenta e gradual, aos civis.



...de Lambruschini para a reserva, na sequência ordenada...

Desse ponto de vista, o atentado ao primeiro passo em direção à institucionalização do país — que o governo decidiu chamar de "segunda etapa" do processo de reorganização nacional — dado pelo presidente Jorge Rafael Videla na tarde de segunda-feira. De fato, poucas horas antes da explosão da bomba, Videla transmitira o comando do Exército argentino a seu

Massera, em 13 de setembro, dando lugar exatamente ao desartanhado vice-almirante Lambruschini; e, em agosto do próximo ano, o brigadeiro Agosti, que deveria ser substituído pelo atual chefe do Estado-Maior da Armada, brigadeiro Omar Griffin. Mais importante que tudo isso, porém, é a decisão de Videla de convocar novo Minis-

VEJA 9 DE AOSTO, 1978



A junta: Agosti, Videla, Massera e, agora, também Viola

INCRÉDULA — Esse processo todo, de quilibretes, forma, deverá obedecer, com rigor, ao selo de Videla — um homem moderado, empolgado em proporcionar a abertura do regime, mas da maneira segura e sobriedade, pela Siba (Sistema de Segurança), nesse processo, as necessárias precauções. A mais importante delas será encimada pela própria junta, que continuará gravando do estatuto de "vigilância superior da nação", com poderes instituídos de deslutar o presidente e de agitar o Exército, se assim o presidente e de

As bodas de ouro

O casamento de Cristina Onassis e o medo ocidental: a frota naval soviética vai crescer?

pronta onze pessoas puderam testemunhar o momento supremo desta moderna história de amor entre Leste e Oeste — ou, mais precisamente, entre Extremo Capitalismo e Extremo Comunismo. E quando Cristina Onassis, a "menina de ouro" do falecido bilionário grego Aristóteles Onassis, e Sergei Davydovitch Kanarov, irmão de pai morto na sangrenta batalha de Stalingrado, em 1942, trocaram o dia, o símbolo de Moscou viveva, na manhã de terça-feira da semana passada, um acontecimento tão sensacional quanto o casamento de Lúnders Duncan com o poeta Sergei Ye-ntsev, meio século atrás. Os noivos chegaram num Chevrolet amarelo, os recém-casados seguiram imediatamente 32 minutos depois num Volvo que três vezes mais caro, muito longo, quase um ano para ser pago, mas exatamente para outro modelo — mais barato, uma Volvo 1700cc, perto do lago Baikal, uma vila de madeira de sete quartos, 10.000 quilômetros a partir de Moscou e que só terminou na hora militar, em que alguns temem que Videla possa vir a

presenciar (tanto pela junta como pelo presidente, Videla, nesse aspecto, parece ter se antecipado, ao conseguir, com grande habilidade, somar um certo número de pontos em seu favor). O principal deles foi garantido ao cônsul general Viola como membro da junta, o que neutraliza, pelo menos temporariamente, o potencial poder do Uruguai, que é o de deslutar lei.

Para conseguir isso, a junta deve ter, antes, conseguido unanime entre seus membros — e isso dificilmente será possível com a presença de Viola, uma espécie de *alter ego* de Videla. Por outro lado, no caso das questões militares e de segurança nacional, Videla parece ter igualmente conseguido garantir de que sua voz se fará ouvir. Dos cinco membros do Conselho de Defesa, dois apenas poderiam cantar fora de tom: os representantes da Marinha e da Aeronáutica. Os outros três seguem a mesma partiram, são eles Viola, um ministro da Defesa, nomeado por Videla, e o próprio presidente. Parece assim, em tese, ganhar a vitória por 3 a 2.

disidente Andrei Amalrik emergou seu exílio.

"Eu estou feliz, já tive todos os lúxus do mundo, quero viver uma vida simples", disse a sua Kanarov a saída do monumental Palácio dos Caçadores, uma miríada de edifícios delatado no centro de Moscou. Infinitos pontos de luzes da iluminação popular encontram, então, a sua transformação em realidade viva. De um lado, a herdeira do império de 500 milhões de dólares deixados pelo amador Aristóteles Onassis. De outro, um modesto exército da pátria cerca de 10.000 quilômetros de longe, o casal irá viver com a filha do noivo, o casal irá viver com a filha do noivo, Maria Sergeyevna, num apartamento de dois quartos num subúrbio de Moscou.

AMOR E LÚXUS — Esse paralelo de amor será perfurado se, como todo pa-riente, não reconhecer também a sua importância. E há se inferências (na boda)

VEJA 9 DE AOSTO, 1978

RP43: Tiros na cabeça (Ed. 522 - 06/09/1978)

to nacional! E o resultado disse é que a campanha acaba se transformando menos num debate de ideias do que num duelo pessoal entre os candidatos. Indagado por VELA sobre as possíveis diferenças existentes entre suas propostas eleitorais e as do seu rival, Pizarra respondeu em poucas palavras: "Elas residem na demagogia do candidato adversário", disse.

De acordo com as sondagens, os principais beneficiários dos votos perdidos pelos dois grandes partidos seriam os peronistas, que recebem mais de 10% do eleitorado e José Vicente Rangel, candidato do Movimento al Socialismo, dista de obter seu eleitorado de 4% que poderia obter seu eleitorado de 4% para 8%. Segun podem fazer nos estudos de Pizarra e Herrera, o certo é que caberá aos venezuelanos o raro privilégio de uma vez mais, decidir livremente sobre quem deve ser o próximo ocupante do Palácio de Miraflores. E isso, num continente anulado de regimes de força, já basta para lhes conferir uma inegável vantagem.

PAULO SOTERO

ARGENTINA **OK** **43**

Tiros na cabeça

Violência política atinge o 13.º jornalista

No início da noite da última segunda-feira, ao fim de mais um dia de trabalho, o jornalista Horacio Aguilá, diretor e proprietário da revista *Confir-mado*, deixou a redação, no centro de Buenos Aires, dirigindo o seu Peugeot de cor borde, rumo para a calçada Posadas, no bairro Norte, onde era esperado para um jantar, em casa de amigos. Ao chegar, não teve dificuldade para encontrar uma vaga para estacionar. Contudo, quando começou a manobrar, seu carro foi bruscamente fechado por um taxi Ford Falcon. Do interior saiu um homem vestido calça e jaqueta preta.

Aguilá percebeu o que estava por acontecer e, em desespero, tentou escapar: engatou marcha à ré e pisou fundo no acelerador, mas seu carro bateu num outro, estacionado do lado atrás. Foi sua perdição. O quem, Sobre eles, nunca mais se teve agora empunham.

Horacio Aguilá

VELA, 6 DE SETEMBRO, 1978
REP. 43, VIOLENCIA REPRESSÃO

de uma arma equipada com silenciador e atirou duas vezes. A primeira tiro, e fugiu no mesmo Ford Falcon, que parou a toda velocidade. Acompanhado por um novo veículo escuro que permaneceu por uns poucos metros atrás. Aguilá estava morto, com cinco balas calibre 22 na cabeça e o rosto coberto de sangue.

LISTA DE 13 — Em meio à voragem de violência política que há quatro anos agita a Argentina, acabava de se consumir mais um atentado. Aguilá, contudo, faz parte de um grupo especial de vítimas: o dos jornalistas identificados com as tesis moderadas do general Jorge Videla, o atual presidente da República.

Ainda há poucas semanas Aguilá sustentara, num editorial de sua revista, que "queriamos haver setores que queriam impor sua trazo pela força, e os usam como armas os armados e os setores, a sociedade civil em muito pouco poderá contribuir para o presente processo de redemocratização iniciado pelo governo".

Que setores seriam estes? Provavelmente os mesmos que sequestraram na última semana os treze jornalistas argentinos no último ano e meio, todos eles com posições políticas próximas às de Aguilá. Edgardo Sajoyn, ex-secretário de Imprensa do presidente Alejandro Lanusse e depois redator do jornal *La Opinión*, foi o primeiro da lista; ele saiu de casa para o trabalho no dia 1.º de abril do ano passado — e nunca mais foi visto. Igual destino teria, quatro meses depois, Rodolfo Fernández Ponzal, diretor de *Última Clara*, um boletim de circulação reduzida, vinculado aos setores moderados do Exército. As primeiras vítimas seguintes seriam Rafael Parrera, editor do jornal *El Cronista Comercial*, Julián Delgado, o colunista econômico mais importante do país — e Juan Domingo Perón na trina anos, e *mercaderal* — e Enrique Eschbau, redator do jornal *Clarín* na província de Neuquén. Sobre eles, nunca mais se teve notícias.

47



Na mansão "17 de Outubro": chega a mudança de Buenos Aires

Faltam só 45 Km **OK** **44**

Isabelita chega mais perto

Cada o dia 1.º de agosto, a ex-primeira dama argentina María Estela Martínez de Perón, Isabelita, estava de malas prontas — cara de que, afinal, chegara a hora de mudar de residência. Realmente, uma decisão já estava tomada. Após muitas hesitações, os membros da Junta Militar haviam enfim resolvido o que fazer com a ex-presidente, depositada em março de 1976 e depois confinada num chafiz de quatro cômodos, na base naval de Acopetado, na cidade de Azul, a 300 quilômetros de capital. O resto foi uma questão de dias. Por fim, no sábado, dia 26, um helicóptero verde do Exército argentino desceu com Isabelita no bem-cuidado parque de 15 hectares que circunda a mansão "17 de Outubro", em San Vicente, a 45 quilômetros de Buenos Aires.

Vendida com um *tailleur* marrom, Isabelita chegou acompanhada por dois oficiais do Exército e por sua inseparável governanta espanhola, Rosario Alvarez Espinosa. Na boicótica "17 de Outubro", proprietária comprada por Juan Domingo Perón há trinta anos, e onde o fidejido caudillo costumava passar os fins de semana, Isabelita terá a seu serviço um mordomo, três cozinheiros e duas arrumadeiras, além de

RP44: Faltam só 45 Km (Ed. 522 - 06/09/1978)

to nacional! E o resultado disse é que a campanha acaba se transformando menos num debate de ideias do que num duelo pessoal entre os candidatos. Indagado por VELA sobre as possíveis diferenças existentes entre suas propostas eleitorais e as do seu rival, Pizarra respondeu em poucas palavras: "Elas residem na demagogia do candidato adversário", disse.

De acordo com as sondagens, os principais beneficiários dos votos perdidos pelos dois grandes partidos seriam os peronistas, que recebem mais de 10% do eleitorado e José Vicente Rangel, candidato do Movimento al Socialismo, dista de obter seu eleitorado de 4% que poderia obter seu eleitorado de 4% para 8%. Segun podem fazer nos estudos de Pizarra e Herrera, o certo é que caberá aos venezuelanos o raro privilégio de uma vez mais, decidir livremente sobre quem deve ser o próximo ocupante do Palácio de Miraflores. E isso, num continente anulado de regimes de força, já basta para lhes conferir uma inegável vantagem.

PAULO SOTERO

ARGENTINA **OK** **43**

Tiros na cabeça

Violência política atinge o 13.º jornalista

No início da noite da última segunda-feira, ao fim de mais um dia de trabalho, o jornalista Horacio Aguilá, diretor e proprietário da revista *Confir-mado*, deixou a redação, no centro de Buenos Aires, dirigindo o seu Peugeot de cor borde, rumo para a calçada Posadas, no bairro Norte, onde era esperado para um jantar, em casa de amigos. Ao chegar, não teve dificuldade para encontrar uma vaga para estacionar. Contudo, quando começou a manobrar, seu carro foi bruscamente fechado por um taxi Ford Falcon. Do interior saiu um homem vestido calça e jaqueta preta.

Aguilá percebeu o que estava por acontecer e, em desespero, tentou escapar: engatou marcha à ré e pisou fundo no acelerador, mas seu carro bateu num outro, estacionado do lado atrás. Foi sua perdição. O quem, Sobre eles, nunca mais se teve agora empunham.

Horacio Aguilá

VELA, 6 DE SETEMBRO, 1978
REP. 43, VIOLENCIA REPRESSÃO

de uma arma equipada com silenciador e atirou duas vezes. A primeira tiro, e fugiu no mesmo Ford Falcon, que parou a toda velocidade. Acompanhado por um novo veículo escuro que permaneceu por uns poucos metros atrás. Aguilá estava morto, com cinco balas calibre 22 na cabeça e o rosto coberto de sangue.

LISTA DE 13 — Em meio à voragem de violência política que há quatro anos agita a Argentina, acabava de se consumir mais um atentado. Aguilá, contudo, faz parte de um grupo especial de vítimas: o dos jornalistas identificados com as tesis moderadas do general Jorge Videla, o atual presidente da República.

Ainda há poucas semanas Aguilá sustentara, num editorial de sua revista, que "queriamos haver setores que queriam impor sua trazo pela força, e os usam como armas os armados e os setores, a sociedade civil em muito pouco poderá contribuir para o presente processo de redemocratização iniciado pelo governo".

Que setores seriam estes? Provavelmente os mesmos que sequestraram na última semana os treze jornalistas argentinos no último ano e meio, todos eles com posições políticas próximas às de Aguilá. Edgardo Sajoyn, ex-secretário de Imprensa do presidente Alejandro Lanusse e depois redator do jornal *La Opinión*, foi o primeiro da lista; ele saiu de casa para o trabalho no dia 1.º de abril do ano passado — e nunca mais foi visto. Igual destino teria, quatro meses depois, Rodolfo Fernández Ponzal, diretor de *Última Clara*, um boletim de circulação reduzida, vinculado aos setores moderados do Exército. As primeiras vítimas seguintes seriam Rafael Parrera, editor do jornal *El Cronista Comercial*, Julián Delgado, o colunista econômico mais importante do país — e Juan Domingo Perón na trina anos, e *mercaderal* — e Enrique Eschbau, redator do jornal *Clarín* na província de Neuquén. Sobre eles, nunca mais se teve notícias.

47



Na mansão "17 de Outubro": chega a mudança de Buenos Aires

Faltam só 45 Km **OK** **44**

Isabelita chega mais perto

Cada o dia 1.º de agosto, a ex-primeira dama argentina María Estela Martínez de Perón, Isabelita, estava de malas prontas — cara de que, afinal, chegara a hora de mudar de residência. Realmente, uma decisão já estava tomada. Após muitas hesitações, os membros da Junta Militar haviam enfim resolvido o que fazer com a ex-presidente, depositada em março de 1976 e depois confinada num chafiz de quatro cômodos, na base naval de Acopetado, na cidade de Azul, a 300 quilômetros de capital. O resto foi uma questão de dias. Por fim, no sábado, dia 26, um helicóptero verde do Exército argentino desceu com Isabelita no bem-cuidado parque de 15 hectares que circunda a mansão "17 de Outubro", em San Vicente, a 45 quilômetros de Buenos Aires.

Vendida com um *tailleur* marrom, Isabelita chegou acompanhada por dois oficiais do Exército e por sua inseparável governanta espanhola, Rosario Alvarez Espinosa. Na boicótica "17 de Outubro", proprietária comprada por Juan Domingo Perón há trinta anos, e onde o fidejido caudillo costumava passar os fins de semana, Isabelita terá a seu serviço um mordomo, três cozinheiros e duas arrumadeiras, além de

cinco jardineiros. Para a mansão foram trazidos os móveis, a roupa de cama, a lareira e os objetos de decoração que estavam na outra residência da ex-presidente no bairro de Vicente López, em Buenos Aires. A piscina e as cavalariças da casa de campo foram reformadas — e assim ela poderá voltar a prestar o equilíbrio, seu esporte preferido, quando o casal, ou passar com seu filho da quinta, ou passar com seu cachorrinho *providé* com total liberdade entre os muros de sua extensa propriedade.

BOA VONTADE — Foi, como seria de se esperar, um acomodamento assustoso para os peronistas ortodoxos, que insistiam, na semana passada, em levantar a possibilidade de Isabelita voltar à vida política. Mas ainda é cedo para se pensar nessa hipótese. Na verdade, a mudança de casa não ultrapassaria os limites de um gesto de boa vontade da presidente.

ORIENTE MEDIO

Sem rede de proteção

Às vésperas da reunião de cúpula de Camp David, pessimismo e temores de uma nova guerra

Junta — e, além disso, a situação jurídica da vitória de Perón não mudou em nada. Ela continua presa, a disposição do Executivo, privada de seus direitos políticos, e proibida de dispor de seus bens. Mas ainda, provocando a hostilidade e julgamento de seus cinco processos por malversação do equívoco em fundos públicos.

Para os peronistas, de qualquer forma, o episódio está carregado de um duplo significado. Primeiro, a renúncia de Perón, Isabelita foi levada à renúncia base militar de "El Mesolito" em Neuquén com 1 a 1 600 quilômetros de Buenos Aires. Depois, chegou à base naval de Acapulco, bem mais perto da capital. Agora, está a 45 quilômetros. Faltam apenas, nessa linha de raciocínio, a descida do helicóptero na quinta de Vicente López; a poucas quadras da residência presidencial de Olivos.

Éra, de novo, o mais puro Amour Sacré em ação. Recorrendo às imagens e aos profetos grandiloquentes tão a seu gosto, o presidente do Egito, na semana passada, propôs que os mais altos dignitários religiosos do Egito e de Israel — judeus, cristãos e muçulmanos — se unissem a ele, em novembro próximo, no monte Sinai, para rezar pela paz. Mas, de que paz estaria falando Sadat, ao sugerir essa improvável contrariedade ecumênica? É simples: Sadat está apostando num resultado positivo para a reunião que manteria, a partir desta terça-feira, dia 5, com o presidente americano Jimmy Carter e o primeiro ministro israelense Menachem Begin, na residência presidencial de Camp David, em Maryland, Estados Unidos.

O otimismo germinado de Sadat serviu para sensibilizar a população egípcia. Houve manifestações nas ruas do Cairo, na semana passada, para renovar a confiança do povo em seu grande "herói da paz". As palavras emotivas do presidente egípcio não chegam, entretanto, a convencer a todos. E, na verdade, não é preciso ser um pessimista renidente para ver em dúvida o

risso panocrata israelítico por Sadat.

"ATE O LITZO FINAL"

Para começar, as últimas declarações de Sadat e Begin sobre as dificuldades de alcançar um acordo definitivo para o Oriente Médio permitem prever, sendo um fracasso total em Camp David, pelo menos dificuldades de enorme monta. Sadat parece inclinado, por exemplo, a defender, perante Carter e Begin, a mesma posição já transmitida ao ministro israelense da Defesa, Ezer Weizman, durante uma reunião em Viena, em julho. "Ora, Weizman", disse Sadat na ocasião, "diga a Begin que nós estamos prontos a concluir um acordo de paz em questão de horas. Mas ainda há pontos de desconfiança".



Sadat, todos rezando no monte Sinai

ACROBACIAS

— Nos meios políticos e diplomáticos israelenses, no fim da semana passada, o encontro de Camp David é definido como "perigoso exercício de acrobacia, sem rede de pro-

Sadat... Begin quer os territórios e a paz. Não, desolp... para isso é impossível. A saída é a paz ou os territórios. Você pode ser a paz ou os territórios... Mas os israelenses, não são ao jeito Perón.

Do lado de Israel, a situação não é muito diferente. Não há, na realidade, nenhum indício de que Begin esteja disposto a abrir mão dos territórios e voltar às fronteiras históricas. A Guerra de que se trata a permitir a instalação dos Seti Dais, em 1967, e muito menos qualquer coisa que se assemelhe a um Estado palestino independente. O primeiro-ministro israelense, com uma ponta de utopianismo, chegou a afirmar, é verdade, que a reunião de Camp David gerará pelo menos um "acordo parcial permanente". Sua posição está sendo interpretada, no entanto, como uma tentativa de novamente atrair votos e gestas formadas do passado, já devidamente rejeitadas por Sadat. Conclui-se, mais exatamente, que Begin trava, malgrado a vontade de acertar um acordo em separado com o Egito.

VEJA, 6 DE SETEMBRO, 1978

REP 44 MILHARES NO NORDE: CASO ISABELITA

RP45: A ameaça das Armas (Ed. 523 – 13/09/1978)

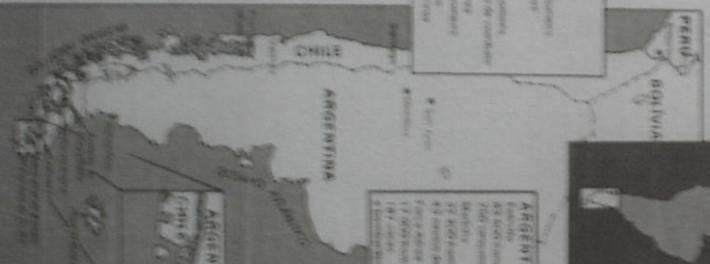
A ameaça das armas

Por causa de Beagle, a Argentina convoca reservistas e surge o temor da guerra

É hora de agir, dizem os militares argentinos, convocando pelo menos 75 mil homens para lutar ao longo das Ilhas Malvinas, Foz de Los Andes, o canal de Beagle, zona de uma disputa bilógica de fronteira entre a Argentina e o Chile. Ao redor do sul, o comando da esquadra chilena o início das operações. Immediatamente, mais de dez milhares de marinheiros, incluindo alguns milhares de fuzileiros navais, são levados ao mar e transportados em direção às Ilhas. O desdobramento se dá sem maiores dificuldades, sob os olhares atentos dos habitantes — argentinos e britânicos das Malvinas — que temem a emergência da Junta Militar, o presidente da República, general Augusto Pinochet, de nomear "a operação organizada nos dois lados como uma vitória, não fechada ao fim de dois meses de 1980 quilômetros que separam os dois países, enquanto ambos os governos discutem a possibilidade de um Tratado de Paz e o Equador, o último conflito armado que ocorreu nos países sul-americanos, uma nova guerra estalou na América do Sul.

Enquanto isso, os argentinos convocam reservistas e mobilizam os militares para a defesa das Ilhas. O desdobramento se dá sem maiores dificuldades, sob os olhares atentos dos habitantes — argentinos e britânicos das Malvinas — que temem a emergência da Junta Militar, o presidente da República, general Augusto Pinochet, de nomear "a operação organizada nos dois lados como uma vitória, não fechada ao fim de dois meses de 1980 quilômetros que separam os dois países, enquanto ambos os governos discutem a possibilidade de um Tratado de Paz e o Equador, o último conflito armado que ocorreu nos países sul-americanos, uma nova guerra estalou na América do Sul.

É hora de agir, dizem os militares argentinos, convocando pelo menos 75 mil homens para lutar ao longo das Ilhas Malvinas, Foz de Los Andes, o canal de Beagle, zona de uma disputa bilógica de fronteira entre a Argentina e o Chile. Ao redor do sul, o comando da esquadra chilena o início das operações. Immediatamente, mais de dez milhares de marinheiros, incluindo alguns milhares de fuzileiros navais, são levados ao mar e transportados em direção às Ilhas. O desdobramento se dá sem maiores dificuldades, sob os olhares atentos dos habitantes — argentinos e britânicos das Malvinas — que temem a emergência da Junta Militar, o presidente da República, general Augusto Pinochet, de nomear "a operação organizada nos dois lados como uma vitória, não fechada ao fim de dois meses de 1980 quilômetros que separam os dois países, enquanto ambos os governos discutem a possibilidade de um Tratado de Paz e o Equador, o último conflito armado que ocorreu nos países sul-americanos, uma nova guerra estalou na América do Sul.



Argentina convoca reservistas e surge o temor da guerra. Enquanto isso, os argentinos convocam reservistas e mobilizam os militares para a defesa das Ilhas. O desdobramento se dá sem maiores dificuldades, sob os olhares atentos dos habitantes — argentinos e britânicos das Malvinas — que temem a emergência da Junta Militar, o presidente da República, general Augusto Pinochet, de nomear "a operação organizada nos dois lados como uma vitória, não fechada ao fim de dois meses de 1980 quilômetros que separam os dois países, enquanto ambos os governos discutem a possibilidade de um Tratado de Paz e o Equador, o último conflito armado que ocorreu nos países sul-americanos, uma nova guerra estalou na América do Sul.

REP 44 MILHARES NO NORDE: CASO ISABELITA

REP 44 MILHARES NO NORDE: CASO ISABELITA

REP 44 MILHARES NO NORDE: CASO ISABELITA



Pinochet: diante de duas alternativas difíceis



Videla: antes das negociações, pressões

arresta, na verdade, desde o final do século passado. Em 1971, após o fracasso de negociações bilaterais realizadas entre os dois países, os governos de Santiago e Buenos Aires decidiram entre-pretar a solução do problema à rainha Elizabeth II, da Inglaterra. Chile e Argentina, firmado entre ambos em 1902, e que designava o soberano da Inglaterra como árbitro da questão.

Uma corte especial, constituída por cinco especialistas em direito interno, nacional, passou quase seis anos estudando a questão. Em abril do ano passado, finalmente, veio a resposta, na forma de um laudo arbitral assinado pela soberana britânica, dando ganho de causa ao Chile. O laudo estipulou que pertenciam ao Chile as ilhas de Picton, Lantorn e Nueva, mais todas as ilhas e arquipelagos geográficos existentes ao sul do canal de Beagle até o cabo de Hornos — e, ao fazê-lo, determinou a mais importante alteração geopolítica na América do Sul desde a Guerra do Pacífico, 99 anos atrás, quando a Bolívia perdeu o seu litoral para o Chile e o Peru ficou sem a província de Arica.

ESTRATÉGIA MILITAR — Para o Chile, as consequências práticas do laudo não são nada desprezíveis. Até agora com sua jurisdição marítima limitada ao oceano Pacífico, o país, depois da decisão britânica, passa a estender sua soberania para o Atlântico. Como na ilha Antártica, o Chile poderia apresentar reivindicações na península de jazidas petrolíferas na plataforma continental da área e nos detritos de pesca dentro do limite de 200 milhas das águas territoriais — ou ainda um aumento de suas cotas de participação na semimercadoria Antártica. Além disso, a projeção de soberania chilena em direção ao Atlân-

VELA, 11 DE SETEMBRO, 1978

tico alteraria a jurisdição marítima argentina e prejudicaria suas comunicações militares com a Antártida.

Não são apenas de ordem econômica os benefícios que o Chile poderia receber. Havana também uma importante consequência estratégica, pois o país passaria a controlar legalmente, além do estreito de Magalhães e do canal de Beagle, também o estreito de Drake, situado mais ao sul — as três únicas passagens naturais viáveis para a navegação entre o Pacífico e o Atlântico. "O problema real, para nós, é de estratégia militar", disse a VEJA, recentemente, uma fonte da Casa Rosada.

NOVO IMPASSE — Em janeiro passado, após algumas importantes manobras realizadas pela Marinha argentina na área de Beagle, e uma série de belos chafes verdadeiros disparados por ambos os lados, o governo de Buenos Aires declarou nulo o laudo arbitral britânico, numa atitude inédita no campo do direito internacional. Seguiram-se nervosas gestões diplomáticas entre as duas capitais. No último dia 20 de fevereiro, enfim, a tensão baixou um pouco com a assinatura, pelos generais Pinochet e Videla, da Aia de Puerto

Monte — compromisso considerado a partir de então como o documento base para a busca de uma solução para o problema fronteira.

VELA, 11 DE SETEMBRO, 1978

uma solução definitiva para a questão antes do dia 2 de novembro próximo — data fixada para a renovação do litígio. Contudo, na quinta reunião chegou-se novamente a um impasse.

"COSTA SECA" — A nova reunião prevista para esta quarta-feira em Santiago, oferece, em princípio, dois possíveis resultados. O primeiro seria o estabelecimento de outras bases de negociação, que permitiriam a continuidade dos entendimentos. Nesse caso, é certo que a Comissão dilatará o prazo-limite de 2 de novembro, pois, conforme admitiram funcionários dos dois países, o encontro de uma solução para o problema de Beagle exigirá um tempo e um esforço de criatividade diplomática.

É igualmente certo que, permanecendo abertas os canais de entendimento, o governo argentino persistirá na defesa de sua antiga tese do "princípio ocidental", pelo qual o Chile deve permanecer no Pacífico e a Argentina no Atlântico. Quanto às ilhas, os argentinos parecem dispostos a buscar soluções conciliatórias, que poderiam incluir desde a concessão de um concreto baranco real para a exploração de riquezas da área até um algo molido princípio de "coisa seca", pelo qual seria reconhecida a soberania chilena sobre as ilhas, mas não sobre as águas subterâneas que as cercam.

O outro possível desfecho da reunião de quarta-feira é o fracasso — e aí poderia haver guerra. Mesmo no caso de um resultado razoável da reunião, porém, não se deve descartar uma eventual operação militar argentina na zona de Beagle nos próximos dias. Esta poderia ser constituída na colômbia de batalhas em algumas ilhas ou em águas rasas concretas, como o desembarque de forças em uma ou várias delas.

VELA, 11 DE SETEMBRO, 1978

PRESENTE PARA VIDELA — Para o governo de Santiago, não há dúvidas de que a situação é das mais delicadas. Pelas regras do Direito Internacional, a razão está com o Chile, pois de acordo com o protocolo firmado pelos dois países em 1971, ao renêderem o problema a arbitragem da rainha da Inglaterra, o laudo britânico seria inapelável — ra, o laudo britânico seria inapelável — não podendo, portanto, ser declarado nulo por nenhuma das partes. Contudo, a situação real criada pela atitude dos argentinos põe o general Pinochet diante de duas alternativas difíceis. Curioso de-se a tese argentina do "princípio ocidental". Pinochet levanta o Chile a renunciar às vantagens decorrentes de sua soberania sobre as ilhas — o que, com certeza, não deixaria de ser utilizado pela crescente oposição interna ao chefe da junta chilena.

A outra alternativa disponível — a guerra — seria muito mais grave em suas consequências. Não é de estranhar, assim, que nas últimas semanas Pinochet tenha manifestado sempre a intenção de contemporizar. Ainda na última quinta-feira, ele mandou seu embaixador em Buenos Aires, apresentar o general Videla, com um quadro representando a figura de Bernardino O'Higgins, libertador do Chile e símbolo, juntamente com José de San Martín, da luta histórica entre chilenos e argentinos na luta contra o colonizador espanhol.

DISCORSO LIBRO — Pinochet tem motivos para tentar apelar às costas. Ele sabe melhor que ninguém o desastre que um enfrentamento militar, com a Argentina representaria para seu país. Para começar, a Argentina possui um território muito distribuído e quase quatro vezes maior que o Chile. Tem, além disso, duas vezes e meia a população do país vizinho, e conta com um efetivo militar 50% superior que o chileno, em tempo de paz. Para tornar ainda mais flagrante o desequilíbrio de forças, a Argentina conta com um equipamento muito mais numeroso e moderno que o das Forças Armadas chilenas. Há que contar, também, a extrema vulnerabilidade do território chileno, uma situação física extremamente crítica, com o litoral do sul Andes e o Pacífico, exatamente mesmo se previer os primeiros flocos de um hipotético conflito.

Não há dúvida de que ele conseguiria na zona de Beagle, uma região de estrito e estrito onde a esquadra argentina, incontestavelmente mais potente do que a do Chile, dominaria rapidamente a situação. Para garantir a regularidade conquistada, os argentinos teriam que neutralizar, a seguir, as três únicas bases militares chilenas situadas ao sul — Valdivia, a mais importante, Puerto Montt e Punta Arenas. Todas essas cidades, bem como Santiago, podem ser alcançadas pelas esquadras de caças "Skyhawk" argentinas em não mais do que 15 minutos.

VELA, 11 DE SETEMBRO, 1978

Guerra de desgaste

Quem cederá primeiro: Somoza ou a maioria do país em greve contra o regime?

Na semana passada, a Nicarágua continuava convulsionada pela onda de contestação à ditadura Somoza. Mas a greve, ferocida chido do país, centro de revolta rebelde, estava sob ocupação militar. Em Managua, a capital, forte



Soldado em Managua: cidade ocupada

insistir a velha figura da Guerra do Pacífico, cujo cenário, no próximo ano, já está estimulado pelas ações de reconquista dos territórios perdidos.

O bom senso e vários fatores, entre os quais as características situatórias econômicas de todos os países que poderiam se envolver em semelhante conflito, fazem divergir que se achegando ao recurso extremo da guerra. Mas nunca se sabe. A verdade é que em Santiago, por exemplo, já há quem pergunte: "Por onde os argentinos começarão o ataque?"

NICARÁGUA

Por fim, diante de um Chile envolvido numa guerra com a Argentina, os governos do Peru e da Bolívia, ambos também dominados por militares, não deixariam passar a oportunidade para

mentar a velha figura da Guerra do Pacífico, cujo cenário, no próximo ano, já está estimulado pelas ações de reconquista dos territórios perdidos.

O bom senso e vários fatores, entre os quais as características situatórias econômicas de todos os países que poderiam se envolver em semelhante conflito, fazem divergir que se achegando ao recurso extremo da guerra. Mas nunca se sabe. A verdade é que em Santiago, por exemplo, já há quem pergunte: "Por onde os argentinos começarão o ataque?"

VELA, 11 DE SETEMBRO, 1978

RP46: Pelas armas? (Ed. 524 – 20/09/1978)



mas cinco mortos, pelo menos. E, em todo o país, os 48 000 agentes da Savak, a unidade policial do xá, intensificam a repressão. Até a semana passada, mais de 100 opositores já estavam presos, entre eles vinte *mujahids*, líderes religiosos muçulmanos, intelectuais, jornalistas e, mesmo membros da comissão iraniana de defesa dos direitos humanos.

"MARCIAL SHAR" — "Os agentes estão comendo e dormindo na minha casa, à minha espera e mantendo minha esposa e filhos como reféns", queixou-se na semana passada um dirigente do comitê, agora na clandestinidade. São diversos, porém, os resultados da campanha de repressão. Foi a ação sistemática da Savak — uma sinistra entidade que, segundo relatório da Anistia Internacional em 1975, bateu o recorde mundial em violação dos direitos humanos — não impediu a escalada dos protestos, iniciada após o Kamand, o mês sagrado de orações e jejum.

Tão logo terminaram as orações do final do Kamand, no dia 1.º, desta vez realizadas no ar livre, mais de meio milhão de muçulmanos ocuparam as ruas em onze cidades — distribuindo rosas aos soldados e convidando-os a dançar. Logo, no entanto, os alojamentos de confinamento foram tocados por palavras de ordem como *Marg bar Shakh* (monte ao xá, ou *Shah Tara Mikazhar* (vá, nós o mataremos). E os manifestantes ergueram barricadas nas ruas, incendiaram carros, lojas e prédios governamentais. Pahlévi achou que as coisas tinham ido longe demais, decretou a lei marcial e designou o general Gholam Ali Oveisi, um "duro", para a execução das novas medidas em Teerã.

O problema, porém, é que os protestos já não correspondem a um setor político, como a esquerda, ou a um grupo cultural, como os muçulmanos conservadores. Keza Pahlévi não parece contar ainda com a Força Armada, cujos oficiais, parte da elite beneficiada com a quadruplicação dos preços do petróleo, desde 1974, até agora de nada prova de lealdade intransigente à monarquia. Mas não se sabe até que ponto os soldados conseguiram resistir à tentação de embates prolongados com o povo. Num dos choques, após a decretação da lei marcial, por exemplo, um soldado, desaperado, atirou num oficial, suicidando-se em seguida.

"ATAVIRCO PODER" — Talvez por isso, o xá, em entrevista dias atrás, não apenas realçou seu respeito às tradições islâmicas do país, cuja população tem 93% de muçulmanos, como accionou a possibilidade de diálogo com os dirigentes da ala muçulmana majoritária, os chibatas, e garantiu a realização de eleições em julho próximo. Como conciliar, porém, a liberalização política com a lei marcial?

Em resposta ao xá, o líder máximo dos muçulmanos chibatas, Ruhollah Khomeini, de seu exílio no Iraque, limitou-se a dizer azedamente: "Enquanto o sultão poder do xá prevalecer, não haverá eleições livres". E na cidade sagrada de Qom, o líder muçulmano no Ira, Shariat Madari, considerado mais moderado, comentou que não haverá negociações "enquanto só forem propostas meios medíocres". Shariat proclamou luto nacional pelas vítimas do massacre dos últimos dias e citou um verso do Corão, o livro sagrado muçulmano, só utilizado em relação ao *Jihad*, a guerra santa: "Os que não injuriam a guerra santa: "Os que não injuriam a guerra santa que destino se dirigen".

Sem a farda

Passa para a reserva o chefe da Marinha

Dias atrás, na base naval de Azopardo, 300 quilómetros ao sul de Buenos Aires, um jornalista perguntou ao então comandante-chefe da Marinha argentina, almirante Emilio Massera, se algum dia ele voltaria a visitar a unidade. "Claro que sim", respondeu o almirante. E acrescentou, maliciosamente: "Só não sei em qual chifre vão me hospedar...". De fato, Massera pôde ter certeza apenas de que não mais se hospedará nas dependências destinadas ao comandante-chefe — pois, sendo transferido para a reserva na semana passada, ele no mesmo dia transmutou o posto ao novo titular, almirante Armando Lamorini, que o substituirá também na junta militar de governo.

Mas o ar tolo do almirante ao dar a segunda parte da resposta foi inedia

Pelas armas?

Parece próximo o recurso a guerra no caso Beagle

As províncias argentinas fronteiriças com o Chile, já foi perdida a cruz vermelha nos dois hospitais. Os reverbos de 1959, que seriam liberados agora, receberam na semana passada a notícia da portagem por mais alguns meses de seu serviço militar. E a indústria nacional de armamentos já estaria trabalhando 24 horas por dia. Na semana passada, enquanto persistia o impasse em suas negociações com o Chile, em torno da soberania das ilhas Nueva, Pelen e Lanza, na desembocadura atlântica do canal de Beagle, a Argentina se mostrou mais perto da realdade, outora remota, de uma guerra com seu país vizinho. Aparentemente cético quando a um acordo, é confiante em sua superioridade militar, o comando militar argentino já teria tomado a decisão de criar algum tipo de fuso consumado. É uma perspectiva sombria, mas em pleno desenvolvimento, segundo advertência de comunicado conjunto dos cartéis de Santiago e Buenos Aires — a menos que ocorra, até 2 de novembro, data do encerramento das negociações, uma solução providencial.



mas cinco mortos, pelo menos. E, em todo o país, os 48 000 agentes da Savak, a unidade policial do xá, intensificam a repressão. Até a semana passada, mais de 100 opositores já estavam presos, entre eles vinte *mujahids*, líderes religiosos muçulmanos, intelectuais, jornalistas e, mesmo membros da comissão iraniana de defesa dos direitos humanos.

"MARCIAL SHAR" — "Os agentes estão comendo e dormindo na minha casa, à minha espera e mantendo minha esposa e filhos como reféns", queixou-se na semana passada um dirigente do comitê, agora na clandestinidade. São diversos, porém, os resultados da campanha de repressão. Foi a ação sistemática da Savak — uma sinistra entidade que, segundo relatório da Anistia Internacional em 1975, bateu o recorde mundial em violação dos direitos humanos — não impediu a escalada dos protestos, iniciada após o Kamand, o mês sagrado de orações e jejum.

Tão logo terminaram as orações do final do Kamand, no dia 1.º, desta vez realizadas no ar livre, mais de meio milhão de muçulmanos ocuparam as ruas em onze cidades — distribuindo rosas aos soldados e convidando-os a dançar. Logo, no entanto, os alojamentos de confinamento foram tocados por palavras de ordem como *Marg bar Shakh* (monte ao xá, ou *Shah Tara Mikazhar* (vá, nós o mataremos). E os manifestantes ergueram barricadas nas ruas, incendiaram carros, lojas e prédios governamentais. Pahlévi achou que as coisas tinham ido longe demais, decretou a lei marcial e designou o general Gholam Ali Oveisi, um "duro", para a execução das novas medidas em Teerã.

O problema, porém, é que os protestos já não correspondem a um setor político, como a esquerda, ou a um grupo cultural, como os muçulmanos conservadores. Keza Pahlévi não parece contar ainda com a Força Armada, cujos oficiais, parte da elite beneficiada com a quadruplicação dos preços do petróleo, desde 1974, até agora de nada prova de lealdade intransigente à monarquia. Mas não se sabe até que ponto os soldados conseguiram resistir à tentação de embates prolongados com o povo. Num dos choques, após a decretação da lei marcial, por exemplo, um soldado, desaperado, atirou num oficial, suicidando-se em seguida.

"ATAVIRCO PODER" — Talvez por isso, o xá, em entrevista dias atrás, não apenas realçou seu respeito às tradições islâmicas do país, cuja população tem 93% de muçulmanos, como accionou a possibilidade de diálogo com os dirigentes da ala muçulmana majoritária, os chibatas, e garantiu a realização de eleições em julho próximo. Como conciliar, porém, a liberalização política com a lei marcial?

Em resposta ao xá, o líder máximo dos muçulmanos chibatas, Ruhollah Khomeini, de seu exílio no Iraque, limitou-se a dizer azedamente: "Enquanto o sultão poder do xá prevalecer, não haverá eleições livres". E na cidade sagrada de Qom, o líder muçulmano no Ira, Shariat Madari, considerado mais moderado, comentou que não haverá negociações "enquanto só forem propostas meios medíocres". Shariat proclamou luto nacional pelas vítimas do massacre dos últimos dias e citou um verso do Corão, o livro sagrado muçulmano, só utilizado em relação ao *Jihad*, a guerra santa: "Os que não injuriam a guerra santa que destino se dirigen".

Sem a farda

Passa para a reserva o chefe da Marinha

Dias atrás, na base naval de Azopardo, 300 quilómetros ao sul de Buenos Aires, um jornalista perguntou ao então comandante-chefe da Marinha argentina, almirante Emilio Massera, se algum dia ele voltaria a visitar a unidade. "Claro que sim", respondeu o almirante. E acrescentou, maliciosamente: "Só não sei em qual chifre vão me hospedar...". De fato, Massera pôde ter certeza apenas de que não mais se hospedará nas dependências destinadas ao comandante-chefe — pois, sendo transferido para a reserva na semana passada, ele no mesmo dia transmutou o posto ao novo titular, almirante Armando Lamorini, que o substituirá também na junta militar de governo.

Mas o ar tolo do almirante ao dar a segunda parte da resposta foi inedia

Pelas armas?

Parece próximo o recurso a guerra no caso Beagle

As províncias argentinas fronteiriças com o Chile, já foi perdida a cruz vermelha nos dois hospitais. Os reverbos de 1959, que seriam liberados agora, receberam na semana passada a notícia da portagem por mais alguns meses de seu serviço militar. E a indústria nacional de armamentos já estaria trabalhando 24 horas por dia. Na semana passada, enquanto persistia o impasse em suas negociações com o Chile, em torno da soberania das ilhas Nueva, Pelen e Lanza, na desembocadura atlântica do canal de Beagle, a Argentina se mostrou mais perto da realdade, outora remota, de uma guerra com seu país vizinho. Aparentemente cético quando a um acordo, é confiante em sua superioridade militar, o comando militar argentino já teria tomado a decisão de criar algum tipo de fuso consumado. É uma perspectiva sombria, mas em pleno desenvolvimento, segundo advertência de comunicado conjunto dos cartéis de Santiago e Buenos Aires — a menos que ocorra, até 2 de novembro, data do encerramento das negociações, uma solução providencial.



Hoz: eficiência e impopularidade. Videla, em seu peso político, a propõeções mais compatíveis com sua real importância militar — muito pequena, se comparada com o Exército.

CINTOS APTIADOS — É verdade que o estilo excessivamente cauteloso imprimido por Videla ao processo de gradualmente incluir civis no governo chegou a ser irritante. Videla acabou, por exemplo, por enviar para a pasta da Educação um certo Juan Rafael Llerena Amadeo, católico fervorosamente crente do ultraconservador monsenhor Marcel Lebrère quando da visita do cardeal francês à Argentina. Há alguns meses. De qualquer forma, o aspecto mais importante da reforma ministerial não está nos ministros que entraram, mas nos que ficaram no gabinete de Videla. Isso é especialmente verdadeiro para o caso de Hoz, que continuará no comando de seus departamentos econômicos, ao lado dele, o general Alberto Harguindeguy, ministro do Interior, a quem cabe administrar a política interna de Videla. Fica confirmado, assim, que o presidente está decidido a levar adiante a disciplina política econômica de Martínez de Hoz, responsável por cifras que lhe valeram incomparável impopularidade. Se Martínez de Hoz conseguiu, nos últimos dois anos, reduzir a inflação de estrontantes 900% para 178% — até que uma porcentagem razoável, para os atuais padrões

argentinos —, isso foi a prova de uma redução do poder aquisitivo dos salários reais argentinos, só este ano, da ordem de 40%.
Há a outra face da moeda — o lado positivo da política de Martínez de Hoz. Ao congelar salários e provocar uma forte recessão industrial, o ministro da Economia conseguiu melhorar a situação da Argentina com relação a seus maiores empreendedores de âmbito internacional. Com isso, o superávit da balança comercial foi elevado para 1,3 bilhão de dólares, número que, em termos de dólares, recuou consideravelmente o crédito do país no exterior. O que muitos se perguntam, enquanto isso, é se esses sucessos valeram os dias de cinco apertadíssimo videlero hoje e que do sucesso ou do fracasso do governo de Videla não depende nada.

Só arranhões Os democratas mantêm a maioria no Congresso

ESTADOS UNIDOS
Eram quase 22 horas de terça-feira passada quando uma mensagem urgente atingiu os telefones de alguns noticiários, jornais, estações de rádio e televisão nos Estados Unidos. Os computadores do News Editor Service, uma organização que antecipa resultados eleitorais para a imprensa, haviam sofrido uma pane. Em consequência, informou a nota, seria impossível contabilizar com a rapidez habitual os votos lançados naquele dia por cerca de 45 milhões de eleitores americanos — num pleito declinado a reavaliação de um terço do Senado, da totalidade da Câmara dos Representantes, da escolha de 36 governadores e do preenchimento de um sem número de outros cargos de nível local.
O imprevisto, afinal, acabou sendo superado. As máquinas reentraram em ação e os comentaristas políticos — que se haviam visto às voltas com uma avalanche de números desconhecidos — tiveram diante de si os resultados definitivos. Nem por isso, contudo, sua tarefa se tornou mais fácil. O Partido Democrata, como se previa, sofreu apenas arranhões, mantendo sua folgada maioria nas duas câmaras do Congresso, apesar de alguns modestos avanços dos republicanos. Mas qualquer tentativa

de detectar tendências do eleitorado, esboçar generalizações ou esboçar o perfil político da próxima legislatura esbarra em dificuldades consideráveis.
ABALDOS DEMOCRATAS — O 92º Congresso, que iniciou seus trabalhos em janeiro, terá, é certo, um número um pouco superior de políticos republicanos. Além de ficar agora com dezesseis governadores estaduais — seis a mais do que o número atual — contra 32 demócratas, o Partido Republicano conquistou mais três cadeiras no Senado. A vantagem democrata na Câmara Alta fica assim reduzida para 59-41, um pouco aquém da maioria de dois terços necessária, por exemplo, para a ratificação de tratados internacionais assinados pelo presidente. Na Câmara dos Representantes, o avanço republicano foi de onze deputados, o que estabelece uma diferença de 277 para 158 entre os dois partidos.
Dois tradicionais bastiões democratas saíram também abalados destas eleições. Pela primeira vez em quase 100 anos, o Estado sulista de Mississippi terá um senador republicano; o deputado Tad Cochran, que substituirá o empossado senador James Eastland, em vista de se aposentar. Em Minnesota, igualmente, onde os democratas sempre controlaram a minoria política, o partido sofreu duas derrotas. O senador Wendell Anderson, membro da ala liberal da administração, perdeu sua vaga para o republicano David Durenberger, e o juiz republicano Bob Short não disputou a vaga do ex-senador Hubert



Bradley: ex-astro do basquete VEIA 13 DE NOVENBRO, 1978

Dedos nos gatilhos

As negociações sobre o caso Beagle empacam. A ameaça de guerra volta a surgir

Nono houve comunicado conjunto, os sorrisos nem abrigos. A reunião entre os chanceleres da Argentina e do Chile, durante dois dias, na semana passada, em Buenos Aires, para tratar da questão de soberania sobre a região de Beagle, terminou em total desatendimento, terrível em total desatendimento.
Nem a grave (e aparente) controvérsia entre os dois diplomatas — Carlos Prats, pela Argentina, e Hernán Cubillos, pelo Chile — pode ser mantida. Ao fim de suas negociações, os dois chanceleres, sérios e tensos, caminharam apressados pela pista principal do Aeroporto de Buenos Aires — o aeroporto metropolitano — e, sem se olharem, passaram rapidamente em revista a tropa perfilada. Em seguida houve um fio aperto de mãos e Cubillos emburçou para Santiago.
O retumbante fracasso de mais essa rodada de conversações, sobre o *affaire* foi o suficiente para que novamente a tensão entre os dois países, atinge níveis altos. A palavra "guerra" passou a ser proferida sem economia pelos militares, tanto em Santiago quanto em Buenos Aires. E nem as repetidas notas oficiais expedidas para a tranquilização das populações foram suficientes para impedir que muitos tentassem suas próprias ações. Em Buenos Aires, houve corridas aos bancos, postos de gasolina e armazéns.
Rompida as negociações da semana

INICIO PROMISSOR — O impasse a que chegaram os dois chanceleres provocou uma certa surpresa, uma vez que as negociações haviam conseguido de manter a promessa. Em primeiro lugar, tanto argentinos como chilenos devotaram, nessa fase das negociações, esmero e atenção para que um acordo fosse alcançado sem mais perda de tempo. A Argentina fez o seu lance: sugeriu o papa João Paulo II. E o chanceler chileno aceitou prontamente. Tudo ia bem. O progresso observado, entretanto, não chegou a provocar os esperados suspiros de alívio. A certa altura, começaram a surgir os contras. A Argentina exigiu que, antes de o caso ser levado ao mediador, alguns princípios deveriam ser estabelecidos. O principal deles: o papa poderia decidir a questão como bem quisesse desde que respeitasse o princípio de que cada um dos países mantivesse sua soberania sobre apenas um dos oceanos. Ou seja: o Pacífico, em qualquer caso, deveria continuar sendo o mar chileno e o Atlântico, o argentino — questão de honra, para Buenos Aires, desde o início das negociações. No entanto, o Chile que no caso de ficar com as três ilhas em disputa em Beagle estenderia seu mar territorial ao Atlântico, considerou essa exigência uma "intolerável limitação na ação do mediador" — e as negociações estancaram.
Rompida as negociações da semana

que vez por outra tem esboçado na Argentina desde o acerramento do caso. E os militares — especialmente da Marinha — começaram a pressionar o moderado presidente Jorge Rafael Videla no sentido de decidir-se pela via que queramos negociar até o que não se nega a "alternativa desastrosa" de abandonar da reserva Emilio Massera, e até três meses atrás integrante da junta militar que governa o país. "A soberania não se negocia", completou o almirante, parido, lançando, naquele momento, o que passou a ser o slogan dos defensores da solução armada.
SÓ ROTINA? — Investiva como era foram frequentes. E a toda Videla respondeu com sua insistência em esperar todos os argumentos diplomáticos antes de se atirar a uma aventura militar. Houve momentos, entretanto, em que se tornou pela capacidade de resistência do presidente. Assim, no fim da semana, foram necessários instantes desmentidos oficiais para convencer os argentinos de que seu presidente não renunciara — como se comentava amide pelas ruas. De qualquer forma, a solução armada não estava de maneira nenhuma afastada. Videla ainda poderia sustentar aos conselheiros dos mais arduos generais que que o estopim da guerra fosse acido.
O fato é que, tanto do lado argentino quanto do lado chileno, os dados eram maníacos no gatilho. Desde o começo da semana, um número não revelado de navios de guerra da Marinha argentina fora desviado para a região de Beagle para realizar "manobras de rotina". E havia ainda outros tipos de exercícios em andamento, como os realizados por alguns contingentes de infantaria, manobras em treinamento especial para regiões de clima frio. Do lado chileno, igualmente, havia movimentações de tropas, manobras e concentrações, junto a certos pontos estratégicos ao longo dos 5.000 quilômetros de fronteiras que separam os dois países. Em meio a esta movimentação toda, não faltavam também, da parte argentina, rumores de que a estratégia de invasão já estava definida. "A Marinha ocupará as três ilhas de Beagle para depois discutir com o Chile em torno do tão comentado", dizem algumas fontes. "A Argentina invadirá por San Juan" (uma pequena localidade situada na fronteira norte), afirmavam outras. E havia também quem garantisse que as duas partes se dariam simultaneamente.



RELACIONES INTERNACIONALES APO X CHILE

RP52: Torneio de ameaças (Ed. 538 - 27/12/1978)

Carter em perigo

O que fazer com um presidente dos Estados Unidos em caso de ataque de um país amigo... Carter em perigo...

“O presidente me autorizou a visitar o sistema de segurança desta casa... Carter em perigo...”

Enquanto o oficial, estacionado na... Carter em perigo...

“Claro, o Estado-Maior... Carter em perigo...”



Vidalva e Altamirano à esquerda

Pinochet; “Somos briga...”

Torneio de ameaças

Esquenta a guerra verbal sobre o caso Beagle — e aumentam as pressões externas por uma solução pacífica

Esta vez, dizem na sexta-feira... Torneio de ameaças... Esquenta a guerra verbal sobre o caso Beagle...

Fomento & Remautil advertisement with text: Se você leu estes nomes e lembrou-se logo de que eles são associados... Fomento & Remautil

RP53: Duelo nas galerias (Ed. 539 - 03/01/1979)



Helicóptero argentino sobrevoando o canal de Beagle: uma crise com ameaças e mobilização de tropas

ARGENTINA/CHILE

Duelo nas geleiras

Um afirma que pode ir à guerra. O outro diz que se defenderá. Estaremos na iminência de uma guerra ou diante de um enorme blefe?

O episódio se passou há dias em Rio Grande, cidade situada na Terra do Fogo, no extremo sul da Argentina. Há milhares de soldados e milicianos e armas por toda a pista do aeroporto local, quando ali passa um avião comercial que vira um avião de guerra, um pouco mais ao sul. Em Rio Grande, os passageiros devem tomar cuidado. Depois, seguem viagem até Buenos Aires, 2.000 quilômetros ao norte. Por algum motivo, poderiam esperar no aeroporto: deve haver um problema de segurança. Mas não se preocupem, os passageiros não podem ser afetados pelo conflito. Já se sabe: foram então rapidamente reenviados para suas cidades e lá seguiram, esculpidos por um tipo militar.

Haveria mais surpresa, no entanto. No meio do caminho, o ônibus foi obrigado a parar. Entra então em cena um soldado que põe o rosto para dentro da porta do veículo e grita: "Quem estiver de pé, desce. Os outros fiquem onde estão". Agora, é hora de examinar bagagens, revista pessoal. Dica

DELACRÉS INTERNACIONAIS ARG X CHILE

VEJA, 3 DE JANEIRO, 1979

mentos são exigidos de cada um. Então, um dos passageiros se revolta. Para que tanto alarido? Por que tanto constrangimento? Outro passageiro, porém, imediatamente contraria: "O senhor não está sendo parvo". Responde: "É para a desfilada contra o prisioneiro, uma humilhante descompostura, chamando argumentos como 'cristianismo ou honra nacional'. Silêncio pesado da parte dos demais. Ambiente carregado, alta tensão.

ante-se, nestes dias, algo de novo na velha Argentina. "Parecia há-me da II Guerra Mundial", comenta Alfio Rocconi, enviado especial de VEJA e testemunha da cena descrita. Há envolvimento para a Argentina está preparada para a guerra. Não se fala mais em guerra, como até há meses. Não se fala em torturas. O assunto, agora, é Beagle. Ou, mais exatamente, a pendenga com o Chile em torno de uma ilha chamada

velho. Outro cartaz, visível principalmente na região sul do país, proclamava: "Picton, Nueva e Lennox são argentinas". Este lembrete não é de iniciativa oficial. Foi mandado imprimir por um rio e patriótico comerciante de Córdoba, a terceira cidade do país.

A novela de Beagle arazata-se, nesta sua fase de beiragrandes, desde abril de 1977 — ocasião em que foi divulgado um laudo preparado pelos juristas da Corte Interamericana de Haia, e ratificado pela rainha Elizabeth II da Inglaterra, dando ao Chile ganho de causa; na recusa pendência entre os dois países pela propriedade das ilhas. A Argentina insurgiu-se contra o resultado da arbitragem. E daí para cá sucederam-se períodos de maior ou menor herulho em torno do problema. Ora os dois países partiam para conversações diplomáticas. Ora decidiam-se pelas ameaças ou encenações de guerra, chegando a estarem como o episódio, ou bicamente, realizado em Buenos Aires em outubro último.

PECULIARIDADES INTERNAS — Na semana passada, mais um capítulo se juntou ao enredo: entrou em ação o cardeal Antonio Samore, enviado do Vaticano para uma missão de boa vontade entre os dois países. Considerado um especialista em assuntos latino-americanos, antigo prefeito da Congregação Romana para os Sacramentos e atualmente bibliotecário e arquivista do Vaticano, o cardeal Samore esteve primeiro em Buenos Aires, depois em Santiago. Nas duas capitais, afirmou que não tinha a intenção de resolver problema algum — mas de ajudar. Pediu a iluminação arcebispa, no final da semana, quem arcebispa, no final da semana, quem de sua missão pudesse resultar algo concreto.

Haveria então guerra? Eis a questão. Um dos cenários, pelos quais se poderia ver a questão surgir que tudo não passaria de um grande festival, armado principalmente pela parte argentina, encenam-se mobilizações de tropas, soltar-se o país com propaganda patriótica, mas não haveria intenção real de disputar um único tiro. Problemas fronteiriços, na América do Sul como em outras partes do globo, são o que não falta. A Venezuela, por exemplo, reivindica mais da metade do território da Guayana. A Bolívia não desiste de sua intenção de reconquistar uma saída para o mar. Por isso, o fato de a questão de Beagle ter assumido proporções tão urgentes e catastróficas, pelo menos no parlamento das autoridades argentinas,

particularmente intrigante, talvez se funde, a razão esciza mais nas peculiaridades internas do regime militar de Buenos Aires, dividido em várias correntes, com cada uma das Forças Armadas tendo posições praticamente autônomas e vários dos comandantes militares tocando como se tratasse as frentes sob sua jurisdição.

MOTIVO DE UNIAO — Enquanto vigora uma questão apresentada como de orgulho nacional, como Beagle, pelo menos os problemas internos seriam esquecidos, ou adiados. E, sobretudo, se desceria ao sofrido povo argentino — castigado por anos de guerrilha e repressão, incompetência administrativa e uma inflação que, com todos os progressos dos últimos anos, situa-se ainda na margem de 178% — um motivo de união. Em todo caso, há também a teoria de que a Argentina realmente está disposta a resolver a questão pelas armas. O país não teria muito a perder. Militarmente, é superior ao Chile. E rapidamente encontrará seu rival num outro momento histórico pela maior parte do mundo. Seria agora ou nunca.

Entre os que levam muito a sério a guerra com o Chile estão os habitantes de um lugar estratégico nesta questão toda: Ushuaia, cidade de 8.500 habitantes que se proclama "a mais austral do mundo", e que está situada no extremo da Terra do Fogo, à margem do canal de Beagle e bem em frente às ilhas da discordia. O enviado de VEJA esteve em Ushuaia, onde se situa uma base na-

... e cartaz da Marinha: a guerra em forma de propaganda

Pazy Felicidad: para que no sean solo palabras, vamos a ganarlas juntos

val e outra aeronávia da Argentina, e de onde partiria a ofensiva militar, no caso de Buenos Aires decretar uma ocupação das Ilhas. E de lá enviou o seguinte relato do panorama local:

Ha muitas inserções entre os nervos, ja agitados, como se chamam os nativos da Terra do Fogo, de Ushuaia. De uma coisa, porém, ninguém duvida: a ordem de invasão das Ilhas virá, mais cedo ou mais tarde. E visível que a cidade passa por dias anormais. Em geral, nesta época do ano, as ruas costumam estar cheias de turistas. Agora, porém, o que se vê em lugar deles são



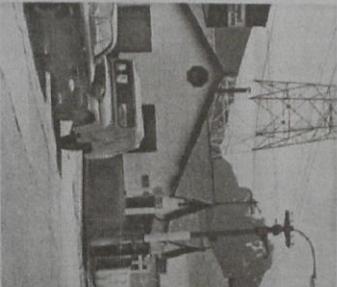
Cenas de Ushuaia: loja fechada...

grupos de soldados, andando em formação ou escutando carregamentos de armas e munições que chegam de outras partes para as bases locais. Também o pequeno porto de Ushuaia apresenta uma atividade fora do comum. Soldados da Marinha, em seus grossos uniformes verde-oliva, levam torpedos e miniplores para suas lanchas, guardados por sentinela com rifles americanos M-16.

As vezes, com um pouco de boa vontade, pode-se fantasiar que estavamos em Paris ou Varsóvia, em 1939. Há meios, orientados por um comissário da Polícia Territorial e um oficial da Marinha, os habitantes de Ushuaia vêm se aplicando, com seriedade, nos chamados "exercícios de defesa civil". A noite são providenciados *quarones*, quando toda a cidade mergulha na escuridão. De

dia, algumas pessoas são treinadas, na presença de primeiros socorros a feridos. "Dividimos a cidade em ritmos de quarteiros, e cada grupo, tem seu chefe", explica a VIEJA Ramundo Fernandez, dono de uma empresa de turismo e, finalmente, um dos *jeffers* da defesa civil de Ushuaia. "Terminamos toda a população, até os chilenos que vivem no bairro de Buenos Esparanza.

Na calle San Martin ou na avenida Matapu — as duas principais avenidas de Ushuaia —, esses mesmos cidadãos integrados na "defesa civil" cultivam um novo hábito: abrir mapas da região, nas mesas do café, e decidir por onde seria melhor fazer o ataque contra as três Ilhas, como e quando. Todos gostam de falar da "guerra". Todos — menos um: o governador do Território Nacional da Terra do Fogo, Antárctica e Ilhas do



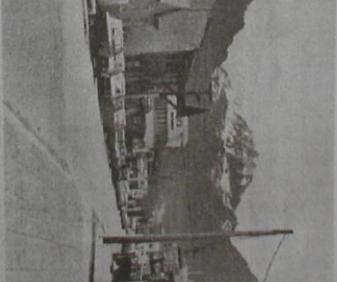
... e, nas ruas da cidade, este ano, ausência de turistas

Atlântico Sul, capitão-de-navio reformado Luis Jorge Arriotti. "Da paz, eu falo com *mucho gusto*. Da guerra, não. Isso é com os militares, ou com a chancelaria", disse Arriotti a VIEJA, em seu gabinete calafateado, onde se pode ver, através das janelas de vidro fumê, o canal de Beagle. Arriotti prefere uma postura antiaeromarina em face dos últimos acontecimentos. "Não é verdade que a cidade esteja sendo abandonada por seus habitantes", diz ele. "Alguns poucos. A maioria viajou porque custavam com medo de uma eventual guerra com o Chile, é certo, mas são seus de casa, montes de bombas e, ver, através das janelas de vidro fumê, o canal de Beagle. Arriotti prefere uma postura antiaeromarina em face dos últimos acontecimentos. "Não é verdade que a cidade esteja sendo abandonada por seus habitantes", diz ele. "Alguns poucos. A maioria viajou porque custavam com medo de uma eventual guerra com o Chile, é certo, mas são seus de casa, montes de bombas e,

ver, através das janelas de vidro fumê, o canal de Beagle. Arriotti prefere uma postura antiaeromarina em face dos últimos acontecimentos. "Não é verdade que a cidade esteja sendo abandonada por seus habitantes", diz ele. "Alguns poucos. A maioria viajou porque custavam com medo de uma eventual guerra com o Chile, é certo, mas são seus de casa, montes de bombas e, ver, através das janelas de vidro fumê, o canal de Beagle. Arriotti prefere uma postura antiaeromarina em face dos últimos acontecimentos. "Não é verdade que a cidade esteja sendo abandonada por seus habitantes", diz ele. "Alguns poucos. A maioria viajou porque custavam com medo de uma eventual guerra com o Chile, é certo, mas são seus de casa, montes de bombas e,

Ma's fupiu mesmo? Fugiu, segundo disse a VIEJA um dos chefes da defesa civil. "50 nos últimos quinze dias, 3.000 pessoas, ou 40% da população, deixaram a cidade", informa ele. "Além disso, fecharam casas da calle San Martin e, fecharam porque seus donos se foram". De fato, em pelo menos três lojas da quarta rua podem-se ver tarjas de papel branco com a palavra *clausurado* apontada a suas portas fechadas. O cartimbo foi imprimido pelo governo territorial, que promete punir os comerciantes que abandonaram seus negócios sem permissão quando — e se — voltarem.

"ARMADILHA NATURAL". — Um clima semelhante de expectativa de guerra foi observado pelo enviado de VIEJA em outras partes do território argen-



... e, nas ruas da cidade, este ano, ausência de turistas

no. Em Rio Gallegos, capital da província de Santa Cruz, um pouco mais ao norte da Terra do Fogo, o aeroporto está praticamente tomado pelos militares. Junto às cabeceras das pistas, vemos sentinela improvisadas com pilhas de sacos de areia, montes de bombas e, dentro de casamatas de construção recente, aviões de guerra camuflados. Se a Argentina não está realmente preparando para a guerra, pelo menos faz um esforço furioso para fazer crer que está. Acredita-se que pelos menos 100.000 homens, computadas todas as Forças Armadas, estejam atualmente envolvidos em operações de mobilização, ou em concentração de tropas. O reforço em homens e armas, desfilam diariamente à região sul, já compe-

Os governos tocam num ponto que está em todas as bocas, na cidade: grande parte da população teria fugido.



Preparativos em Ushuaia: soldados descarregam alimentos

centrações importantes de tropas também ao longo da fronteira de 4.000 quilômetros entre os dois países, em especial nas regiões de San Juan e Mendoza, cidades situadas no sopé dos Andes, na parte central do território argentino. E, durante cerca de dez dias, recentemente, a Argentina desceu a mais importante frota de sua Marinha, capitaneada pelo porta-aviões "25 de Maio", e constituída ainda de um cruzador e cinco destróieres, para a região de Ushuaia e do canal de Beagle.

E do lado do Chile, haveria sinais de que se considerava a guerra como uma possibilidade próxima? O enviado de VIEJA, depois de percorrer o extremo sul argentino, esteve também em Santiago. Igualmente, do lado chileno, há movimentação de tropas e mobilização de forças. Com uma diferença, porém: ali, tudo é feito de maneira muito mais discreta e serena.

Explica-se essa postura chilena. Afinal, o status quo é favorável ao Chile. O país tem a posse efetiva das Ilhas do canal de Beagle e, além disso, tem o direito ao seu lado, na forma do lado elaborado pelos juizes de Haia e consagrado pela corteza inglesa. Nem por isso deixam de ser registradas, também em Santiago, declarações ferozes. "Somos um país pacífico. Nunca atacaremos a Argentina. Mas reagiremos e responderemos à altura, se atacados", disse a VIEJA o diplomata German Carrasco Dominguez, diretor do Departamento Austral do Ministério das Relações Exteriores chileno. O mesmo Carrasco, num raso de entusiasmo, prossegue: "Os argentinos nos conhecem. Em caso de guerra, nós lutaremos sempre, nunca nos renderemos. Lutaremos com as unhas e com os dentes. Lutaremos por séculos, se necessário".

for, e considerada como possível uma ação militar argentina. E até se 1959 já se pensou que o ataque viria em novembro passado, quando "vemos um prazo que havia sido decretado entre os dois países, para resolver a pendência. Mais recentemente, falou-se que a oferta viria no Natal. Agora, há uma nova previsão no ar afirma-se que a Argentina escolherá a próxima semana. Nessa ocasião, o Chile estará em apuros no plano internacional. Entrará em vigor, segundo está previsto, o tratado contra o regime chileno, por seu desrespeito aos direitos humanos, decretado pela Organização Internacional dos Trabalhadores, com apoio da poderosa central sindical americana AFL-CIO. As importações e exportações do país poderão, pelo menos temporariamente, sofrer um golpe sério.

Ainda na próxima semana, deverá ser iniciado, em Washington, o julgamento dos responsáveis pelo assassinato do ex-chanceler chileno Orlando Letelier ocorrido na capital americana em 1976, e no qual está implicado, entre outros, agentes chilenos, o próprio ex-chefe da polícia política do país, general Manuel Contreras Sepúlveda. É possível, segundo se calcula em Santiago, que a Argentina escolha essa fase azarada para os delegados do Chile que o mundo para tentar abocanhar a parte que reclama. Mas uma vez, então, está lá no ar a cruzel dividida sobre se a Argentina está falando sério quando ameaça com as armas ou se está encenando um enorme blefe.



Preparativos em Rio Grande: hospital com a cruz vermelha no teto

RP54: Uns passinhos (Ed. 540 – 10/01/1979)

"Tentam obter um processo democrático que irá levá-los ao fim e por isso, agora, praticam um terrorismo de gangsters".

Segundo como foi, o fato é que o assassinio do general Orlan Gil provocou ódio e tensão entre os militares. No fim de semana, na quinta-feira, pelo menos uma centena de oficiais exigiu aos grupos a renúncia do primeiro-ministro Solares, dirigindo insultos contra os ministros da Defesa e do Interior.

Os oficiais deverão ser punidos e, como observou o jornal liberal *El País*, o incidente "não reflete o sentimento geral das Forças Armadas". Mas não falta, na Espanha, quem se preocupe pelo futuro da jovem democracia, caso a ação dos terroristas — que no ano passado fizeram 97 vítimas — possa ir na mesma intensidade.

ARGENTINACHILE

“Uns passinhos”

Alguns progressos no caso do canal de Beagle

Em menos de duas semanas de trabalhos, de cruzar quatro vezes a Cordillera dos Andes, estive três vezes em Buenos Aires e duas em Santiago do Chile, recebendo cerca de 1.000 páginas de relatórios oficiais e mantendo mais de uma dezena de diferentes reuniões. Ao final da semana passada, porém, tudo o que o enviado especial do papa João Paulo II, cardeal Antonio Samore, tinha revelado sobre os resultados de sua missão de “boa vontade” junto aos governos do Chile e Argentina a respeito dos limites austrais dos dois países na região do canal de Beagle foram apenas algumas vagas frases, levemente otimistas. “Não estamos longe da possibilidade de restabelecer o diálogo”, ou “já há uma luzinha. Deus queria que chegue a ser uma estrela”, ou, ainda, “já demos alguns passinhos”.

Apesar da absoluta falta de declarações oficiais de qualquer parte, havia indícios de que esses “passinhos”, na verdade, possam ser significativos. Em primeiro lugar, uma frota de guerra chilena que estava na região de Beagle retornou a sua base normal no porto de Valparaíso. Do lado argentino, um general considerado “duro”, Benjamin Mendez, comandante do III Exército, sendo chamado em Córdoba, mudou sua linguagem tradicional para anunciar que o conflito de seu país com o Chile teria uma solução “rápida e feliz”. Mas não

RELACIONES INTERNACIONALES: ARG X CHILE

VEJA, 10 DE JANEIRO, 1979



Samore com Curbillos (à sua esquerda): uma volta às negociações?

Alguns progressos no caso do canal de Beagle? Isso, contudo, era um sinal positivo a notificar, filtrada junto a fontes bem informadas de Buenos Aires, de que o Chile e a Argentina, que romperam suas conversações bilaterais no dia 12 de mês passado, poderiam voltar à mesa de negociações.

REUNÃO TRIPLATENCIAL — Esse seria um dos resultados obtidos pelo cardeal Samore após sua incansável gestão junto aos dois governos: haveria uma reunião trilateral entre o próprio Samore e os chanceleres da Argentina, brigadeiro Carlos Pastor, e do Chile, Hernán Curbillos, num “país neutro” — ao que tudo indica, o Uruguai. O objetivo principal da reunião seria encontrar alguma forma de eliminar a tensão bélica — ainda que a Argentina, aparentemente, não tenha renunciado à sua velha tese do “princípio oceânico”. Isto é, antes de qualquer decisão final sobre as terras ilhas atribuídas em 1977 por um tratado internacional ao Chile no canal de Beagle, os argentinos querem ver aceto o princípio pelo qual cada país manteria sua soberania sobre apenas um dos oceanos da região — o Chile sobre o Pacífico, a Argentina sobre o Atlântico. O Chile consideraria indesejável, isto extenderia, já que a posse das três ilhas estenderia o mar territorial chileno até o Atlântico — tendo daí, justamente, o maior vantagem estratégica para o Chile.

— O CHILE E BEM-AIOR — Diante desse impasse fundamental, como seria possível voltar a tensão bélica? Segundo uma versão que corria sexta-feira em Buenos Aires, uma reunião seria feita em Buenos Aires, com a presença de representantes de ambos os países.

RELACIONES INTERNACIONALES: ARG X CHILE

VEJA, 10 DE JANEIRO, 1979

RP55: A paz do cardeal (Ed. 541 – 17/01/1979)

CHILE/ARGENTINA

A paz do cardeal

Afastada a ameaça de uma guerra imediata, a crise de Beagle volta à mesa de negociação

A cerimônia começou exultantemente às 20h15 da última segunda-feira, no território neutro do Palácio Taranco, situado na parte velha de Montevideo — e não durou mais de uma hora. Reunido em uma sala de aula vazia, hoje transformado em Museu de Arte e Decoração, os chanceleres do Chile, Hernán Curbillos, e da Argentina, Carlos Washington Pastor, acompanhados pelo enviado especial do Vaticano, Antonio Samore — enviado especial do Vaticano para ajudar os dois países a superar a chamada “crise de Beagle” — procederam à leitura de dois documentos. No primeiro, de onze pontos, tanto Chile quanto Argentina solicitavam formalmente os bons ofícios do papa João Paulo II como mediador de suas pendências. E no segundo, mais curto, as duas partes se comprometem a renunciar ao uso das armas para resolver suas diferenças.

Seria, enfim, o fim da crise de Beagle? Não propriamente, quanto a parte substancial da questão, os dois países ainda estavam em boca de uma solução. No entanto, a missão do cardeal Samore — incluída num clima de pessimismo, duas semanas antes — teve pelo menos um efeito bem claro: fez cessar as ameaças bélicas de parte a parte e assegurou que hora o risco de guerra, por menor que fosse. Ao adotar a fórmula de “voltar a situação ao nível do começo de 1977”, chilenos e argentinos concordaram em demobilizar suas efetivas militares, concentrando, nos últimos meses, ao longo dos 4.000 quilômetros de fronteira, os dois países e, em especial, no ponto crucial da disputa, o canal de Beagle, onde estão situadas as ilhas de Picton, Nueva e Lennox, sobre as quais ambas as nações reclamam soberania.

Na Argentina, por exemplo, o encaminhamento da questão de Beagle para uma solução pacífica acabou produzindo o efeito de descontentamento entre os setores militares mais radicais, tanto do Exército quanto da Marinha, favorecido a uma “demonstração de força” contra o Chile. E, assim, o grau de desconformidade entre os diversos setores das Forças Armadas, adversários entre si tanto no que se refere à questão de Beagle quanto no que diz respeito aos

RELACIONES INTERNACIONALES: ARG X CHILE

VEJA, 17 DE JANEIRO, 1979

temos que a nação deve tomar. Para acalmar estes setores, o presidente Jorge Rafael Videla — considerando um dever da solução pacífica — foi obrigado a dirigir à nação, na noite da mesma segunda-feira, um discurso conciliatório, mas duro que o necessário. Foi, ali, “uma declaração enfática e veemente”, “uma declaração de biocidade” que antes que levar os dois países à guerra. Segundo esse argumento argentino, a soberania marítima de cada país deve ser limitada a apenas um oceano, ou seja, o Atlântico para a Argentina e o Pacífico para o Chile.

MOTINA — Havia em Buenos Aires, também, um prognóstico sombrio: a exaltação dos oficiais, até agora apoiada para o inimigo de fora, poderia ser de novo desviada para alvos internos. Em meio a estas incertezas, a vida foi tomando seu rumo normal. O sábado, já no fim da semana passada os jornais noticiaram o desparecimento de duas um jornalista, Jorge Alberto Fontecilla, diretor da revista *La Semana*. Retornava-se a rotina dos redatores.

E quanto ao Chile? Ali, no que se refere à política interna, as coisas são diferentes. O regime do general Augusto Pinochet, tão duro quanto o de Videla, pode se vanagloriar pelo sucesso de uma coisa: de não ter que se defrontar com dissidentes internos. Mas nem por isso podem se prever dias alegres para o governo chileno. No plano externo, pelo menos duas dores de cabeça estão previstas na agenda de Pinochet. De um lado, em Washington, no fim de semana passado, do julgamento de um grupo de cubanos envolvidos no assassinio do ex-chanceler Orlan do Lardeber, ocorrido no capital americano em 1976, fazia parte o processo, com toda a intensidade, das pressões americanas. Além disso, o Tratado Regional Interamericano dos Trabalhadores (OARTI), com o apoio de todo poderosos centrais sindicais americanos, na AFL-CIO, deu início também na semana passada, a um boicote generalizado do comércio de todos os navios e aviões chilenos em portos estrangeiros. A rotina — e também aqui uma trupe rotineira — voltaria igualmente a batigar Sant-

RELACIONES INTERNACIONALES: ARG X CHILE

VEJA, 17 DE JANEIRO, 1979

RP56: Mais um corpo (Ed. 542 - 24/01/1979)

ARGENTINA **Mais um corpo** **Agora, uma voz oficial pede providências**

O caso tinha tudo para ser arquivado como apenas mais um sequestro político com final trágico na Argentina — algo incorporado à rotina de um país onde o número de desaparecidos por motivos políticos se situa, segundo a maioria dos cálculos, em torno de 10.000. Nem o fato de a vítima ter sido Elena Holmberg, de 48 anos, funcionária da chancelaria argentina e sobrinha do ex-presidente Alejandro Augustín Lanusse, poderia ser considerado como algo fora do comum. Afinal, funcionários governamentais de estatuta ou colaboradores de altas personalidades do regime já haviam desaparecido antes, e nem por isso a grita de indignação oficial fora tão grande.

Foi, por exemplo, o que ocorreu há mais de dois anos com um ex-secretário de imprensa e irmão associado do próprio Lanusse. Ou, um ano e meio atrás, com um embaixador argentino na Venezuela e homem de confiança do presidente Jorge Rafael Videla. Ambos foram sequestrados em Buenos Aires — e até hoje nada se sabe sobre o seu paradeiro. Como explicar, então, que no último domingo, dia 14, durante o sepultamento de Elena Holmberg, o embaixador argentino, brigadiero Carlos Pastor, tenha se movido tão contundente a ponto de pedir "a dura e inextinguível" contra os terroristas? Uma mera explosão momentânea de revolta ante a violência contra uma mulher indefesa? Na verdade, no dia 16 de julho último, Considera-se que o apito de Calderón (algo como 120.000 votos que ele mesmo conseguiu em julho, ao tirar o quinto lugar na disputa eleitoral) era exatamente o que faltava para Koldós ratificar sua vitória no segundo turno das eleições de 8 de abril.

Mas por que esse apito seria assim tão catastrófico para o governo? E sim, pois: os militares, à custa de toda sorte de artifícios e casuísticas, vem se esforçando ao máximo para alijar da disputa eleitoral todos os adversários de seu candidato preferido, o conservador Sixto Durán Balles, detentor do segundo lugar no primeiro escrutínio. O apoio de Calderón, simplesmente, ameaçava atingir por terra todo esse esforço.

Mais um corpo

Apontamento radical, delimitadamente ex-terrorista que ainda se encontra entre um tibu — e dirigindo um ataque aos grupos parapolíticos e paramilitares que ainda atuam a vontade na Argentina, na sob cobertura de setores ultradireitistas das Forças Armadas. Um outro detalhe nesse caso permitia supor, que de fato, pode ter havido tentativa de se-tores dos próprios órgãos de segurança para acobertar o crime: o cadáver da diplomata, encontrado nas águas do rio Luján, na localidade de Bernabides, foi oficialmente enterrado como sendo de um indigente. Identificado depois como sendo de Elena, a necessária autópsia acabou sendo realizada num outro corpo — o de um homem. Se, com interesse judicial a família obtiver o verdadeiro corpo, para autópsia e sepultamento.

de o sequestro, por sua própria violência — Elena Holmberg foi arrancada de sua casa na noite de 20 de dezembro último e encontrada atrelada, boiada num rio próximo a Buenos Aires no último dia 11 — chegou a provocar uma onda de indignação em todo o país.

UMA TARDE — A caracterização de Pastor, entretanto, foi interpretada pela maioria dos observadores como uma manifestação mais profunda, de significado claramente político: aquela era a primeira vez que um membro do governo argentino denunciava com tanta veemência um ato terrorista, desde que a guerrilha e o terrorismo de esquerda foram oficialmente declarados inimigos da Argentina, no primeiro semestre do ano passado. Ora, se o terrorismo de esquerda, pela palavra do governo, não está mais atuando, contra quem se dirige a fala do brigadiero?

Um Matul em Paris

Que semelhança pode haver entre o governador eleito de São Paulo, Paulo Salim Maluf, e o prefeito de Paris e atual chefe do PRR, partido gaullista, Jacques Chirac?

Muito, segundo pessoas familiarizadas com ambos os personagens. "O grande ponto de contato entre os dois, exatamente um diplomata francês que serve no Brasil. É, naturalmente, o brigadeiro economista ao estilo Maluf, seu jeito de fazer um rir a qualquer custo, por aparecer num foto e aparecer com ele, ou de tirar aos lados os cruzeiros, para aparecer num foto e fazer um familiar um episódio ocorrido com Chirac."

Essa história se inicia quando a senhora Yvonne de Gaulle — a vencedora da vitória do general Charles de Gaulle há mais de 20 anos, começou a tomar providências para o casamento de sua filha, Anne de Boissieu. A senhora de Gaulle, ou "La Générale", como é conhecida, absolutamente não gostava de Chirac, como é de conhecimento geral em Paris. Nada mais natural, assim, que escolhesse marcar o casamento numa data pouco em que Chirac, convalescendo de uma recente desastre de automóvel, estivesse convenientemente recolhido a um hospital. Assim, o anúncio gaullista não compareceria à preleção, onde sua realização, os comentários na França, e a cerimônia poderia ser ofendida por um dos divertidos cépticos de Paris.

Foi um engano de "La Générale". Pois eis que, no dia do casamento, Chirac, mesmo engessado (ele jurou na boda, mesmo sem lerlo e de cadáver de Paris, onde, naturalmente, assumiu o papel de estrito principal da cerimônia. Mais ainda.

ante aterra os fulgurantes de que com- parcerira ao evento. E concebia que jornais de toda a França publicassem uma foto em que, sorridente, acompanhava seu malvado. De Gaulle.

Resultado: mais um ponto para Chirac, em sua permanente guerra de guerrilha contra o presidente Polley Girouard de Estarling.

VEJA 24 DE JANEIRO, 1979

RP57: Campeã Mundial (Ed. 550 - 21/03/1979)

ARGENTINA **Campeã mundial** **De inflação, custo de vida, recessão...**

O agente alfândegário argentino abriu a sacolinha do turista, um computador se que voltava de uma viagem ao Uruguai, Espanha ou México, sucedeu-o no ar e disse: — Lamento, o senhor não pode entrar na Argentina com cigarros estrangeiros. É ilegal.

— Mas não, senhor, eu tenho aqui dois pacotes de cigarros argentinos. Comprei no Uruguai porque lá são mais baratos.

Esses diálogos ocorrem há alguns dias num posto de fiscalização na fronteira entre Argentina e Uruguai, e ilustra com eloquência a atual crise econômica argentina — uma crise por que já atingindo níveis insuperáveis, algo capaz de sacudir a indiferença até dos próprios mais calculados na convivência com a inflação. Sim, hoje em dia, na Argentina sai muito mais barato um cigarro através de uma fronteira e fazer compras no Uruguai. Paraguai ou Brasil que enfim: os preços proibitivos em seu próprio país.

O comportamento francamente alucinado dos preços chega a ser difícil de acreditar — mesmo porque, até há pouco, a Argentina em busca, justamente, dos excelentes preços ali praticados. Nos primeiros dias deste ano, por exemplo, o correspondente do jornal britânico *Financial Times* enviou um relato a seus editores em Londres, segundo o qual a capital argentina, após três anos de experimentos com a política econômica imposta no país pelo todo-poderoso ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, tornava-se a cidade mais cara do mundo. O relatório de Lindley não foi, porém, publicado. Simplesmente, os editores do jornal desorientaram que seu correspondente havia exagerado nos números.

ACRÓBACIAS — Mas de não tinha exagerado nem um pouco. E nem precisava. A Argentina, aliás, é detentora de outro recorde mundial, que fala por si — o da inflação. De fato, no ano passado, a inflação argentina chegou ao índice de 168%, com empagador vazio, além sobre o segundo colocado, o Peru.

Loja em Buenos Aires: artigos importados — e mais baratos

com cerca de 71%. E há muitos outros exemplos da dramática situação no país. Um deles: é cada vez maior o número de argentinos de Paso de los Libres, na fronteira com o Brasil, que se abastecem na cidade gaulesa de Uruguai.

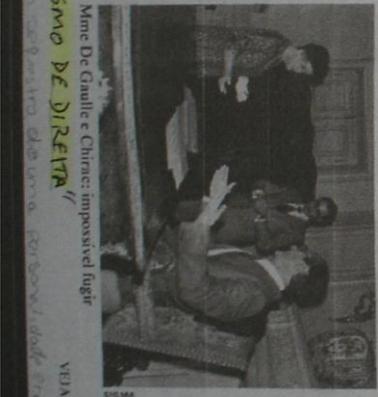
Muito mais difícil, contudo, é observar a situação daqueles que, vivendo longe das fronteiras, não podem operar pelos mercados mais generosos em território estrangeiro. Esses são obrigados a executar as mais acrobáticas manobras em seu orçamento doméstico para poder sobreviver, depois de ter que pagar o equivalente a 20 ou 35 cruzeiros por uma cerveja, de 30 a 35 cruzeiros por uma Coca-Cola, 50 cruzeiros por um saco de farinha. Os espanhóis, no entanto, do custo de vida na Argentina não param ali. Outros itens exigem igualmente um horroroso suborno da parte do argentino médio.

Educar um filho, por exemplo, requer um desembolso mensal de 2.500 cruzeiros — o preço médio da prestação da escola primária. E, quando se entra no terreno dos automóveis, então, os números tornam-se francamente sinistros. Um pequeno carro, como o Fiat 600, o modelo mais barato em produção na Argentina, custa nada menos que 8.000 dólares, ou 178.000 cruzeiros. Já um carro médio, como o Fiat 125 (um pouco maior que o Fiat brasileiro), chega a custar até 264.000 cruzeiros. E o Ford Falcon, modelo ligeiramente mais luxuoso? Já já estamos falando de 18.000 dólares, ou cerca de 400.000 cruzeiros.

RAVIOLE COM CERVEJA — Com um custo de vida tão astronômico, como fazem os argentinos para viver? No caso dos assalariados de baixa renda, um especial os que vivem de salário mínimo.

CU SAVARI — Martínez de Hoz, de qualquer forma, permanecerá ali até aos ministros de desconhecimento. Em

VEJA 31 DE MARÇO, 1979



Mme. De Gaulle e Chirac: impossível fugir

VEJA 24 DE JANEIRO, 1979



PARA SANTÍSSIMO CENTRAL



Hoz: impopular mas ainda firme

meados de janeiro, logo depois de anunciar mais um espartaco pacote econômico ao país (o congelamento dos salários até agosto, exceto o salário mínimo, que terá um aumento de 4%), ele pediu licença ao presidente, general Jorge Rafael Videla, e partiu de férias para um safari na África do Sul. Quando o ministro voltou, um mês depois, encontrou a Argentina apenas ligeiramente modificada: o murmúrio de oposição à sua permanência no cargo havia sido engrossado pelas vozes de alguns dos militares do governo — e o curso de Videla havia subido mais 13%.

Nesses dias, alguns chegaram mesmo a fustigar por antecipação algo que naquele momento parecia possível: a queda do ministro-escador. Sua condição popular estava mais baixa que nunca. E, além de tudo, ele ainda saía para um safari. Mas quem apostou na desgraça de Martínez de Hoz se enganou. Ele não só continuou em seu cargo como, alguns dias depois, recebeu o apoio de uma das personalidades mais importantes das finanças internacionais: David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank dos Estados Unidos. Rockefeller, em visita a Buenos Aires, não poupou elogios à política econômica de Martínez de Hoz, da qual salientou alguns resultados positivos, como o superávit de 2,8 bilhões de dólares na balança comercial e a reserva monetária argentina de 6 bilhões de dólares, suficientes para saldar metade da dívida externa do país, de 11 bilhões de dólares.

Na verdade, Martínez de Hoz — um economista largamente respeitado e vis-

to por muitos como competente e realista — está apertado na ilha de que há com rendidos extremamente fortes e dolorosos se poderia sentir alguma melhoria real nas entidades, veladas estruturas econômicas da Argentina. A questão, agora, é saber quanto tempo ainda lhe darão os militares para preparar o acerto de sua política.

VENEZUELA

Campíns assume
E promete um novo país, sóbrio e austero

No exato momento em que Luis Herrera Campíns, presidente eleito da Venezuela, iniciou seu discurso de posse, no Palácio Miraflores, em Caracas, na tarde da última segunda-feira, dia 17, terminaram as gestricelas. Até então tudo havia sido flores e sorrisos. Carlos Andrés Pérez, o presidente que encerrava seu mandato, proferiu um discurso simpático, augurando sucesso a Campíns em seus cinco anos à frente do governo venezuelano — mesmo sendo Pérez de um partido, o Ação Democrática, e Herrera Campíns de seu grande rival, o Copai. Em seguida, Pérez soltou a fúria presidencial em seu discurso e abençoou calorosamente.

Ai começou a turbulenta resposta de Campíns. Recebeu uma Venezuela hipotecada, mergulhada em dívidas, deformada por pressões inflacionárias, vendida impudico o novo presidente, vender das eleições realizadas a 3 de dezembro passado. E o que se seguiu foi um discurso em dois planos: de um lado, uma enxurrada de críticas a Venezuela de Pérez, país "onde se comemora o dia de insuque e periferia" e de outro uma torrente de promessas de uma nova Venezuela "que construírei com sobriedade, austeridade e trabalho". Campíns prometeu ainda combater o corrupção administrativa e defender os menos favorecidos. "Aborreço-me saber", disse de ao terminar, "que uns poucos possuem tanto enquanto tantos têm tão pouco". Quando se calou, Pérez não mais sorria. Mas a vingança do presidente que não foi suave: apanas, ele desceu de aplaudir seu sucessor.



Campíns

ALEMÂNIA

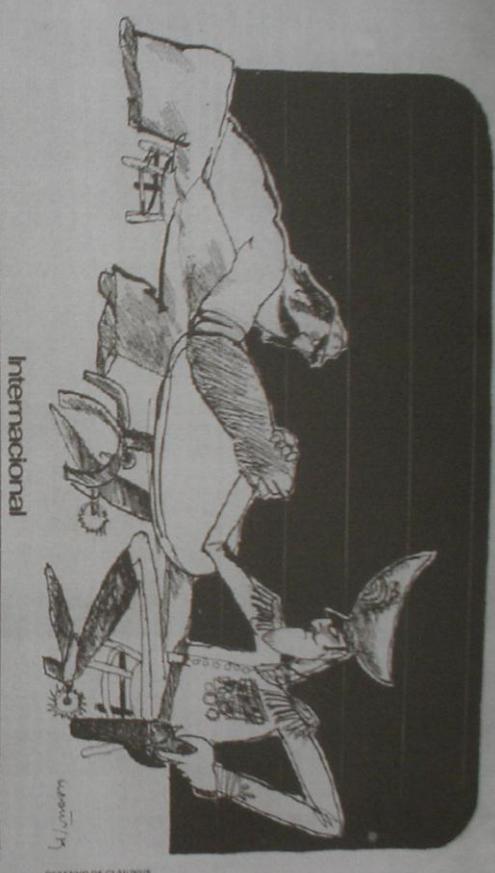
O amor espião
O inimigo ronda o coração das secretárias

Christel Brozy, 31 anos, secretária de um presidente político de oposição na Alemanha Ocidental, disse a seu chefe, na tarde do último dia 9, que ia ao cabeleireiro — e nunca mais voltou. Seu chefe era Kurt Biedenkopf, recém-eleito presidente da Comissão de Economia da Câmara Baixa do Parlamento, um dos vice-presidentes da União Democrata Cristã (CDU) e uma das mais importantes figuras intelectuais do partido, além de candidato popular ao cargo de primeiro-ministro da Alemanha. Logo ficou claro que o desaparecimento da secretária não era um caso trabalhista ou político; ela simplesmente desertara rumo à Alemanha Oriental, para cujo governo vinha trabalhando, provavelmente há anos, como espia.

A descrição de Brozy, formada pública apenas na terça-feira passada, fez subir a novas alturas o já normalmente elevado nível de paranoia de espionagem que assolou as duas Alemanhas. Espiolarmente porque Brozy foi nada menos que a quarta secretária alemã a ser raptada do leito a revelar-se em apenas uma semana. No mesmo fim de semana em que sumiu Brozy, também se esvaçou por um tempo, 38 anos, secretária de Werner Marx, principal porta-voz da CDU para questões de política externa. Pouco antes, na quarta-feira, dia 7, tinha sido presa em Bonn Ursula Hofs, secretária do Departamento de Organização da mesma CDU, sob suspeita de espionagem. E, pior que tudo, na segunda-feira, dia 5, tinha desaparecido a alemã Ursel Lorenzen, 40 anos, funcionária do secretariado geral da OTAN, a aliança militar ocidental, em Bruxelas, e assistente pessoal do diretor do Departamento de Operações da organização, o inglês Terence Morgan.

1.000 Espiões — Ao contrário de Brozy e Goliath, cujo paradeiro ainda não foi confirmado, Lorenzen materializou-se logo em plena Berlim Oriental, onde conheceu uma longa e comprometedoramente entrecruzada pela televisão. Entre outras coisas, ela afirmou ter conhecimento de "importantes planos militares" da OTAN para situações de emergência, revelando ainda que tinha

VEJA 21 DE MARÇO, 1979



O desafio sindical

Na Argentina, governo e sindicatos ensaiam um confronto. Um apelo de greve só teve êxito parcial, mas o problema parece apenas começar

A calçada em frente ao prédio do Ministério do Trabalho da Argentina, na rua Moreno, em Buenos Aires, estava apinhada de jornalistas no final da tarde de segunda-feira passada. Em uma das janelas do 1º andar, um homem, gestualista frenético, gritava o urgente sindical Roberto Digioni, presidente do Sindicato do Trabalho, que tentava passar um recado para a pequena multidão concentrada em baixo. Mas não houve tempo. Antes que os repórteres entendessem a mensagem de Digioni, policiais à paisana tomaram posição, junto à porta do edifício. E, com eles, logo se materializaram os inxavativos Ford Falcon — o modelo de carro usado pelos órgãos de segurança argentinos — e sempre associado aos seguidores políticos.

Alguns horas depois, 21 dirigentes trabalhistas — mais exatamente toda a

VEJA 2 DE MAIO, 1979

RP58: O desafio sindical (Ed. 556 – 02/05/1979)

Violência: PERISSO

abandonada pelo ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz.

Nos últimos meses, contudo, mesmo entre severos dispositivos viriam se revalendo inoperantes para conter a inflação, quando Martínez de Hoz anunciou um novo plano de contenção de aumentos salariais, greves espontâneas têm espalhado em diversos setores da economia. A notícia de que o governo anunciara, no próximo dia 1.º de maio, uma nova rodada de restrições à atividade sindical, contribuiu para elevar ainda mais a tensão no meio trabalhista. E na semana anterior, finalmente, a questão sindical ressurgiu com toda força diante da decisão da "Comissão dos 25" de convocar a greve geral — ou melhor, uma "jornada nacional de protesto", já que as greves são ilegais.



Harguindeguy: ameaças de prisão a quem participar de greves

OMAGO EM PARAGO — Estava pronto o cenário para o confronto: até agora — e os perigos desde teste de força — eram evidentes. Houve mesmo quem especulasse sobre a sobrevivência política do presidente Jorge Rafael Videla — há três anos no poder. Ainda mais ameaçado por um eventual sucesso do movimento sindicalista estaria o controverso chefe de polícia econômica do regime militar, Martínez de Hoz — o qual, no mês passado, completou três

anos de permanência no cargo, um número cabalístico que não foi ultrapassado por nenhum ministro da Economia argentino desde a queda de Perón, em 1955.

Em previsível, portanto, que o governo recresse a todas as suas armas para evitar a paralisação. No mesmo dia em que eram greves no porto e no interior, "Comissão dos 25" — dos quais apenas nove haviam sido soltos até o final da semana — Videla fazia concessões na área dos salários. Assim, o índice de aumento salarial, que fora estabelecido em 4% mensais até agosto, sofreu uma correção para 19%. Paralelamente, o ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, ameaçava aplicar as leis de exceção a todos que participassem da greve: eles poderiam ser detidos e condenados a até dez anos de cadeia. Tudo isso, claro, gerou dias de tensão. Mas, embora as prisões tenham provocado protestos de vários organismos internacionais — e até mesmo do Departamento do Estado americano —, o fato é que a esquadra dos militares argentinos funcionou.

Em primeiro lugar, há indícios de que uma parte das Forças Armadas, interessada no desgaste de Videla e do ministro Martínez de Hoz, teria apostado discretamente a entrada sindical. O desfecho da greve, por outro lado, não seria totalmente tranquilizador para o governo, já que o acerto de contas entre militares e sindicalistas teria sido, apenas adiado. Nenhum, jenna a jennapa, largado da política, sindical, judicial, nem em 40% do poder aquisitivo dos argentinos. E é transferível supor que os cartelistas e sindicalistas continuarão fiéis. Mas do que ao nível das tentativas, econômicas, contudo, é no campo político que os dois polos da

política argentina — militares e civis — terão que estabelecer bases de convergência.

APENAS COMEÇANDO — O primeiro governo paraguense recente, de que não poderia continuar recordando apenas a respeito do tratado com a questão da dívida. Assim, no projeto de manifesto elaborado por Videla, a reformulação legal do sindicalismo e priorizada. Esta política se expressa no anteprojeto da nova lei de "associações profissionais", que está para ser divulgado oficialmente — e é contra ela, no fundo, que se insurge agora a "Comissão dos 25".

Frisa a "nova ordem sindical" pretendida pelo regime equívoca, na verdade, a uma polpa de morte no sindicalismo argentino. Ela abre, em primeiro lugar, a desestruturação do movimento. A Central Geral dos Trabalhadores seria anexada, assim como as federações ou sindicatos que concentram trabalhadores de mesmo ramo.

Também a lei que regula o convênio coletivo de trabalho sofreria modificações, diminuindo a capacidade de barganha dos sindicatos nas negociações salariais. Por fim, o ponto central da reforma é que se pretende eliminar o poder econômico dos sindicatos, retirando-lhes o direito de exigir recursos por descumprimento de salários nos salários para assistência médica e social. Na Argentina, os sindicatos são organizações economicamente autônomas e detêm uma espécie de monopólio na prestação de serviços de saúde e turismo a seus associados. Seguindo a nova lei, o controle desses fundos de previdência passaria para as mãos do Estado ou das empresas.

Mas há outras mudanças previstas. Os sindicalistas escarolam proibidos de participar de atividades políticas. Os cargos de direção sindical não poderão ser exercidos por quem tenha antecedentes penais ou políticos — o que pode incluir a participação em greves, por exemplo. Em suma, o que o governo pretende é despolitizar o sindicalismo argentino e retirar-lhe o poder econômico, sua coluna vertebral. Com isso, diminuirá o nível do principal entrave à sua agenda — programa de normalização política do "Bolsa e Tarefa" (Bolsa, se conseguir, impor sua reforma, os militares escarolam alterando a estrutura mensural da política argentina. Terço dado um golpe fatal ao peronismo, força que dominou a vida do país nos últimos três décadas. Essa prova de força, ao que tudo indica, terá apenas começado.

de 6,8 milhões de habitantes, continuará no controle das Forças Armadas, da Polícia e de outros setores-chave.

PEIXE COM CARRECA — Não lhe faltará prudência, porém. Segundo seus amigos, Muzorewa é cauteloso até ser claro — e ele mesmo admite o singular hábito de jamais correr perigo, a menos que seja servido com a cabeça. "Assim posso comprová-lo que não é cobra", justificou recentemente. Na verdade, sua carreira política é recente. Nascido em Uthuli, perto da fronteira de Moçambique, Muzorewa destacou-se durante quase quarenta anos a seu ofício religioso, com um templo que o levou a tornar-se, após completar seus estudos, entre 1958 e 1963, no EUSA, o primeiro bispo metodista negro da Rodésia.

Foi justamente sua influência como dirigente religioso que levou alguns líderes nacionalistas negros, entre eles Joshua Nkomo, a entregar a Muzorewa, em 1971, o comando de uma campanha unificada contra o regime de Smith. Nos últimos dois anos, porém, assumiu um outro papel: passou a participar de um movimento de guerrilha, sendo uma das principais figuras. Muzorewa é outro dirigente menos moderado, acostumado a compromissos com Smith.

Há ainda muitas dúvidas sobre o futuro de Muzorewa — mobilizado pela guerrilha e não reconhecido pelo



FOTOS AP

A vez do bispo
Com o novo governo, pode acabar o isolamento

Os tempos de imbuível arrogância — quando jurava que a Rodésia "tem em mil anos" ter um governo de minoria negra — ficaram para trás. Na semana passada, o primeiro-ministro Ian Smith, calouze anos depois de ter desafiado o mundo inteiro ao proclamar unilateralmente a Rodésia independente da Grã-Bretanha, encerrou-se de anunciar pessoalmente o nome de seu sucessor: o bispo negro Abel Tendekayi Muzorewa de 54 anos, líder do Conselho Nacional da União Africana e vencedor das eleições gerais realizadas na semana anterior, com a participação, pela primeira vez no país, de toda a comunidade negra. Sorribo, o partido de Muzorewa obteve 51 das 100 cadeiras do Parlamento eleito, afastando assim qualquer possibilidade de coalizão da minoria branca — que terá 28 deputados — com representantes dos outros dois partidos da comunidade negra.

A manobra branca da chefia do governo em Salisbury, capital da Rodésia — ou Zimbábue, como querem os negros —, abrigava dessa forma, entre junho e julho, época prevista para a posse, um novo titular, que difere substancialmente de Ian Smith. Para começar, Muzorewa é visto por seus próprios assessores como um político hesitante, de pouca capacidade para assumir possíveis "duras" em situações difíceis. "Ele é excelente como pregador, mas não fica a vontade no papel de cardinal", admitiu, na semana passada, um antigo colega.



FOTOS PAULO BANTIAGO/CENTRAL

da pena, segurando central sindical, a Confederação Nacional do Trabalho — esta mais vinculada ao governo —, a greve acabou sendo muito menos discreta, econômica, contudo, é no campo político que os dois polos da

APENAS 30% — Desautorizada pela seguradora central sindical, a Confederação Nacional do Trabalho — esta mais vinculada ao governo —, a greve acabou sendo muito menos discreta, econômica, contudo, é no campo político que os dois polos da

da pena, segurando central sindical, a Confederação Nacional do Trabalho — esta mais vinculada ao governo —, a greve acabou sendo muito menos discreta, econômica, contudo, é no campo político que os dois polos da

da pena, segurando central sindical, a Confederação Nacional do Trabalho — esta mais vinculada ao governo —, a greve acabou sendo muito menos discreta, econômica, contudo, é no campo político que os dois polos da

VEJA, 2 DE MAIO, 1979

RP59: A lei dos mortos (Ed. 573 - 29/08/1979)



A nova lei, para Harungidegu, foi "uma sobrecarga" mas as mães dos desaparecidos continuam sem saber se seus filhos estão vivos.



FOTOS PAULO SANTIAGO/CENTRAL

quer parte da Argentina, sair prisioneiros, escolas, hospitais, igrejas, poder falar com presos, familiares de presos, filhos, da oposição." E concluiu com um sorriso: "Atual, o Conselho pernice a todos, da OEA, e um dia um bem poderemos gozar do direito de pedir que este direito ficem na atribuição da Mãe Mária Kilm ou das organizações, existem nos Estados Unidos".

Esta foi a única referência do ministro, em sua entrevista, à mais grave crise que já afetou as relações entre Argentina e E.U.A., e que chegou ao seu auge na semana passada. Os desentendimentos começaram quando um porta-voz do Departamento de Estado, Tom Reston, confessou-se "indignado" com a invasão da sede em Buenos Aires do Movimento de Defesa dos Direitos Humanos, pela polícia argentina, ocorrida há cerca de quinze dias. Durante o ataque, os arcos da organização foram arrombados e relações sobre presos e desaparecidos foram apreendidos. Dias depois Reston voltou a explicar, na Argentina, a possibilidade de existirem, em Argentina, presos chilenos — e terminou por anunciar que a embaixada americana em Buenos Aires "investigaria esse ponto".

ARGENTINA O.C. **Lei dos mortos**

Teticamente, não existem mais desaparecidos

O governo argentino, chefiado pelo general Jorge Rafael Videla, conseguiu num golpe de pena, na semana passada, dar uma solução técnica a um dos mais dolorosos problemas do país: os desaparecidos. Por força de duas leis e um decreto, os milhares de homens, mulheres e crianças que sumiram de circulação na Argentina, vítimas da Perifera, terrível e terrível, rolmeira no país nos últimos anos, já não estão mais desaparecidos — estão mortos. Sepulturas, talvez não. Mas mortos. Uma e oficialmente.

A medida, além de seus efeitos jurídicos, servia para coligar o governo argentino numa posição mais confortável às visões da visita ao país da Comissão Interamericana para os Direitos Humanos da OEA, prevista para o dia 6 próximo. O novo "Estatuto Jurídico de Desaparecidos" foi anunciado pelo ministro do Interior, general de divisão Albano Eduardo Harungidegu, numa reunião de hora e meia com os jornalistas de hora e meia com os jornalistas.

DISSENTIMENTO — Quanto à visita da Comissão dos Direitos Humanos da OEA, o general Harungidegu foi tranquilizador. "Os membros dessa delegação terão completa liberdade de ação", prometeu ele. "Podem viajar, com ou sem acompanhantes, para qualquer ponto do país".

Mas a medida tem efeitos práticos. Segundo uma das leis, as pessoas que se ausentaram de seu lugar de residência durante pelo menos um ano "e que não aparecerem após a publicação da nova a legislação" poderão ser dadas como mortas. Isso significa que, agora, heranças poderão ser recebidas, pensões serão reclamadas, seguros serão resgatados e cônjuges terão seu estado civil definido. As leis dispõem ainda que só poderão ser declaradas mortas as pessoas desaparecidas "num dia qualquer entre 6 de novembro de 1974 (quando a ex-presidente Isabelita Perón decretou o estado de sítio para combater a onda de terrorismo em que mergulhou o país) e a data da promulgação da lei".

— Foi a conta. O presidente Videla disse pessoalmente a seu Chanceler, o brigadeiro Carlos Washington Pastor, uma resposta, cujos termos os diplomatas raramente empregam: "O governo nacional reconhece perfeitamente suas atribuições e responsabilidades e não precisa de opiniões ou conselhos de Estados estrangeiros para conduzir seus assuntos internos". A nota, logo batizada nos corredores do Palácio San Martín, sede da Chancelaria, como *la propaganda*, saiu no efeito típico. Na última quarta-feira, Tom Reston veio a público para apagar o incêndio: falou em "mal entendido" e terminou por desculpá-lo. Para compensar, o embaixador dos Estados Unidos na Argentina, Raul Castro, admitiu a falha da acusação. "Resolvi foi além do permitido", desabafou. "Atual, eu não estou aqui para investigar coisa alguma, isso é tarefa para um policial, não para um diplomata".

Assessor-chefe do Departamento de Estado, presidente de pesquisa havia a entrevista coletiva de Harungidegu. E no fim da tarde para um policial, não para um diplomata.

final, os seus mais fortes, ficaram inerte para as polêmicas complicadas do ministro, ao anunciar a libertação, no começo do mês, de cinquenta presos políticos e ao divulgar, pela primeira vez, a lista oficial dos que ainda continuam detidos. Segundo Harungidegu, há hoje 1.350 presos políticos espanhóis pelas costas do país, 160 estão em liberdade vigiada e dez em prisão domiciliar. E E. e S. Os desaparecidos — entre 5.300 e 12.000, dependendo da fonte — tecnicamente não existem mais.

PARAGUAI **Chega Somoza**

Stroessner recebe o cargo colégio

Tenho amigos que torcerão meu exílio mais ameno", proclamara o ex-ditador da Nicarágua, Anastasio Somoza, ao aportar em Miami, um mês atrás, depois pelos sandinistas e a mudança do seu refúgio nos Bahamas. Na noite de domingo, dia 19, "Tachito" foi ao encontro de um desses amigos — um Boeing 707 da Lintas Aéreas Para- guaias depositou-o no acatando e suplo aeroporto de Assunção, onde pretende passar alguns meses sob a proteção de seu velho colega Alfredo Stroessner, há 25 anos presidente do Paraguai. Somoza trazia consigo uma corte de 21 pessoas, entre as quais seu irmão, general José Somoza, seu filho, tenente-coronel Anastasio Somoza Portocarrero, sua

campesinato, o americano Donrah Sampson Lago, uma equipe de guardas-costas e uma inoperável e irritante muleta marrom.

Desde então, seu novo *honor* passou a ser a casa número 4133 da Avenida Mariscal López, alugada por 1.000 dólares mensais, cerca de 30.000 cruzeiros. Ali, até alguns anos atrás, funcionou a Embaixada da África do Sul, que a vendeu ao ex-presidente da Junta Militar de Assunção, Honorio Campesano. Somoza logo sentiu-se a vontade. Stroessner lhe forneceu uma guarda de segurança de primeira linha, chefiada pelo coronel Lashio Alfonso Martínez, ex-comandante do 14.º Regimento de Infantaria — a elite do exército paraguai — e ex-responsável pela segurança do palácio presidencial. De mais a mais, um séquito das mais altas personalidades do país veio trazer-lhe as boas vindas, enquanto reluzentes bandeiras cobrem seus posses pela cidade. Em outras palavras, a acolhida foi digna de um chefe de Estado, e não de um ditador depois sem lugar para morar.

PARAÍRES — As embaixadas dos Estados Unidos e da Venezuela em Assunção já sabiam do desembarque de "Tachito" duas semanas antes — mais o governo paraguai conseguiu guardar a notícia até o fim. No entretanto, com Somoza, que então já havia trocado as Bahamas pela Guatemala, Stroessner teria exigido que ele só chegasse após o dia 15 de agosto, data das bodas de prata de seu regime comemorada com pompas e glória (VEA n.º 372). Dois dias após as festividades matri-

Mesmo países como a Argentina e o Brasil, profundamente comprometidos com os caminhos e destinos de Stroessner, revelaram atitudes de sua ambivalência em Assunção, mas desconfiados" a presença de Somoza nos paraguaios, não estavam em dúvida de um encontro ocorrido no dia de terça-feira entre Somoza e os dois jovens paraguaios, no restaurante Talleres da rua Coronel Bogado, perto do palácio presidencial. Na casa número 4133, Somoza desfilou suas memórias

matr, Romelio Barza Faras, cônsul honorário da Guatemala no Paraguai e amigo dos filhos de Stroessner — Gustavo e Alfredo —, receberia em nome das Lintas Aéreas Paraguaias a quantia de 100.000 dólares referente ao frete do avião que acabou trazendo a comitiva nicaraguense para Assunção.

"É preciso entender a psicologia dos ditadores", diz Miguel Saizuer, secretário do Partido Liberal Auténtico, de oposição, indagado sobre os motivos que teriam levado Stroessner a dar-lhe boas vindas a Somoza, uma pessoa bem para quem quase todo o continente virou as costas nos últimos meses, após o governo paraguai ter deixado de reconhecer durante décadas com o regime de sua família na Nicarágua. "Os ditadores têm um comportamento soberbo, não dialogam, não ouvem — só declamam. E depois, Stroessner não tem fidelidade para captar as novas relações internacionais. Ele acredita apenas ser o grande líder do anticomunismo no mundo."

14

RP60: A fila da esperança (Ed. 575 - 12/09/1979)

Internacional

A fila da esperança

Milhares de argentinos pedem à Comissão de Direitos Humanos da OEA, em Buenos Aires, notícias de seus parentes desaparecidos

— A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos pede saber mais sobre os desaparecidos, como argentinos, concluiu que a Argentina está composta por 25 milhões de pessoas fideles que acabaram em liberdade e por 11 milhões de um destino desconhecido. O presidente argentino em Buenos Aires, Jorge Rafael Videla.



As quintas-feiras, diante da Casa Rosada, para reclamar notícias de seus filhos — até que a polícia passou a dissolver as manifestações. Desta vez não houve repressão, e a presença da polícia esteve restrita a uns poucos policiais de farda azul com seus walkies-talkies.

— Com os fardados não há problema, são os outros que são perigosos — murmurou uma senhora. Os "outros", a que se referia a senhora, são os agentes à paisana dos diversos serviços de informação argentinos: SIDA do Estado, SIM, da Marinha, SIE, do Exército, ou SIA, da Aeronáutica. Esses órgãos, entretanto, haviam chegado, dias antes, a um penoso acordo, exigido pelo presidente Videla, não quebrar o clima de tranquilidade com o qual o regime militar decidiu brindar a visita dos delegados da OEA.

Na manhã da última sexta-feira, quando os membros da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), e seus dezesseis assessores chegaram a Buenos Aires para uma visita de cortezias, havia, de fato, festa. Apesar de ser um dia normal de trabalho, centenas de argentinos, carregando bandeiras nacionais azuis e brancas, tocando aplausos ou as buzinas de seus carros, gritavam pelas ruas vivas à Argentina. Mais coincidência: eram comemorações esportivas. Os argentinos festejavam, com o tráfego de sempre, uma vitória, conseguida horas antes por sua seleção juvenil de futebol, contra a equipe do União Soviética, e que lhe valeu a conquista do Campeonato Mundial da categoria, em Tóquio.

Mas, na avenida de Mayo, no cruzamento do velho bairro espanhol de Buenos Aires, diante do número 750, onde fica a representação da OEA, na Argentina, o clima era bem diferente. Desde a manhã anterior, centenas de pessoas, homens e mulheres, esperavam pacientemente sua vez de apresentar, pela primeira vez diante de um organismo internacional, suas denúncias sobre o desaparecimento — a prisão, o seqüestro ou mesmo a morte — de algum seu parente. Naquela manhã, às 10 horas da manhã de sexta-feira passada, já havia uma fila de pessoas esperando para ser ouvida.

VIOLÊNCIA! REPRESÃO

VEJA, 12 DE SETEMBRO, 1979

60

OK

OK

— ACABOU O MEDO —

via uma fila de cerca de 3.000 pessoas, que se alongava por seis quarteirões, voltando da Casa Rosada, o palácio presidencial, onde haviam sido recebidos pela Junta Militar e pelo presidente Videla, os delegados da OEA obtinham espanhóis para um lado e parzenta para os esportistas festivos.

MEDO DOS "OUTROS" — Como o governo prometera, não houve — pelo menos, até o fim da semana — nenhuma obstáculo que dificultasse o lento, pacífico movimento de queixosos no balcão da OEA. As primeiras a se apresentarem foram as familiares locais de la Plaza de Mayo, um triste grupo de mães de desaparecidos que durante algum tempo costumava reunir-se todas as quintas-feiras, em frente à Casa Rosada, para reclamar notícias de seus filhos — até que a polícia passou a dissolver as manifestações. Desta vez não houve repressão, e a presença da polícia esteve restrita a uns poucos policiais de farda azul com seus walkies-talkies.

VEJA, 12 DE SETEMBRO, 1979

é única que pede aos militares" e o que se segue foi algo muito mais incontrolável. A multidão antes orde e calma, começou a brincar e a brincar, as vezes abalando os dois lados dos policiais, os retirados de seus parentes desaparecidos. "Acabou o medo, agora queremos falar", gritavam.

Na Casa Rosada, onde a reunião aos membros da Comissão havia sido realizada de "Operego Puerto Aberto", formava uma certa apreensão. Tinha-se medo que algum dos militares mais "duros" cometesse alguma violência. "Se alguém tentava alguma coisa contra um dos membros da Comissão, vai ser levado para o funcionamento do palácio presidencial. Enquanto isso, os seis delegados da OEA, imperturbáveis, aparentemente vacilantes contra esse tipo de expectativa — muitos já aprenderam duras lições em interrogatórios no Haiti, Chile, Panamá, Panamá e Nicarágua —" abriam os trabalhos na noite de quinta-feira, sem pompa, com poucas testemunhas e sob a presidência do venezuelano Andrés Bologhetti.

COMI BABELITA — Os seis delegados da OEA iniciaram seu trabalho na mesma sexta-feira, com base num programa que, como teve o cuidado de ressaltar um dos assessores jurídicos do grupo, o hondurenho Edgard Paz Barahona, é provisório. Em alguns casos, para ganhar maior amplitude, a Comissão deverá dividir-se em grupos de três ou dois membros. Para os casos considerados "essenciais", entraram — como a visita ao presidente Videla, a Junta Militar e ao ministro do Interior, General Albino Harguindoy —, a comissão como parecia ser pelo.

Será o caso, também, de uma das vitais mais delicadas que os delegados da OEA deverão fazer em suas duas semanas de permanência em terras argentinas: a ex-presidente María Escalá Martínez de Perón, "fidelíssima", depois em 24 de março de 1976, hoje vivendo em prisão domiciliar em sua quinta no bairro de San Vicente. Além da visita a Babelita, marcada em princípio para esta segunda-feira, há outras na pauta da Comissão, algumas igualmente delicadas, como as ex-presidentes de poderosos sindicatos argentinos, Lorenzo Migueli, também monitorado por Carlos Diabate, e a ex-filha do ex-presidente da República, o general Juan Domingo Perón.

VIOLA, 13 DE SETEMBRO, 1979



Na quinta de San Vicente...
ral Alejandra Agustín Lanusse, que assumiu o poder em 1971, quando foram abertas as portas da Casa Rosada para a volta dos peronistas — e do próprio Juan Domingo Perón.

PRISÕES CAMPOS — De todas as personalidades incluídas na lista de consultados da Comissão, apenas uma recusou-se a receber os delegados: o ex-presidente Juan Carlos Onganía, o general que em 1966 depôs o presidente civil Arturo Illia. Toda essa maratona de visitas a personalidades de grande calibre, apesar de indolentemente compreensível, parece interessar pouco aos argentinos. Já um senhor que desde abril procura por um filho e um irmão, "case pessoal da OEA veio aqui para ajudar a gente ou para fazer alta política?"

Na verdade, cruciais serão as espíndides, mantidas até o fim da semana passada, sob sigilo pela Comissão, às — ordenamos, segundo relatórios políticos argentinos, emigrados pelo governo para designar as colônias de prisioneiros espalhadas pelo país. E, claro, o ciclopolítico trabalho que a Comissão terá a fazer para que a Comissão possa recolher na manhã de sexta-feira, um relatório encaminhado por uma placa onde se lê: "Recebimento de Denúncias". Segundo procedimentos fixados pela



... Babelita receberá a Comissão...
Comissão, o balcão receberá denúncias até o dia 15 próximo, das 9 às 13 horas e das 14 às 18, espantas num "formulário de denúncia", de três páginas, mimeografadas, contendo 28 perguntas a respeito da pessoa procurada. Se uma família procura mais de uma pessoa, e se os desaparecimentos não ocorreram na mesma data, é preciso usar um formulário para cada caso. Este ritual, e o temor dos que procuram a Comissão, não foi suficiente para diminuir o número de interessados: a Comissão mandara imprimir 5.000 formulários esperados utilizar apenas 3.000 — mas, na noite de sexta-feira, mandou providenciar outros 5.000. Não se deve estabelecer ao todo, de um lado e de outro, estima-se que o terror fez 40.000 vítimas na Argentina.

ALEXANDRO PORRO

RP61: Isabelita falou (Ed. 576 – 19/09/1979)

A fonte seccou

É difícil viver sem o dinheiro do xê

Desenvolvimento, nas universidades argentinas, ninguém harmoniza a queda do xê da Ira, Mohammed Riza Pak... em fevereiro último. Ao contrário, o fato foi festejado, principalmente pelos quase 50.000 estudantes argentinos radicados nos EUA, em sua maioria líderes opositivos do xê. Financiamen- te, porém, a queda do dinheiro está sendo cobrada, pois provoca vários deslizes nos orçamentos de várias fa- culdades que todos os anos recebem parcelas de fundos vindas de Teerã.

Com o acesso ao poder, no Ira, do novo governo antiamericanista dos aia- toles, as tentativas de petrodólares que durante anos alimentaram tantas uni- versidades dos EUA secaram subitamen- te. A nova situação é particularmente inco- nômica nesta época em que as fundações americanas, tradicionais subvencio- nadoras de cursos e facultades, através de um período de rigorosa seleção, com contribuições mais e mais magras.

As dificuldades não atingem apenas instituições menores ou sem prestígio. Uma das escolas superiores mais aferra- das com a queda do xê foi a Universi- dade de Princeton, tradicionalmente co- lida com as melhores do mundo, cu- jo competente Departamento de Estu- dos do Oriente Próximo, chefiado pelo professor John Marks, esteve gripado no dinheiro iraniano. Em 1969, ao ser cria- do, o Departamento recebeu da Fun- dação Paley (orgão do governo iraniano controlado pelo xê) 400.000 dólares, parte de uma doação que mais tarde chegaria à casa do 1 milhão de dólares.

Por sua vez, o Centro de Estudos Asiáticos da igualmente celebrada Uni- versidade de Illinois, que criou uma unidade de pesquisa conjunta com a Universidade de Teerã, há dez anos, le- ve 25 de seus alunos despendidos de volta de Teerã por falta de verbas. Quan- to à Universidade de Utah, que recebe 100.000 dólares do governo iraniano para seu Departamento de Estudos do Oriente Médio, ela teve de receder os professores de Antropologia para outro setor. Recentemente, porém, os mais prejudicados com a mudança do regime foram em meço os estudantes iranianos. No fim das contas, as bolsas de estudo da quase totalidade desses jovens eram garantidas por seu grande inimigo, o xê — o mesmo xê cuja morte tão insisten- temente exigiram em manifestações.



Visões: críticas e denúncias

Isabelita falou

Foi a primeira vez desde sua prisão em 1976

Em 1960, de seu exílio em Madrid, o ex-presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, escreveu um violento sino libelo contra a Organização dos Estados Americanos. "A OEA" disse de "uma assembleia que age como um superestado, na mãos dos Estados Unidos, interpondo-se nos assuntos internos dos outros países." Durante anos depois, foi por fora da mesma OEA — mas precisamente através de sua Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, atualmente em vista de inspeção à Argentina — que a últi- ma mulher do caudillo, a também ex- presidente María Estela Martínez de Perón, ou apenas Isabelita, conseguiu falar no mundo, pela primeira vez, de- pois de mais de três anos de silêncio compulsório.

Não documento de 85 linhas, dado a público na noite de terça-feira última, dia 11, Isabelita, de 48 anos, parecia não compartilhar das opiniões de seu marido sobre a OEA. Ao contrário, ela se referiu ao organismo como um "tribunal de guerra" e afirmou que os fatos mais importantes já aconteci- dos na Argentina nos últimos anos. "In- terpreto esta visita como uma amostra da solidariedade americana e lhes dou as boas vindas em nome de Isabelita", dizia a declaração que nos foi en- tougado à OEA, em sua "quinta" no

Isabelita e seu marido, com o filho em primeiro plano.

"TERRA NOVA DE ISRAEL" — Em se- guida a ex-presidente argentina com seu filho e o atual general militar do presidente Jorge Rafael Videla. "Não é lícito responder ao crime com o crime." Durante novo governo o terraplanista foi contestado dentro da lei. Como está a instabilidade dentro da lei, como está a situação econômica e a situação política, como está a situação dos di- reitos do homem.

Isabelita não foi a única a falar a Comissão da OEA. Durante toda a semana passada os sete membros da Comissão manifestaram-se empenhados numa maratona de visitas a prisionei- ros, onde falaram a personalidades de pro- ceta, vida política argentina. Foram ouvintes, por exemplo, opositores do governo, como o ex-presidente gene- ralista Hector Campora, refugiado des- de 1976 na embaixada do México em Buenos Aires, e o vice-presidente do Partido Justicialista, Donald Bittel. E ainda outro ex-presidente, o general aposentado Roberto Levingston, que defendeu o regime.

A par de declarações de Isabelita, o depoimento mais ácido contra o go- verno de Videla foi o de Bittel. "Chista de grupos parafamiliares", disse o líder peronista. "Não podemos aceitar que a luta contra uma minoria terrorista, da qual também devemos lutar, se trans- fira para uma dessas partes a impugna- ção do terraplanista de Estado."

As denúncias de Bittel provocaram uma imediata resposta do governo, que divulgou uma declaração, na qual, o líder peronista é chamado, diretamen- te, de "falso demagogo, arrogante e pouco sério". Tanto quanto possível, os membros da Comissão da OEA man- tiveram cuidadosa reserva na divulgação dos depoimentos da maioria dos presos políticos entrevistados, assim como de alguns líderes da oposição. Era com- prensível: eles temiam que, uma vez terminada sua missão, no próximo dia 20, os depoentes viessem a sofrer repre- salias. Por esse motivo era um pouco difícil aquilatar, no fim da semana, os frutos concretos que a Comissão terá colhido em sua visita. Por enquanto há poucas notícias. Na noite de sexta-feira, durante uma manifestação na Plaza de Mayo, contra a continuação da visita de Isabelita, os membros da Comissão da OEA foram bombardeados por grupos de jovens que lançaram pedras aos apêndices da libe- ração de presos políticos.

VEJA 14 DE SETEMBRO, 1979

42 VIOLÊNCIA REPRESSION

RP62: Livre e Banido (Ed. 578 – 03/10/1979)

Livre e banido

O regime enterra à sua moda o caso Timmerman



Timmerman e esposa em Iquitos, sequestrado por Videla

Às 11h45 da terça-feira última, seis automotivos Ford Falcon com cha- pas falsas cercaram o prédio 2.150 da Calle Ayacucho, em Buenos Aires. En- quanto isso, uma centena de soldados armados de metralhadora fechavam o trânsito nas ruas principais das redon- dezas. Todos os moradores dos aparta- mentos de frente para a rua receberam o aviso de que, naquela hora, não deve- ram chegar às janelas. Menos depois, enfim, sob forte escolta, encapuzado e algemado, alguém foi conduzido a um helicóptero que aguardava à margem de um lago da estrada principal do prédio.

Tratava-se de Jacobo Timmerman, 56 anos, fundador e diretor do jornal La Opinión, que durante dois anos e meio foi mantido preso, sem culpa formada, pelo regime militar argentino. Ele por- tava como insignia argentina. Ele por- tava como insignia argentina. Ele por- tava como insignia argentina. Ele por- tava como insignia argentina.

James Bond, com uma camisa e uma escova de dentes. Tudo o mais que possuía ficou em seu apartamento de cobertura no 15º andar, onde há meses vive Timmerman em condições de seque- stração. Banido do país desde o início de 1977, Timmerman foi sequestrado em 1977 no aeroporto de Ezeiza, com uma passa- poragem em que estavam três envelopes. O primeiro trazia o decreto 2.198 de Jorge Videla, determinando a expulsão de Timmerman e a cassação de sua na- cionalidade. No segundo envelope es- tavam:

42 VIOLÊNCIA REPRESSION

va um passaporte, válido por quize- dias, com uma anotação em letra ser- melha: "Não argentino". Finalmente, encerrando a sucessão de mensagens para o jornalista, o oficial tirou do terceiro envelope a quarta de 300 dólares, que Timmerman reconheceu. "Quem diria que minhas propriedades e meu jornal valessem somente isto", ironizou ele, dirigindo-se nervosamente ao militar.

pressões — Seu outeiro influente jornal, hoje dirigido por uma comissão mista, desfrutando com uma tiragem tríplice de 5.000 exemplares, foi em- pucado no dia 20 de julho de 1977 — junto com seu apartamento e, mesmo seu automóvel Peugeot 1974. Conside- rado um dos mais bri- liantes jornalistas ar- gentinos, Timmerman atraiu o raio de dos mi- lihares radicais por ter mantido até o momen- to de ser preso, no dia 15 de abril de 1977, a independência do La Opinión, que fundara nove anos atrás, junto com o financista ar- gentino David Gra- net.

Foi justamente sua associação com Gra- net — acusado de ter-se tornado conselheiro econômico dos Montoneros, grupo terrorista pe- ronista e hoje desaparecido — que daria o pretexto para a prisão de Timmerman. Os militares, porém, durante esse tempo todo, não conseguiram na- da de concreto para incriminá-lo. Por duas vezes ele foi expressamente con- siderado inocente pela Corte Suprema, com uma sentença que, entre outras coisas, declarava sua manutenção na prisão uma "ilegalidade". A sentença ajudou a linha moderada do governo a desmentar os argumentos de que estava "cedendo às pressões da OEA".

Na verdade, bem antes da visita da OEA, o governo de Videla vinha sendo acossado por pressões internacionais para libertar Timmerman, que o pró- prio lembrou a VEJA, já no aeroporto de Roma, na quarta-feira passada, por- to antes de tomar um voo rumo a Te- raviva. "Minha libertação é resultado de um esforço mundial dos governos de Israel, dos EUA e do Vaticano", disse ele. "Tudo isso, somado às decisões da Corte Suprema, tornam a manutenção minha permanência em prisão."

VEJA 3 DE OUTUBRO, 1979

42 VIOLÊNCIA REPRESSION



Viola (ao centro); o segundo na dinastia de uma linhagem

Na mira, a sucessão

Um golpe fracassado traz à tona a corrida pelo poder entre militares de alas opostas

«Não me considero um político frívolo. Sei que, pelo menos, convenci adiverter de fazer e certo prazo. Entendo que os governos militares são e devem ser instituições e institucionalizadas, e devem exercer o poder ao estilo militar, para encontrar as grandes soluções que o país exige.» (Do general Luciano Benjamín Menéndez, ex-chefe do III Corpo do Exército argentino, decano da instituição na semana passada, acusado de rebelião.)

Nos meios governamentais de Buenos Aires, a tentativa de golpe militar desencadeada pelo general Menéndez — um conhecido expoente da linha dura do Exército argentino —, no último dia 29, sábado, foi batizada como uma despretensão "militar", resolvida em apenas 36 horas com a prisão dos líderes sediciosos e sem disparar um só tiro. De fato, o governo não teve maior trabalho em liquidar a rebelião. Alguns de seus chefes, porém, ainda estavam no ar no momento em que Menéndez compareceu a emergir, na última quarta-feira, no Clube dos Oficiais da matrícula cidade nordeste de Curuzú Cuatiá, o primeiro dos nove dias de prisão a que fora condenado pela sedição.

O presidente Jorge Rafael Videla, por exemplo, decidiu atrasar em 24 horas a visita de um grupo de militares argentinos a Buenos Aires, para não dar a impressão de que o golpe era uma simples manobra de comunicação. Videla mandou iniciar no Boeing 707 da Força Aérea Argentina que o conduziria a Toquino uma linha especial de telefone para que pudesse, a qualquer momento, entrar em contato com seu staff na Casa Rosada, o palácio presidencial em Buenos Aires.

CRISE ABERTA — Na verdade, nunca, desde o dia 24 de março de 1976, quando a presidente María Estela Martínez de Perón foi deposta por um golpe militar, a Argentina havia atravessado um momento de agitação militar como este. No fim da semana, os mais pesadas notícias acreditavam que a tentativa de golpe era ainda uma farsa aberta das elites militares que detêm o poder na Argentina — particularmente a divisão de "moderados", composta pelo presidente Videla e seu amigo e colaborador general Roberto Viola, comandante-chefe do Exército, membro da Junta Militar e o segundo na hierarquia.

A crise começou na madrugada do dia 29 de setembro, quando Menéndez, chefe geral de seu III Corpo do Exército, em Córdoba, acusou o general Viola de "personalismo" e de "con-

tra-se embuando para uma importante visita de trabalho para o Japão. Além disso, Videla mandou iniciar no Boeing 707 da Força Aérea Argentina que o conduziria a Toquino uma linha especial de telefone para que pudesse, a qualquer momento, entrar em contato com seu staff na Casa Rosada, o palácio presidencial em Buenos Aires.

PARA A PRISÃO — Cercado por 4.000 soldados, Menéndez desmoronou alguns tempo para cobrir um ponto final em sua aventura. Só depois de uma batalha a capital para uma longa e secreta reunião militar com o próprio Viola, o golpe foi abortado. Menéndez, então, foi preso e enviado para a prisão de Córdoba, com cerca de 1.600 homens.

O "moderado" — No dia 1.º de agosto do ano passado, quando foi deposto pelo presidente Jorge Rafael Videla ao posto de comandante-em-chefe do Exército argentino, o general-de-divisão Roberto Eduardo Viola, hoje com 54 anos de idade, tinha pelo menos duas certezas. Primeira: de que seria o próximo presidente da Argentina, a partir de março de 1981, data determinada pelo próprio Videla para encerrar seu mandato presidencial. A segunda: que, para chegar até a Casa Rosada, ele teria antes que limpar seu caminho da presença de um punhado de outros generais, representantes da chamada "linha dura" do Exército, e todos com a mesma ambição — ser presidente da Argentina.

O "brando" — Escolhido para suceder o general Roberto Viola no posto de comandante-em-chefe do Exército — cargo que significava praticamente a metade da Presidência da República na atual mecânica do poder na Argentina —, o general-de-divisão Leopoldo Galtieri, de 52 anos, é um conhecido moderado. Nem por isso, no entanto, a ação repressiva a subvertida e ao terrorismo de esquerda na área sob seu comando — o II Corpo do Exército, com sede em Rosario — foi menos enérgica nos anos quentes da guerrilha.

Tanto é assim que, hoje no comando do I Corpo do Exército, o mais impor-

ante do país, com sede em Buenos Aires, Galtieri refere-se àquelles tempos sem desobediência qualquer ao golpe — "trigo aliso" que o distingue de muitos dos "durões" de sua Arma. "Assumo, perante o Exército e perante meus compatriotas, a responsabilidade pelo que ocorreu na área sob meu comando," declarou Galtieri recentemente. "Sou consciente de que, no decurso do momento, será julgado pela História."

Por ser regido da Engenharia Militar — e não da Cavalaria ou da Infantaria, especialidades que dão prestigio à base do poder de fogo —, Galtieri deve a sua habilidade e inteligência o sucesso rápido na carreira militar. Se confirmado no comando do Exército — o que deverá ocorrer no fim do ano —, o general Leopoldo Galtieri poderá ser o terceiro colocado no quadro de classificação para a sucessão dos generais "moderados" no poder na Argentina, depois de Videla e Viola.

O "linha dura" — No auge da crise de Beagle, nos primeiros dias deste ano, quando Argentina e Chile faziam em vão lançar-se "à guerra" pela posse de três ilhas situadas no extremo sul do continente, o general-de-divisão Luciano Benjamín Menéndez, de 52 anos, comandante do III Corpo do Exército, com sede em Córdoba, declarou: "Quero ler a honra de ser o primeiro a tomar banho no oceano Pacífico". A declaração não foi bem recebida. Afinal, por mais que falassem publicamente em conflito, ambos os países buscavam, desesperadamente, alguma maneira de, sem disparar nenhum tiro, sair do episódio com a honra nacional preservada. A frase serviu para confirmar o temperamento tranquilizador do general Menéndez, um dos mais conhecidos exemplares da "linha dura" do Exército argentino.

Com a mesma franqueza de expressão, Menéndez já havia se referido também, em outras épocas, a situação interna da Argentina. Em setembro de 1977, por exemplo, quando o governo militar argentino anunciou pela primeira vez a derrota definitiva da guerrilha que se fazia no país, o general não se contentou. "O objetivo político das Forças Armadas nesta verdadeira guerra mundial contra o marxismo, no que diz respeito a nosso país, é atingir completamente a subversão," disse Menéndez. "A derrota da delinqüência subvertida no campo militar já é um fato. O que se busca agora é seu aniquilamento total!"



Menéndez: contra liberalizações

42 **DISPUTA INTERNA** "MODERADOS" X "LÍNEA DURA" DEVIDA: 10 DE OUTUBRO, 1979



43

RP66: Livre e doente (Ed. 587 - 05/12/1979)

declara Erdman há tempos: "Há mais de um ano, a situação do regime de Videla não apresenta maiores perspectivas de melhoria. O fato de o ministro da Defesa, Américo Zaki Yamani, ter renunciado ao cargo em 1978, é uma indicação de que nos próximos meses haverá mudanças no governo de Videla."

OPERAÇÃO HIMALAIA — Para Erdman, a maior ameaça vinda do golpista, não é a possibilidade de um golpe de Estado, mas sim a possibilidade de um golpe de Estado. "O perigo maior é o golpe de Estado", diz Erdman, "e não a possibilidade de um golpe de Estado. O perigo maior é o golpe de Estado, e não a possibilidade de um golpe de Estado."

A atual crise entre Itá e E.U.A., afirma Erdman, não é o resultado de uma política externa italiana, mas sim de uma política externa americana. "A atual crise entre Itá e E.U.A., afirma Erdman, não é o resultado de uma política externa italiana, mas sim de uma política externa americana."

ARGENTINA — Campora, agora no México, volta ao hospital

Livre e doente

Campora, agora no México, volta ao hospital

Para que o regime do general Jorge Videla, presidente da Argentina, aprenda bem a lição, em setembro, quando da expulsão do país, em setembro, do jornalista e editor Jacobo Timerman. Ninguém oculta a libertação de Timerman, de acordo com a imprensa argentina, que uma subversão militar, liderada pelo general ultradireitista Luciano Benjamín Menéndez, controlada a muito custo. Desta vez, aparentemente, Videla participou tudo com antecedência. E o salvamento a ser conhecido a outro inimigo de morte dos militares, o ex-presidente peronista Hector Campora — que passara 44 meses afastado na embaixada do México, na Cidade do México, em 1976.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

"DON'T CRY" — Uma vez desembarcado, Campora e companhia entraram numa limusine Chrysler La Barron de cor café, estacionada na pista do aeroporto, e marcharam para o Centro Médico Nacional, na Cidade do México, onde o ex-presidente foi imediatamente internado. Na pressa, Campora não pôde ver a pequena e ruidosa multidão de cerca de 300 pessoas — na maioria redigidos argentinos — que aglutinaram bandeiras azuis e brancas e tocavam ora o himno nacional argentino, ora o surrado canto de guerra do Partido do Hospitalista. *Los muchachos peronistas*. Alguns músicos choravam, e a canção diminuía e era possível ouvir a música — tema da ópera rock *Evita* — transmitida pelo sistema de alto-falantes do aeroporto: "Don't cry for me, Argentina".

Para muitos dos argentinos que o aguardavam no aeroporto, a chegada de Campora significava alguma esperança de um novo governo, e não a chegada de um novo chefe de guerra. Enquanto dois deles viviam, sobrevivendo, o outro transportava Campora de um estado de saúde precário para o estado de saúde precário do hospital. De lá, o ex-presidente partiu para o México.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

"DON'T CRY" — Uma vez desembarcado, Campora e companhia entraram numa limusine Chrysler La Barron de cor café, estacionada na pista do aeroporto, e marcharam para o Centro Médico Nacional, na Cidade do México, onde o ex-presidente foi imediatamente internado. Na pressa, Campora não pôde ver a pequena e ruidosa multidão de cerca de 300 pessoas — na maioria redigidos argentinos — que aglutinaram bandeiras azuis e brancas e tocavam ora o himno nacional argentino, ora o surrado canto de guerra do Partido do Hospitalista. *Los muchachos peronistas*. Alguns músicos choravam, e a canção diminuía e era possível ouvir a música — tema da ópera rock *Evita* — transmitida pelo sistema de alto-falantes do aeroporto: "Don't cry for me, Argentina".

Para muitos dos argentinos que o aguardavam no aeroporto, a chegada de Campora significava alguma esperança de um novo governo, e não a chegada de um novo chefe de guerra. Enquanto dois deles viviam, sobrevivendo, o outro transportava Campora de um estado de saúde precário para o estado de saúde precário do hospital. De lá, o ex-presidente partiu para o México.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

RP67: Vai-se mais um (Ed. 588 - 12/12/1979)

ZIMBABWE

Fim à solidão

A Rodésia muda de nome e sai do isolamento

Soamnes, o novo governador geral

Como em 1965, a bandeira da Grã-Bretanha voltará a tremular esta semana em todos os edifícios públicos de sua antiga colônia africana da Rodésia. Não se trata de um retrocesso histórico. É, apenas, um expediente para que a Rodésia de seu passado definitivo em direção ao futuro. Após dezesseis anos de isolamento, desde a decisão da maioria branca de declarar unilateralmente a independência, com o nome de República da Rodésia, e seguir-se, afinal, um acordo. E, com este, a possibilidade de se por fim a oito anos de guerra de guerrilha, entre os brancos e as facções nacionalistas negras rodésias.

Não foi fácil. Nos últimos dias de três meses de negociações em Londres, o chanceler britânico Lord Carrington quase viu seus esforços raiarem por terra diante das reiteradas exigências dos líderes guerrilheiros da Frente Patriótica, Joshua Nkomo e Robert Mugabe, de manuseio garantias para a aplicação do cessar-fogo. Normalmente, a aplicação de um cessar-fogo, não é suficiente para pôr fim a uma guerra civil. Mas, neste caso, a aplicação de um cessar-fogo, não é suficiente para pôr fim a uma guerra civil. Mas, neste caso, a aplicação de um cessar-fogo, não é suficiente para pôr fim a uma guerra civil.

No final, enfim, tudo durou cento e poucos dias de negociações. O acordo foi assinado em Salisbury, na capital da Rodésia, em 12 de dezembro. O acordo prevê a criação de um governo provisório, a nomeação de um governador geral, a nomeação de um governador geral, a nomeação de um governador geral.

ARGENTINA — Campora, agora no México, volta ao hospital

Livre e doente

Campora, agora no México, volta ao hospital

Para que o regime do general Jorge Videla, presidente da Argentina, aprenda bem a lição, em setembro, quando da expulsão do país, em setembro, do jornalista e editor Jacobo Timerman. Ninguém oculta a libertação de Timerman, de acordo com a imprensa argentina, que uma subversão militar, liderada pelo general ultradireitista Luciano Benjamín Menéndez, controlada a muito custo. Desta vez, aparentemente, Videla participou tudo com antecedência. E o salvamento a ser conhecido a outro inimigo de morte dos militares, o ex-presidente peronista Hector Campora — que passara 44 meses afastado na embaixada do México, na Cidade do México, em 1976.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

"DON'T CRY" — Uma vez desembarcado, Campora e companhia entraram numa limusine Chrysler La Barron de cor café, estacionada na pista do aeroporto, e marcharam para o Centro Médico Nacional, na Cidade do México, onde o ex-presidente foi imediatamente internado. Na pressa, Campora não pôde ver a pequena e ruidosa multidão de cerca de 300 pessoas — na maioria redigidos argentinos — que aglutinaram bandeiras azuis e brancas e tocavam ora o himno nacional argentino, ora o surrado canto de guerra do Partido do Hospitalista. *Los muchachos peronistas*. Alguns músicos choravam, e a canção diminuía e era possível ouvir a música — tema da ópera rock *Evita* — transmitida pelo sistema de alto-falantes do aeroporto: "Don't cry for me, Argentina".

Para muitos dos argentinos que o aguardavam no aeroporto, a chegada de Campora significava alguma esperança de um novo governo, e não a chegada de um novo chefe de guerra. Enquanto dois deles viviam, sobrevivendo, o outro transportava Campora de um estado de saúde precário para o estado de saúde precário do hospital. De lá, o ex-presidente partiu para o México.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

ARGENTINA — Campora, agora no México, volta ao hospital

Livre e doente

Campora, agora no México, volta ao hospital

Para que o regime do general Jorge Videla, presidente da Argentina, aprenda bem a lição, em setembro, quando da expulsão do país, em setembro, do jornalista e editor Jacobo Timerman. Ninguém oculta a libertação de Timerman, de acordo com a imprensa argentina, que uma subversão militar, liderada pelo general ultradireitista Luciano Benjamín Menéndez, controlada a muito custo. Desta vez, aparentemente, Videla participou tudo com antecedência. E o salvamento a ser conhecido a outro inimigo de morte dos militares, o ex-presidente peronista Hector Campora — que passara 44 meses afastado na embaixada do México, na Cidade do México, em 1976.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

"DON'T CRY" — Uma vez desembarcado, Campora e companhia entraram numa limusine Chrysler La Barron de cor café, estacionada na pista do aeroporto, e marcharam para o Centro Médico Nacional, na Cidade do México, onde o ex-presidente foi imediatamente internado. Na pressa, Campora não pôde ver a pequena e ruidosa multidão de cerca de 300 pessoas — na maioria redigidos argentinos — que aglutinaram bandeiras azuis e brancas e tocavam ora o himno nacional argentino, ora o surrado canto de guerra do Partido do Hospitalista. *Los muchachos peronistas*. Alguns músicos choravam, e a canção diminuía e era possível ouvir a música — tema da ópera rock *Evita* — transmitida pelo sistema de alto-falantes do aeroporto: "Don't cry for me, Argentina".

Para muitos dos argentinos que o aguardavam no aeroporto, a chegada de Campora significava alguma esperança de um novo governo, e não a chegada de um novo chefe de guerra. Enquanto dois deles viviam, sobrevivendo, o outro transportava Campora de um estado de saúde precário para o estado de saúde precário do hospital. De lá, o ex-presidente partiu para o México.

Com Campora viajaram sua mulher, Maria Georgeta Acevedo de Campora, seu filho mais novo, Carlos Alberto, e seu médico particular, Agustina Prius. O autor da biópsia e do diagnóstico do mal de Campora: câncer na laringe com metástase cervical. Exceção por um enorme caráter no lado direito do pescoço e um rosto triste e cansado, a aparência do ex-presidente, de 70 anos, ao desembarcar no aeroporto Benito Juárez, na Cidade do México, na noite de terça-feira passada, era boa. Sem próprio médico, contudo, estava acompanhado por um médico argentino, Campora é conhecido popularmente, "em os dias contados". Tudo irá depender, no quarto planejado pelo médico, da operação a que Campora será submetido; se for bem sucedida, ele poderá viver ainda uns seis meses — não em meses, mas em dias.

muito tempo, mas agora estão amacando meus olhos. Não posso agüentar mais", disse Cox à VELA. E, abanando a mão, sua decisão de deixar a Argentina, no próximo dia 16, e mudar-se com a mulher e os cinco filhos, para Londres. "Pretendo permanecer nesta cidade, e embora em silêncio, mas acho que devia a meus colegas uma explicação", ele, com honestidade, acrescentou. "Esses explicações eu posso resumir muito no palêstrão", disse.

RICARDO CRILL — Das muitas cartas recebidas por Cox desde que assumiu a direção do *Buenos Aires Herald*, em 1969, a última, entregue em sua casa na manhã de 21 de novembro, foi a mais perturbadora. Não exatamente pelo conteúdo — "equivalente a cerca de 200 bofetadas que já recebi até agora", segundo Cox — mas pelo destinatário escolhido: Peter, de 10 anos, filho do jornalista.

Escrita num estilo afetuoso, a carta continha, em resumo, um resumo da vida com o nome terrorizado: "Diga a seu pai que vai embora da Argentina, ou ele será morto pela ditadura videlista. — e você e seus irmãos também poderão ser mortos". E estava assinado: *Leo Montaner* (foi — nome da organização terrorista da esquerda peronista que tenta voltar a agir na Argentina).

Cox levou tudo a sério, exceto a assíntoma. Para ele, a carta tinha mais jeito de ser coisa da extrema direita, distorcida. Mesmo porque seus artigos, denunciando com a mesma força o terrorismo de esquerda, em tempos idos, dificilmente fariam dele, agora, uma pessoa merecedora das atropeladas dos Montaneros. Mas que isso, sua amizade, nunca distanciou com o assessor de Jimmy Carter para Assuntos de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, valeu-lhe a pecha de "agente da CIA".

Cox, de qualquer forma, antes de decidir deixar a Argentina, tentou algumas providências, de praxe, como, por exemplo, pedir proteção ao governo. Em vão. Depois de ouvir o combinado ministrado por Interic, anterior Albano Harguindeguy, limitou-se a abrir os braços em sinal de impotência. Nada mais restava a fazer. Na semana passada, de mais, prontas. Cox escreveu seu último editorial no *Herald*, em que se despede, explica sua saída — e atira, no velho estilo: "... a quantidade de bastas sofridas pela imprensa é consideravelmente maior que a das Forças Armadas. Além disso os jornalistas, aqui, não gozam da proteção especial oferecida aos generais e à imprensa de industrialistas argentinos".

Canto fatal
Pelo rock do The Who, a multidão pisca e mata

O concerto deu-se mais de três horas depois de os 18.000 jovens reunidos no Coliseu de Cincinnati, Ohio, pareciam hipnotizados pelo estouro de energia que o grupo inglês The Who costumava provocar em suas apresentações. Nem a polícia, nem o conjunto sabiam que, na fúria de conseguir "lugar", onze pessoas estavam morrendo pisoteadas, do lado de fora do coliseu, na noite da última segunda-feira. A polícia de Cincinnati achou me-



os outros, naquela desastrosamente cortada noite ao som do The Who. Durante a semana, o Departamento de Polícia da Universidade de Cincinnati recebeu três centenas de jovens que presenciaram a tragédia. Muitos deles não conseguiram dormir desde a noite de segunda-feira.

INDUSTRIAS COX — Há mais de três anos sem excursionar, o The Who — formado na primeira geração do rock inglês — sempre foi cultuado por suas apresentações. Nem a polícia, nem o conjunto sabiam que, na fúria de conseguir "lugar", onze pessoas estavam morrendo pisoteadas, do lado de fora do coliseu, na noite da última segunda-feira. A polícia de Cincinnati achou me-

demais melhor", disse Townsend, tentando explicar por que o The Who não cancelou suas próximas apresentações nesta tarde nos Escudos Unidos — mas que os ouvintes, conturbados e gerando violência.

"O rock é capaz de todos os excessos", afirma depois, ainda chocado, Pete Townsend, líder do conjunto. "O objetivo global de um concerto de rock é fazer com que as pessoas esqueçam a si mesmas, percam seus egos na multidão". Os sobreviventes do tumulto de Cincinnati — sem dúvida a maior tragédia da história do rock — parecem estar de acordo com Townsend quando tentam explicar o que aconteceu quando os responsáveis pelo Coliseu não sabiam abrir as portas. Havia quase 9.000 pessoas do lado de fora e foi impossível segurar a multidão. O frio de madrugada não serviu para nada e as cadelas não servem numeradas não era motivo para que uns passassem sobre-

RP68: Lenta abertura (Ed. 589 – 19/12/1979)

ICOPERVIL VAI MAIS LONGE.

UM MOVIMENTO CONSTANTE ENTRE SÃO PAULO, RIO, CAMPINAS E 632 CIDADES NORDESTINAS, DE SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO, PARAIBA E RIO GRANDE DO NORTE.

O Corujão Icopervil leva e traz sua mercadoria de qualquer destas partes do país, além de Bolívia, Fortaleza, Salvador, Fátima de Santana, São Paulo, Teresopolis, Mossoró e Campina Grande.

Direto: Sem desvios nem fraqueza-7-8.

Tratamento livre de chuva e poeira.

CORUJÃO ICOPERVIL

O transporte não economiza para sua mercadoria

ICOPERT

Atendimento em São Paulo: Tel. 222-724-7246

Atendimento em Rio de Janeiro: Tel. 222-724-7246

Atendimento em Campina Grande: Tel. 31-2222

Atendimento em Fortaleza: Tel. 282-2081

Atendimento em Mossoró: Tel. 222-724-7246

Lenta abertura

Os militares dizem como será a democracia

Quatro vezes por semana, nos últimos meses, os mais altos mandos militares da Argentina — os comandantes das três Forças Armadas que compõem a Junta Militar, e mais o próprio presidente da República, general Jorge Rafael Videla — estiveram reunidos num dos salões do Palácio do Congresso, em Buenos Aires. Eles cumpriram, ali, uma missão das mais delicadas: dar os últimos retoques num documento que contém, nas suas trinta páginas datilografadas em espaço um, as diretrizes básicas sobre o futuro político da Argentina.

O documento — que será divulgado nesta quarta-feira, dia 19, sob o título provisório de "Bases Políticas" — está sendo mantido em sigilo. Contudo, segundo confidência na semana passada em coláborador de Videla, não se deve esperar grandes modificações, pelo menos a curto prazo. "O documento representa apenas o colorido da Junta para do futuro político do país", diz ele.

Não se deve concluir que o poder será imediatamente devolvido aos civis. É muito menos que a Argentina voltará aos moldes daqueles que em 1976 a estavam mergulhando no caos.

O próprio general Roberto Videla, comandante do Exército, principal MILITARES NO PODER: RED EMBRANÇAMENTO DE DEZEMBRO 1979

ARGENTINA

Videla: reativação dos partidos políticos, só em meados de 1980

Um membro da Junta e escolhido para suceder Videla na presidência, em março de 1981, encareceu-se de desmentir que o governo tivesse a intenção de restabelecer desde já as atividades partidárias. "Somente no segundo semestre do próximo ano poderá começar a vigorar um estatuto dos partidos políticos", declarou.

BALÃO DE ENSAIO — As "Bases Políticas" seriam, na verdade, um balão de ensaio destinado mais a tomar a temperatura política da Argentina, do que propriamente a anunciar propostas concretas de abertura. "Tudo vai depender da reação que o texto provocar nos meios políticos do país", disse o assessor de Videla. "Se tudo caminhar bem, os militares permanecerão apenas mais quatro anos no poder, a contar de 1981. Do contrário, esse prazo poderá ser prorrogado indefinidamente."

O documento dos militares argentinos está dividido em três partes. A primeira contém definições básicas do que o atual governo entende por conceitos como "Estado", "Nação", "Poder", "Soberania". Na segunda parte está exposto um plano global de como deverá ser o governo da Argentina, mas muitos dos pontos são vagos, deixando espaço para instrumentos necessários para "definir" o futuro político do país, diz ele.

Não se deve concluir que o poder será imediatamente devolvido aos civis. É muito menos que a Argentina voltará aos moldes daqueles que em 1976 a estavam mergulhando no caos.

O próprio general Roberto Videla, comandante do Exército, principal MILITARES NO PODER: RED EMBRANÇAMENTO DE DEZEMBRO 1979

RP69: Tudo proibido (Ed. 591 – 02/01/1980)

Levine desnuda Kissinger e o N.Y. Times

David Levine, para atender a um pedido de observação que lhe foi feito pelo New York Times, revelou alguns detalhes sobre o encontro que teve com o ex-embaxador de Washington, Henry Kissinger na de volta, com o corpo de seu marido de algumas horas.

Levine quer revelar de maneira mais detalhada, Levine quer se concentrar em revelar Kissinger — a quem considere um criminoso — de forma mais detalhada. De fato, Kissinger, só que sua charge não recebeu a aprovação da editor. Foi devolvida.

Como no passado foram vendidos para de Richard Nixon e outros do projeto Edward Koch

ARGENTINA

Tudo proibido

Beijos, bernardas, novelas, filmes, Rita Lee...

69

MAE SOUTHERA — A vítima do casamento foi Lucia Raquel Funes Funes, uma funcionária pública de 35 anos de idade, levada a um tribunal da cidade por seus pais na reportagem onde: trabalhava e acusada de ter dado à luz uma criança sem ser casada. Lucia Funes foi no dia 3 de dezembro considerada culpada de "ter violado o dever da diligência de seu comportamento" — e sentenciada a cinco dias de suspensão do serviço, sem direito a remuneração. A opinião pública de Mendoza, em cartas aos jornais locais, aprovou a punição. Houve apenas um tímido protesto por parte de algumas organizações feministas que, também em cartas à imprensa, perguntavam se o melhor teria sido que a moça tivesse cometido aborto — ou a prática legal.

A defesa da família como o "meio fundamental da nação" é o objetivo de uma campanha que o governo acaba de lançar por meio de cartazes de rua e anúncios em rádio e televisão. E é em nome dessa defesa da família argentina que muitos cartazes vêm sendo colocados. Nas últimas semanas, de 1979 toda a Argentina, e não só Buenos Aires, foi atravessada por uma cruzada moralizadora que até agora, sem em contrabando possa oposição — é muito aplaudida. O episódio mais comentado

VIOLÊNCIA? REPRESSÃO

VEJA, 2 DE JANEIRO, 1980

216

217

Rita: sem "Manita" na Argentina

convulsões dos outros países — uma que igualmente ocasionou crises de quase histerismo nas ruas de Buenos Aires.

Ha dias, cinco mesas contraindicas por uma variedade de motivos na praça de Santa Fe, no centro da capital, foram perseguidas na rua e praticadas em algumas de habitação por organizações ultracatólicas de membros do partido de "Sinvergüenza". O motivo da ra da TFP, entidade hoje florescente na Argentina, e que as mesas vestiam camisas sem mangas e shorts esportivos.

Pelo mesmo motivo — o uso de bermudas e camisas sem mangas — duas turistas brasileiras foram recentemente detidas por uma patrulha policial em Buenos Aires e obrigadas a voltar a seus hotéis para "vestir algo mais decente". Além disso, a censura oficial passou a agir com rigor nunca visto. A música "Manita de Vós", da brasileira Rita Lee, acaba de ser proibida. Também a novela brasileira "Pecado Capital", já com seus 118 capítulos devidamente dubiados para o espanhol, foi vetada nos vídeos argentinos. E, finalmente, a revista argentina *Sete Días* teve a distribuição de seu último número atrasado em alguns dias enquanto os censores decidiam se um artigo do escritor italiano Alberto Moravia sobre o tema "Amor e Pornografia" era proibido ou não.

ALESSANDRO PORRO, de Buenos Aires

RP70: Trigo e tortura (Ed. 593 – 16/01/1980)

Com ele é que o character Ramon Saiza Guerrero está relacionado, e o presidente João Baptista Figueredo conta levai em frente sua política exterior.

Pelo sim, pelo não, o Brasil não vai aderir ao boicote de cereais nos russos solicitando pelos americanos. O país precisa de divisas, argumenta-se em Brasília, e vendida seja "até ao diabo". Se os americanos compensarem todo o excedente exportado da safra brasileira (como farão com sua produção interna, então sim, o governo estaria disposto a não vender nada aos russos. Brasília se diz exultante de alarde e a causa que tendem pouco — Volta Redonda e Vista, ali, como "amplia, coisa de primo rico e primo pobre", enquanto fortuna recuperavam o Japão e a Alemanha.

Na manhã de sexta-feira passada, com atraso, a embaixada americana em trigro ao Iiamaryi um convite para participar em Washington, nesta segunda-feira, de uma reunião sobre o boicote de grãos oleaginosos, nos quais se inclui a soja. Nessa greve, o convite foi parar na seção errada do Iiamaryi, o Departamento de Asia, América e Oceania. Alegando "falta de tempo hábil", o Brasil decidiu não participar da reunião. Responde apenas, indicar o diplomata Luis Felipe Lamerenda, ministro-consultor da embaixada, brasileira em Washington, como observador. Na di de correspondente — dia antes o jornal se recusou a suspender a venda de tecnologia para os soviéticos, como não pediam os americanos, e a Argentina, cada vez mais ligada à Rússia, em

bora trate os seus próprios comunistas com violência, recusava-se a aderir ao boicote de trigo (ver artigo seguinte).

Embargos, incompreensão, esse eu lo diplomático é ainda carregado de incerteza. De nada adiantou ao Brasil criticar o Irã, mantendo-se silencioso quanto a Iranado da embaixada americana em Teerã. Na semana passada, as autoridades iranianas do petróleo autorizaram ao primeiro secretário da Embaixada Brasileira em Teerã, Sérgio Florêncio Sobrinho, que fora duas vezes a conta, que o Irã não devia nada ao Brasil — nem garantias de fornecimento de petróleo a preços razoáveis. Atualmente de pouco adiantou ao Brasil de saber o boicote de compras de petróleo do Irã, que baixado pelos Estados Unidos em 1972. Em sinal de gratidão, o Irã que concedeu um empréstimo de exploração petrolífera por contrato de risco. Quando finalmente a Petrobras descobriu um grande reservatório de petróleo, o Irã que anulou unilateralmente o contrato (ver página 70).

No caso do Irã, o Brasil realmente não gostou do tratamento recebido. O próprio presidente Figueredo ordenou que o diretor comercial da Petrobras, Carlos Sant'Anna, voltasse de sua missão em Teerã, quando os iranianos quiseram impor ao Brasil preços do mercado livre (grão) em parte das importações de petróleo do Irã. Em outros casos, o governo alega que sua diplomacia não é reconhecida. Por ter sido o primeiro país a reconhecer o novo regime comunista de Angola, para irritação dos Estados Unidos, é hoje o maior parceiro comercial da Venezuela, abriu portas ao Pacto Andino e na Venezuela, "que tem petróleo". Em conjunto, a dependência das exportações ao mercado americano diminuiu — caindo de 40% para 20% do total. Ao mesmo tempo, sua absorção de produtos do Terceiro Mundo passou de 5% para 25%.

Além do mais, nem mesmo os Estados Unidos parecem até agora muito entusiasmados com essa diplomacia pragmática. No Departamento de Estado, Margarit Haynes, encarregado das relações com o Brasil nos anos 80, não vê motivos para alarmar — o Brasil tem questões tão graves em jogo, acredita ela, que é legítimo esperar posições firmes e contínuas de prejudicial. Outro diplomata, contudo, observa que os princípios são invariáveis pelos grandes, potências na sua própria benefício. E que o Brasil, a medida que aumenta de peso na guerra internacional, finalmente terá de se prendendo a princípios.

Trigo e tortura?

Ela não absorvem trigo a URSS

70

Não há de fazer diferença entre a Argentina e o Brasil, nem entre a Argentina e a URSS.

VEJA, 16 DE JANEIRO, 1980

218

219

Relações Inter-Americanas: Arg - EUA/URSS

Silveira: pragmatismo perfumado

21

"O embargo vai funcionar"



CAMERA PRESS

Hoz: "Por que os EUA completam?"

mas sobre vários países, "talvez severo, mas honesto", já estava pronto para ser entregue ao Congresso americano até o dia 31 de janeiro.

Este documento basava-se também — e especialmente — no relatório preliminar de uma comissão da OEA que esteve investigando a Argentina no ano passado. O documento foi entregue no último dia 17 de dezembro, em Washington, ao embaixador argentino Julio A. Oca, Raúl Quijano, para conhecimento do governo de Buenos Aires. Seus comentários — que deverão ser respondidos ou comentados pelo governo Videla num prazo de sessenta dias — ainda são sigilosos, mas sabe-se que são impiedosas para com o governo argentino.

FESTA RUSSA — A reunião de Videla com o chanceler Carlos Washington Pastor e o ministro da Economia José Martínez de Hoz para decidir a posição argentina na questão do embargo à URSS durou cerca de dez horas, incluindo a madrugada. Além das janelas da Casa Rosada, sede da presidência argentina, permaneceram iluminadas também as das embaixadas da União Soviética e dos Estados Unidos. O embaixador russo em Buenos Aires, Sergei Romanovitch Saragov, foi desmentado somente às 7 da manhã, após ter enviado, confundida, uma correspondente de um "orgão e satélites" de Moscou. Sua colega americana, Raül Castro, também dormiu pouco ou nada, mas terminou a noite muito satisfeita.

De fato, Castro acabava de perder uma hora e longa batalha iniciada cin-

O jornalista americano Dan Moran era correspondente do jornal *Washington Post* em Moscou em 1972 quando surgiram os primeiros rumores de que as multinacionais baseadas nos Estados Unidos haviam acertado a venda de 1 bilhão de dólares em cereais para a União Soviética — uma bomba na qual a URSS, quando a oferta apenas começava a firmar-se, Moran pôs-se a campo para investigar a história e, no processo, acabou tornando um dos raios especialistas internacionais nos dois assuntos: o comércio internacional de cereais, tema de seu livro

"Merchants of Grain" publicado em julho de 1979, e a política soviética. Na semana passada, Moran deu a seguinte entrevista, publicada no *Selma Santa Cruz*, correspondente de VEJA em Nova York.



RAÚL QUIJANO

VEJA — Não existe a possibilidade de a venda dos cereais já feita pelo embaixador Morgan, burla inviável de todo modo ao mercado soviético?

MORGAN — Como o governo argentino vai comprar o total embargado, de cerca de 17 milhões de toneladas embargadas, possam ser desviadas para a URSS. O total de que 3 milhões do total de 17 milhões de toneladas embargadas possam ser desviadas para a URSS. O total de que outros países exportadores possam compensar a perda soviética. Em segundo lugar, não me parece que teridos países consigam montar operações triangulares.

VEJA — Por quê?

MORGAN — O governo americano tem estrutura para acompanhar o movimento de navios com grandes arrastamentos de cereais. Temos satélites que registram o movimento de navios nos principais portos soviéticos — Odessa, Leningrado e Nakhodka, na Sibéria. Assim, uma coisa é o Brasil continuar a vender soja para

a URSS, que é o seu plano direito. Outra coisa é Brasil, ou qualquer outro país, dispor-se a servir de intermediário numa operação triangular em desfavor à política americana. O Brasil, por exemplo, depende dos EUA para fornecimento de 4 milhões de toneladas de trigo por ano e os EUA poderiam, se quisessem, usar esta alavanca como pressão.

VEJA — Então o boicote a um país, será efetivo?

MORGAN — Sim, as multinacionais do comércio de cereais seriam as únicas em posição de colá-lo. Mas não creio que o farão. Parece-me que um compromisso neste sentido deve ter sido parte da decisão do governo americano no de 91 em votação de duas empresas para que não sofriam com o embargo.

VEJA — E qual será o preço do boicote para a URSS?

MORGAN — Este é um dos raios casos em que um boicote deste tipo pode realmente funcionar, devido às enormes quantidades envolvidas. Quem já viveu na URSS sabe como a qualidade da alimentação é um tema delicado e importante na política interna do Kremlin e como uma queda na qualidade pode ser grave.

VEJA — De que forma?

MORGAN — No último verão, os russos tiveram uma alimentação colidida de cereais para alimentação de seu gado. Isto, combinado com o embargo das importações, reduziu sensivelmente a disponibilidade do mercado. O impacto não será imediato porque eles dispõem de grandes estoques, mas a médio prazo será grave. A lembrança dos distúrbios alimentares na Polónia em 1970 ainda está muito viva. Foi, aliás, por ver estes distúrbios como satélites estabelecidos neste programa de missões embargadas que os russos têm a ideia de que a URSS não pode continuar a vender soja para

os meses, até a quando uma detenção militar russa, decretada pelo general Ivan Yavorovitch Brejnev, foi recebida em Buenos Aires com imensas festivas soviéticas, e extremamente inimigo de qualquer acordo nuclear com os Estados Unidos, conquistou os militares argentinos com uma frase de seu discurso no aeroporto de Ezeiza: "Nossa ideologia são diferentes, mas nossa vontade de melhorar o nível de vida de nossos povos é a mesma. Temos tudo para trabalhar juntos e para ganhar juntos, cada um segundo seu caminho", disse, no desembarcar.

RONN NEOROCK — "Este russo sabe o que está dizendo, e entendeu o que queremos. Por que os americanos são tão complicados?", seria comentado o vice-cariante anticomunista Martinez de Hoz a um de seus colaboradores. Falavam poucos dias para a visita à Argentina da Comissão de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos, e Buenos Aires tentava sozinha as suas cartadas para alienar a direita dos Estados Unidos, que já tinha uma opinião sobre a existência de campos de concentração clandestinos no país.

Em semana, um verdadeiro desastre, com os russos aproveitando a bola e o Palácio San Martín — sede da diplomacia soviética — respondendo com uma resposta à pergunta do governo americano. Depois disso, a aproximação com Moscou viria desmembrar na decisão da semana passada. "A decisão argentina contraria ao boicote anti-soviético representa não somente um gesto de extrema subordinação política, mas é o resultado dos bons negócios que fazem os dois países, num clima sem impiedos ideológicos ou falas mentes imperialistas", disse a VEJA o titular da Câmara de Comércio Argentino-Soviética em Buenos Aires, o engenheiro Santiago Ezev.

O confronto, entre Buenos Aires e Moscou, de fato, tem sido fortíssimo. A União Soviética é hoje o maior comprador de cereais e carne na Argentina, e o comércio entre os dois poderá chegar logo à 1 bilhão de dólares, em 1984. Os russos consideram que estão sendo espremeidos, não sem falar da possibilidade de sempre mais realista, de a União Soviética ser embaraçada de conseguir uma exportação horizontal na região do meio Paraná, cujo plano realizá-lo por agora, porém, estão já concluídos. Este obra, implantar um contrato que alcance mais de 9 milhões de dólares — 4 milhões humanos à parte.

A dialética no mapa

Desde 1945 as tropas da URSS não agiam fora da Europa, mas agora o ocidente passa a reavaliar a geografia dos soviéticos



Os alemães não permitiram a entrada de tropas soviéticas na Prússia Oriental e da Polónia. J. Khrushchev, então primeiro-ministro da URSS, não permitiu a entrada de tropas soviéticas na Prússia Oriental e da Polónia. J. Khrushchev, então primeiro-ministro da URSS, não permitiu a entrada de tropas soviéticas na Prússia Oriental e da Polónia.

Nesse testemunho político, só divulgado bem depois de sua morte, as pretensões do velho czar russo não eram modestas — mas, dois séculos e meio depois, elas não são de todo irrealizáveis. A URSS, geralmente, a maior potência do mundo, controla hoje todos os seus vizinhos na Europa, com exceção da Finlândia e da Noruega. Tem sólida presença na Ásia (Vietnã e Camboja), no Oriente Médio (Síria, Iraque, Iêmen do Sul), na África (Angola, Etiópia, Moçambique) e mesmo na América (Cuba). Sua Marinha cresce de modo espetacular, no pós-guerra, e oferece um controle seguro de todos os mares do mundo.

Essa, porém, é uma realidade recente: foram as vitórias soviéticas na II Guerra Mundial que a tornaram possível. E, como ela surgiu em tanto a uma antiga disputa ideológica, as frequentes denúncias sobre "perigo soviético" tiveram sempre, no ocidente, a marca de alarmismo de extrema direita. Não faltam, hoje em dia, A. J. Ayres do Afeganistão, no Natal passado, veio moçambique esse quadro: político, diplomático e linguístico de opinião pública e não mais devidos de que a URSS vem exibindo uma constante vontade para ocupar espaços e ampliar sua influência, e não se contenta em viver pacificamente dentro de suas fronteiras.

CONQUISTA DE GUERRA — A troca de bombardeiros entre a URSS e a Alemanha Ocidental. Por todos os anos do pós-guerra, os aviões soviéticos aqui e ali representavam espaços distintos. E até compreenderem, dentro de um quadro de rivalidade estratégica com os Estados Unidos. Assim, a Europa oriental foi uma conquista de guerra: pela força dos Exércitos soviéticos, que ali entraram combatendo as tropas nazistas, partidos comunistas foram implantados no poder, entre 1945 e 1948. Essa "corrida de ferro" tinha um caráter de primeira linha de defesa das fronteiras soviéticas. E as invasões da Hungria em 1956 e da Checoslováquia em 1968 — embora deixassem claro o desestímulo de Moscou pela autodeterminação de seus aliados — foram vistas como ações desastrosas.

dias a garantir a segurança americana impedia qualquer crítica ao apoio soviético à Haiti. E mesmo Cuba — uma sólida base da ação exterior soviética — foi um presente ideológico inaceptável, já mais o fruto de iniciativas da URSS. Nada disso vale no caso do Afeganistão. Nada disso vale no caso do Afeganistão. Nada disso vale no caso do Afeganistão. Nada disso vale no caso do Afeganistão.

de uma república soviética rebelde, nem eliminou inimigas americanas à sua fronteira. Não se trata, portanto, da aplicação da "Doutrina Brejnev", pela qual ela se tornou a missão de intervir (em países do bloco comunista) para impedir a passa-

FRANCA

O réu "Ponia"

Nuovem de suspetta sobre o poderoso ex ministro

Desseñante de mudarse de Suíça e de Albert Broglio, que foi presidente do Conselho na III República francesa, o príncipe Jean de Broglio aproveitou-se do nome ilustre para encetar uma desastrada carreira de negociante — a tal ponto que acabou assustado em 1976 por um julgamento de febreira categoriá, a serviço de dois vi-

PER UNO MENTRO — "Ponia", como é chamado na imprensa, consultará e o melhor amigo do presidente Valéry Giscard d'Estaing, é acusado sobretudo de ter resultado da Justiça dos seus encontros no processo de Broglio. Mas há quem o acuse de complicidade, afirmando que a polícia teria deixado Broglio ser morto por saber demais.

Das 42 empresas em que figurava como administrador, em pelo menos três de alguma forma se misturaram política e negócios. Uma, que se debilitou, foi controlada com os países brasileiros, Itália e seu principal diretor foi encontrado morto a tiros. Outra detinha-se no tráfico de armas. A terceira, enfim, não passava de uma farsa, controlada no maior escaudado financeiro do fim do franquismo na Espanha. O mais importante, porém, é que na mesma época Broglio participava ativamente da política como deputado e fiel aliado de Pompidou e do hoje presidente Giscard. Em 1966, ele foi um dos fundadores do Partido Republicano Independente de Giscard, e chegou a secretário geral e gerente das finanças da organização. Com o tempo, porém, caiu em desgraça, perdendo o posto no Parlamento e acumulando dívidas de milhões. Mesmo assim, quinze dias antes de morrer, sua agenda registrou um milhão de encontros com Poniatowski, que nunca se realizou.

A história toda talvez nunca se esclareça se se levar em conta a sombra trágica de uma política francesa sem um episódio de guerra. Em 1965, o líder oposicionista marroquino Mehdi Ben Barka foi seqüestrado e morto em Paris com a complicidade de políticos, e até hoje nada aconteceu a pessoas importantes envolvidas no caso. Em 1967, o líder separatista congolês Moïse Tshombe foi seqüestrado sob o equívoco franco-francês, com a venda da política francesa, e levado por uma prisão na Argélia onde ficou até morrer, em 1969 — e tudo ficou por isso mesmo. Há casos mais recentes, como o do suicídio do ministro do Trabalho, Robert Boillot, num episódio escuro em que o ministro da Justiça, Alain Peyrefitte, foi acusado pelo próprio suicida em sua última carta de ter feio chantagem, sem que ninguém investigasse coisa alguma.



Poniatowski: mais um caso em branco?

SIM A OLIMPIADA — Há mais A URSS pretende ainda fazer alguns dividendos políticos com essas transações. O primeiro deles, aliás, parece já estar ganhando: na semana passada desembarcou no aeroporto de Ezeiza, em Buenos Aires, o vice-presidente do Comité Olímpico Internacional, o russo Valery Kiborai — e a julgar pela festa que o esperava, é de se supor que a Argentina vai mesmo enviar, como já havia anunciado, uma nuvemidelegação para a Olimpíada de julho em Moscou, apesar do apelo ao boicote feito pelo presidente Jimmy Carter.

Finalmente, estendem-se também ao plano cultural as estranhas relações socio-políticas argentinas. Nesta segunda-feira, dia 21, embarcou em Buenos Aires o Baile Folclórico de Georgia, além disso, podem ser vistos todos os dias num certo cinema Cosentino-70, no centro de Buenos Aires, os últimos lançamentos da cinematografia soviética. No fundo, de todo isso, certamente, continua matando um paradigma fundamental: O anti-comunismo do regime argentino é um dos mais ferrenhos de que se tem notícia. Milhares de cidadãos, ali, pedicaram a vida, foram presos ou tiveram de emigrar por se envolverem na militância de esquerda. E é francamente impensável que qualquer pessoa, fora do governo, possa sustentar em público que existam aspectos positivos no regime soviético.

Adilts, o Partido Comunista da Argentina, pró-Moiscos, continua mantido na ilegalidade pelo governo militar. Apesar de bons serviços prestados no passado, o PCA — que se constituiu a legalidade até 1966, e, depois, entre 1973 e 1976 — foi o único partido político argentino a apoiar o golpe de Ezeiza identificado em 1976 pelo generalissimo Juan Perón.

Alfonso Ponsano, de Buenos Aires

Internacional

Todos no mesmo barco

Brasil e Argentina trocam a inimizade política por alianças econômicas. Figueiredo visita Buenos Aires sob o signo da reconciliação

O Argentina mais estabada ao da sua vizinhança, há cerca de dez meses, há pouco mais de dez meses, quando Getúlio Vargas fez a última visita de um presidente do Brasil à Argentina. Também os dois países, os senhores machucados mais nervosos ainda têm equívocos tempos interesses hegemônicos do Brasil no continente. E, hoje como sempre, muitos representantes argentinos se encontram com a supervisão comercial brasileira. Ao não deixar nada à parte, o governo do general Jorge Rafael Videla está preparando a recepção, acompanhado de uma comitiva que, segundo informações, terá quatro feiras internacionais de negócios.

PONTA DE LANÇA — A ideia não é nova — embora, no passado, ela tenha sido cobrada de forma algo triunfalista e viral pelo Brasil. Três anos após a visita de Vargas a Buenos Aires, o chanceler Oswaldo Aranha fez, no âmbito de um documento sigiloso, um comentário inaudível para os argentinos. "Para exercitadamente agrícola e pastoril", a Argentina terá força para se constituir um grande mercado para nosso parque industrial", escreveu em 1938. "O problema das nossas boas relações com a Argentina só poderá ser resolvido mediante essa interdependência de interesse." Hoje a questão é colocada de maneira mais racional e objetiva. José Basalga Gonzalez, assessor internacional de Delfim Neto, assegura que há estudos práticos de um acordo de cooperação de nível nacional, de nível de o Brasil de nível de ser auto-suficiente na produção de trigo. "Podíamos produzir uma parte, por quantos toneladas, e importar o resto da Argentina", diz ele. Em outra partida, exportaramos autos.

Na direção desses planos contrastaram-se, na semana passada, as burocracias de algumas instituições portuguesas assistidas com os "dignos" hegemônicos dos macaco. "O matulino Conselho" porta-voz de oficiais duais da Marinha argentina, denunciou o projeto econômico dos dois governos como uma "manobra" destinada a fazer da "dominação brasileira" sobre o mercado de Buenos Aires uma porta-de-saída das empresas multinacionais. Um dos pontos mais sérios a encerrar a visita de Figueiredo à Argentina é a Companhia Brasileira de Tratores, num momento em que a Duzex local decide suspender sua produção por dois meses com o objetivo de livrar-se de um excesso de oferta no mercado.



Videla avança sem equívoco os duros

RP73: Todos no mesmo barco (Ed. 610 - 14/05/1980)

RP74: Abrindo feridas (Ed. 613 - 04/06/1980)

Pel as costas
Tentam matar o líder negro
Yerron Jordan

Primeira impressão de Martin Co...
Jordan foi a de que tinham atirado...
uma pedra no para-brisa de seu carro...
Mas ela ouviu gritos de dor — e logo...
percebeu que Yerron Jordan, 44 anos...
o líder negro a quem acabara de dar...
uma carona até seu motel em Fort...
Wayne, Indiana, tinha sido atingido pe...
las costas com um tiro. Levado para...
um hospital, Jordan teve parte de suas...
intestinos removidos e suturados, no...
sábado, dois dias depois do atentado...
em estado grave — amassa com possí...
bilidades de sobreviver.

Logo se pensou em um crime de fan...
do racista ou político. Que Jordan per...
tença a elite da liderança negra ameri...
cana nem se discute. Alta, forte, ele fi...
cou famoso e propôs para todo o país...
uma imagem de coragem ao acompa...
nhar em seu primeiro dia de aula a...
primeira estudante negra que conse...
guira ingressar em 1961 na Universida...
de da Geórgia, então exclusiva de...
brancos. Advogado e militante pelos...
direitos civis, ele procurou diversas or...
ganizações negras até assumir em...
1972 a direção de uma delas, a Natio...
nal Urban League. Jordan, que mora...
em Nova York, pertence a um novo tip...
po de liderança negra, mais sofisticada...
do que atua em temas como os pro...
gramas educacionais do governo, vi...
sando melhorar a situação das mine...
ras.

FBI está investigando a possibili...
dade de se tratar da ação de um grupo...
mas não se exclui a possibilidade de...
um crime por motivos pessoais. É fato...
que Jordan, que deixara uma recepção...
após um discurso na filial local da U...
ban League, foi mantido a caminho...
do motel por um grupo de brancos den...
tro de um automóvel por estar em...
companhia de Martin, uma hora que...
pertence à organização. Mas não se...
conferiram os boatos de ambos esta...
rem tendo um caso capaz de despertar...
cúscas num dos quartos ex-moradas de...
Martin.

De todo modo, o atentado aena...
tado a um líder negro americano...
desde o assassinato de Martin Luther...
King, em 1968, convocou o país — e...
Jordan, no hospital, foi visitado pelo...
senador Edward Kennedy e pelo presi...
dente Jimmy Carter.

VILA E DE JUNHO, 1980 **VIOLÊNCIA, REPRÊSSÃO**

Abrindo feridas
Argentina
Caixa protesto filme sobre
sequestro de Eichman

Ação, espetáculo, tinha que dar...
sem filme, mas caso no mar, tal...
E dei: "A Casa da Rua Garibaldi", do...
realizador inglês Peter Collinson, ro...
dado há um ano e meio, e que conta a...
história do sequestro do criminoso de...
guerra Adolf Eichman, por um coman...
do de agentes do Mossad, o serviço se...
creta, teve lugar no dia 11 de maio de...
1960, uma quinta-feira, no bairro opo...
rtafo de San Fernando, um subúrbio...
de Buenos Aires. Lá, defronte uma in...
deusa casa da calle Garibaldi (tal o...
nome do filme), os agentes do Mossad...
raparam o ex-coronel da SS — ex-c...
derado e responsável pela morte de m...
lhões de judeus durante a II Guerra...
Mundial — e, depois de mantê-lo es...
condido por alguns dias, conseguiram...
transportá-lo para Israel, onde foi jul...
gado, condenado e executado.

A apresentação do filme, há duas...
semanas em Buenos Aires, provocou...
tanto escândalo quanto a própria ação...
vinte anos atrás: dois dias depois da r...
pôu a distribuidora de prender e exibi...
ção do filme. Em seu lugar, na semana

QUEMAR EM FUEBRO — O mata...
rulerio dos processos foi uma ação...
pertrada junto ao Tribunal Federal...
germão pelo advogado Alberto Valen...
te Gronowka, pedindo que a fra fosse...
"aprendida e sequestrada em frac...
bição". O filme, segundo Valente, é...
"um estímulo para os terroristas de es...
querda, além de encorajar "um episódio...
que fará predominantemente a subsema...
apagada". Quanto ao segundo aspec...
to de seu protesto, Valente não deixa...
de ter uma certa dose de razão. A sua...
ção secreta do Mossad em território...
argentino causou grande indignação...
no país, obrigando mesmo a retirar as...
relações argentino-argentinas. Som...
te depois de algum tempo — e uma in...
teresa troca de mensagens entre o então...
primeiro ministro de Israel, David Ben...
Gurion, e o presidente da Argentina...
Atrio Frondizi, as relações diplomati...
um passo. O filme, agora, volta a abri...
velhas feridas.

Os casos Plaza e Capul
Processo o filme de
Eichman por Silvia Hrcza

La acción fue llevada...
Imposible seguir...
"sequestrado a Eichman"

LA CASA DE LA...
CALE GARIBADI...
TOMA UN MARCAJE...
MARTIN LUTHER...
KING

Os casos Plaza e Capul...
Processo o filme de...
Eichman por Silvia Hrcza

Guilherme Lagoano

VILA E DE JUNHO, 1980

RP75: Sai o cowboy (Ed. 615 - 18/06/1980)

CONTRA EL GOLPE
PARO Y BLOQUEO GENERAL

COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA
CONATE

Alerta dos operários: "Contra o golpe, greve e bloqueio gerais!"
en el Buzón de Intercambio de Papeles: PZC9 - EVA

BOLÍVIA
O 208º adiado
Howard elegidos. Depois
disso, ninguém sabe

Essa máquina de unido entre os fru...
tos de um partido que apesar de ter se...
maritado no poder desde que surgiu, em...
1952, se mobilizara por frequentes...
trações e quebras de compromisso...
tre seus membros, poderia tranquilizar...
o eleitorado conservador do país e ga...
ranhar-lhe mais uma vitória nas urnas.

Até que ponto esses eleições altera...
rão o equilíbrio entre as várias forças...
do PLD e uma questão que só terá res...
posta na hora da escolha do sucessor...
do "toro", apelido que O'Hira ganhou...
devido à sua tendência para negocia...
ções políticas. Além dos casques tra...
dicionais como Kakué Tanaka, Takao...
Maki e Takao Fukuda, até agora os no...
mes mas lembrados são os de Yasuhi...
ro Nakano, de 61 anos, e Toshio...
Komoto, de 68, que aliás já faziam...
campanha antes mesmo da morte de...
O'Hira.

Por ser tido como "falcao", Nakao...
ne no poder provavelmente abandonou...
a carreira e a vida política de...
deixa a carreira e a vida política de...
influente Ministro da Indústria e Co...
mércio, tido o apoio de líderes empre...
sários e de ex-primeiro ministro. Ta...
kéo Maki, Segó quem for o vencedor...
de deverá sua vitória mais à fachada...
de unidade partidária gerada pela mor...
te de O'Hira do que à sua força real.

Alertado pelo embaixador americano...
na Bolívia, Marvin Weisman, de que...
havia algo no ar, o Departamento de...
Estado emitiu uma nota: "Condena...
mos qualquer tentativa de impedir a...
Bolívia de retomar seu caminho rumo...
a democracia". Houve protestos, os m...
filiados exigiram que o embaixador fo...
se expulso, mas no fim garantiram se...
plo mesmo, as eleições gerais. O que...
acontecerá depois, ninguém sabe.

Mas, quando tudo parecia favor...
contadas, as Forças Armadas envia...
ram uma nota à presidência provisória...
Lydia Guerler, garantindo que "actu...
remos disciplinadamente as determina...
ções do Executivo e apoiaremos as...
eleições". Houve, é legítimo, fortes pre...
sões externas, especialmente dos EUA.

Alertado pelo embaixador americano...
na Bolívia, Marvin Weisman, de que...
havia algo no ar, o Departamento de...
Estado emitiu uma nota: "Condena...
mos qualquer tentativa de impedir a...
Bolívia de retomar seu caminho rumo...
a democracia". Houve protestos, os m...
filiados exigiram que o embaixador fo...
se expulso, mas no fim garantiram se...
plo mesmo, as eleições gerais. O que...
acontecerá depois, ninguém sabe.

ARGENTINA
Sal o cowboy
O embaixador americano
deixa seu cargo

Raul Castro: "Sou um cabeça dura"
CAMILA PALUS

A o se despedir, na noite de segunda...
feira passada, dia 9, o embaixador...
dos Estados Unidos na Argentina...
Raul Castro, deixou-se. Ele falou na...
saúde que sentia dos churrascos do...
tango e do Boca Juniors — o clube de...
futebol mais popular de Buenos Aires...
E lamentou deixar seu cargo, tambem...
por certas razões de tempoamento que...
o identificaram com o povo argentino.

"Sempre fui uma espécie de galcho...
um cowboy de cabeça dura", contou...
sou de...
Orelhanente, Castro, de 64 anos...
diz ter sido desmobilizado de seu car...
go para ajudar o presidente Jimmy...
Carter em sua campanha pela reelei...
ção. Mexicano de Sonora, naturaliza...
do americano e governador do Arizo...
na de 1975 a 1977, Castro de fato pe...
derá ser de alguma valia para Carter...
pós goza de considerável prestígio po...
lítico junto ao eleitorado de origem la...
tina. Não se pode deixar de ter em...
conta, porém, que raios de outra or...
dem vinham aumentando sua populari...
didade com o cargo de embaixador...
na Argentina — ao pelo menos com o...
que o governo americano esperava de...
le nessa função. Durante os últimos...
seis, em nenhum momento, mostrou-se...
favorável à política de defesa dos diri...
tos humanos, levada por Carter à Casa...
Branca, e executada por Patricia De

VILA E DE JUNHO, 1980

Hin, assessora do Departamento de Jus- tudo para o assunto.

"NAO SOU POLICIAL" — Essa posiu- ra, sustentada por Durruti como "ide- ria", para com o governo do presiden- te Jorge Rafael Videla, acabou se pau- tadamente insustentável depois que Castro, em 1978, criticou abertamente o governo argentino, como sendo o "campo mundial" das violações dos direitos humanos. Deu-se então os diri- tos entre Castro e o Departamento de Estado, se suceder em Q mais grave de- ba sobre a situação de um país que não sabe e conhece com a visita da Co- missão de Direitos Humanos da OEA à Argentina. Ninguém dava um desai- nado por lá, que o Departamento de Estado anunciou que o governo argen- tino havia pedido a Castro que "inves- tiguasse" a existência, na Argentina, de "campos de concentração clandesti- nos" onde estariam sendo mantidos presos políticos, Castro, indignado, respondeu publicamente: "Diplomacia faz diplomacia, investigar é coisa da polícia. Eu sou um diplomata, não um policial".

PARAGUAI

Roupa suja

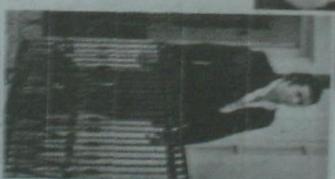
Escândalo mistura gênero de Stressner com Somozas

Não fossem os seus protagonistas pensos láo poderiam no país, a história que atualmente apassora a opinião pública paraguaita não passa- ria de uma novela folhetinesca vulgar e nem teria sido batizada de "el último del siglo", ou "a época do sécu- lo". No centro do intréguo está o gên- ro do ditador Alfredo Stroessner, Humberto Dominguez Dibb, um dos homens de negócios mais ricos do Pa- raguai e dono do segundo maior jornal do país, Hoy. Se não fosse, aliás, pela infeliz decisão de Dominguez Dibb de usar o jornal em seu favor, o escândalo não teria ganhado a publicidade que ga- nhou.

Tudo começou há meses, quando Dominguez, de 38 anos de idade e ori- gem libanesa, casado com Graciela Concepcion, a única filha de Stroess- ner, casou-se dos infernos de seu casamento e procurou a fidelidade em outros braços. A escolhida foi Marián- gela Martínez, de 23 anos, considerada uma das mulheres mais bonitas de to- do o Paraguai. Mariángela, embora fi-



lerts, mentais, incutidas Marián- gela. O que se seguiu tornouse por- tuar com que o escândalo se en- furecesse, até ao ponto de, em 1979, o pai de seu jornal Hoy, contra Somozas, escandaloso e hospita- dar com integralidade a hospitali- dade de Stroessner, investindo apenas "umas míseras" de sua fortuna no país.

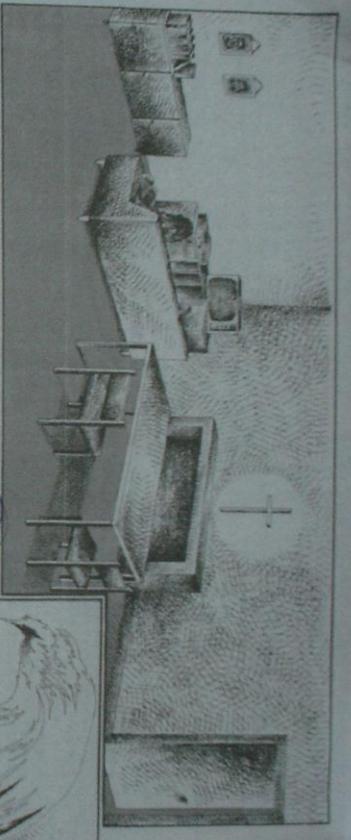


"PARA O TACTICO" — Não de- mortou e o maior jornal do Para- guai, o ABC Color, aproximou do o flanco aberto por seu con- corrente, também acabou sua re- ditoria; publicou um poema anônimo especialmente dedicado aos infernos anovados do gên- ro de Stroessner, com o título ma- duso de: "Al re- do, te amor se- ja" — ou algo como "O seu amor foi para o inferno" e malicioso jogo de palavras com o apelido de Somo- ra. Foi a coisa. Na dia seguinte Hoy saiu com ar- tigos sobre a "verosa masculinidade" do diretor do ABC Color, Aldo Zucco- lli. Aquilo im- portou de Assu- mção e homem ficando no regime. Dees- perada, amada e acompanhada por quatro, grande esposa, Dominguez Dibb inventou a redação do jornal con- corrente, disposto a mudar Zucco- lli. Não o encontrando, tentou por dis- tribuir cópias em quem se povesse a sua frente.

Na semana passada, o escândalo ainda não havia chegado ao fim — mas algumas antecelas pareciam mais ou menos definidas. Stroessner, akas- tis, amonido que "provavelmente ate- rido" se mudará para Punta del Este, no Uruguai, levando, no que todos dizem, a bela Mariángela. Quanto a Dibb, além de ser fido até a mano- rida, perdeu também a chance de re- conciliar com a primeira mulher. Gra- ciela Concepcion, despretada, pariu para Marián em companhia de um mis- tro amigo espanhol.

VEJA, 18 DE JUNHO, 1980

RP76: Exílio em San Vicente (Ed. 630 - 01/10/1980)



ARGENTINA Exílio em San Vicente

Isabelita Perón, presa em casa e vivendo uma vida monástica, ainda é um caso sem solução



Isabelita hoje: com outro aspecto

Todos os dias o presidente da Argenti- na, general Jorge Rafael Videla, de- dica três horas de seu tempo a uma ta- rde muito pessoal: a redação de suas memórias. Nesse volumoso texto, que deverá se chamar "A Banha", Videla re- relata seus peculiares em mais de 2 000 dias de um período de governo que se aprovaria do fim — alguns dos quais, conforme confidenciosos a um amigo, foram difíceis, terríveis". Esta semana Videla deverá anunciar o nome de seu sucessor — provavelmente o general da reserva Roberto Viola, ex-comandante do Exército e ex-membro da Junta mili- tar que governa o país — a quem Videla passara o bastão, dia 24 de março próxi- mo. Viola, segundo a maioria das pre- visões, não deverá ter dias mais tranquilos que os de Videla.

De todos os problemas que Viola her- dará do atual governo, o de solução mais delicada talvez seja decidir o destino da ex-presidente María Estela Martínez de Perón. "Isabelita", marida do próxi- mo ditador desde que foi aprisionada em seu confinamento na Quinta 17 de Outubro, em San Vicente, a 42 quilôme- tros de Buenos Aires, segundo, na inici- al situação de "deuda" a disposição do Poder Executivo, o resultado de quanto A casa da quinta, é imensa — tem

algo como 1 000 metros de área con- tinua — e é mandada pela própria Isabe- lita, com os 4 000 dólares que recebe da pensão de Perón. Lá a ex-presidenta, acompanhada unicamente de sua gover- nanta espanhola, Rosário Alvarez Espi- nosa, de 53 anos — "Rosário" — vi- ve uma solidão quase monástica. Acorda regularmente às 8 horas e, durante uma hora, faz ginástica — com a ajuda de um disco de Tchakovski, numa versão rimada. Seu desjejum é de chá, leite e torradas. Se o tempo está bom, ela pas- sca nos jardins de quinta, ou nada na recém-construída piscina da proprieda- de. Se o tempo está feio, encerra-se em seu escritório, onde lê e escreve.

TOTAL ISOLAMENTO — O almoço de Isabelita também é simples — em geral uma fatia de carne, verduras crúas, um copo de leite e frutas —, o que garante sua perfeita forma física, aos 49 anos de idade. 45 quilos para um porte médio de peso não dá muito espaço para o in- cretulo. Sua aparência também mudou muito em relação à presidência de seus atos: em vez dos cabelos sempre presos atrás, em coque, Isabelita hoje os usa soltos. A lade, a ex-presidenta costuma montar um de seus dois cavalos e passear pelo terreno da quinta acompanhada por sua

VEJA, 17 DE OUTUBRO, 1980

BRONTO

UMA RESIDÊNCIA PARA TODAS AS ESTAÇÕES.



A vida dentro de uma casa Bronto é sempre agradável e esportiva em qualquer época do ano. Os projetos de arquitetura e interiores são modernos e funcionais. Além disso, as casas Bronto são energéticas, silenciosas e baratas. Cuidados com materiais e revestimentos. Cidades como Curitiba e Foz de Iguaçu, são as melhores opções de tempo livre e lazer. Projetos em Curitiba: Vila Pirene, Vila Cabral e Praia de Itaipu. Projetos em Foz de Iguaçu: Vila Pirene, Vila Cabral e Praia de Itaipu. Casas em construção em Curitiba, Foz de Iguaçu e Ponta Grossa. Mais informações em 12 meses ou até 10 anos pelo sistema BCC/BRONTO. Casa em Foz de Iguaçu.

BRONTO S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200

BRONTO S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200
Rua Assis Brasil, 2409 - Foz de Iguaçu, PR 81213-200

deixar a cabeça. Oena e Carlos. A noite, depois do jantar, ela senta-se nos degraus da sala de sua preferência para ver televisão. Acompanhada à Fell Bonery, a sua sala de TV por 4 metros, com uma decoração simples. Ali pendem dois vasos e três outros decorados com plantas e flores, produzidos entre si, de vidro e cerâmica, sobre o qual a ex-presidente guarda seus livros. Há uma grande janela na sala de jantar, e sobre ela uma cruz de madeira, iluminada por um spot que prende do teto. Aos domingos, a breca é transformada em altar e há um capelo militar para a missa.

CRUZES DE CEMENTO — Isabelita recebe diariamente os principais jornais e revistas de Buenos Aires e pode ainda ouvir rádio e assistir televisão, e até encontrar, vez por outra, os últimos lançamentos literários na Livraria Atlântida, na calle Florida. Sua vida de solidão, em suma, segue as mesmas regras que tiveram outros homens de alta posição — mas está longe de ser um mar de rosas. Completamente isolada do mundo, a ex-presidente amara a calidez do sol na pele fora de quinta, ou de 5, receber um telefonema. Para as visitas e os amigos, Roberto é a única pessoa que entra e sai livremente da propriedade — e passou assim o resto de forte esperança de esperança.

A única vez que Isabelita deixou a prisão foi em abril de 1979, quando teve que ser internada na prisão sem hospital militar para uma operação de apendicite. Desde então não se movimenta de dentro da prisão, mas vive com o marido, os filhos e os amigos em San Vicente, 5, autônomo, em dois outros locais. De fato, a prisão não impede a Isabelita de fazer viagens às reuniões de amigos, depressão e, segundo conta, pelo menos duas tentativas de suicídio.

Primeira mulher a exercer a chefia de um Estado na América Latina, a filha de Isabelita é, para o governo militar argentino, uma dor de cabeça difícil de curar. Ela poderia ser julgada com facilidade, e talvez até para apoiar o regime, se não fosse a pressão na prisão. Porém, mesmo que ela não se movimenta de dentro da prisão, ela não se movimenta de dentro da prisão, ela não se movimenta de dentro da prisão.

VEJA, 1. DE OUTUBRO, 1980

RP77: Viola, à força (Ed. 631 – 08/10/1980)

CHINA
No Tribunal

"Gang dos Quatro" pode ser condenado à morte

Senhor Liu está com dor de estômago e seus dois filhos são conspurcados vagar na escola — a culpa é da "Gang dos Quatro". Há três semanas não chove na província de Tianshui, a produção de ramos nas florestas de Pequim caiu pela metade — naturalmente, por causa dos "quatro insetos nocivos". Desde sua prisão, em outubro de 1976, quando que acabou de cair na China veneno arborícola, a Gang dos Quatro — o grupo dos depostos líderes radicais, capitaneados por Jiang Qing, viúva do líder máximo da Revolução chinesa, Mao Tsé-tung, que incandescem a China nos anos trancados da Revolução Cultural, de 1966 a 1969.

Agora, após sedimentos nunca sentenciados pelos "modernos", pragmáticos governantes chineses que atuam na rua os reflexos da ruína do poder após a morte de Mao, em 1976, a Gang dos Quatro será julgada — provavelmente até o fim deste mês, em Pequim, por um tribunal especial. O julgamento formal de líderes políticos em desgraça já é uma novidade na China — na verdade, algo inédito desde a vitória dos comunistas no final da guerra civil, em 1949.

Mas, na atual China pós-Mao, tudo é possível — até mesmo obter informações oficiais sobre o julgamento, algo impossível nos anos 60.

Na semana passada, o diretor da agência governamental de notícias Nova China, Zeng Yao, explicou a correspondentes estrangeiros que a Gang dos Quatro é acusada de ter fomentado "uma revolução armada" contra o revolucionário, para se opor ao poder após a morte de Mao. "O veredito do tribunal será definitivo", disse ainda Zeng, e poderá ser semelhante ao julgamento de vários de Mao, da Gang dos Quatro, de 66 anos, dos outros três integrantes da Gang — Ziang Chen-quo, 68 anos, ex-vice-primeiro-ministro, Yao Wenyuan, 51 anos, ex-teórico e membro do Politburo do PC, e Wang Hongwen, 44 anos, ex-ministro 2 do Exército do Partido. O governo chinês diz ter "possíveis nuances" das histórias e complicações de Gang.

vocacionário suaziano — Nemha uma deusa pobre, porém, foi até agora desvirtuada — mas conta a um professor americano — desmentida do que há de ser uma das principais alegações contra a viúva de Mao. Denúncias separadas pelo professor Andrew Nathan, da Universidade de Arizona, nos EUA, revelam que no agitado período entre a morte de Mao, a 9 de setembro de 1976, e a prisão da Gang, nos dias 6 e 7 do mês seguinte, Jiang Qing teria forjado um documento para dar a impressão de que Mao a havia escolhido para sucedê-lo.

Segundo o documento forjado, Mao teria feito seu testamento político numa reunião do Comitê Central realizada no dia 3 de junho de 1976, com a presença dos radicais e de vários líderes moderados — entre eles Hua Guofeng, atual presidente do Partido e primeiro-ministro até o mês passado. Nessa reunião, Mao teria acrescentado a seguinte mensagem sobre sua sucessora: "De agora em diante, o Partido deve apoiar Jiang Qing a carregar a bandeira vermelha". A frase pôde não significar nada para os ocidentais, mas, segundo o informado, bizantinamente vocabulário da política chinesa, equivalia à nomeação de Qing como sucessora. A reunião, diz o professor, parece ter realmente acontecido. O problema é que, no dia do encontro, um de seus sócios participantes, Hua Guofeng, simplesmente não se encontrava em Pequim.

ARGENTINA
Viola, à força

O Exército impõe o nome do Secretário de Videla

Tudo havia sido preparado com grande antecedência. Há dois anos já se sabiam o dia e a hora em que a Junta Militar argentina anunciará o nome do sucessor do presidente Jorge Rafael Videla, em 29 de setembro, no momento, o chefe-moeda. Sabia-se também quem seria o sucessor: o general da Reserva Roberto Viola, de 56 anos, ex-membro da Junta e amigo íntimo de Videla. A última hora, no entanto, houve um abalo: o que a Junta anunciou, sem explicação, foi um estatismo na escola. O que se seguiu foi uma avalanche de especulações sobre eventualidades relacionadas à Junta que tornaram impossível a escolha no dia marcado.

Não tarde de se fazer, finalmente, houve o comunicado oficial: Viola está, de fato, o novo presidente a partir de 29 de março de 1981. Deu, como se esperava, a legítima, isto é, o nome, não suficiente para amenizar o peso realistas que envolveu os militares argentinos durante quatro dias. Segundo fontes, há as divergências entre os militares — Escócio e Aeronáutica, de um lado, e Marinha, de outro — chegou a um pouco criada na última semana, fora quando o Exército tentou obter um bilhete: ou o nome de Viola seria retido, dado até o meio-dia de estar feita, ou seria imposto, à força, por um golpe de Estado. Diante desse argumento a Marinha recuou — e as discussões cessaram.

As dificuldades que dividiram os militares suzanos, em geral, em torno de dois pontos de uma boa, a natureza política e econômica do atual governo, defendida por Viola e criticada pela Marinha. É, de outro, a questão do poder de Viola — a Marinha insistia em que o novo presidente deveria submeter-se à Junta para decidir quais instituições, no fim, a Marinha não poderia. As dificuldades, em vista disso, não foram resolvidas, mas, por outro lado, não foram resolvidas.



Gen. Viola



Yao, Wang, Jiang e Ziang: culpados de tudo

VIDA, 8 DE OUTUBRO, 1980 **DISCRETA INTENÇÃO: "MORDEDORES" x "JUSTIÇA PURA"**

RP80: Viola abre as portas (Ed. 655 - 25/03/1981)



Um neomazista, mais agressividade

VIOLA ABRE AS PORTAS

A Argentina passa a ser um aliado de peso dos Estados Unidos de Ronald Reagan no continente

Um quem conhecia apenas a cronica timidez do general Roberto Eduardo Viola, presidente designado da Argentina, a sua entrada em cena no mundo da politica internacional, na semana passada, surpreende pelo onusado sucesso. A...

Antes mesmo de Viola ter regressado a Buenos Aires, na sexta-feira, o governo argentino enviou ao Congresso um pedido de congelamento de uma creche de 1978, do senador Edward Kennedy...

Uma delegação argentina conheceu o desejo de Washington de estreitar relações com Buenos Aires, de abrir as portas, mas ignorava o tamanho da abertura que seria oferecida para a formação de um ditador...

MAIOR ALIADO O sucesso de Viola foi estrondoso, ao se despedir, levava em sua bagagem um...

ELIACÕES INTERNACIONAIS: ARG & EUA VELA, 25 DE MARÇO, 1981



Viola (esq.) com Haig; contatos iniciais

— Onze Camillo, embaixador no Brasil e futuro character. Foi desavido em Buenos Aires, limpo da guerra de sua guerra...



Camillo, sem raios de...

De Pretoria aos EUA, um "cavalo de Troia" Foi uma cabeçote diplomática e um desleixo entre setores do governo...

de secretário-assistente da Defesa. Aie! Já estava tudo bem, não faziam dois dias. Primeiro, os comarcas oficiais de funcionários argentinos com sul-africanos a nível militar...

discussões internas no governo, não saber das implicações dessa visita.

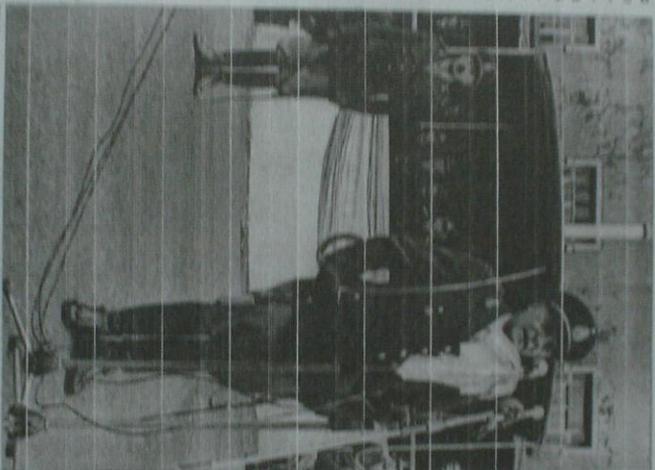
Em Buenos Aires, enquanto isso, a imprensa local sentava de Viola e fechava — com uma pequena — a burocracia. Um jornalista argentino me contou que o presidente João Figueiredo...

VELA, 25 DE MARÇO, 1981

RP81: Um desafio para Viola (Ed. 656 - 01/04/1981)

Um desafio para Viola

Com um mandato de apenas três anos para arrancar o país de seu pesadelo econômico-social, o novo presidente acena com tímida abertura



A centrista de posse do general Roberto Eduardo Viola, com 32 anos, presidente da Argentina, enfrenta um desafio para começar a 11 horas da manhã de hoje, domingo, dia 29 — o local escolhido para a cerimônia de encerramento da campanha eleitoral — o Palácio de Congressos, em Buenos Aires, com o nome oficial, governo de Buenos Aires e ditado, para os argentinos, pelo nome de seu chefe militar, general Roberto Eduardo Viola.

Viola, como Vialta no Brasil, tem um mandato de apenas três anos, para arrancar o país de seu pesadelo econômico-social, o novo presidente acena com tímida abertura

Atual, de boca com Argentina com novo comando, o novo presidente de Buenos Aires, ditado, para os argentinos, pelo nome de seu chefe militar, general Roberto Eduardo Viola.

Viola, como Vialta no Brasil, tem um mandato de apenas três anos, para arrancar o país de seu pesadelo econômico-social, o novo presidente acena com tímida abertura

democrática — criaram lugar na agenda do país a um avançado nível econômico. No momento em que Viola assume a presidência os argentinos estão bem posicionados nos campos de futebol, tênis, basquete e outros esportes. Há quem diga que o país está em uma situação econômica muito melhor do que a Argentina de Isabelita. Porém, não se sabe se o problema urgente a que se propunham os políticos de 1976. Para muitos, o tratamento de choque econômico por Viola no econômico José Alberto Martínez de Hoz, um forte industrialista nomeado ministro da Economia com plenos poderes e total respeito das Forças Armadas, justificava-se.

A economia argentina tinha deixado a Argentina, para e simplesmente, em estado de coma. A inflação, nos dois meses que antecederam o golpe, chegou a aproximadamente 340%. E projetava-se em torno de 50 no mês de março de 1976, segundo alguns críticos, houve uma inflação de 340% — o que permitia projetar um índice de 3 000% até o final daquele ano. As indústrias estavam mergulhadas numa generalizada catástrofe, a eretichista e competitividade da economia nacional eram pouco mais que nulas, e a gerência do Estado havia recedido de incompetência, corrupção e permissividade. O novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.



Sair da paralisia econômica, o maior desafio

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

combinar a maior intervenção econômica e a maior população do Brasil.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Com o novo governo militar decidiu combater esta guerra lançando em todo o campo da produção regular e controle — e com uma meta de 80 bilhões de dólares em 1976, esse ano.

Tratava esta a cargo do novo ministro da Fazenda, Laurotto Sigaut, de 47 anos, que controlaria o Banco Central, as políticas monetária e cambial, as tarifas de comércio exterior e o orçamento.⁸

Sigaut é considerado um "gradualista". Ou seja, apesar de defender uma economia "aberta", com um mínimo de intervenção do Estado, como propunha Mariz de Foz, ele queria isso como um objetivo a ser atingido a longo prazo. Até lá Sigaut pretende frear a compra dos produtosivamente imprevistos, que se revelava numerosa para grande parte da obscura indústria argentina.

DIÁLOGO — No campo da política, a posse de Viola dá-se em meio a uma enxurrada de expectativas, onde a palavra mais pronunciada é "abertura" — vocabulário que, para muitos, teria sido carregado para a Argentina no meio da barganha dos juristas que visitam o Brasil.

Os principais temas de política interna serão encorados pelo governo Viola da seguinte maneira:

■ **Abertura** — Se dependesse de Viola, a palavra seria substituída por "flexibilidade", também é a palavra com que ele se refere ao assunto. Mesmo assim, nessa sentença.

■ **Partidos políticos** — Serão o principal objetivo do "processo de democratização" controlada. Esse plano propõe, num primeiro momento, o estabelecimento de contatos com todos os partidos — menos o comunista e organizações de extrema esquerda —, com o objetivo de delimitar a área de atuação de cada um deles. Dentro do Partido Justicialista (peronista) serão contatadas as 28 facções que o compõem.

■ **Sindicatos** — Tanto os sindicatos quanto entidades de classe, serão procurados pelo governo, da mesma forma que os partidos, e com o mesmo objetivo.

■ **Eleições** — "Abertura não significa eleições, abertura é a continua-

ção de um processo iniciado e orientado pela Força Armada", disse enfaticamente Viola.

■ **Desigualdades** — A única coisa que Viola promete é publicar uma lista com todos os nomes daqueles que o governo tem certeza de que estão mortos e saber onde estão localizados as suas sepulturas. Quanto ao número total de desaparecidos, — cerca de 6.000 —, provavelmente não se falará no assunto.

ANTIHOPIA — Para o Brasil, a presença no novo governo argentino de Oscar Camillón, que ocupou a embaixada em Brasília nos últimos cinco anos e se torna, agora, chanceler de Viola, seria, teoricamente, uma razão para que as relações entre os dois países melhorassem. Ainda mais agora, que já não há um ponto de discordância do qual se discute: a ditadura brasileira-paraguai de Bordaberry, que tantas dores de cabeça causou, no passado, tanto em Brasília como em Buenos Aires — aliás, lámpa deveria ser o tema de um provável encontro entre os ministros de Viola e João

Figueredo, nos próximos dias, em alguma cidade da fronteira entre os dois países.

Dificilmente, no entanto, as coisas serão assim tão suaves. De um lado, porque Camillón, para evitar suspeitas de excessos setoriais militares argentinos, que vêm no Brasil um "flag" no continente, talvez tenha de se mostrar mais duro do que gostaria com seus antigos brasileiros. Segundo, porque os apuramentos obrigatórios da economia argentina, durante o mandato de Viola, poderão entrar em choque com interesses brasileiros.

E possível, assim, que Oscar Camillón termine por repetir a antipatia de Antônio Azarolo da Silveira, a quem o ex-presidente Ernesto Geisel foi buscar na embaixada do Brasil em Buenos Aires para enfrentar no parlamentar com uma missão especial: acertar as nossas relações com a Argentina. Azarolo da Silveira, ao fim das contas, conseguiu várias coisas — menos articular as relações com os vizinhos perenes. Um título internacional, contudo, já parece assegurado ao nascente governo Viola: a conquista das simpatias do governo dos Estados Unidos. Com Ronald Reagan na Casa Branca, Roberto Viola encontrará abrigo para boa parte de suas idéias econômicas e políticas. E a Argentina, como país sair pouco a pouco do exílio internacional a que fora relegada por culpa de seus governantes.



⁸ No desenho ao lado, a equipe que substituiu a de Mariz de Foz (de 1982 a 1983) foi composta por: 1) Sigaut; 2) Oscar Camillón; 3) José María Bordaberry; 4) Fernando de la Rúa; 5) Alejandro Portales.